

PLANO DE AÇÃO REGIONAL DE LISBOA 2014-2020



CCDRLV T

Plano de Ação Regional de Lisboa

2014 – 2020

JANEIRO 2014

PLANO DE AÇÃO REGIONAL DE LISBOA 2014 - 2020

Coordenação Geral

Eduardo Brito Henriques

Coordenação Operacional

Ana Barata da Silva, Fernanda do Carmo

Equipa

Diogo Martins, João Afonso, Linda Pereira, Paula Simão

Apoio à Estratégia de Especialização Inteligente

Alexandra Almeida, Fátima Malheiro, Luís Machado, Sandra Santos

Outro Apoio Interno

Carlos Pina, Damas Antunes, Isabel Quaresma, Paula Rocha, Paulina Martins

Especialistas Externos

José Manuel Simões, Luís Carvalho, Paulo Madruga, Sérgio Barroso, Vânia Rosa, Vitor Escária

Comunicação

Teresa Urbano

Edição

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Rua Alexandre Herculano, nº 37, 1250-009 Lisboa

Endereço Internet www.ccdr-lvt.pt

ISBN: 978-972-8872-26-7

JANEIRO 2014

Índice

PLANO DE AÇÃO REGIONAL DE LISBOA 2014 - 2020	2
ÍNDICE 3	
ÍNDICE DE FIGURAS	5
LISTA DE ACRÓNIMOS	7
1. APRESENTAÇÃO	9
1.1. CONTEXTO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO REGIONAL	9
1.2. CONTEÚDOS E ORGANIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO REGIONAL	11
2. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO	12
2.1. CRESCIMENTO INTELIGENTE	13
2.1.1. <i>Sistemas Produtivos e Especialização Inteligente</i>	13
2.1.2. <i>Educação, Emprego e Empreendedorismo</i>	19
2.1.3. <i>Meios Criativos e Indústrias Culturais</i>	21
2.2. CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL	23
2.2.1. <i>Recursos, Serviços Ambientais e Riscos</i>	23
2.2.2. <i>Economia de Baixo Carbono</i>	28
2.2.3. <i>Qualificação Urbana</i>	32
2.3. CRESCIMENTO INCLUSIVO	36
2.3.1. <i>Demografia e Serviços de Proximidade</i>	36
2.3.2. <i>Inclusão e Inovação Social</i>	41
2.4. CAPACITAÇÃO REGIONAL	46
2.4.1. <i>Capacitação, Qualificação e Modernização Administrativa</i>	46
3. ANÁLISE SWOT	49
4. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	61
4.1. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	61
4.1.1. <i>Introdução</i>	61
4.1.2. <i>A posição de Lisboa na Globalização</i>	61
4.1.3. <i>Lisboa nas regiões metropolitanas europeias</i>	64
4.1.4. <i>Principais Metas no Quadro da Estratégia Europa 2020</i>	67
4.2. ESTRATÉGIA REGIONAL 2014-2020	68
4.2.1. <i>Estratégia Regional Lisboa 2020</i>	68
4.2.2. <i>Primeira Etapa da Estratégia Regional Lisboa 2020 (2007-2013)</i>	71
4.2.3. <i>Estratégia Regional de Lisboa 2014-2020</i>	73
5. QUADRO DE AÇÃO REGIONAL	80
5.1. CRESCIMENTO INTELIGENTE	80
5.1.1. <i>Sistemas Produtivos e Especialização Inteligente</i>	80
5.1.3. <i>Meios Criativos e Indústrias Culturais</i>	100
5.2. CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL	105
5.2.1. <i>Recursos, Serviços Ambientais e Riscos</i>	105
5.2.2. <i>Economia de Baixo Carbono</i>	114
5.2.3. <i>Qualificação Urbana</i>	123
5.3. CRESCIMENTO INCLUSIVO	127

5.3.1. <i>Demografia e Serviços de Proximidade</i>	127
5.3.2. <i>Inclusão e Inovação Social</i>	131
5.4. CAPACITAÇÃO REGIONAL	138
5.4.1. <i>Capacitação, Qualificação e Modernização Administrativa</i>	138
6. MODELO DE GOVERNAÇÃO REGIONAL	141
6.1. CONTEXTO DE GOVERNAÇÃO 2014-2020	141
6.2. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA GOVERNAÇÃO REGIONAL 2014-2020	141
6.2.1. <i>Reforço da Coordenação e Complementaridade</i>	141
6.2.2. <i>Incentivo às Abordagens Integradas</i>	143
6.2.3. <i>Parceria e Governação a Vários Níveis</i>	144
ANEXO I – INFORMAÇÃO DE SUPORTE AO DIAGNÓSTICO PROSPETIVO	146
ANEXO II – PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PAR LISBOA 2014-2020	183

Índice de Figuras

Figura 1 - Índice Desenvolvimento Regional - Portugal = 100	146
Figura 2 – Taxa de crescimento natural, migratório e efetivo 2001-2011 Regiões NUTS II.....	147
Figura 3 – Crescimento Económico – PIB per capita	147
Figura 4 - Grandes números da Região de Lisboa na economia nacional	148
Figura 5 - Dinâmica da Região de Lisboa - variação média anual	148
Figura 6 - Especialização da Região de Lisboa VAB, 1995-2010	149
Figura 7 - Especialização da Região de Lisboa em termos de VAB e pessoal ao serviço (2009).....	149
Figura 8 - Especialização regional das exportações de produtos 2001 e 2011	150
Figura 9 - Aprofundamento da especialização produtiva da Região de Lisboa nos serviços empresariais: segmento serviços avançados às empresas (2004 e 2011)	151
Figura 10 - Despesas em I&D em % do PIB.....	151
Figura 11 – Perfil do Desempenho Regional em Inovação	151
Figura 12 – Financiamento 7ºPQ (>1M€), Nº de Lideranças de Consórcios e Participações das Universidades e Instituições Associadas	152
Figura 13 – Financiamento 7ºPQ e Nº Contratos de Laboratórios Associados.....	153
Figura 14 – Posição das Universidades Portuguesas no Academic Ranking World Universities – 2012.....	153
Figura 15 – Posição das Sete Primeiras Instituições Portuguesas em Contexto Mundial (por ordem decrecente de nº de publicações referenciadas internacionalmente)	154
Figura 16 – Distribuição da produção científica por regiões: LISBOA Número de publicações nos dez domínios com mais publicações em 2005---2010	155
Figura 17 – Rede de relações entre produtores de conhecimento e as empresas.....	155
Figura 18 - Aprofundamento da especialização produtiva da Região de Lisboa nas indústrias químicas: segmento investigação, tecnologias e serviços de saúde (2004-2011)	156
Figura 19 – Rácio entre empregados em atividades de I&D das instituições e empresas face ao emprego total	156
Figura 20 - Alojamento e dormidas.....	156
Figura 21 - Aprofundamento da especialização produtiva da Região de Lisboa no turismo: segmento viagens e turismo (2004-2011).....	157
Figura 22 - Aprofundamento da especialização produtiva da Região de Lisboa na economia azul: segmento prospecção e valorização de recursos marinhos (2004-2011)	157
Figura 23 - Transporte de mercadorias e passageiros nos portos, aeroportos e ferrovia	158
Figura 24 - Aprofundamento da especialização produtiva da Região de Lisboa nos transporte, logística e distribuição: segmento mobilidade e transportes (2004-2011).....	158
Figura 25 - População por nível de escolaridade completo	159
Figura 26 - Proporção da população com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos, 2001 e 2011..	159
Figura 27 - Taxa de participação em cursos profissionais no ensino secundário regular (%).....	160

Figura 28 - População empregada por setor de atividade (em % do total nacional).....	160
Figura 29 – Taxa de Emprego	160
Figura 30 - População empregada segundo a profissão principal, 2011.....	161
Figura 31 - Taxa de abandono precoce de educação e formação (%)	161
Figura 32 - Proporção dos nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia	162
Figura 33 - Nascimento e mortes das empresas.....	162
Figura 34 - Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes	163
Figura 35 - População residente com nacionalidade estrangeira, 2011.....	163
Figura 36 - Estabelecimentos, em ramos de atividades relacionados com “indústrias culturais”	163
Figura 37 - Aprofundamento da especialização produtiva da Região de Lisboa nas indústrias culturais: segmento meios criativos e indústrias culturais (2004-2011)	164
Figura 38 - Áreas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas, Zonas de Proteção Especial e Sítios de Importância Comunitária	165
Figura 39 - População servida por sistemas de abastecimento de água	165
Figura 40 - População servida por sistemas de drenagem de águas residuais	166
Figura 41 - População servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR)	166
Figura 42 População Servida por ETAR, 2011 (%)	167
Figura 43 – Concentração Média Anual de PM10, por Estação.....	167
Figura 44 – Resíduos urbanos recolhidos/habitante, 2011 (kg).....	168
Figura 45 – Recolha Seletiva, 2011 (toneladas)	168
Figura 46 – Proporção de Resíduos urbanos recolhidos seletivamente, 2011 (%)	169
Figura 47 - Intensidade Sísmica máxima na Região de Lisboa	170
Figura 48 – Áreas de instabilidade de vertentes na Região de Lisboa	170
Figura 49 - Risco de erosão costeira na Região de Lisboa	171
Figura 50 - Quota de Produção Bruta de Eletricidade (%)	172
Figura 51 - Consumo de Energia Elétrica por município, segundo o tipo de consumo, 2010 (Kwh)	172
Figura 52 - Consumo de Energia Elétrica por Consumidor, 2010 (Kwh).....	173
Figura 53 - Evolução do peso das deslocações pendulares em Transporte Individual.....	174
Figura 54 - Quota de Produção de Eletricidade em Centrais de Cogeração	175
Figura 55 - Agregação de Padrões de Ocupação do Solo - 2009.....	175
Figura 56 - Proporção de fogos reabilitados.....	176
Figura 57 - Variação Populacional (2001/2011), por Concelho na Região de Lisboa.....	176
Figura 58 - Taxa de cobertura das creches (%) 2011.....	177
Figura 59 - Taxa de cobertura de Equipamentos para idosos (%) 2011	177
Figura 60: Evolução e dimensão populacional das regiões metropolitanas europeias	180
Figura 61: Tipos de áreas metropolitanas na Europa, segundo metodologia de análise em cinco funções - política, económica, científica, transportes e cultura	182

Lista de Acrónimos

AAC - Avaliação Anual de Crescimento
ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.
AG - Autoridade de Gestão
AIBT – Ações Integradas de Base Territorial
AIDUS – Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável
AM – Área Metropolitana
AML – Área Metropolitana de Lisboa
APA – Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
AQS – Água Quente Solar
CCISM - Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental
CCDRLVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CDR - Combustíveis Derivados de Resíduos
CEF - Cursos de Educação e Formação
CEFA - Cursos de Educação e Formação de Adultos
CELE - Comércio Europeu de Licenças de Emissão
CLDS - Contratos Locais de Desenvolvimento Social
CLAII - Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes
CNAI - Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante
CO2 - Dióxido de Carbono
CQEP - Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional
CREL - Circular Regional Exterior de Lisboa
CRIL - Circular Regional Interna de Lisboa
DGEG - Direção-Geral de Energia e Geologia
DLBC - Desenvolvimento Local Liderado pela Comunidade
DLD - Desempregados de Longa Duração
EaSI – *Employment and Social Innovation*
ECO.AP – Programa Específico de Eficiência na Administração Pública
EIT – European Institute of Innovation and Technology
ENE – Estratégia Nacional de Energia
ETA - Estação de Tratamento de Águas
ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais
EUROSTAT – *European Statistics*
FC – Fundo de Coesão
FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FER – Fontes de Energia Renovável
FSE – Fundo Social Europeu
GEE - Gases com Efeito de Estufa
GIP – Gabinete de Inserção Profissional
GPL - Gás de Petróleo Liquefeito
Ha - Hectare
I&D – Investigação e Desenvolvimento
I&D&I - Investigação e Desenvolvimento e Inovação
I&I – Investigação e Inovação
ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.
INE – Instituto Nacional de Estatística, I.P.
ISDR - Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

JESSICA - Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas
KIC – Knowledge Innovation Communities
KWh – Kilowatt Hour
LED – Light-emitting diode
LVT – Lisboa e Vale do Tejo
m³ – Metro cúbico
MST – Metro Sul do Tejo
MTEp – Milhões de toneladas de equivalente de petróleo
NO₂ – Óxido Nítrico
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE – Orçamento de Estado
OM – Orçamento Municipal
ORLVT - Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo
PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAEF P - Programa de Ajustamento Económico e Financeiro
PEAASAR II – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais II
PAR – Plano de Ação Regional
PAYT - *Pay-as-you-throw*
PER - Programa Especial de Realojamento
PERSU II - Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos II
PGERTIC - Plano Global Estratégico de Racionalização e Redução de custos nas TIC
PIB – Produto Interno Bruto
PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação
PM₁₀ – *Particulate Matter 10*
PME – Pequenas e Médias Empresas
PNR - Plano Nacional de Reformas
POR – Programa Operacional Regional
PRACE - Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
PREMAC - Plano de Redução e Melhoria da Administração Central
PREN - Planos de Racionalização dos Consumos de Energia
PROTAML – Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
QEC – Quadro Estratégico Comum
QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional
RECRIA - Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados
RFCN – Rede Fundamental para a Conservação da Natureza
RNBC - Roteiro Nacional de Baixo Carbono
RSI - Rendimento Social de Inserção
RSU - Resíduos Sólidos Urbanos
RU - Resíduos Urbanos
RUB - Resíduos Urbanos Biodegradáveis
RUTE - Redes urbanas de energia térmica
RVCC - Reconhecimento de Validação e Certificação de Competências
SAMA - Sistemas de Apoio à Modernização Administrativa
SAU - Superfície Agrícola Útil
SIMPLEX - Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa
SCT – Sistema Científico e Tecnológico
TEIP - Programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
UE – União Europeia
VAB – Valor Acrescentado Bruto

1. APRESENTAÇÃO

1.1. CONTEXTO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO REGIONAL

1. A estratégia “Europa 2020” para um Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo na União Europeia (UE) foi lançada pela Comissão Europeia em março de 2010 e aprovada pelos Chefes de Estado e de Governo dos países da UE em junho de 2010.
2. Este documento estabeleceu as metas concretas a atingir até 2020 em áreas como o emprego, a educação, a utilização da energia e a inovação, a fim de ultrapassar o impacto da crise económica e voltar a colocar a Europa na via do crescimento, constituindo o referencial central das políticas comunitárias até ao final da presente década, assim como do desenho do orçamento 2014-2020 da UE e, designadamente, dos fundos estruturais durante esse período.
3. Os desafios da estratégia “Europa 2020” colocam-se não só aos Estados-Membros como às suas Regiões, pelo que a definição da forma de responder à sua concretização deve ser equacionada e refletida também a esta escala, com os atores dos territórios.
4. Esta preocupação é tão mais pertinente quanto é reconhecido que um dos fatores explicativos do insucesso da Estratégia de Lisboa, definida pela Comissão Europeia para o período 2007-2013, esteve precisamente na fraca governação multinível, “dado ter sido insuficiente o envolvimento das autoridades regionais e locais, bem como da sociedade civil, na conceção, implementação, comunicação e avaliação da estratégia”.
5. Considerando esta experiência, o Parlamento Europeu recomendou “uma maior integração futura desses atores, em todas as fases”, assinalando “que uma dimensão territorial reforçada da estratégia “Europa 2020”, que contemple as especificidades e os diferentes graus de desenvolvimento das regiões europeias e que comporte a implicação direta das autoridades regionais e locais, bem como a dos parceiros a que se refere o regulamento aplicável aos fundos estruturais, no planeamento e na execução dos programas relevantes conduzirá a um maior sentido de apropriação dos objetivos da estratégia a todos os níveis e garantirá um melhor conhecimento dos objetivos e dos resultados no terreno”.
6. Neste contexto e considerando, em particular: (i) as prioridades e metas da estratégia Europa 2020; (ii) as prioridades e metas da estratégia “Portugal 2020” definidas no Programa Nacional de Reformas; (iii) os objetivos temáticos e as condicionalidades ex ante temáticas estabelecidas para o Quadro Estratégico Comum 2014-2020; (iv) as recomendações do *Position Paper* da Comissão Europeia sobre o desenvolvimento do Acordo de Parceria e programas Operacionais para o período 2014-2020 e (v) a proposta de estrutura de Pacto Territorial do Comité das Regiões, o Governo incumbiu a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) de preparar regionalmente (NUTS II) a programação do novo ciclo de fundos comunitários, para o período 2014/2020, dinamizando um processo de trabalho com a participação e envolvimento dos atores relevantes e de consulta pública na Região.
7. Esta missão teve como objetivos:
 - Incorporar e disseminar conhecimento sobre a estratégia “Europa 2020” e o Quadro Estratégico Comum da União Europeia;

- Diagnosticar e debater a situação de desenvolvimento da Região de Lisboa e identificar prioridades estratégicas, domínios/projetos de investimento relevantes e abordagens territoriais no horizonte 2014-2020;
 - Articular a elaboração do Plano de Ação da Região de Lisboa com a do Programa Territorial Integrado para a AML;
 - Assegurar uma ampla participação institucional (conselho regional, parceiros económicos e sociais, entidades do sistema científico e tecnológico e organismos que representem a sociedade civil) e empresarial, bem como uma mobilização pública em torno da preparação do próximo período de programação 2014-2020;
 - Assegurar a existência de um quadro estratégico, regulamentar e institucional capaz de garantir uma utilização eficiente dos recursos previstos para o próximo período de programação.
8. O documento que agora se apresenta é tributário de um intenso e longo programa de auscultação e envolvimento de atores locais e regionais, realizado entre Abril e Outubro de 2013, incluindo o contributo dos grupos de trabalho que envolveram os agentes dos sistemas económico e de ciência e tecnologia na preparação da estratégia de especialização inteligente (condição ex-ante da programação temática no domínio da investigação e inovação), relevando-se, para além das entidades do Conselho Regional, e o envolvimento de cerca de 500 atores que participaram em 22 seminários, workshops e sessões de grupos de trabalho.
9. A região de Lisboa apresenta um longo historial de reflexão estratégica de base territorial, plasmado em documentos relativamente recentes. Estes documentos foram, naturalmente, aproveitados no presente exercício, constituindo uma base de trabalho para os desenvolvimentos e aprofundamentos que se evidenciaram como necessários em face do contexto económico e social mais atual e das condições e especificidades da programação 2014-2020.
10. O Plano de Ação Regional 2014- 2020 tem assim como referencial de fundo a Estratégia Regional de Lisboa 2020, elaborada em 2007, que encerra a visão de longo prazo da trajetória de desenvolvimento económico, social e ambiental de afirmação internacional que a Região de Lisboa continua a ambicionar, e que a crise económica dos últimos anos tornou ainda mais pertinente, e apresenta os desenvolvimentos consonantes com a realidade dos constrangimentos e oportunidades atuais e com as perspetivas de desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo da Região de Lisboa no quadro nacional e internacional.
11. E tem, também, como referencial as opções estratégicas de base territorial que emanam do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, numa leitura atualizada por alguns estudos entretanto desenvolvidos no âmbito da dinâmica deste segundo instrumento de gestão territorial.
12. Por esse facto, o Plano de Ação Regional está fortemente articulado com a estrutura de Eixos Prioritários, Objetivos Temáticos e Prioridades de Investimento definidas nos Regulamentos que estruturam o Quadro Estratégico Comum 2014-2020 e comprometido com as prioridades europeias de crescimento inteligente (desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação), de crescimento sustentável (promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva) e de crescimento inclusivo (fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegura a coesão social e territorial).

13. Embora encerre uma ambição estratégica que ultrapassa o futuro Programa Operacional Regional (POR), ou o quadro de investimentos públicos financiados com fundos estruturais até 2020, este documento constitui a base estratégica de apoio à elaboração do futuro POR, que está a ser preparado em paralelo.

1.2. CONTEÚDOS E ORGANIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO REGIONAL

14. O Plano de Ação Regional encontra-se estruturado em 5 capítulos para além da presente introdução.
15. O Capítulo 2 “Diagnóstico Prospetivo”, compreende uma caracterização sintética da Região de Lisboa em cada um dos domínios chave que integram o Crescimento Inteligente, o Crescimento Sustentável, o Crescimento Inclusivo e a Capacitação Regional, identificando os constrangimentos e as oportunidades existentes para a concretização de um modelo de desenvolvimento regional mais inteligente, sustentável e inclusivo. Estrutura-se em nove domínios chave agrupados nestes quatro pilares: I) Crescimento Inteligente: Sistemas produtivos e especialização inteligente; Educação, Emprego e Empreendedorismo; Meios criativos e Indústrias Culturais; II) Crescimento Sustentável: Recursos, serviços ambientais e riscos; Economia de baixo carbono; Qualificação urbana; III) Crescimento Inclusivo: Demografia e Serviços de Proximidade; Inclusão, inovação social; IV) Capacitação Regional: Capacitação, qualificação e modernização administrativa.
16. O Capítulo 3 “Análise SWOT”, resulta numa sistematização dos principais constrangimentos e das oportunidades existentes nos domínios-chave anteriormente caracterizados e que permitem suportar e enquadrar a definição da visão estratégica para a Região de Lisboa no horizonte 2020.
17. O Capítulo 4 “Estratégia de Desenvolvimento Regional”, compreende a definição de um modelo estratégico para a Região, suportada nos seus principais ativos e vocações territoriais e tendo presente a matriz de forças e de fragilidades que a caracterizam, bem como o papel estruturante que este território desempenha e deverá continuar a desempenhar na competitividade e na internacionalização da economia portuguesa.
18. O Capítulo 5 “Quadro de Ação Regional”, corresponde à concretização das prioridades estratégicas apontadas para Região de Lisboa em cada domínio chave, nomeadamente através da operacionalização das linhas de intervenção estratégica que incidem nas dimensões-chave que corporizam a Estratégia Europa 2020.
19. O Capítulo 6 “Modelo de Governação Regional”, procura enquadrar um conjunto de princípios orientadores para uma maior eficácia e sucesso na gestão dos fundos comunitários no próximo período de programação.

2. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO

20. O diagnóstico prospetivo que se apresenta de seguida faz uma caracterização sintética da Região de Lisboa em cada um dos domínios chave que foram assumidos pelo Conselho Regional como estruturantes da estratégia de desenvolvimento regional 2014-2020, identificando-se os constrangimentos existentes para a concretização de um modelo de desenvolvimento mais inteligente, sustentável e inclusivo.
21. Procura-se também apontar algumas opções que se afiguram mais ajustadas para ultrapassar os constrangimentos regionais e para promover o aproveitamento de novas oportunidades, explorando as capacidades de partida da Região e os novos contextos nacionais e internacionais, no quadro das linhas estratégicas de desenvolvimento plasmadas na Estratégia 2020 e nos documentos de referência para o desenvolvimento nacional, designadamente, o Programa Nacional de Reformas.
22. A Região de Lisboa constitui um espaço central desenvolvido e liderante (Figura 1). Dotada de recursos avançados e com um alargado mercado, destaca-se, em termos nacionais, enquanto região globalmente melhor preparada para competir internacionalmente e para servir de motor do desenvolvimento integrado do país.
23. No último período intercensitário, a Região manteve a sua capacidade de atração populacional, registando um crescimento de 6% (Figura 2) e atingindo, em 2011, cerca de 2,8 milhões de habitantes, dos quais 66% integram a faixa etária da população ativa (dos 15 aos 64 anos). A Região concentra uma parte significativa dos recursos do país em termos produtivos, de inovação e investigação, de turismo e lazer, de equipamentos sociais, de gestão e de administração pública e posiciona-se no grupo das regiões inovadoras europeias. Todavia, encerra ainda um conjunto de constrangimentos nos quais importa atuar para que este território atinja níveis de desenvolvimento mais elevados, essenciais para a retoma do crescimento económico nacional.
24. Tendo em conta o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional¹ - indicador compósito (Portugal = 100) - a Região de Lisboa detém uma posição única no país, evidenciando um desempenho superior à média nacional (106,5 em 2010). Registou-se, no entanto, alguma oscilação nos últimos anos, fruto de um contexto socioeconómico desfavorável, tendo a vertente da competitividade (113,9) contribuído fortemente para a manutenção da posição de destaque da Região de Lisboa, enquanto nas restantes componentes os valores são ligeiramente inferiores: 104,6 na vertente da coesão e 100,2 na da qualidade ambiental (Figura 1). Em termos de PIB *per capita*, a Região de Lisboa apresenta igualmente um posicionamento superior à média nacional, verificando ao longo dos últimos quinze anos um processo de crescimento superior aos valores médios nacionais (Figura 3).
25. Numa perspetiva de desenvolvimento sustentado, interessa à Região de Lisboa potenciar a sua posição geoestratégia organizando-se como plataforma de intermediação no relacionamento da Europa com o resto do mundo, explorando a sua situação no contexto da economia do mar e assumindo a sua capitalidade no âmbito das regiões euro-atlânticas. Importa também reforçar a especialização produtiva inteligente, com incremento dos recursos qualificados e progressão nas cadeias de valor, e afirmar a sua inserção no grupo das grandes metrópoles estruturantes da produção e consumo, assumindo a valorização dos recursos e

¹ O ISDR foi construído com base em três dimensões fundamentais do desenvolvimento regional: a competitividade, a coesão e a qualidade ambiental, sendo que para cada uma destas dimensões é apresentado um índice, a par com o índice global. Cada componente é obtida por agregação, por média simples, de indicadores de base e o índice global é obtido por agregação, por média simples, das componentes.

valores naturais e patrimoniais e a diversidade cultural como fatores de competitividade e de qualidade de vida.

26. A afirmação da Região em termos económicos deverá ser alcançada em forte articulação com uma resposta efetiva aos desafios ambientais que se colocam atualmente aos territórios metropolitanos. A transição para uma economia mais eficiente no uso energético, ao nível da inovação dos processos produtivos, da melhoria do desempenho das infraestruturas e edifícios, incluindo o segmento residencial, e da alteração dos modelos de mobilidade, bem como a proteção do património natural, o uso eficiente dos recursos e a resiliência face a riscos específicos (sismos, deslizamento de vertentes, erosão costeira e cheias, e às alterações climáticas constituem desafios estratégicos que se colocam à Região num quadro de um crescimento sustentável.
27. O ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos da economia portuguesa tem envolvido custos significativos ao nível da atividade e do emprego. Estes efeitos têm-se repercutido de forma severa ao nível social acentuando as fraturas sócio-urbanísticas existentes na Região e que representam dinâmicas de exclusão social que podem tornar-se numa ameaça real se não forem compensadas por mecanismos de inclusão mais poderosos. De resto, uma sociedade coesa contribui favoravelmente para a competitividade das regiões, razão também pela qual estas questões têm de ser equacionadas.
28. A debilidade das estruturas e dinâmicas de educação e de formação profissional, o enfraquecimento dos laços familiares, a fragilidade dos tecidos associativos locais e a escassez de respostas ativas de inclusão fazem das áreas urbanas críticas da Região espaços de grande vulnerabilidade social e económica, que se tornam mais evidentes com o agravamento significativo do desemprego, o aumento da pobreza e a persistência do insucesso escolar nestes territórios. A resposta a este quadro agravado de debilidades sociais é essencial para reforçar a coesão económica, social e territorial na Região.

2.1. CRESCIMENTO INTELIGENTE

2.1.1. Sistemas Produtivos e Especialização Inteligente

29. É evidente a importância da Região de Lisboa na economia nacional. Lisboa é uma região que concentra 27% da população residente nacional, representa 26,2% do emprego e 47,5% da produção empresarial nacional. Em 2011, apresenta um valor médio do PIB *per capita* consideravelmente superior (140) à média nacional (PT=100) e concentra 37,2% do Valor Acrescentado Bruto nacional (Figura 4). Por outro lado, a Região de Lisboa é responsável por 33% das exportações do país. No entanto, a orientação exportadora da Região corresponde a 22%, situando-se abaixo da média nacional (25%), o que em parte reflete a circunstância da Região ser uma porta de entrada das importações no país.
30. A dinâmica económica regional assenta num conjunto de setores muito diversificados e na sedeação e “densidade” dos elementos mais dinâmicos do desenvolvimento económico (sistema de ciência e tecnologia, grupos financeiros, multinacionais, categorias socioprofissionais mais qualificadas e com maior capacidade de consumo). No entanto, a Região de Lisboa, entre 2007 e 2009, registou um crescimento económico moderado decorrente da contração da economia, (Figura 5).
31. Observa-se na Região de Lisboa uma especialização produtiva nos “serviços empresariais”, “transporte, logística e distribuição” e “energia e ambiente”, seguindo-se as “indústrias alimentares”, as “mecânicas e

eletrónicas” e “químicas” (Figura 6, Figura 7 e Figura 8), o que lhe confere uma base sólida para o aprofundamento de processos de industrialização em setores chave e para o aprofundamento paralelo de lógicas de cadeia de valor, em atividades integradas ao longo da extensão dessa cadeia de valor. Por outro lado, emergem, no contexto atual, outras áreas de especialização, como o turismo, a economia azul e as indústrias culturais que todos os atores regionais e parceiros sociais da Região identificaram como promissores e já com boa implantação regional.

32. Refira-se, em particular, o segmento dos denominados serviços avançados às empresas, enquanto componente da especialização produtiva da Região de Lisboa nos serviços empresariais. Lisboa regista uma especialização vincada nos segmentos de atividades que abrangem serviços especializados (jurídicos, contabilidade, informação, publicidade, estudos de mercado, consultoria, telecomunicações, alugueres de máquinas, atividades de serviços administrativos, etc.), seja em termos da representatividade de unidades empresariais e de postos de trabalho nestas atividades à escala do País, seja também da criação de riqueza (Figura 9).
33. Em Lisboa concentram-se cerca de 40% das unidades empresariais e 50% dos postos de trabalho do País no segmento dos serviços empresariais. Porém, é um setor que, globalmente, representa apenas 1% das exportações portuguesas, respondendo a Região de Lisboa por cerca de 28% das exportações contabilizadas a nível nacional (dados de 2011).
34. Este segmento é tipicamente polarizado em torno de uma cidade capital, cujas funções de centralidade à escala nacional e internacional incorporam uma importante dimensão económica, fortemente associada à concentração de grandes sedes empresariais enquanto centros nevrálgicos na produção de bens, da posse e disseminação de conhecimento, da capacidade financeira ou da capacidade de mercado. A NUTS III Grande Lisboa verifica, como tal, sem surpreender, um perfil de especialização produtiva mais vincado neste segmento de atividades de serviços do que a Península de Setúbal, e confere argumentos que justificam a existência de uma dinâmica já firmada em Lisboa, à qual importa dar densidade e sustentar instrumentos de aprofundamento e/ou alargamento.
35. Na base da inovação encontram-se não só os processos autónomos de investigação e de desenvolvimento tecnológico, mas fundamentalmente a transferência deste conhecimento e tecnologia das instituições de investigação e ensino superior para o setor empresarial. A Região de Lisboa atingiu em 2010 os 2,31% de despesas em I&D no total do PIB, valor bastante superior à média nacional e europeia (
36. Figura 10).
37. A Região tem vindo a aumentar significativamente a sua despesa em I&D, sendo as empresas as instituições que mais executam despesa em I&D, superando os 50% na Região de Lisboa (uma parcela desta despesa tem, no entanto, origem em financiamento público). No que respeita à concentração de emprego em atividades de I&D e de empresas com atividades de inovação, a Região de Lisboa, apresenta, igualmente uma expressão consideravelmente superior ao resto do País.
38. O número de patentes registadas na Região de Lisboa foi sempre superior à média de Portugal, essencialmente devido à forte concentração e dinâmica do sistema de ciência e tecnologia que estimula o processo de desenvolvimento tecnológico na Região. Regista-se no entanto uma quebra no número de patentes nos últimos anos (18.771 patentes por milhão de habitantes em 2007 e apenas 4.338 em 2009).
39. Apesar de um ambiente de inovação particularmente intenso comparativamente ao panorama nacional, com a existência de Parques de Ciência e Tecnologia de qualidade e com vários programas, estratégias e linhas

de financiamento que permitiram significativos progressos em matéria de investigação e inovação na última década, verifica-se que existem ainda dificuldades estruturais que comprometem, neste fator-chave de investimento, a competitividade da economia regional (Figura 11 a 17).

40. A inovação materializa um veículo importante de articulação entre o sistema científico e tecnológico nacional e atividades de especialização já firmada da Região de Lisboa, como as indústrias químicas, materializando o potencial de afirmação de uma lógica de fileira em torno da saúde, com integração mais aprofundada entre as etapas de investigação (como seja a investigação e desenvolvimento nas áreas da biotecnologia) e os segmentos de produção (fabricação de produtos farmacêuticos e equipamentos de saúde) e serviços de saúde (como as atividades de saúde humana). A relevância destas três atividades na Região de Lisboa é colocada em evidência pelos indicadores de especialização produtiva, aparecendo, no seu conjunto, com um peso na estrutura de unidades empresariais e de postos de trabalho que supera em cerca de 19% e 12%, respetivamente, a estrutura nacional padrão (Figura 18).
41. Este é um setor com baixa tradição exportadora que, globalmente, representa apenas 1,1% das exportações portuguesas, respondendo a Região de Lisboa por cerca de 70% das exportações contabilizadas pelo sector a nível nacional em 2011. A promoção da capacidade de internacionalização do setor é uma aposta para a qual a Região de Lisboa tem forte capacidade de dinamização, em particular no desenvolvimento do segmento dos cuidados médicos.
42. Fatores importantes de caracterização do setor, como o fato deste ser tendencialmente concentrado em torno de poucas unidades empresariais, explicam que, apesar deste perfil de especialização ser relativamente moderado (outras atividades evidenciam quocientes de localização mais expressivos), na Região de Lisboa estejam concentradas 35% das unidades empresariais e dos postos de trabalho do País, e que a Região seja responsável por cerca de 40% da riqueza criada pelo setor a nível nacional (o que não se traduz num indicador de especialização de Lisboa em termos de VAB e volume de negócios, pelo peso relativamente contido que atinge o VAB deste setor, face à dimensão do VAB e volume de negócios da Região de Lisboa, onde se concentram algumas das maiores empresas do País).
43. Uma importante dimensão que confere robustez e suporte técnico à capacidade produtiva que se atinge em Portugal na área dos produtos farmacêuticos e dos dispositivos médicos está associada à excelência do sistema de ensino na saúde. É um fator apontado como determinante para a competitividade do setor, que não se materializa em termos do perfil de especialização das atividades produtivas, mas que lhe confere suporte e viabiliza uma lógica de aprofundamento em áreas inovadoras de serviços.
44. Importa destacar a particular notoriedade que a Região de Lisboa assume no panorama científico e tecnológico nacional, em virtude da acentuada concentração de instituições de ensino superior e politécnico, e de investigação e desenvolvimento científico, incluindo laboratórios do Estado comparativamente ao restante território nacional. Estas instituições detêm uma importância estratégica na especialização inteligente e competitividade da Região à escala internacional, conferindo-lhe uma massa crítica assinalável na área da investigação científica e desenvolvimento tecnológico, indutora da captação de profissionais de qualificação e competência superiores e da atração de estudantes e investigadores.
45. A Região de Lisboa, mantendo um nível médio de qualificação da mão-de-obra superior à média nacional (25,3% com ensino superior face aos 21,1% do país) e com uma maior concentração da população ativa em atividades de I&D (2% em 2010) (Figura 19), caracteriza-se por ser uma das regiões com melhor “ambiente criativo”, o que se traduz numa maior capacidade para potenciar ações que visem o aprofundamento da sociedade da informação, nomeadamente através da garantia de infraestruturas de apoio à inovação com

especial ênfase na dinamização das indústrias ligadas à I&D e à cultura, que concorrem para a renovação do tecido industrial e dos fatores de competitividade.

46. O turismo é uma atividade fundamental pela sua capacidade própria de gerar riqueza, criar postos de trabalho, estimular o desenvolvimento regional e pelo seu potencial de valorização dos ambientes natural e cultural, exercendo um efeito multiplicador sobre toda a economia. O turismo representa hoje um setor económico consolidado e relevante na Região de Lisboa, com expressão nas formas mais modernas da procura turística internacional, como os City Breaks, o Turismo de Negócios e de Cruzeiros, o Golfe, o Turismo de Natureza e o clássico Sol & Mar.
47. O efeito de atratividade turística exercido por Lisboa tem vindo a reforçar-se e Lisboa ocupa atualmente a 9ª posição no ranking de regiões metropolitanas europeias em termos de número de dormidas (total e de não residentes), tendo reforçado, entre 2000 e 2011, o número de dormidas em mais de 30%. O crescimento da oferta hoteleira e da capacidade dos alojamentos, que continua a marcar uma posição significativa no território nacional, atingiu em 2010 18,9 camas por mil habitantes, apesar de fortemente centralizado na cidade de Lisboa (que representa cerca de 20% da oferta hoteleira do país). Quanto ao número de dormidas de hóspedes nacionais e estrangeiros, a Região tem-se mantido estável, com taxas de crescimento na ordem dos 4%, sendo que em 2011 a Região registou cerca de 9 milhões de dormidas (23% do total nacional - Figura 20). Este patamar aproxima-se dos resultados de Estocolmo, Copenhaga e Atenas (10 milhões), Viena (10,8 milhões) e Praga (13 milhões), e corresponde a cerca de 50% das dormidas registadas em Madrid (cerca de 20 milhões) e de 14% das dormidas registadas em Paris (1º lugar no ranking europeu de dormidas, com mais de 70 milhões).
48. Este ritmo de crescimento da capacidade de captação de turistas não se reflete expressivamente, contudo, nos indicadores de especialização produtiva de Lisboa, no conjunto de atividades que compõem uma cadeia de valor mais alargada, que abrange o turismo e a hospitalidade, e onde se englobam atividades como o alojamento, a restauração, os serviços de suporte ao turismo (como agência de viagem, operadores turísticos, aluguer de veículos automóveis e de bens recreativos e desportivos), as atividades de diversão e recreativas. Pelas suas características, é um setor tendencialmente disperso por todo o país, que justifica que os indicadores de especialização em termos de postos de trabalho e unidades empresariais não sejam particularmente expressivos em Lisboa (Figura 21).
49. A “baixa valorização” atribuída ao destino turístico Lisboa é uma característica internalizada entre os *players* das atividades ligadas ao turismo, e que introduz uma justificação para a subespecialização de Lisboa nas atividades ligadas ao turismo em termos de criação de valor acrescentado e de volume de negócios gerado. A este facto certamente não será alheio o facto de este ser um sector que labora tipicamente com baixas margens de rentabilidade e de ser um sector muito presente na estrutura de emprego e unidades empresariais de todas as regiões do País (logo, difícil de se refletir como setor de especialização numa região como Lisboa, onde se concentra um conjunto de outras atividades tendencialmente mais rarefeitas no País).
50. São transversais os argumentos que poderão continuar a sustentar a atratividade turística de Lisboa e, em paralelo, promover a valorização do destino Lisboa do ponto de vista da avaliação percecionada pelo turista. Prendem-se com fatores como a diversidade, qualidade e diferença da oferta museológica, cultural e artística, a regeneração urbana, o ambiente e as vivências urbanas, com a facilidade de acesso e mobilidade na cidade, com a experiência turística oferecida, com a qualidade dos serviços de restauração, cafetaria e hotelaria, com a oferta de equipamentos que permitam acolher grandes eventos, nomeadamente, no que

respeita à *meeting industry*, e, em geral, com a consolidação de uma imagem e/ou marca consensual e reconhecida internacionalmente.

51. A cidade de Lisboa enquadra-se no contexto de uma Região onde se verifica uma combinação feliz de elementos que lhe conferem uma singularidade com potencial de articulação de experiências valorizáveis pelo turista, como sejam as zonas costeiras, praias da faixa litoral e pontos de animação e lazer; o património natural, reconhecido e classificado (zona de lezírias no Ribatejo e de proteção dos estuários do Tejo e do Sado, e Parques Naturais das Serras de Sintra e da Arrábida, etc.); e o arco patrimonial que se centra na cidade de Lisboa e se alarga a uma região envolvente que lhe confere densidade e diversidade. Esta singularidade é encarada, pelos agentes e *players* do setor como um instrumento importante na afirmação turística de Lisboa, encontrando-se densidade para a fixação de objetivos de atuação conjunta (a diversos níveis) em torno da afirmação do produto turístico Lisboa, da sua promoção internacional e do reforço da sua notoriedade. O setor do comércio, para além de desempenhar um papel fulcral na vitalidade das principais centralidades urbanas da Região, tem também assumido um papel de relevo na diferenciação turística e na sua atratividade.
52. Apesar da Região de Lisboa se encontrar bem posicionada nos rankings internacionais, importa reforçar o seu posicionamento competitivo no mercado do turismo, tendo em conta o atual contexto competitivo a nível europeu, em que surgem novos concorrentes e se renovam os tradicionais. Apostar na vocação marítima e atlântica da Região e na *meeting industry*, para aumentar a sua atratividade turística, parece fundamental.
53. O setor da “economia azul” é um pilar importante do aumento da competitividade regional e o desenvolvimento do *cluster* marítimo pode incrementar e maximizar o uso sustentável dos oceanos e zonas costeiras, através de um crescimento económico gerador de emprego, inovador e eco eficiente. É um setor reconhecido como em fase embrionária, sobretudo porque abrange desafios ligados aos novos usos e recursos do mar (como as energias renováveis, a biotecnologia marinha, etc.), numa integração muito próxima de inovações cruzadas com setores tecnologicamente intensivos, como as TIC e a robótica.
54. A prospeção e valorização de recursos marinhos será, como tal, um setor com potencial de crescimento em Lisboa, que nesta fase encontra expressão vincada no perfil de especialização da NUTS III Península de Setúbal, certamente influenciada pela atividade de pesca e pela indústria de conserva de peixe dinamizada em torno do porto de pesca de Setúbal (Figura 22). Nesta área tem havido preponderância do setor pesqueiro, setor esse que se caracteriza por uma baixa qualificação da mão-de-obra. Por outro lado, a aquacultura continua a ter resultados ainda aquém do seu potencial de crescimento. A pesca e aquacultura são atividades económicas determinantes para a produção e o consumo alimentar que respondem à grande procura no mercado nacional e assumem posições competitivas à escala internacional pelo aproveitamento dos recursos naturais da Região de Lisboa. Importa por isso, modernizar os portos e locais de desembarque, garantindo infraestruturas e dimensões adequadas para a acostagem e desembarque em segurança e descarga e movimentação em terra. A dimensão exportadora do setor poderá ser reforçada (representa cerca de 1% das exportações portuguesas em 2011) através da valorização económica desta atividade na Região de Lisboa (representou 7,5% das exportações do País em 2011).
55. O desenvolvimento da “economia azul” e a efetiva capacidade de Lisboa lhe atribuir valorização económica, exigirá que a sua leitura enquanto setor de atividade seja mais alargada, dando densidade à fileira produtiva da “prospeção e valorização de recursos marinhos” através da promoção da diversificação económica e pela aposta na investigação, inovação e tecnologia marinha. Esta aposta terá, no entanto, de ser balizada pela gestão eficiente do uso dos recursos marítimos através da promoção de uma economia amiga do ambiente.

Será aqui importante apostar numa transferência de mão-de-obra de setores em declínio para setores com grande potencial de crescimento, como a aquacultura, a biotecnologia marinha, a construção e reparação naval ou o turismo costeiro. Importa também potenciar e valorizar a diversidade e complementaridade dos usos associados ao mar e aos estuários, compatibilizando o desenvolvimento das atividades económicas, nomeadamente portuárias, industriais, turísticas, de transporte e de pesca, com as funções de defesa nacional e as funções de proteção dos valores naturais e as atividades de recreio e lazer.

56. Em termos de acessibilidade e conexões com o exterior, a Região de Lisboa acolhe equipamentos e infraestruturas logísticas do sistema de transportes fundamentais para a internacionalização da economia portuguesa (aeroportos, portos, plataformas logísticas).
57. Destaca-se o aeroporto da Portela, que constitui a principal porta de entrada nacional para os fluxos internacionais de passageiros, acumulando cerca de metade do total destes e 60% da carga movimentada nos aeroportos da ANA. Tanto no segmento de passageiros, como no de carga, a procura da Portela tem vindo a crescer (entre 2007 e 2011 registou um aumento de 11% em carga e 12% em passageiros) (Figura 23), importando dar resposta adequada ao crescimento da procura previsível.
58. Em termos de transporte marítimo, os portos de Lisboa e de Setúbal são infraestruturas fundamentais para a competitividade da Região, os quais têm vindo a registar um crescimento moderado da carga movimentada nas últimas décadas, apesar do decréscimo de 4,4 pontos percentuais verificado entre 2007 e 2011. Em contrapartida, o Porto de Lisboa registou, no mesmo período, um crescimento de 55% no tráfego de passageiros, sendo de referir que este porto absorve praticamente toda a procura de passageiros dos portos do continente. Este último aspeto sublinha a importância de Lisboa no segmento do Turismo de Cruzeiros, com efeitos na cidade e na Região mais próxima. Porém, é de salientar que o crescimento do porto de Lisboa está condicionado na margem Norte, em resultado da forte inserção urbana, o que exige a otimização territorial e funcional da sua operação e a concretização de ações de conciliação das diversas utilizações, bem como maior complementaridade com o Porto de Setúbal e sinergia com as plataformas logísticas que os podem apoiar.
59. Quanto à rede ferroviária de ligação internacional, esta carece de reforço, modernização e melhoria na interoperabilidade nas ligações à Europa, verificando-se também problemas de capacidade (Linha do Norte), bem como de modernização nas ligações ferroviárias nacionais, designadamente na articulação com os portos de Lisboa, Setúbal e de Sines e com as plataformas logísticas da Região. Importa assim concretizar a prioridade estabelecida no Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015 de ligação ferroviária de mercadorias entre estes três portos e as plataformas logísticas e a sua inserção na respetiva rede transeuropeia, sendo a este propósito de equacionar o seu financiamento através de verbas do Fundo de Coesão alocadas ao PO Competitividade e Inovação (PO CI) e considerar estes projetos na respetiva lista indicativa dos grandes projetos dos PO CI.
60. Em termos de acessibilidades rodoviárias estas desenvolveram-se a nível interno com a construção da CRIL, CREL, Radiais e Ponte Vasco da Gama, e a nível externo designadamente com as autoestradas A1, A2, A8, A12, A13, A16, A21, A39 e A40.
61. Em termos de unidades produtivas e de sustentação de postos de trabalho e de criação de riqueza, o setor da mobilidade e transportes concentra uma expressiva representatividade na NUTS III da Península de Setúbal, com reflexos em indicadores expressivos de especialização produtiva (Figura 24). Embora em estádios de maturidade diferentes, articulam-se em torno do setor da mobilidade e transportes um conjunto de *clusters* de atividades, desde o cluster automóvel, ao cluster aeronáutico, às indústrias naval e do espaço,

que estabelecem entre si um potencial importante de afirmação de dianteiras na valorização económica de dinâmicas recentes, como a mobilidade elétrica e a navegação assistida. Globalmente, o setor da mobilidade e transportes responde por 13% das exportações portuguesas (2011), sendo a Região de Lisboa responsável por 48% desse valor de exportação.

62. Ainda no capítulo do crescimento inteligente, apesar da evolução muito positiva ao longo dos últimos dez anos, persistem, porém, alguns constrangimentos, em especial no que toca à existência de fracos níveis de colaboração entre as empresas e as universidades no domínio das atividades de I&D, e aos fracos níveis de prestação de serviços avançados às empresas e de acolhimento empresarial adaptadas às cada vez mais exigentes necessidades das empresas mais competitivas. Regista-se ainda uma reduzida eficiência na transferência de tecnologia, sobressaindo um défice de “transformação de conhecimento” gerado pela I&D em produtos ou serviços inovadores e com mais-valia económica e social.
63. A Região de Lisboa constitui ainda um nó da rede mundial de cabos submarinos de telecomunicações, os quais são responsáveis por mais de 95% do tráfego internacional, com a maioria das amarrações em Sesimbra. Adicionalmente, a Região conta com uma estação terrestre de comunicações por satélite, em Sintra, a qual complementa a via submarina e apresenta bons indicadores de cobertura e utilização dos serviços de telecomunicações a nível nacional, com forte presença de variadas empresas do setor das telecomunicações (confluindo nesta região as redes de todos os operadores de telecomunicações). [Toc346271031](#)

2.1.2. Educação, Emprego e Empreendedorismo

64. No que se refere aos recursos humanos da Região de Lisboa, a estrutura da qualificação da população residente, em 2011, apresentava um peso relativamente elevado de população com ensino superior (16,8%), quando comparado com a média nacional (11,8%), a par de uma forte concentração de equipamentos de ensino superior e de centros de investigação, revelando assim uma concentração de recursos humanos e de ensino relevantes para a economia do conhecimento (Figura 25 e Figura 26).
65. No que diz respeito à formação profissional, regista-se um aumento da participação em cursos profissionais no ensino secundário nos últimos anos, atingindo, em 2012, 23%, mas ainda insuficiente para uma formação significativa de quadros médios especializados (Figura 27).
66. Em 2012 existiam na Região 98 escolas secundárias com ensino profissional e 49 escolas profissionais (das quais 44 são privadas e 5 públicas). Quanto às principais áreas de formação no ensino secundário, e tendo em conta os alunos matriculados no ano letivo de 2011/2012, regista-se um predomínio das ciências informáticas (17%) e da hotelaria e turismo (13%), seguindo-se das áreas de apoio social (9%) e dos audiovisuais e média (9%).
67. Apesar da evolução positiva ao longo dos últimos dez anos, persistem alguns constrangimentos ao nível do Sistema de Educação / Formação. Identificam-se ainda debilidades na oferta e procura de ensino profissional e tecnológico, bem como a existência de um desfasamento entre a oferta de ensino e formação profissional e as necessidades de mercado, com impacto direto na insuficiência de quadros especializados de nível médio.
68. Para além do fraco nível de colaboração em I&D, existe também na Região um desajuste entre as competências produzidas no sistema de ensino e as necessidades das empresas. Destaque-se que áreas

tecnológicas vitais, como as TIC, representam uma menor proporção do total de alunos que frequentam o ensino superior na Região de Lisboa.

69. Quanto à qualificação da mão-de-obra, e tendo por base os dados da população ativa para a Região de Lisboa, destaca-se uma boa performance, acima da média nacional para os níveis de ensino secundário e superior, e abaixo da média nacional para os níveis de ensino inferiores (Figura 25). Em 2011, 25,3% da população ativa da Região de Lisboa detinha o ensino superior.
70. Já no que se refere aos níveis de ensino da população empregada, a Região de Lisboa apresentava em 2011 uma mão-de-obra melhor qualificada no contexto nacional: com ensino secundário completo, 19,5%, na Região e 17,4% no país; com ensino superior, 25,6% na Região, e 19,2% no país (Figura 25).
71. Em termos de distribuição da população empregada por setor de atividade, a Região de Lisboa concentrava, em 2010, 2% da população total (nacional) empregada nos ramos de atividade “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, 19% na “indústria extrativa e setor secundário”, e 38% nos ramos de atividade “Serviços” (Figura 28).
72. A taxa de emprego na Região de Lisboa, de acordo com o EUROSTAT, atingiu em 2011, 64%, valor ligeiramente abaixo da média nacional e europeia: 64,2% (Figura 29). O emprego diminuiu na Região, entre 2008 e 2011, cerca de 4,5 pontos percentuais, concentrando este território 26,2% do emprego do país. Em contrapartida, verificou-se no período em análise um reforço do emprego da Região de Lisboa nos ramos de atividade relacionados com o setor terciário, que representava, em 2010, cerca de 82% do emprego na região, correspondendo a 1,2 milhões de pessoas empregadas nessas atividades. Em 2009, 50% do pessoal ao serviço na Região encontrava-se afeto a empresas de média ou grande dimensão (com mais de 50 trabalhadores), comparativamente aos 36% do país.
73. Tendo em conta os escalões profissionais da população empregada, a Região de Lisboa concentrava no seu território, em 2011, 33% dos quadros superiores do país e 43% de especialistas em profissões científicas e intelectuais. No entanto, apresenta um número ainda relativamente baixo de quadros médios (Figura 30), a que está associado um fraco investimento da Região em formação de nível médio pós-secundário.
74. Apesar da melhoria registada na taxa de abandono escolar com uma diminuição de cerca de 10 pontos percentuais nos últimos 5 anos, persiste ainda na Região de Lisboa uma taxa de abandono precoce de educação e formação muito elevada, (22,7% em 2011), acompanhando a média nacional, mas superior à média europeia (Figura 31).
75. Na perspetiva do empreendedorismo, a Região de Lisboa encontra-se bem posicionada quanto ao nascimento de empresas, tendo sido responsável por 33,8% das empresas criadas no país, com destaque para os setores da alta e média tecnologia. Em 2010, a proporção de nascimentos destas empresas atingiu o valor mais alto dos últimos anos (2,53%), superior à média nacional (1,78%), o que reflete um maior dinamismo empresarial e a sua relação com o sistema de ciência e tecnologia da Região (Figura 32). No entanto, a partir de 2008, com o agravamento da crise, a Região de Lisboa passou a registar um maior número de mortes do que de nascimentos de empresas, registando-se uma inflexão da dinâmica até aí verificada, em que o número de empresas criadas foi sempre superior ao número de encerramentos. As atividades económicas mais afetadas, com maior número de mortes de empresas, são as do “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” e as “Atividades administrativas e dos serviços de apoio” (Figura 33).

76. De notar também que a concorrência mais intensa justifica que a taxa de sobrevivência das empresas seja inferior à do país (43.1%), o que significa que, em 2010, cerca de 57% das empresas criadas 2 anos tinham entretanto encerrado (Figura 34).
77. Identificam-se também debilidades na oferta e procura de ensino profissional e tecnológico, bem como a existência de um desfasamento entre a oferta de ensino e formação profissional e as necessidades de mercado, com impacto direto na insuficiência de quadros especializados de nível médio.
78. O crescente agravamento das condições de trabalho face ao atual contexto socioeconómico de crise, com uma procura por mão-de-obra mais “barata” e conseqüentemente menos qualificada, levando à fuga de quadros técnicos superiores, é um constrangimento que pode afetar a competitividade regional.
79. No ano letivo 2010/2011, cerca de 45.000 indivíduos participaram em políticas ativas de educação, nas modalidades de educação/formação orientadas para adultos, sendo que 37% frequentaram os Cursos de Educação e Formação de Adultos (CEFA) e 63% os Processos de Reconhecimento de Validação e Certificação de Competências (RVCC), modalidades de ensino que têm vindo gradualmente a substituir o ensino recorrente (3.898 indivíduos, em 2010/2011).
80. As iniciativas apoiadas pelo Fundo Social Europeu (FSE), têm permitido ajudar os indivíduos com baixas qualificações a adquirir mais e melhores competências e qualificações, num quadro de valorização da aprendizagem ao longo da vida, de forma a criar as condições para a sua continuidade ou inserção no mercado de trabalho. Num período em que a mão-de-obra nacional e europeia está a diminuir, decorrente da diminuição da natalidade, aumento da população idosa reformada, conjugada com o decréscimo dos fluxos imigratórios a par do aumento da emigração, urge qualificar os ativos existentes. Estas modalidades de educação/formação agregam assim em si mesmas finalidades de promoção de competências, de aumento do emprego, mas são também importantes estratégias de luta contra a pobreza e a exclusão social a que importa dar continuidade.

2.1.3. Meios Criativos e Indústrias Culturais

81. A Região é muito diversa nas suas dinâmicas socioculturais, como é previsível na principal região metropolitana do país. Fruto de uma história de várias décadas de atração de populações migrantes de várias regiões do país e nos últimos decénios, também de diversas partes do mundo, a Região de Lisboa é um espaço de encontros culturais, abertura à diferença e tolerância, que deve ser valorizado numa dimensão cosmopolita.
82. Esta diversidade de culturas, introduzindo uma evidente riqueza cultural, proporciona – pela tolerância e abertura que induz – a promoção de interações positivas e o aprofundamento de mecanismos democráticos da sociedade portuguesa. De acordo com os Censos de 2011, 52% dos imigrantes residentes em Portugal vivem na Região de Lisboa (188.391 indivíduos), representando 6,7% da população residente na Região (Figura 35).
83. A cultura é cada vez mais vista como elemento estruturante da identidade histórico-cultural e do potencial económico e social das regiões, numa perspetiva de elemento dinamizador de outros setores económicos, como o turismo, o comércio, a hotelaria e a restauração, e como contributo para a economia do conhecimento. A valorização da cultura e das artes e do património coletivo é vital também para o fortalecimento de sentimentos de pertença à comunidade e aos lugares, e, logo, para a própria coesão social.

84. A Região caracteriza-se pela existência de um património histórico, cultural e arquitetónico com características únicas, de valor e projeção nacional e internacional. Nos últimos anos, as ações de salvaguarda e valorização do património cultural tiveram um acréscimo significativo. Houve também significativas melhorias na dotação em equipamentos culturais.
85. Assiste-se à emergência e ao crescimento sustentado de uma economia do conhecimento, suportada na cultura, onde o segmento das indústrias culturais assume um papel preponderante, gerando inegáveis oportunidades para artistas e profissionais do setor. Há igualmente um crescente reconhecimento das redes existentes na organização e gestão das atividades culturais e artísticas. Por outro lado, o setor cultural tem apostado numa progressiva modernização tecnológica assim como na internacionalização das atividades artísticas e culturais, embora ambas as apostas sejam ainda incipientes.
86. Por outro lado, uma estratégia de desenvolvimento regional pela cultura não pode ignorar que a localização privilegiada da Região de Lisboa, com uma situação de cruzamento central no eixo atlântico, lhe confere um posicionamento de singular cosmopolitismo na confluência de três continentes. Estas qualidades reforçam o posicionamento da Região de Lisboa como destino turístico privilegiado, que constitui um relevante fator de competitividade para o setor cultural. Nesse sentido, a prioridade conferida à cultura deverá fomentar o estabelecimento de sinergias que associem a cultura, o património e o turismo, mas que não percam de vista a importância de valorizar os quadros de vida das populações residentes. Deverá também fomentar as sinergias com as TIC e o sistema tecnológico, por modo a concentrar as atividades e a oferta de serviços e produtos intensivos em criatividade e talento, de que o *design*, o multimédia e a produção de conteúdos, são bons exemplos.
87. A Região tem-se pautado por um crescente número de grandes eventos que se repercutem, com efeitos potenciadores, na produção cultural e tecido artístico, particularmente em Lisboa. A tendência da preponderância de Lisboa sente-se também na fixação dos agentes culturais, de polos de empresas criativas, de espaços para criadores e eventos, bem como na capacidade da cidade de atrair turistas, no subsector do património cultural e artístico.
88. A cultura e a criatividade urbana devem ser assumidas como fatores decisivos do desenvolvimento da região, quer na ótica da geração direta de atividades económicas inovadoras e portadoras de conhecimento, quer enquanto dimensões fundamentais da formação de ambientes criativos, plurais e dinâmicos, atraentes para a fixação de pessoas e de empresas qualificadas e mais exigentes de recursos imateriais.
89. As características físicas, paisagísticas e histórico-culturais da região metropolitana, a concentração e a diversidade de pessoas e atividades, os traços sociais das populações e o cosmopolitismo que resulta da sua posição geográfica e percurso de relacionamento externo, dão a este território, em suma, boas capacidades de desenvolvimento de atividades de base cultural e indústrias criativas, associando-as a apostas específicas de especialização inteligente. A estratégia de desenvolvimento regional, no pilar da especialização inteligente, deve congrega atividade científica e tecnológica, sistemas produtivos inovadores, produção de conhecimento e competências e dinamismo cultural e artístico, articulando arte/tecnologia/indústria, numa lógica de majoração de benefícios mútuos e de afirmação de uma imagem atrativa da região.
90. No País, a Região de Lisboa é o principal foco de indústrias criativas. Em 2006, dados do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, indicavam que as indústrias culturais na Região de Lisboa empregavam 39.611 pessoas, em quase quatro mil empresas (3.924), metade das quais se localizava em Lisboa (52,3% do emprego e 48,9% das empresas) (Figura 36).

91. O efeito de capitalidade exercido por Lisboa é particularmente evidente neste segmento de atividades, até porque aqui se concentra a parte mais substancial dos equipamentos (pavilhões, salas, estúdios, etc.), infraestruturas de suporte (instituições de formação, meios de difusão e comunicação, etc.) e dos meios humanos (artistas, profissionais técnicos, atores, produtores, etc.) que se articulam no setor. Refira-se que mais de 50% das unidades empresariais e do emprego nestas atividades em Portugal está concentrado em Lisboa, e que estes indicadores se acentuam para patamares na ordem dos 70% quando se consideram indicadores como o volume de negócios e valor acrescentado gerado. Os indicadores de especialização produtiva são, como tal, expressivos, sendo de salientar que o peso que representam as unidades empresariais e o emprego gerado por estas atividades na estrutura sectorial das empresas e de postos de trabalho de Lisboa, supera o peso que representa este setor a nível nacional em 61% e 45%, respetivamente (Figura 37). Também a representatividade da criação de valor (VAB) e do volume de negócios gerado pelas empresas do setor em Lisboa evidencia um perfil de especialização de Lisboa em torno dos meios criativos e das indústrias culturais (% do VAB e volume de negócios gerado por estas empresas no total do VAB e volume de negócios gerado em Lisboa, é superior em cerca de 45% ao peso que representa o total deste setor no VAB e volume negócios total do País). Em Lisboa concentra-se parte substancial da dimensão exportadora portuguesa nestes segmentos de atividades (que, no total, representam ainda apenas 0,4% das exportações do País - dados de 2011 - mas têm grande potencial de expansão).
92. Apesar da expressão das atividades de meios criativos e indústrias culturais em Lisboa, são apontadas debilidades ao setor que se prendem com a sua fragmentação, com a sua dependência face a clientes institucionais, com a sua dificuldade em canalizar a produção cultural para o mercado e em estruturar modelos de negócio que permitam suportar as dificuldades de rentabilização da produção cultural numa lógica isolada através da integração em conceitos/modelos mais alargados.

2.2. CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

2.2.1 Recursos, Serviços Ambientais e Riscos

93. A sustentabilidade territorial, enquanto um dos vetores centrais do processo de desenvolvimento, pressupõe uma abordagem convergente e integrada de três domínios fundamentais: ambiental, económico e social. Nesse sentido, a sua relevância para a emergência e consolidação de economias competitivas e sociedades coesas assume um especial significado num território com as características da Região de Lisboa.
94. A Região de Lisboa apresenta condições climáticas e ambientais de grande amenidade e contém valores e recursos naturais, patrimoniais e culturais, diferenciadores da região no plano europeu, destacando-se a orla costeira e as frentes ribeirinhas (espaços também marcados por uma forte presença de funções e atividades humanas), os estuários do Tejo e do Sado (diferenciadores pela sua dimensão e importância económica e ambiental e ambos contendo áreas protegidas com o estatuto de Reserva Natural), os Parques Naturais de Sintra – Cascais e da Arrábida e outros territórios que integram as estruturas ecológicas (Figura 38) e os espaços rurais (fundamentais pela dimensão espacial e atividades que comportam e pelos valores paisagísticos e naturais associados). Estes espaços permitem estruturar e promover de forma singular este território, sendo fundamentais para a produção primária e para a qualificação ambiental e paisagística e

conservação da natureza, bem como para a compartimentação e desafogo das áreas urbanizadas, pelo que a sua salvaguarda é fundamental.

95. Algumas destas áreas possuem valores naturais muito significativos ao nível nacional e internacional, sendo que muitos deles estão incluídos no Sistema Nacional de Áreas Classificadas, consignados pela RCM 142/2008 de 24 de julho. Com 56.971 ha de Sítios e 28.871 ha de Zonas de Proteção Especial (Rede Natura 2000), a Região apresenta um elevado interesse do ponto de vista da conservação e elevados níveis de biodiversidade, reveladores da qualidade dos espaços naturais existentes seja no litoral, seja nos estuários, seja nos espaços rurais.
96. Os estuários do Tejo e do Sado, com grande riqueza faunística e florística e variedade de ecossistemas, constituem territórios de importância estratégica para a conservação da natureza, tanto ao nível metropolitano, como ao nível nacional (o Estuário do Tejo é o maior de Portugal e um dos mais importantes da costa atlântica europeia, com uma área total de 325 km², dos quais 261 km² cobertos por água, e uma largura máxima de 15 km; a Reserva Natural que integra ocupa 14.560 ha). Para além disso, os estuários têm importantes valências económicas, associadas às atividades portuárias, transporte fluvial, reprodução piscícola e aquícola, salicultura e atividades náuticas e recreio e lazer. Como resultado da decadência das atividades e usos tradicionais e da emergência de novos usos que impõem modificações e adaptações nas estruturas e paisagens tradicionais, os estuários têm vindo a sofrer intervenções no sentido da sua transformação (recuperação e reconversão) embora ainda longe de se alcançar uma situação ambientalmente desejável. No caso do Estuário do Tejo, a sua posição no centro da Área Metropolitana de Lisboa confere-lhe potencialidades para protagonizar um projeto integrado de conservação da natureza, valorização ambiental e competitividade económica, apoiado pelos sistemas urbanos que o envolvem.
97. A água, assumindo-se como um dos recursos naturais mais importantes de qualquer região, deve ser preservada e gerida de forma sustentável, procurando-se assegurar permanentemente a sua qualidade e a sua disponibilidade nas quantidades necessárias (atuais e vindouras). Neste quadro, a proteção e requalificação dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, devem constituir uma prioridade para a Região, pelo que a manutenção dos sistemas regionais permanentes de planeamento e de gestão dos recursos hídricos deve ser acautelada, promovendo a otimização do uso da água e a racionalização dos investimentos. Designadamente, o aquífero profundo do Tejo assume especial importância para a Região e para o país, pelo que a sua qualidade e sustentabilidade devem ser garantidas, mediante uma eficaz proteção das zonas de recarga e das áreas subjacentes e através de um rigoroso e permanente controlo das utilizações do aquífero. Atente-se, por outro lado, que na Região são várias as potenciais ameaças de poluição à água subterrânea, sobretudo associadas à poluição produzida por nitratos de origem agrícola (atividade desenvolvida nalgumas áreas da Região de forma intensiva e com excessivo recurso a fertilizantes). Quanto à contaminação das águas superficiais tem tido sobretudo origem em nutrientes provenientes de fontes tóxicas e difusas, metais pesados e outras substâncias perigosas, micropoluentes orgânicos, salinização. Também no que se refere à carga doméstica gerada (as zonas de maior pressão seguem, naturalmente, o padrão das densidades populacionais), a Região apresenta uma das situações mais desfavorável do país, com especial incidência no estuário do Tejo e no rio Trancão.
98. O território da Região de Lisboa é particularmente rico em recursos hídricos subterrâneos (com 83 milhões de m³ de água captada, a Região de Lisboa representa 10% do valor total de água captada no país, maioritariamente com origem em águas subterrâneas), cuja distribuição geográfica apresenta um evidente contraste norte-sul, ocupando essencialmente a Península de Setúbal (os municípios da margem norte, são

abastecidos maioritariamente, em alta, pela EPAL, através de água proveniente de um único ponto de abastecimento: a albufeira de Castelo de Bode - fora dos limites administrativos da AML, bacia hidrográfica do Rio Zêzere). Pela extensão que ocupa dentro da Região (estende-se por 10 dos 18 concelhos), destaca-se o sistema aquífero da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda, cuja importância estratégica é, não só de âmbito regional, mas também nacional, pelas reservas de água subterrânea extraíveis que possui (53 % do total de Portugal Continental). É a origem do abastecimento de água a importantes núcleos populacionais, à indústria e à agricultura, nos concelhos localizados na margem sul do Tejo, que possuem captações subterrâneas próprias, geridas localmente. O alastramento da urbanização, observado nas últimas décadas na Península de Setúbal, bem como o previsível alargamento das áreas impermeabilizadas, põem em risco a recarga e renovação das reservas de água deste sistema aquífero. Acresce a esta situação o aumento previsível da pressão humana sobre este sistema, quer devido a novas captações de água, quer ao risco de contaminação das suas reservas pelas diversas atividades humanas. Neste sentido, as áreas de recarga de aquíferos devem ser eficazmente protegidas e as intervenções que apresentem potenciais efeitos negativos nos recursos hídricos devem ser limitadas.

99. Em 2011, o indicador de água segura era superior a 99% em todos os concelhos da Região sendo, em função da ausência de qualquer incumprimento do valor paramétrico nas análises realizadas, plenamente segura no caso dos concelhos de Mafra, Alcochete e Sesimbra (Fonte: Entidade Reguladora dos Serviços de Água e resíduos, IP). Dos 83 milhões de m³ de água captada (mais de metade nos concelhos de Seixal e Setúbal), cerca de 71,5 milhões de m³ são tratadas na Região de Lisboa (em ETA e, sobretudo, em Postos de Cloragem). Numa perspetiva mais alargada da qualidade ambiental regional, a Região de Lisboa prosseguiu nos últimos anos a consolidação do ciclo de cobertura universal de abastecimento domiciliário de água e de tratamento dos caudais captados para esse efeito. Assim, em termos de abastecimento de água, a Região de Lisboa, apresentava, em 2009, um nível de cobertura de 100% da população servida por sistemas públicos de abastecimento e um nível de cobertura de 96% de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais, ultrapassando, em larga medida, a meta referida no PEAASAR II para 2013 (90%) (Figura 39 e Figura 40). Em termos intraterritoriais, relevam, pela negativa, os concelhos de Alcochete (76%), Palmela e Sesimbra (81%), na Península de Setúbal, e Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira (81%), na Grande Lisboa. Ainda com referência ao ano de 2009, cerca de 81%² da população residente na Região de Lisboa foi servida por estações de tratamento de águas residuais, 9% abaixo da meta do PEAASAR II (Figura 41). Contudo, este valor omite algumas assimetrias intraterritoriais, sendo os casos de maior preocupação os concelhos do Barreiro, Moita e Seixal, em que se verificava que menos de ¼ da população era servida por esta tipologia de equipamento (ETAR). A entrada em funcionamento, em 2011, das ETAR do Barreiro/Moita e do Seixal com capacidade para tratar águas residuais de 446.000 habitantes equivalentes, vieram atenuar estas assimetrias e contribuir para a requalificação do Estuário do Tejo (Figura 42). Releve-se que dos 234,3 milhões de m³ de água consumida na Região, cerca de 77% são para uso doméstico, emergindo com valores superiores os concelhos mais populosos da Região: Sintra e Lisboa. É, igualmente, nestes concelhos que a drenagem de caudais efluentes produzidos possui valores superiores (45,3% do total da Região). No que respeita ao consumo de água do setor doméstico por habitante, Montijo e Almada destacam-se com 113 e 108 m³.
100. Atualmente, a qualidade do ar ambiente é assumida como um dos vetores ambientais de maior preocupação face aos efeitos de alguns poluentes atmosféricos na saúde humana e no ambiente. Acresce que esta é particularmente importante em contextos de grande densidade urbana, onde os níveis de poluentes

² Grande Lisboa 90%, Península de Setúbal 57% (Fonte: INE, 2012)

atmosféricos são normalmente mais elevados e, conseqüentemente, é superior a população exposta (na maior parte dos casos, a degradação da qualidade do ar é provocada pela emissão de substâncias para a atmosfera resultantes das atividades humanas, sendo as principais fontes de poluição os transportes rodoviários).

101. A qualidade do ar ambiente em termos médios, pode considerar-se boa na Região. Todavia, desde 2001, têm-se registado em algumas estações concentrações elevadas de partículas inaláveis (PM_{10}) e, pontualmente, de NO_2 , sobretudo na cidade de Lisboa, onde os limites, anual e diário, das concentrações de PM_{10} foram ultrapassados, designadamente em zonas de tráfego mais intenso (Figura 43). As concentrações de PM_{10} , entre 2005 e 2012, embora ainda registem excedências aos valores limite legislados, apresentam uma tendência de melhoria. Os níveis mais elevados de partículas são essencialmente consequência das elevadas emissões associadas à circulação do tráfego automóvel resultando igualmente de condições meteorológicas muito particulares. Os valores dos poluentes atmosféricos NO_2 e PM_{10} observados nas aglomerações da AML podem pôr em causa a saúde pública e, face à legislação, obrigaram ao desenvolvimento do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar da Região de Lisboa e Vale do Tejo para o período 2005 – 2012, encontrando-se em monitorização as medidas constantes do respetivo Programa de Execução.
102. No que respeita aos resíduos urbanos destaca-se a taxa de reciclagem, que na Região de Lisboa é superior à média nacional (em 2011, 16,6% na Região, comparativamente aos 11,5% registados no país). Nos últimos anos, as despesas municipais com recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos aumentaram significativamente, revelando uma maior preocupação dos municípios com esta problemática (em 2010, as despesas dos municípios da Região por 1000 habitantes, rondavam os 57 mil euros, valor bastante superior ao observado no Continente – 42,4 mil euros). O aumento de produção de RU que se verificou no período 2002-2010 (18%) sofreu uma inversão nos anos mais recentes. Em 2012 produziram-se em Portugal Continental menos 12,5% de RU relativamente a 2010. A capitação desceu para 454 kg/hab/ano, abaixo da média da EU27 em 2011 de 500 kg/hab/ano. O PERSU 2020 aponta para uma redução de 7,6% da produção de RU em 2016 em relação a 2012, e uma redução de 10% em 2020 em relação a 2012. Para a Região de Lisboa, em 2011, a produção foi cerca de 1,530 milhões de toneladas de resíduos urbanos, ou seja aproximadamente 542 kg/hab/ano (Fonte: APA e INE, 2013) (Figura 44). A recolha indiferenciada continua a possuir uma relevância bastante superior quando comparada com a recolha seletiva (85,4% do total, Fonte APA, 2013). Contudo, embora se continue a verificar uma percentagem significativa de RSU a ser encaminhada para aterro, de ano para ano denota-se, na Região, uma diminuição na quantidade de resíduos depositados em aterro (-8% face a 2008, Figura 45) e o aumento na quantidade de resíduos alvo de recolha seletiva (3,5% desde 2006, sendo que, em 2011, a proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente era de 19% na Região – embora com fortes assimetrias internas, 24% na Grande Lisboa e 9% na Península de Setúbal) (Figura 46).
103. O solo é um recurso fundamental cuja degradação tem um impacto direto sobre a qualidade da água e do ar, a biodiversidade, a saúde das populações, e sobre a segurança alimentar para consumo humano e animal, e que se encontra sujeito a pressões em resultado da atividade humana, as quais devem ser enquadradas por políticas de ordenamento do território consistentes. Persistem ainda na Região áreas de solos contaminados sobretudo em consequência de atividades industriais, atualmente desativadas, constituindo um passivo ambiental e estando na origem de potenciais riscos para a saúde pública e ecossistemas, que carecem de intervenção (por exemplo, no Barreiro, Quimiparque: 234ha; no Seixal, Siderurgia: 372ha). Acrescem ainda

os fenómenos de salinização dos solos provocados pela diminuição de afluência de água doce ao estuário do Tejo.

104. A Região de Lisboa encontra-se exposta a um conjunto de perigos³, designadamente naturais (ocorrências associadas ao funcionamento dos sistemas naturais, como sismos, movimentos de massa, erosão do litoral, cheias e inundações), tecnológicos (ocorrências decorrentes da atividade humana que potenciam acidentes, tais como acidentes industriais e transporte de substâncias perigosas) e ambientais (ocorrências em que se combinam os resultados de ações continuadas da atividade humana com o funcionamento dos sistemas naturais, tais como os incêndios florestais e a contaminação de aquíferos).
105. Quanto ao risco sísmico, este território tem associada uma perigosidade sísmica elevada, em função da proximidade de estruturas ativas submarinas que marginam o território continental português a SW e a S, mas também à zona de falhas do vale inferior do Tejo. Embora os sismos de magnitude muito elevada tenham uma probabilidade de ocorrência baixa, o risco sísmico da Região é bastante elevado, atendendo à elevada exposição e vulnerabilidade dos elementos em risco, i.e. grande concentração de população, de infraestruturas e de atividades económicas (Figura 47), agravada pelas características físicas e vetustez de grande parte do seu edificado. A geração de maremotos (tsunamis) associados a eventos sísmicos com epicentro no mar, mas também a movimentos de vertente e erupções vulcânicas submarinas, pode ter consequências graves nas áreas costeiras da Região.
106. Ocorrem também na Região movimentos de massa em vertentes, maioritariamente desencadeados pela precipitação, quer associada a chuvas intensas e concentradas que desencadeiam deslizamentos superficiais, frequentemente com evolução para escoada, e movimentos associados ao trabalho de sapa dos cursos de água, quer a chuvas abundantes e prolongadas no tempo que têm sido responsáveis pelo desencadeamento de deslizamentos rotacionais, translacionais e movimentos complexos com planos de rutura mais profundos (Figura 48). Estes fenómenos são frequentes e causadores de pesados prejuízos materiais e até perdas de vida humana, pelo que carecem de medidas preventivas e de mitigação, que podem inclusivé contemplar o realojamento de populações em maior risco.
107. Por outro lado, os troços de litoral submetidos a erosão marinha mais intensa correspondem às áreas de costa baixa arenosa; todavia, os sistemas costeiros de arriba e de praia-arriba, sendo, à partida, menos suscetíveis à erosão marinha que os anteriores (sistemas de praia ou de praia-duna), podem apresentar um risco de erosão elevado, dependendo da natureza e da disposição estrutural dos materiais em que a arriba é talhada e estarem sujeitas a movimentos de vertente de tipo desabamento e deslizamento (vários troços do litoral da Península de Lisboa). Neste quadro, o litoral da Região apresente um risco de erosão médio-elevado (Figura 49). Atenta a importância da orla costeira no âmbito da economia do mar e da estratégia de afirmação da região e considerando a elevada afluência de pessoas às praias e demais linha de costa da região, é premente aumentar a resiliência ao risco de erosão litoral e garantir a sua fruição e utilização em condições de segurança, dando continuidade às ações previstas no quadro do Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral, em curso.
108. Por último, na Região de Lisboa, ocorrem também inundações progressivas, desencadeadas por períodos chuvosos que se prolongam por várias semanas e associadas aos grandes cursos de água, como o rio Tejo,

³ Neste documento adota-se a terminologia e a metodologia descritas no Guia Metodológico para Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal (Julião *et. al.*, ANPC, DGOTDU, IGP 2009).

e cheias rápidas, desencadeadas por episódios de precipitação muito intensa e concentrada em algumas horas, as quais afetam pequenas bacias hidrográficas de reduzido tempo de concentração, com maiores impactes nas áreas densamente urbanizadas e com ocupação indevida dos leitos de cheia. A minimização de riscos para pessoas e bens em contexto urbano e periurbano associados em particular às cheias rápidas deve passar pela reabilitação da rede hidrográfica em associação com a criação de estruturas ecológicas ou áreas de produção agrícola que garantam a minimização do risco e o aproveitamento destas áreas para a qualificação urbana e a economia sustentável.

109. Pesem embora as incertezas que ainda existem nesta matéria, as alterações climáticas são passíveis de incrementar a frequência e a magnitude de alguns fenómenos naturais que já afetam atualmente a Região, justificando a adoção de medidas preventivas e de adaptação. As alterações climáticas, para além da modificação do regime de agitação marítima e da elevação média do nível do mar, com as consequências diretas daí decorrentes, deverão provocar o incremento da frequência, da duração e da intensidade dos eventos extremos (e.g., temporais, cheias e inundações, secas, ondas de frio e de calor).
110. Saber transformar os recursos naturais e ambientais da Região – preservando-os, valorizando-os e, por outro lado, utilizando-os numa ótica de especialização económica – numa vantagem competitiva efetiva, constitui um dos principais desafios que se colocam à Região, demonstrando que a sustentabilidade ambiental pode e deve ser um fator de modernização e de competitividade. Hoje, os grandes desafios ambientais deste território encontram-se ao nível da qualidade do ar, na gestão de resíduos sólidos urbanos, na utilização do recurso água, na gestão dos espaços da Rede Ecológica Metropolitana, na proteção e valorização do litoral, na conservação da natureza e da biodiversidade, na aposta nos serviços ambientais e infraestruturas verdes, na minimização dos riscos.

2.2.2. Economia de Baixo Carbono

111. A Região de Lisboa pretende apoiar o seu desenvolvimento em princípios coerentes com uma economia competitiva e de baixo carbono, assumindo trajetórias de redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), com particular relevância no setor da energia, dos transportes, dos resíduos e do setor industrial / empresarial, a par da manutenção de usos do solo conducentes ao sequestro de CO², bem como na adoção das melhores práticas no que respeita à melhoria da eficiência energética, nos seus múltiplos setores: edifícios e espaços públicos, transportes e mobilidade, atividades económicas e habitação.
112. Tendo presente o Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC), a Região deverá contribuir para alcançar a meta nacional de redução das emissões de GEE até 2050 da ordem de 50% a 60%, face aos níveis de 1990. No ano de 2009 foram estimadas 74,6 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente⁴ (CO²), o que representa um crescimento de 26% face ao valor de 1990⁵.
113. Por outro lado, a prossecução dos ambiciosos objetivos e metas definidas na Estratégia Nacional da Energia (ENE 2020), juntamente com os do Plano Nacional de Reformas (Portugal 2020), implica que a Região de Lisboa (espaço com forte densidade populacional, habitacional e empresarial, e com sistemas de transportes complexos e elevada relevância do uso do automóvel), seja um contribuinte efetivo e da maior importância para: i) reduzir a despesa energética face ao exterior para 74%; ii) reduzir em 20% o saldo importador

⁴ Incluindo Açores e Madeira e sem se considerar o uso e alteração do uso do solo e floresta

⁵ Fonte: APA, I.P - Emissões de Poluentes Atmosféricos por Concelho 2009 (Novembro 2011)

- energético; iii) reduzir em 9,8% o consumo de energia final; iv) melhorar em 20% a eficiência energética; v) reduzir em 6 MTep o consumo de energia primária; vi) reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (20 milhões de toneladas); vii) reduzir em 2.000 milhões de euros as importações anuais de combustíveis fósseis (produzir 31% da energia primária consumida com base em fontes de energia renováveis endógenas).
114. Neste quadro, otimizar os modelos de iluminação pública e a gestão energética dos edifícios públicos, de serviços e residências, bem como racionalizar o uso da energia na indústria, promover a eficiência energética no setor dos transportes (e conseqüente redução do impacto ambiental dos gases emitidos) e impulsionar a construção sustentável, melhorando o conforto térmico das habitações (reforço da certificação energética), são prioridades que deverão enquadrar as políticas públicas neste domínio, nos próximos anos. Acresce que para as trajetórias de baixo carbono, os vários setores da economia terão de adaptar o seu modelo de negócio através da aposta na ecoeficiência, nas tecnologias limpas e na valorização dos recursos naturais endógenos. Esta mudança aponta para a necessidade de articular medidas de política pública para compatibilizar os objetivos de redução de emissões de gases com efeito de estufa e os objetivos de desenvolvimento económico, de modo a assegurar a transição para uma economia competitiva e de baixo carbono.
115. A adoção de trajetórias de baixo carbono, para além de ter impactes positivos na economia, traduz um conjunto de benefícios adicionais como a menor dependência energética; a geração de emprego verde; o incentivo à investigação e desenvolvimento; a redução de emissões acidificantes, e uma melhor saúde pública.
116. A Região de Lisboa, a par da tendência registada no país, caracteriza-se por uma elevada dependência energética do exterior, principalmente no que concerne aos combustíveis fósseis, possuindo também um saldo importador de energia elétrica. As medidas de eficiência energética (designadamente nos transportes, na indústria e na construção / reconstrução de edifícios) e a utilização das energias renováveis têm sido lentamente adotadas quer por empresas quer por indivíduos, devido aos custos de investimento e à fraca relevância atribuída às vantagens económicas, ambientais, de saúde e de conforto que podem resultar de melhores práticas em termos de eficiência energética (de resto passíveis de induzir importantes efeitos multiplicadores na economia regional, com reflexos no emprego).
117. O comportamento e atitude da Administração Pública perante o macro-objectivo “melhorar a eficiência energética”, deve servir de referencial para o mercado, para as entidades e instituições privadas/particulares. Dando prova que está a assumir uma postura liderante, as entidades públicas têm desenvolvido um número significativo e diversificado de projetos com vista a diminuir a energia consumida na sua esfera de atuação, bem como promovendo normas obrigatórias de aumento da eficiência energética dos edifícios ou atribuindo incentivos à adoção de energias renováveis. Contudo, persiste um défice estrutural muito acentuado nestes domínios.
118. Nos últimos anos, as intervenções executadas pela Administração Pública associam-se sobretudo à instalação de sistemas solares térmicos, em piscinas e recintos desportivos, à instalação de reguladores de fluxo como garante da melhoria de eficiência energética na iluminação pública, e à substituição das fontes luminosas nos sistemas de controlo de tráfego e peões (tecnologia LED). No curto e médio prazo, a prioridade deve focar-se na execução de intervenções que concorram para as medidas que compõem o ECO.AP – Programa Específico de Eficiência na Administração Pública: i) intervenções de eficiência

- energética em todos os edifícios públicos recorrendo a contratos de eficiência energética; ii) redução do consumo (instalações e frotas); iii) promoção e utilização de iluminação pública mais eficiente.
119. Neste quadro referencial, a Região deve fazer um esforço na redução do consumo de eletricidade, promovendo melhorias de eficiência energética, e incrementar a produção de energias renováveis, pois verifica-se que a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis é ainda bastante reduzida, embora nos últimos anos se tenha registado um incremento na produção a partir de fontes renováveis, destacando-se a produção a partir de centrais de cogeração, energia térmica e solar (Figura 50).
 120. Ao nível do consumo de eletricidade, a Região representava, em 2010, cerca de 26,7% do consumo nacional (26,6%, em 2008), com especial relevância para os municípios de Lisboa (3.468.477.160 KWh) e Setúbal (1.427.434.785 KWh) (Figura 51). Segundo o Ministério da Economia e do Emprego - Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), o consumo “não doméstico” e “industrial”, destacam-se no consumo de energia elétrica, segundo o tipo de consumo, representando cerca de 60% do total, com uma distribuição similar pelas duas tipologias. Sublinhe-se o peso relevante assumido pela iluminação das vias públicas e iluminação interior de edifícios do Estado (9% do consumo na Região), sobretudo no caso de Lisboa, capital do país e cidade onde estão sedeadas as principais instituições e organismos da Administração Pública. Em 2010, o consumo doméstico de energia elétrica por habitante, na Região, era inferior à média nacional (1.319 KWh e 1.365 KWh, respetivamente). Entre 2008 e 2010, observou-se um crescimento de 9,6% no valor associado a esse indicador (Figura 52).
 121. O setor industrial constitui um dos maiores utilizadores de energia elétrica (em especial as indústrias químicas, de cerâmica e vidro, e dos cimentos, com maior expressão na Península de Setúbal), seguido dos serviços (com maior relevância na Grande Lisboa). Pela dimensão do tecido empresarial e pela natureza das indústrias localizadas na Região de Lisboa, o consumo de energia elétrica na “indústria” representa cerca de 22,2% do total consumido pela indústria nacional (4.143 milhões de Kwh). Nos últimos anos, têm sido promovidas ações de eficiência energética, enquanto fator de competitividade empresarial, bem como concedidos incentivos à adoção de novas tecnologias e metodologias de produção que promovam eficiência energética. O aumento da eficiência energética na indústria implica uma atitude pró-ativa dos industriais, seja através da modificação dos processos de fabrico, seja através da introdução de novas tecnologias. Neste contexto, os projetos desenvolvidos nos últimos anos assumem esta dupla perspetiva, com o objetivo final de permitir, através da redução do consumo energético, aumentar a competitividade das empresas.
 122. No setor químico prevê-se a substituição parcial de caldeiras a *fuel* e GPL por gás natural, enquanto para o setor cerâmico e produção de vidro não são expectáveis alterações significativas no perfil de consumo energético até 2020, mantendo-se os fornos a gás e biomassa. Na produção de cimento, aponta-se para um aumento do uso da biomassa e de resíduos industriais nos fornos de clínquer em detrimento do uso de outros combustíveis.
 123. O setor dos transportes é responsável por mais de 1/3 do consumo de energia final, sobretudo associado ao meio rodoviário, sendo que uma parte muito importante desta energia resulta da utilização de derivados do petróleo. Por esse facto a promoção da utilização dos transportes coletivos e da utilização dos transportes elétricos assume um especial significado para a promoção de um modelo de mobilidade sustentável. A promoção da mobilidade sustentável, na qual assume relevância o uso da bicicleta, e da intermodalidade, concorrendo para a redução do consumo global do consumo energético (especialmente dos combustíveis fósseis) do transporte individual, deverão ser priorizadas, num quadro em que a ineficiência energética no setor dos transportes continua a ser uma das fragilidades regionais.

124. A Região de Lisboa continua a apresentar problemas no sistema de mobilidade interna, carecendo de uma aposta definitiva nos transportes coletivos e de esquemas de desincentivo ao transporte individual. Não obstante, em 2010, o consumo de combustível automóvel por habitante, na Região, era inferior à média nacional (0,5 e 0,6 Tep, respetivamente). A Região, em 2011, concentrava 20% do consumo nacional de gasolina 95 e 17% do consumo de gasóleo rodoviário.
125. Nas duas últimas décadas do século XX, duas tendências pesadas têm marcado a mobilidade na área metropolitana: perda de quota de mercado dos modos de deslocação a pé e em transporte coletivo para o transporte individual; diminuição do peso das viagens intra-concelhias a favor das viagens para outros concelhos que não Lisboa (Figura 53). A Região tem uma rede de transportes com uma cobertura razoável da população, mas torna-se imperativo que se melhore a rede de transportes coletivos, no sentido de promover o reforço de eixos transversais, a intermodalidade e a mobilidade suave, particularmente como complemento do transporte individual. Municípios como Alcochete e Montijo, onde a oferta de transporte coletivo é menor, apresentam consumos de combustível automóvel por habitante bastante superiores à média regional (em 2010, duas a três vezes maiores). Têm sido efetuados investimentos variados na melhoria da atratividade dos transportes coletivos, designadamente na expansão do Metropolitano de Lisboa, construção da 1ª fase do MST, modernização das linhas de caminho-de-ferro, (embora ainda persistam ligações com carência de intervenção), renovação das frotas e sistemas de informação, modernização dos sistemas de bilhética e intervenções pontuais em interfaces. Por outro lado, verifica-se também um aumento das redes cicláveis e melhoria da mobilidade pedonal, a par do investimento numa rede de parques de estacionamento com sistemas de recarga de veículos elétricos (com maior relevo na cidade de Lisboa), e em transportes coletivos movidos a eletricidade e a gás natural, menos poluentes em termos de emissões atmosféricas.
126. Não obstante as medidas entretanto desenvolvidas, no setor dos transportes persistem ainda quatro grandes problemas: a existência de territórios fortemente urbanizados sem resposta de sistemas de transporte coletivo de maior capacidade; a insuficiência e má qualidade na intermodalidade; e a insuficiência de corredores dedicados ao transporte coletivo rodoviário e de meios dissuasores do estacionamento ilegal e desordenado, sendo estes problemas agravados pela existência de múltiplos agentes públicos e privados a atuarem sobre o sistema. De uma maneira geral verifica-se um défice de articulação entre a operação do sistema de transportes e a programação da urbanização, com reflexos negativos, de natureza física e funcional, na intermodalidade, na organização territorial e na qualidade do espaço público.
127. A Região concentra cerca de 12,7% do parque habitacional nacional (habitações familiares clássicas) e cerca de 56% deste parque habitacional tem mais de 30 anos de idade. Neste sentido, a melhoria da eficiência energética no segmento residencial, de modo a melhorar o conforto térmico das habitações, assume um importante significado para obter economias de energia. Contudo, no setor da construção - que possui um papel particularmente importante, uma vez que a construção ou remodelação de edifícios segundo padrões de elevada eficiência energética terá um forte e duradouro impacto nos padrões de consumo de energia do setor domésticos e nos serviços - existe uma falta de cultura energética e ambiental latente, não obstante a promoção de normas obrigatórias estabelecidas pelo Estado (legislação recente e exigente em termos de certificação energética). A melhoria da eficiência energética no segmento residencial, sobretudo no que concerne à habitação social (a Região concentra 36% dos fogos de habitação social do país - 270 Bairros Sociais, em média com mais de 25 anos), de modo a melhorar o conforto térmico das habitações, assume um importante significado para obter economias de energia. A vetustez do edificado, associada aos elevados

níveis de degradação que uma percentagem importante dos edifícios apresenta, fazem com que a eficiência energética do edificado seja globalmente baixa.

128. A Região de Lisboa apresenta um potencial de produção energética significativo embora, em 2010, representasse apenas 4,7% do total da produção bruta de eletricidade nacional (sobretudo sustentada na energia térmica em centrais de cogeração). Segundo o Ministério da Economia e do Emprego - Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), em 2010, a quota da produção de eletricidade em centrais de cogeração, era na Região de 69,8% (13,4% no Continente) (Figura 54), embora persistam fortes assimetrias internas, relevando a maioria dos concelhos da Margem Sul (Alcochete, Almada, Barreiro, Montijo e Palmela), onde a quota é de 100%.
129. Não obstante, a energia solar, das ondas, eólica, biomassa florestal e agrícola e o biogás abrem um manancial com perspectivas de evolução que, se devidamente potenciadas, terão um papel significativo na oferta de energia na Região, contribuindo para uma diminuição da dependência dos combustíveis fósseis (nos últimos anos, começam a surgir os primeiros resultados desta aposta, por exemplo na crescente fatia de energia renovável no mix energético regional).
130. A microgeração (solar, eólica, AQS) pode ter um papel fundamental na redução do consumo de energia nos edifícios e no aumento da eficiência energética. Este potencial pode dinamizar a redução da dependência energética externa, bem como repercutir-se positivamente na economia, na investigação e desenvolvimento e no emprego. Neste sentido impõe-se um aumento da eficiência na utilização dos recursos e um esforço contínuo de fomento da investigação no domínio das tecnologias.

2.2.3. Qualificação Urbana

131. A Região de Lisboa é um território muito diversificado que, enquanto Região Capital, se destaca pela concentração de pessoas e de recursos produtivos, constituindo um grande polo de produção e de consumo. É definida por uma rede urbana formada por um conjunto de centralidades com funções polarizadoras com capacidade de atração e estruturação interna e externa à Região.
132. O grau de urbanização na Região é o maior do país, residindo 97% das famílias em Áreas Predominantemente Urbanas (ao nível nacional não ultrapassam os 71%), continuando a apresentar uma grande dinâmica de atração e de concentração populacional e habitacional (a Região de Lisboa, entre 2001 e 2011, sofreu um acréscimo populacional de 5,8% e do parque habitacional em cerca de 14,2%).
133. Se atentarmos à forma dos tecidos urbanos verificamos que este território é marcado pela descontinuidade do edificado, nomeadamente nos territórios envolventes aos eixos mais consolidados, dado que as áreas urbanas classificadas como descontínuas (impermeabilização do solo entre 30% a 80%) são 1,9 vezes superiores às classificadas como contínuas.
134. Na última década, a dinâmica urbana verificada, embora ainda estruturada pela cidade de Lisboa, pelos eixos radiais tradicionais, pelo subsistema de centralidades do Arco Ribeirinho e pela aglomeração Setúbal-Palmela, evidenciou quatro linhas principais: i) perda de vitalidade dos centros urbanos consolidados, nomeadamente de Lisboa (entre 2001 e 2011, o decréscimo populacional na Cidade cifrou-se nos 3,4%); II) alastramento das áreas consolidadas para espaços naturais contíguos; III) urbanização fragmentada devido largamente à ocupação de áreas urbanas de génese ilegal; IV) Intensificação da edificação dispersa nas áreas rurais. Para além do comprometimento dos solos agrícolas e florestais, a edificação de áreas

residenciais em localizações progressivamente mais periféricas originou um recuo na utilização do transporte coletivo e a extensificação dos movimentos pendulares, gerando consumos energéticos incompatíveis com os atuais objetivos de sustentabilidade.

135. A ocupação urbana do território tem continuado a fazer-se de forma acelerada, expansiva e fragmentada e, como sempre, apoiada nos principais eixos de acessibilidade e transporte, mas também muito impulsionada pelas políticas municipais de urbanização e de investimento público em equipamentos e serviços coletivos. Neste quadro, releva a concentração populacional verificada nos anos 90 e na última década, nos municípios da 2ª coroa periférica de Lisboa, na Margem Sul e na transição com o Oeste, como resultado da melhoria das acessibilidades (a Alcochete/Montijo – crescimento populacional superior a 30% - e a Palmela, com acréscimos na população residente na ordem dos 17%, por via da nova ponte Vasco da Gama), ou da valorização de amenidades em contexto de oferta residencial a custos mais baixos, que inclusive resulta muitas vezes da transformação de residências secundárias em alojamentos principais (o caso de Sesimbra e Mafra, com crescimentos populacionais, na última década, de 31% e 41%, respetivamente).
136. A Região caracteriza-se atualmente por grandes espaços com funções urbanas com diferentes morfologias, formas e intensidades de ocupação e edificação (Figura 55), mas também pela existência de espaços significativos (58% da área total da Região) com usos agrícola, florestal e silvestre ou vazios, fundamentais para a qualificação ambiental e paisagística geral da Região e para o desafogo das áreas urbanas. Este território encontra-se estruturado por um sistema urbano distendido, fragilizado nas suas áreas mais centrais (em consequência da perda de população e da desvitalização do tecido produtivo), desqualificado em vastas áreas da periferia e fortemente instável na sua envolvente periurbana. Realidade refletida no peso relativo das áreas edificadas fragmentadas, das áreas edificadas dispersas e das áreas edificadas consolidadas, apresentando-se as três classes com idênticos pesos proporcionais (cerca de 9% do total da área da Região de Lisboa).
137. As áreas urbanas consolidadas surgem associadas, na Margem Norte, à cidade de Lisboa e aos desenvolvimentos urbanísticos tentaculares emanados a partir da capital e, na Margem Sul, à coalescência de assentamentos humanos nas margens ribeirinhas do Tejo e a impulsos urbanísticos da cidade de Setúbal. Tratam-se de espaços integrados no sistema metropolitano de transportes coletivos em sítio próprio com grande relevância populacional e funcional, pontuados por áreas urbanas críticas e por espaços em perda ou com usos obsoletos. Importa fortalecer, redinamizar e integrar estes espaços, promovendo a sua qualificação.
138. As áreas urbanas fragmentadas correspondem à mais extensa área de desenvolvimento do fenómeno urbano na Região de Lisboa, sendo resultado do alastramento não programado, especialmente descontínuo e fortemente desarticulado dos espaços urbanos. Nesta extensa coroa localiza-se uma parte significativa dos mais de 1200 aglomerados habitacionais que compõem as Áreas Urbanas de Génese Ilegal e que constituem um dos principais desafios urbanísticos dos municípios. A contenção destas áreas, a sua estruturação e a integração no sistema de mobilidade coletiva constituem objetivos prementes que deverão orientar as políticas urbanas na próxima década.
139. A edificação dispersa e de baixa densidade em contextos predominantemente agroflorestais constituem um dos principais fenómenos de urbanização recentes da Região de Lisboa e um dos principais problemas em termos de ordenamento do território (segundo o último Recenseamento Geral da População, em 2011, a população isolada na Região era de 13.606 pessoas). Este tipo de ocupação, fortemente impulsionado pelo

transporte individual, atinge particular expressão em concelhos como Sintra e Mafra, na Margem Norte, e Setúbal e Montijo, na Margem Sul.

140. Grande parte da produção do espaço urbano atual é resultado das dinâmicas de ocupação particularmente acelerada e intensiva, planeada e não planeada, legal e não legal, que muitas vezes se apropriaram do território metropolitano de forma casuística e retalhada, dando origem não apenas a uma grande diversidade morfológica de espaços urbanos, mas também a desqualificações, disfuncionalidades e congestionamentos territoriais, com externalidades negativas no funcionamento e na sustentabilidade do sistema metropolitano.
141. A armadura de centros urbanos da Região é relativamente frágil, não tanto no quadro do país, mas tendo em vista o seu funcionamento em rede e a capacidade de competir no mundo global. Desde logo, porque a generalidade das centralidades urbanas apresenta limiares populacionais relativamente reduzidos e algumas debilidades na dotação de equipamentos/serviços capazes de satisfazer as necessidades quotidianas e de amarrar vivências locais. Neste contexto, importa robustecer a rede urbana metropolitana, suportada em centros urbanos multifuncionais, dotados de equipamentos e serviços com expressiva irradiação territorial e fortemente integrados no sistema metropolitano de transporte em sítio próprio.
142. Embora no período de 2007 a 2011 se tenha registado um aumento do número de fogos reabilitados face a novos fogos concluídos (de 16,8% para 26,9% - Figura 56), e não obstante os esforços de qualificação que têm vindo a ser empreendidos (no período 2009-2011, o número de reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas foi de 0,2), a Região continua a ser marcada pelo desordenamento territorial e pela desqualificação urbanística e paisagística. Sobressaem, de entre os inúmeros problemas, a existência de zonas desqualificadas associadas a bairros de génese ilegal e a áreas industriais obsoletas, bem como a degradação do parque habitacional dos bairros sociais, dos centros históricos e das áreas residências construídas entre as décadas de 1950 e de 1970.
143. No último momento censitário (2011), a Região possuía um número significativo de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados (11.118 edifícios). Na Região, a cidade de Lisboa registava o maior número de alojamentos familiares clássicos localizados em edifícios com necessidades de grandes reparações ou muito degradados, quer ocupados como residência habitual (representando 11,8% do total do país e 3,5% dos alojamentos do município), quer ocupados como uso sazonal (4,8% do total do país). Também Loures, Sintra e Setúbal apresentavam valores significativos de alojamentos ocupados como residência habitual com elevadas debilidades em termos de conservação. Releve-se contudo a evolução bastante positiva registada entre 2001 e 2011 (-38,4% de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados). Neste período, a Região de Lisboa (com destaque para os municípios de Cascais e Lisboa) ocupava a posição cimeira no *ranking* do maior número de edifícios com obras de reabilitação licenciadas (apenas habitação), com cerca de 7.600 edifícios (10,2% do total nacional).
144. A reabilitação do edificado e a regeneração de equipamentos e infraestruturas urbanas, com os investimentos efetuados no âmbito de alguns instrumentos de engenharia financeira como o RECRIA, JESSICA e outros, contribuiu para uma maior revitalização sócio-urbanística de alguns espaços urbanos consolidados. Também as intervenções integradas em “Área de Reabilitação Urbana” (Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de Outubro, na redação da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto), ou seja em territórios marcados pela insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, possibilitou avanços consideráveis neste domínio nos municípios de Lisboa, Almada, Barreiro, Loures e Odivelas.

145. Nos últimos anos, através do instrumento de política de cidades “Parcerias para a Regeneração Urbana”, enquadrado no POR Lisboa, a maioria dos municípios da Região promoveu intervenções de requalificação do espaço público, de valorização patrimonial, de recuperação de edifícios, de reconversão urbana de frentes ribeirinhas, de qualificação de espaços exteriores em alguns bairros sociais, de harmonização de sinalética e de mobiliário urbano, num total de 94 intervenções. Igualmente, um número significativo de municípios tem vindo a estabelecer Áreas de Reabilitação Urbana, com o objetivo de promover políticas integradas de reabilitação e regeneração que aproveitem os vários instrumentos legais, fiscais e financeiros disponíveis para as operações a realizar nestas áreas.
146. Na Região de Lisboa subsistem ainda áreas críticas que correspondem a territórios especialmente desqualificados - social e urbanisticamente - caracterizados por situações de pobreza e exclusão social e por uma desqualificação urbanística. Estas áreas encerram problemas que conduzem a uma desvalorização de espaços urbanos confinantes, além de se configurarem como um obstáculo à coesão socio-territorial e ao desenvolvimento sustentável da região.
147. Os centros históricos e as áreas centrais das cidades constituem outra área problemática da Região, continuando a perder população e vitalidade comercial. A Cidade de Lisboa constitui o principal foco desta situação, verificando-se uma elevada expressão da proporção de alojamentos familiares vagos (15,5%, em 2011), sobretudo nas freguesias de São Nicolau (49,5%), da Madalena (47,6%), da Sé (42,5%) e de Santo Estêvão (38,8%), onde o parque habitacional está fortemente envelhecido e existe uma forte ocorrência de alojamentos devolutos.
148. A um parque habitacional mais antigo corresponde uma maior presença do arrendamento urbano (em 2011, na Região de Lisboa, no que se refere ao regime de propriedade, o arrendamento e/ou subarrendamento assume uma importante relevância – 26,9%, no caso da Cidade de Lisboa esse indicador cifra-se nos 41,7%). Esta situação ocorre predominantemente em alojamentos ocupados maioritariamente por idosos e com rendas de baixo valor, o que não favorece a manutenção/reabilitação/intervenção de conservação por parte dos proprietários.
149. O crescimento urbano em mancha, decorrente da urbanização da metrópole de Lisboa nos anos 70 e 80, e a inexistência de uma gestão urbanística eficaz à escala regional, ou mesmo municipal, geraram assimetrias e desequilíbrios sócio urbanísticos e funcionais, ainda bem presentes na AML. Situações como a desintegração do tecido urbano e a degradação do parque habitacional originaram áreas de habitação precária, áreas de construção tradicional degradadas, zonas de origem clandestina e bairros de realojamento desqualificados e guetizados.
150. Neste quadro, importa manter e reforçar a aposta na reabilitação do edificado e na regeneração urbana através de projetos integrados de intervenção, multidimensionais, que concentrem no tempo e no espaço investimentos públicos e privados, bem como continuar a intervir de forma integrada na requalificação física do espaço público, incluindo a sua renaturalização, e do edificado, a par da promoção de ações que conduzam à inclusão das comunidades residentes e à mitigação de riscos, sobretudo sísmicos, de incêndio e/ou de cheias. Acresce que sendo uma das fraquezas da Região o baixo índice de eficiência energética do edificado, as operações de regeneração urbana deverão promover o aumento da eficiência na utilização de energia, com particular ênfase nas intervenções em habitação social, noutros edifícios residenciais, de serviços e públicos, na rede de iluminação pública, na microgeração de energia (solar térmica, fotovoltaica, micro-eólica) e na mobilidade urbana sustentável (promoção de modos suaves), contribuindo para a diminuição do consumo e das emissões associadas à utilização de energia fóssil.

2.3. CRESCIMENTO INCLUSIVO

2.3.1. Demografia e Serviços de Proximidade

151. Na última década a Região de Lisboa manteve a sua capacidade de atração populacional, tendo crescido 6% entre 2001 e 2011. Tratou-se de um crescimento acima do registado no país (2%). Em 2011, residiam na Região 2.821.876 pessoas, o que representa 26,7% da população nacional. Alargando a análise ao período 1991-2011, constata-se que a Região de Lisboa viu a sua população aumentar cerca de 12% em 20 anos, registando em cada década uma taxa de crescimento homóloga de 6%, indicativa da estabilidade da sua capacidade de atração.
152. A distribuição espacial da população registou transformações relevantes na última década, verificando-se uma perda populacional no concelho de Lisboa e da sua periferia imediata, a par de um crescimento demográfico nos concelhos mais afastados, nomeadamente na segunda coroa exterior a Lisboa com destaque para os concelhos de Mafra (42%), Alcochete (35%), Sesimbra (32%) e Cascais (21%). Nos concelhos localizados na primeira coroa ocorreu uma estagnação ou mesmo perda populacional. Nestes concelhos, Lisboa liderou a contração populacional com um decréscimo de 3% dos residentes, seguido pelos concelhos de Moita (2,1%), Amadora (0,4%) e Barreiro (0,3%) (Figura 57).
153. A estrutura da população assim como a estruturação familiar registaram também alterações no decurso da última década, ilustrativas de mudanças nos padrões comportamentais dos residentes. Quanto à atual estrutura etária da Região, esta tem uma distribuição que é representativa do envelhecimento da população (índice de 111 em 2010).
154. Por outro lado, registou-se uma diminuição da população em idade ativa, dado que os residentes com idades compreendidas entre os 15 anos e os 64 anos de idade decresceram de 69,7% para 66,3%, no último período intercensitário. Pelo contrário verificou-se um acréscimo dos restantes grupos etários.
155. No caso da população jovem (até aos 14 anos) registou-se um aumento, de 14,9% para 15,5%, embora mais ténue do que o verificado no âmbito da população idosa (com 65 ou mais anos), que aumentou de 15,4%, para 18,2% da população residente. Esta situação indica claramente um défice de substituição de gerações, que poderá impedir a reposição de mão-de-obra mais jovem, muito embora, se verifique uma forte concentração de população em idade ativa.
156. Este padrão médio reflete uma estrutura etária idêntica entre a população residente na Grande Lisboa e na Península de Setúbal, com a população em idade ativa a representar o segmento populacional com maior expressão (66,3% e 66,1%, respetivamente) e com a população idosa a assumir uma relevância superior (18,3% e 18,0% respetivamente) à da população jovem (15,4% e 15,9% respetivamente). Uma análise desagregada à escala concelhia evidencia Lisboa como o concelho mais envelhecido da Região, registando a menor incidência de população jovem (12,9%) e a maior expressão da população com 65 ou mais anos (23,9%).
157. Entre os restantes, destacam-se pela maior expressão do segmento de população com idades até aos 14 anos, os concelhos de Mafra (18,7%), Sintra (17,6%) e Vila Franca de Xira (17,2%) localizados na Região de Lisboa, e os concelhos de Alcochete (19%), Sesimbra (14,4%), Palmela (17%) e Setúbal (16,1%). Como territórios mais envelhecidos, surgem a par de Lisboa, os concelhos de Oeiras (19,2%) e Amadora (18,7%), na Margem Norte, e Barreiro (21,6%), Almada (20,5%) e Setúbal (18,1%), na Margem Sul.

158. Quanto à esperança de vida, no triénio 2009-2011 os indivíduos podiam esperar viver à nascença, em média, mais 3,33 anos do que no triénio de 1999-2001. Foi também na Região Lisboa que se registou o maior aumento da esperança de vida para as mulheres, tendo ganho em média neste período mais 3,96 anos de vida. No caso dos homens registou-se também um aumento assinalável do triénios 1999-2001 para o de 2009-2011, passando-se dos 72,46 anos para os 76,42 (mais 3.96 anos), uma idade apesar de tudo inferior à das mulheres (82,32 anos).
159. Este célere envelhecimento populacional é igualmente motivado pelo decréscimo da natalidade, que manifestou na Região a continuação da tendência de queda entre 2001 e 2011 (11,9‰ e 11‰), embora ligeiramente superior à média nacional (9,2‰, em 2011).
160. A participação generalizada da mulher no mercado de trabalho, ao longo das últimas décadas, tem-se consubstanciado num adiamento da idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho, que em 2011, se situava nos 29,5 anos de idade na Região, e subsequentemente numa redução do número de filhos por mulher.
161. Apesar deste aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, continuam a verificar-se situações de desigualdade de género, nomeadamente no que concerne às remunerações obtidas e à progressão na carreira.
162. À semelhança da tendência registada um pouco por todo o país, no decurso da última década, a Região de Lisboa conheceu uma desestruturação dos núcleos familiares tradicionais. A dimensão média das famílias era em 2011 de 2,43 indivíduos, inferior à média nacional (2,58 indivíduos), e o aumento das pessoas a residirem sozinhas destaca-se como uma das principais transformações nas estruturas familiares, dado que as famílias clássicas unipessoais aumentaram de 20,8% para 25,55%, entre 2001 e 2011.
163. Este aumento deveu-se ao acréscimo de pessoas em idade ativa que vivem sozinhas, mas também ao aumento de idosos em situação de isolamento (famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos aumentaram de 8,64% para 10,27%). Este fenómeno constitui uma das dimensões sociais mais críticas com que a Região se confronta. Cumulativamente verificou-se um aumento das famílias monoparentais no período intercensitário, com os núcleos familiares monoparentais a crescerem de 14%, em 2001, para 18,16%, em 2011.
164. O aumento da participação da mulher no mercado de trabalho e as crescentes exigências do mercado em termos de disponibilidade e produtividade dos ativos fazem com que a conciliação entre a vida profissional e familiar ganhe uma renovada importância, tanto mais quanto as famílias desempenham um papel fundamental no processo de desenvolvimento das crianças e no apoio aos mais idosos e a outros adultos dependentes.
165. Numa análise dos fluxos migratórios na Região, destaca-se o peso dos imigrantes residentes, o que tem marcado este território como atrativo e acolhedor para a população estrangeira, em especial ao longo da década passada.
166. Com base nas estatísticas produzidas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras bem como nos dados dos Censos de 2011, identificam-se algumas dinâmicas que afetam o território regional. Entre 2001 e 2011, a população residente estrangeira aumentou cerca de 50% na Região de Lisboa, concentrando 50% dos estrangeiros que residiam em Portugal em 2011. Apesar do forte crescimento registado nesta década, uma análise dos dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras permite-nos aferir, que após o *boom* registado até 2006, se assistiu nos anos seguintes a uma ligeira quebra, acompanhando a conjuntura económica.

167. Tendo em conta a nacionalidade dos estrangeiros, verifica-se que esta quebra se prende sobretudo com a população oriunda dos PALOP (sete pontos percentuais entre 2008 e 2011), bem como dos países de leste fora da UE (um ponto percentual). Apesar desta redução, os nacionais dos PALOP continuam a ser a maior comunidade de estrangeiros residentes na Região.
168. No decurso das últimas duas décadas, a Região de Lisboa registou também importantes progressos no que trata à educação e formação. Como principais melhorias destaca-se a redução das situações de analfabetismo, que em 2011 configuravam situações muito residuais (3,23%), e a inserção no sistema de ensino da maioria das crianças e jovens em idade escolar, com apenas 1,71% da população residente com idades entre os 6 e os 15 anos a não frequentarem o sistema de ensino.
169. A qualificação dos recursos humanos é outro indicador a destacar, com a Região a apresentar uma forte concentração de residentes com ensino superior completo (21,36%, em 2011). Este fator confere à Região um posicionamento privilegiado à escala nacional na disponibilidade de potencial humano qualificado para o mercado de trabalho, uma vez que as demais NUTSII registam níveis bastante inferiores, oscilando entre um mínimo de 10,94% no Alentejo e um máximo de 13,25% no Algarve.
170. Contudo, uma análise mais atenta de alguns indicadores da educação e da formação dos residentes na Região ilustram vulnerabilidades importantes, que importa salientar. É o caso da taxa de abandono precoce e formação, um dos indicadores utilizados na monitorização da estratégia Europa 2020, que em 2012 era de 20,1%, próxima da registada ao nível nacional (20,8%).
171. Paralelamente verifica-se que em 2011, a população residente sem nenhum nível de escolaridade completo era considerável (6,98%) e a população residente com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos de idade a frequentar o ensino pré-escolar era de 69,16%, indicativo de que mais de ¼ deste segmento da população permanecia fora do sistema educativo, ingressando apenas aquando da entrada no 1º Ciclo do Ensino Básico.
172. Estes indicadores são sintomáticos das fragilidades que se tendem a perpetuar na Região, comprometendo a participação dos recursos humanos no mercado de trabalho, de forma qualificada e competitiva, bem como a coesão social.
173. A consolidação e ordenamento das redes de equipamentos coletivos são essenciais na promoção de quadros de vida mais qualificados, assim como para assegurar o potencial de atração de uma Região. Em resultado dos esforços de investimento das últimas décadas a Região de Lisboa concentra um conjunto de equipamentos muito qualificados, nas áreas da educação, da saúde e da cultura. Não obstante, perduram ainda necessidades de modernização e racionalização das redes de equipamentos, designadamente nas áreas da saúde e educação, que promovam a integração dos vários níveis e valências do serviço a nível regional e nacional e o reforço da atratividade da Região como prestador de serviços especializados de nível internacional.
174. Na Região de Lisboa assumem um papel central os equipamentos sociais, estruturantes ou de proximidade, na medida em que para além de responderem a objetivos de desenvolvimento setorial, desempenham um papel central na promoção da coesão social. Por serviços de proximidade entendem-se as infraestruturas ou equipamentos móveis onde têm lugar atividades de serviços sociais, saúde, educação, cultura e desporto, tendo como principais beneficiários diretos as populações locais.
175. Nos últimos anos, o crescimento da oferta de equipamentos coletivos de diferentes tipologias tem marcado a qualificação territorial da Região. Destaque-se o aumento significativo da oferta de ensino pré-escolar e a

melhoria dos equipamentos escolares (ao abrigo do Contrato de Delegação de Competências sem Subvenção Global assinado pela Autoridade de Gestão (AG) do Programa Operacional Regional (POR) com a Área Metropolitana de Lisboa (AML), estão em curso ou foram encerradas 52 operações de requalificação da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar, a que corresponde a um financiamento médio total elegível de cerca de 1,5 M€).

176. Destaca-se ainda o crescimento dos serviços e equipamentos coletivos especializados na prestação de cuidados a diferentes públicos-alvo, com uma intervenção crescente e eficaz de outros promotores de equipamentos coletivos que não o Estado, em particular, o terceiro setor e o setor privado. A Região de Lisboa apresenta ainda uma oferta de equipamentos culturais e desportivos, superior à média nacional, alguns com dimensão internacional.

No domínio dos equipamentos sociais orientados para a infância, o contexto regional apresenta uma ampla diversidade e especialização. Tendo em conta apenas as creches - resposta social de âmbito socioeducativo destinada a crianças até aos 3 anos de idade - verifica-se que as taxas de cobertura são, em 2011, ainda muito baixas. A capacidade das creches da Região era de 32.262 lugares a que correspondia uma taxa de cobertura na ordem dos 28% (Figura 58). A Grande Lisboa embora concentrando a maior oferta da capacidade instalada, regista uma menor disponibilidade de lugares em creche, face à maior procura registada do que na Península de Setúbal.

177. No que concerne aos equipamentos sociais de apoio à terceira idade, tendo presente o elevado índice de envelhecimento na Região de Lisboa, trata-se de uma oferta da maior importância. De acordo com os dados disponíveis, verifica-se que em 2011, nas três tipologias de respostas sociais para idosos (lares, centros de dia e apoio domiciliário), maioritariamente destinadas à população com mais de 75 anos, a Região apresenta uma taxa de cobertura baixa (Figura 59). No entanto, constata-se que a capacidade instalada é ligeiramente superior à procura registada, nas tipologias de centro de dia e de lar de idosos, constituindo exceção a resposta social de centro de convívio, na qual a procura supera a oferta, indicando uma insuficiência de oferta de cerca de 12%.
178. Todavia, os impactos decorrentes da atual conjuntura recessiva nas vidas das famílias, empresas e entidades sociais têm desencadeado rápidas transformações nos padrões da oferta e da procura de equipamentos coletivos, nos últimos dois anos, que não podem ser negligenciados, uma vez que induzem alterações em crescente consolidação. O aumento do desemprego e a reestruturação de algumas prestações sociais, tem fomentado um crescente empobrecimento das famílias, fator que tem motivado a diminuição da procura em especial ao nível das creches e dos equipamentos sociais de apoio à terceira idade (em especial na tipologia de lar de idosos).
179. O contexto atual torna assim premente a necessidade de adequação da oferta de equipamentos coletivos à estrutura e dinâmica demográfica, induzindo importantes necessidades de reestruturação das redes coletivas de equipamentos de proximidade e de fomento do trabalho em parceria entre as instituições assentes em processos de partilha de recursos.
180. No que trata à população idosa, a célere transformação do perfil dos idosos coloca atualmente novas exigências em termos de respostas sociais. Destaque-se a emergência de novos segmentos neste grupo, designadamente, de uma população sénior, autónoma e mais capacitada, para a qual as respostas convencionais de centro de dia e centro de convívio não representam opção, encontrando-se disponível para uma cidadania ativa, seja como voluntários seja com outro tipo de prestação em ações que emergem da

sociedade civil. Concomitantemente, ocorre um aumento de um segmento de idosos que devido à idade avançada, doenças ou demência, registam uma dependência funcional, carecendo de cuidados especializados.

181. Uma das tendências recentes mais marcantes na prestação de cuidados sociais e de saúde consiste na abordagem que enfatiza a manutenção dos indivíduos na respetiva residência e comunidade, com promoção da sua autonomia, em detrimento de se confinarem a instituições. Esta tendência é operacionalizada, por exemplo, por via da resposta de apoio domiciliário, uma resposta social que tem crescido orientada para públicos-alvo com necessidades distintas.
182. A disponibilização de apoio domiciliário para pessoas idosas, deficientes e em situação de dependência, encontra-se generalizada a toda a Região, registando-se uma oferta superior à procura em todos os municípios, embora a Grande Lisboa apresente uma situação mais positiva que a Península de Setúbal. Esta desproporção entre oferta e procura é resultado, por um lado, de se tratar de um serviço relativamente recente, encontrando ainda alguma resistência por parte dos cidadãos, e, por outro, das dificuldades financeiras que as famílias enfrentam atualmente em suportar estes serviços. Considerando as mais-valias para a saúde e bem-estar psicossocial dos indivíduos que esta resposta apresenta, é expectável que a sua procura registre um crescimento assinalável nos próximos anos, obrigando ao aumento da oferta (Figura 59).
183. Destaca-se uma forte concentração de equipamentos de saúde na Região de Lisboa, acompanhando a sua forte densidade populacional, apesar de se diagnosticarem insuficientes respostas nos cuidados paliativos e continuados, bem como de respostas sociais para pessoas portadoras de deficiências.
184. Neste âmbito, a saúde mental representa uma das áreas que deverá acautelar maiores níveis de exigência na adequação da oferta de equipamentos e respostas de proximidade às necessidades sentidas, apesar de recentemente se terem verificado importantes avanços na prestação de serviços de proximidade a pessoas com problemas de saúde mental, com a criação dos cuidados continuados integrados de saúde mental (CCISM). Acresce notar que para além dos indivíduos com perturbação mental diagnosticada, uma franja da população apresenta problemas de saúde mental considerados subliminares, encontrando-se em sofrimento, embora não preenchendo os critérios de diagnóstico de perturbação psiquiátrica, e que por isso, usualmente, não beneficiam de intervenções. Importa por isso acautelar, no atual quadro do diagnóstico, que as respostas e serviços de proximidade sejam capazes de dimensionar a sua oferta ajustando-as às necessidades da população.
185. As intervenções no domínio da população deficiente devem contemplar ações abrangentes, dadas as necessidades que persistem na Região em termos de capacidade instalada, e face à persistência de uma fraca sensibilização quanto às competências e capacidades desta população. As necessidades no domínio infraestrutural manifestam-se transversais aos vários grupos etários, verificando-se, por exemplo, que em finais de 2012, nas respostas de intervenção precoce para crianças e jovens, a capacidade instalada (962 lugares) era manifestamente inferior ao número de utentes (1.038), do mesmo modo que a oferta nas respostas orientadas para a população adulta com deficiência também não estava adequada à procura.
186. Nos últimos anos, a par da intensificação dos fluxos de imigrantes para Portugal, dinamizaram-se várias respostas e serviços de proximidade com vista ao acolhimento dos imigrantes, apoiando esta população no processo de integração. Os Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII), dinamizados pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), usualmente em parceria com diversas entidades, constituem uma das respostas mais notáveis, quer pela abrangência de respostas e serviços prestados (informação, acompanhamento, encaminhamento de imigrantes em vários domínios), quer por

constituírem um serviço de proximidade que viu alargada, nos últimos anos, a rede de centros por todo o país.

187. A forte polarização de imigrantes na Região de Lisboa fundamenta a considerável proliferação de centros nesta Região, que contempla 42 CLAI dos 102 existentes ao nível nacional. Uma vez mais, a Grande Lisboa emerge como o principal foco de concentração de centros na Região, dispondo de uma rede de 31 centros, enquanto a Península de Setúbal apresenta uma menor oferta (11). Ao nível concelhio, destacam-se os concelhos de Loures com o maior número de CLAI de toda a Região (6), seguido de Sintra (5), uma oferta que decalca a forte concentração de imigrantes nestes concelhos, durante as últimas décadas. No concelho de Lisboa existindo apenas 3 CLAI, importará notar que aí se localiza um dos dois Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI) presentes no país (situando-se o outro no Porto). Na Região, apenas dois concelhos não dispõem deste serviço de proximidade a imigrantes, nomeadamente, Alcochete e Palmela.

2.3.2. Inclusão e Inovação Social

188. Os indicadores de coesão social dão conta da atual “crise das políticas sociais”, induzindo em vários aspetos regressões em matéria de crescimento inclusivo, e da coexistência de diferentes realidades na Região de Lisboa, nem sempre se conseguindo garantir que os benefícios do crescimento económico beneficiem todos os territórios e todos os grupos, com permanência de vários grupos vulneráveis, a que se juntam novas franjas da população em situação de vulnerabilidade económica e social decorrente da atual conjuntura, com destaque para os desempregados.
189. A territorialização da pobreza e da exclusão social na Região de Lisboa evidencia que tendem a persistir não só alguns territórios urbanos problemáticos, designadamente, algumas aglomerações de barracas ainda por erradicar, como também novas áreas de concentração de pobreza e com graves problemas na inclusão social das comunidades, decorrentes da atual crise económica, financeira e social. Assim, os territórios urbanos problemáticos com graves carências na promoção da inclusão social dos seus residentes atualmente na Região de Lisboa configuram as seguintes tipologias de territórios:
- **Bairros Críticos:** esta tipologia contempla essencialmente áreas urbanas localizadas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e onde se conjugam diversos problemas de natureza urbanística, social e económica e usualmente com a presença de importantes comunidades estrangeiras e de diferentes grupos étnicos, designadamente i) bairros de Barracas: constituem sobretudo bairros situados à volta de Lisboa, e que em muitos casos persistem há várias décadas, que não foram plenamente solucionados pelo Programa Especial de Realojamento (PER) e o PER Famílias; ii) bairros de realojamento: são, sobretudo, bairros sociais construídos com vista a erradicar os bairros de barracas e a proporcionar aos seus residentes melhores condições urbanísticas e sociais que foram construídos ao abrigo dos vários instrumentos e programas da política de habitação, especialmente do Programa Especial de Realojamento (PER), na década de 90, nos quais a concentração de imigrantes provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e descendentes de imigrantes é muito significativa. iii) Ocorrências de Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI): ainda não regularizadas e de Urbanizações Privadas em situação de forte desvalorização imobiliária, e que sofreram uma rápida substituição dos residentes, em geral, por pessoas com maiores privações económicas, um segmento da população atualmente bastante afetado pela crise e pelo subsequente desemprego.

- **Centros Históricos:** esta tipologia contempla centros históricos da rede de cidades portuguesas e que configuram territórios envelhecidos e economicamente deprimidos onde emergem novos problemas sociais críticos como o isolamento de idosos.
190. A complexidade dos fenómenos de pobreza e de exclusão social nestas áreas urbanas problemáticas tem motivado o desenvolvimento de vários instrumentos públicos, muitos dos quais com abordagens inovadoras, com vista à promoção de contextos mais inclusivos e à erradicação da pobreza destas franjas da população na Região de Lisboa. Neste contexto destaca-se a Iniciativa Bairros Críticos e as “Parcerias para a Regeneração Urbana – Áreas Críticas”. Ambas as iniciativas visavam o desenvolvimento de soluções de qualificação de territórios urbanos que apresentavam fatores de vulnerabilidade crítica, através de intervenções sócio - territoriais integradas.
191. Os indivíduos em situação de vulnerabilidade, indicando um crescimento da pobreza e das desigualdades sociais, representam também o comprometimento da utilização plena do potencial de mão-de-obra para enfrentar os desafios do envelhecimento da população e da intensificação da concorrência global na Região.
192. Neste quadro destaca-se a representação dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) na população total, que são um indicador direto de pobreza. Considera-se que os que recebem o RSI são pobres, mas não se conhece toda a quantidade de pobres, não se encontrando disponíveis dados que caracterizem a pobreza a nível regional.
193. Na Região de Lisboa, no período 2007/2011, houve um acréscimo do número de beneficiários de RSI em cerca de 66%, atingindo os 3,9% da população residente, um crescimento bastante mais acentuado do que o registado à escala nacional (acréscimo de 21%). O aumento dos beneficiários de RSI foi espacialmente assimétrico, ocorrendo com maior incidência nos concelhos da Grande Lisboa, sendo Vila Franca de Xira e Sintra os que registam um maior aumento, seguidos dos concelhos de Loures, Odivelas e Cascais. Na Península de Setúbal, é nos concelhos de Alcochete e Montijo que se assinala um maior crescimento dos beneficiários desta prestação social.
194. A par do envelhecimento da população e do conseqüente aumento do número de pensionistas, que entre 2004 e 2011 foi de 13%, superior ao acréscimo verificado ao nível nacional (10%), o baixo valor médio das pensões colocam este grupo social como um grupo vulnerável. De acordo com os Censos de 2011, residem na Região de Lisboa 513.842 pessoas com mais de 65 anos (18,2% da população total), e os pensionistas da Segurança Social representam já 26,4% do conjunto da população. O valor médio das pensões não ultrapassa os 426€ mensais. Uma vez mais se assinala uma forte discrepância entre as duas margens, com a Grande Lisboa a concentrar 72% dos pensionistas da Região, face a 28% que se situam na Península de Setúbal.
195. A fragilidade económica que atravessa o país, com reflexos claros na capacidade empregadora regional, contribui para a precariedade de muitas famílias. A taxa de desemprego na Região de Lisboa atingiu em 2011 o valor de 14,1%, mantendo-se superior ao país (12,7%) e à média da UE 27 (9,6%). De acordo com os dados mais recentes (Fevereiro de 2013), encontravam-se inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) 175.343 desempregados na Região de Lisboa, o que corresponde a um crescimento de 53% face ao período homólogo de 2004. Não obstante o desemprego registar um crescimento generalizado em toda a Região, as áreas urbanas problemáticas configuram particularmente territórios de exclusão onde este fenómeno tende a verificar-se com maior intensidade.

196. Este aumento é, no entanto, acometido de uma mudança do perfil da população desempregada. Assim, verifica-se que a situação de desemprego passou a atingir ligeiramente mais os indivíduos do sexo masculino (52%) do que as mulheres (48%), resultante da crise também afetar em larga escala atividades tendencialmente masculinas, como é o caso da construção civil. De igual modo, assinala-se uma menor incidência do desemprego jovem (10% dos desempregados têm idades até aos 25 anos em fevereiro de 2013, face a 13% registado em fevereiro de 2004) e um decréscimo do desemprego entre a população em idade mais avançada (desempregados com 55 ou mais anos de idade diminuiu de 22% em 2004 para 17% em 2013).
197. A Região assiste a uma crescente dificuldade de integração dos recursos humanos qualificados no mercado de trabalho, com um aumento da população desempregada com ensino superior de 11% em fevereiro de 2004 para 14% em fevereiro de 2013. Esta situação apresenta-se como duplamente crítica, pois para além de constituírem um potencial humano não aproveitado pela economia que vai gradualmente perdendo terreno no mercado laboral, apresenta múltiplos efeitos colaterais na desvalorização social do ensino, da formação e da aprendizagem ao longo da vida.
198. Particularmente crítico é a evolução do número de casais em que ambos os cônjuges estão desempregados. Embora não se dispondo de dados regionais, ao nível nacional verifica-se que apenas entre janeiro e fevereiro de 2013, essa realidade aumentou 1,5%, tendo passado de 12.987 para 13.187 casais nesta situação de extrema vulnerabilidade.
199. A crise e o desemprego têm afetado negativamente o poder de compra das famílias, que tem registado uma evolução negativa nas últimas décadas na Região. De um poder de compra *per capita* de 162,68 em 1993, passou-se para 147,86 em 2002 e para 134,15 em 2009. Uma análise à proporção do poder de compra no total do país revela também um decréscimo das assimetrias entre Lisboa e as restantes Regiões, tendo passado de 42% em 1993, para 38% em 2002, para 36% em 2009, sintomático de uma maior coesão territorial.
200. O crescimento do desemprego, a par de uma ampla consciencialização dos impactos negativos que dele decorrem, tem motivado a adoção de medidas ativas de estímulo do emprego. Esta política nos últimos anos tem-se caracterizado pela adoção de medidas que visam fomentar o emprego e a formação e que se caracterizam por uma grande diversidade, com vista a darem resposta às múltiplas necessidades sentidas na Região bem como um pouco por todo o país. Na Região de Lisboa identifica-se uma extensa rede de Gabinetes de Inserção Profissional (71), sendo que a grande maioria se localiza na Grande Lisboa (56), enquanto apenas 15 respondem às necessidades dos residentes na Península de Setúbal.
201. A concentração dos fenómenos de pobreza e de exclusão social na Região de Lisboa é atestada pela incidência dos instrumentos de política pública neste território. Salienta-se, desde logo, o desenvolvimento de 22 Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), instrumento centrado na promoção da inclusão social dos cidadãos, de forma multissetorial e integrada, através de ações dinamizadas em parceria, centradas em quatro eixos de intervenção (emprego, formação e qualificação; intervenção familiar e parental; capacitação da comunidade e das instituições; informação e acessibilidade), com o objetivo de combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos. Tendo a Região contemplado 17% dos CLDS desenvolvidos ao nível nacional, assiste-se a uma maior concentração das intervenções na Grande Lisboa (15) face à Península de Setúbal (7).
202. Outro instrumento de política pública com o objetivo de promover a inclusão social com forte incidência na Região de Lisboa é o Programa Escolhas. Programa governamental de âmbito nacional, foi criado em 2001,

ao abrigo do qual têm sido desenvolvidos inúmeros projetos com o objetivo de promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. Os projetos dinamizados têm-se concentrado em territórios com forte concentração de imigrantes e de minorias étnicas.

203. Na primeira fase de implementação, o Programa assumiu-se como um instrumento para a prevenção da criminalidade e inserção de jovens dos bairros mais problemáticos dos Distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, razão pela qual esteve, desde o início, bastante presente na Região de Lisboa. Atualmente na 5ª Geração, o Programa regista um total de 110 projetos, dos quais cerca de metade se encontram situados na Região (51 projetos). Também no âmbito deste instrumento de política pública se assinala uma maior concentração de projetos na Grande Lisboa (36) em comparação com a Península de Setúbal (15).
204. O combate à pobreza e a promoção da inclusão social dos indivíduos têm-se também operacionalizado na Região, assim como no País, por via de intervenções em contexto escolar, designadamente, através do Programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP).
205. À semelhança dos anteriores instrumentos de política, também os TEIP ilustram a concentração de situações de fragilidade social patentes na Região de Lisboa. Tendo por base os agrupamentos/escola não agrupada que integrou os TEIP verifica-se que no ano letivo 2006/2007 a maioria concentrava-se na Região (19 de um total nacional de 35). No ano letivo 2009/2010 as intervenções TEIP decresceram na Região, embora se continuasse a registar um número elevado (22 de um total nacional de 69). Apenas no ano letivo corrente 2012/2013, se verificou uma diminuição mais acentuada dos projetos TEIP em agrupamentos/escolas não agrupadas da Região (4), sobretudo, quando comparada com um total de intervenções nacionais ainda significativo (33).
206. Constituindo a Região de Lisboa um território particularmente dinâmico na emergência de novas respostas socialmente reconhecidas, a inovação social registada verifica-se preferencialmente a dois níveis, na satisfação das necessidades dos indivíduos não satisfeitas por via do mercado e na capacitação de agentes e de indivíduos em situação de exclusão social, ambicionando-se neste caso despoletar mudanças sociais, rompendo com as situações de vulnerabilidade e de exclusão social em que os indivíduos se encontram, enquanto no primeiro caso visa-se meramente a satisfação imediata das necessidades existentes.
207. Transversalmente a estes dois níveis, identificam-se três domínios de inovação social, nos quais se têm multiplicado as ações desenvolvidas, que se encontram estreitamente associadas entre si, designadamente: i) Fortalecimento da sociedade civil: com o objetivo de fazer emergir na própria sociedade as respostas a muitos dos problemas que nela se identificam robustecendo o tecido associativo e a cidadania ativa; ii) Promoção e ativação dos recursos locais: num contexto marcado pela crescente escassez de recursos, tende a verificar-se a crescente necessidade de fazer um melhor uso dos meios disponíveis, bem como de assegurar a sua maior mobilização na esfera local; iii) Fomento de uma cultura de voluntariado: trata-se de uma atividade inerente ao exercício de cidadania, uma das tendências que mais se tem consolidado nos últimos anos e que tem possibilitado o desenvolvimento de múltiplas intervenções sociais.
208. A Região, bem como o país, têm apresentado uma aposta crescente na inovação social, em estreita concordância com as novas problemáticas sociais identificadas. Neste contexto, destacam-se, por exemplo, os seguintes públicos-alvo: i) Imigrantes e minorias étnicas: destaca-se o projeto de mediação intercultural em serviços públicos, um projeto-piloto coordenado pelo ACIDI, em colaboração com autarquias e associações de imigrantes, que pretende promover novas relações de convivência intercultural construtivas e transformadoras, e contribuir para a coesão social; ii) Idosos: destacam-se os inúmeros projetos inovadores

com vista ao desenvolvimento da intergeracionalidade, com a finalidade de combater o isolamento dos idosos e reforçar o conhecimento transmitido aos mais jovens; lii) Comunidades em situação de exclusão social: neste contexto assinala-se a capacidade da sociedade civil para se estruturar e responder de forma inovadora ao número crescente de indivíduos e famílias em situação de pobreza e de exclusão social, de que existem muitos exemplos. Apesar da inovação social se desenvolver sem intervenção direta do Estado, pode (e deve) estar presente nas políticas públicas. Trata-se de desenvolver novas e melhores respostas para as necessidades sociais, de forma criativa e colaborativa, provocando uma mudança social qualitativa e contribuindo para uma economia global mais sustentável, onde o Terceiro Setor poderá ter um papel preponderante.

209. Com efeito, o Terceiro Setor tem-se assumido cada vez mais como um parceiro estratégico essencial no combate à pobreza e à exclusão social, registando-se um aumento e diversificação dos atores que desenvolvem intervenções na esfera social (Instituições Particulares de Solidariedade Social, Organizações Não Governamentais, Fundações, Associações com fins altruísticos, Cooperativas, etc...).
210. Esta afirmação tem sido acompanhada de um reconhecimento social e político do papel do Terceiro Setor na supressão das carências de grupos mais vulneráveis e no reforço da capacitação de indivíduos e atores presentes em territórios problemáticos.
211. Contudo, a consolidação do Terceiro Setor como um ator estratégico na promoção de inovação social confronta-se ainda com dificuldades que condicionam a eficácia e eficiência do seu desempenho, que carecem de resolução, destacando-se as seguintes dificuldades: substituição de abordagens assistencialistas no combate à pobreza e à exclusão social, em prol de abordagens centradas na capacitação e autonomia dos indivíduos e das comunidades; criação de parcerias, sua dinamização e continuidade; gestão rigorosa e estruturada das organizações; financiamento sustentável de algumas intervenções e respostas sociais; promoção de intervenções ajustadas ao ritmo da evolução da mudança dos indivíduos e das comunidades; e reduzida documentação e sistematização de boas práticas com vista à sua disseminação.
212. Considerando o trabalho de todas as entidades do Terceiro Setor, assim como a ação essencial de outros atores na promoção da coesão social, uma das fragilidades mais estruturantes que tendem a persistir consiste na ausência de um mapeamento sistemático dos recursos e respostas disponíveis promovidos pelos vários setores à população que se encontra em situação de maior fragilidade. Este mapeamento reveste-se da maior relevância para a população apoiada, motivando um generalizado desconhecimento das respostas e soluções proporcionadas, mas também para os próprios atores que se encontram no terreno e para as entidades financiadoras, gerando um amplo desconhecimento do trabalho dinamizado e, por conseguinte, de sobreposição de investimentos e redundância de respostas, deixando alguns segmentos da população e áreas problemáticas a descoberto.
213. Em síntese, a Região de Lisboa apresenta um contexto muito dinâmico e ativo na promoção de intervenções sociais inovadoras e da maior pertinência e adequabilidade para a promoção da inclusão social, em particular, das comunidades mais vulneráveis. No entanto, persistem debilidades críticas de estruturação dos recursos que importa superar, sobretudo num contexto de crescente escassez de recursos.

2.4. Capacitação Regional

2.4.1. Capacitação, Qualificação e Modernização Administrativa

214. Majorar a força competitiva da Região de Lisboa no quadro de um modelo de desenvolvimento orientado para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo implica promover instituições públicas cada vez mais capacitadas, mais eficazes e mais eficientes, bem como novas formas colaborativas de atuação com o setor privado.
215. A reforma da administração pública e a modernização administrativa constituem prioridades identificadas pela Comissão Europeia na Avaliação Anual de Crescimento para 2013 (AAC) e pelo Governo Português no Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF). Num contexto de crise económico-financeira, assumem particular relevância, pelo que nos últimos anos têm sido desenvolvidas várias medidas visando a sua implementação, designadamente:
- A reorganização da administração central e local (e.g. reformas do associativismo municipal, revisão do enquadramento legal das finanças regionais e locais, reorganização administrativa do território das freguesias);
 - A racionalização da estrutura da administração (e.g. Plano de Redução e Melhoria da Administração Central - PREMAC);
 - A racionalização do sistema de gestão de recursos humanos do sector público (e.g. revisão de carreiras e emprego na função pública em curso e novos instrumentos de gestão da mobilidade);
 - A racionalização dos modelos de governação das empresas públicas (e.g. Estatuto do Gestor Público);
 - A melhoria dos processos de finanças públicas (e.g. introdução do Documento de Estratégia Orçamental);
 - A promoção de medidas de eficiência em todo o setor público, tais como um maior recurso a soluções e serviços partilhados (e.g. centralização das compras públicas e criação de serviços partilhados de gestão financeira e de recursos humanos);
 - A reforma desencadeada pelo Governo no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e do programa de simplificação administrativa e legislativa (SIMPLEX), que possibilitou a modernização de estruturas e ambientes de trabalho, de racionalização e simplificação de procedimentos e circuitos.
216. Na Região de Lisboa foram concretizadas medidas promotoras da reforma da administração pública e da modernização administrativa, quer resultantes das orientações e normativos da administração central, quer mais específicas e de âmbito regional e que foram sobretudo promovidas no quadro dos apoios comunitários nos dois últimos períodos de programação (2000-2006 e 2007-2013).
217. Entre 2000 e 2006, as iniciativas desenvolvidas centraram-se na modernização da administração pública no contexto da Sociedade de Informação, designadamente através de projetos no âmbito das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) ao serviço do acesso dos cidadãos à informação, da qualidade e diversificação da informação recebida ou tratada, da generalização sistemática das tecnologias da informação e comunicação na gestão, processamento, arquivo, disponibilização e troca de informação

entre os serviços públicos, os cidadãos e os agentes económicos e sociais e, também, de programas de simplificação e desburocratização administrativa e de disponibilização, por meios telemáticos, de conteúdos administrativos e de interesse público, visando contribuir para o desenvolvimento de formas inovadoras de administração pública integrada e aberta.

218. Entre 2007 e 2013, foram desenvolvidas várias ações no âmbito do Regulamento Específico Sistemas de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA), designadamente ao abrigo do Contrato de Delegação de Competências sem Subvenção Global assinado pela Autoridade de Gestão (AG) do Programa Operacional Regional (POR) com a Área Metropolitana de Lisboa (AML), num total de 23 operações em curso ou encerradas, a que corresponde a um financiamento médio total elegível de cerca de 250 mil €.
219. A Região de Lisboa defronta vários obstáculos à adoção plena de um modelo de boa governança. Existem presentemente mais de uma centena de entidades públicas com atuação no território regional. O cruzamento de múltiplas tutelas cria dificuldades de articulação e zonas de incerteza que só podem ser ultrapassadas por uma coordenação de base territorial, participada pelas entidades que tutelam os diferentes sectores de intervenção pública, que atualmente não existe. Os vários diagnósticos realizados – no âmbito das estratégias e dos planos de desenvolvimento regionais – salientam como constrangimentos no domínio da capacitação regional:
 - A complexidade da região metropolitana, inerente à existência de uma densa malha de entidades públicas;
 - A dispersão de centros de decisão e de controlo públicos e disfuncionalidades administrativas e judiciárias;
 - A falta de instrumentos e mecanismos de promoção da sinergia de meios públicos e privados e incapacidade de convergência de iniciativas mistas visando a provisão de bens públicos;
 - A insuficiência de processos de decisão colaborativos e escassez de parcerias públicas e público/privadas centradas na configuração e execução de projetos com forte transversalidade;
 - As lacunas de informação e conhecimento sobre o território e os seus recursos e fortes ineficiências de partilha e gestão integrada da informação.
220. Tal situação torna necessário a adoção de medidas de racionalização e simplificação de procedimentos de descentralização, reorganização e modernização da administração pública. Torna-se urgente reinventar as formas de gestão e assumir a importância não apenas do que se faz, mas dos processos e das formas de fazer, de modo a promover e desenvolver novas formas de governabilidade e governança, assentes na capacitação institucional, na cooperação interinstitucional e na concertação de políticas e atores.
221. A capacitação regional é identificada como um domínio fundamental de atuação na estratégia de desenvolvimento regional 2014-2020, merecendo um tratamento autónomo e assumindo uma formulação que ultrapassa a sua mera consideração como componente instrumental dos demais domínios temáticos.
222. Neste contexto, importa atuar de forma consistente e persistente sobre as causas dos constrangimentos anteriormente diagnosticados, promovendo ativa e seletivamente a capacitação das instituições públicas da região, melhorando o modelo institucional e organizacional entre os diferentes níveis de governação, patrocinando a modernização administrativa e tecnológica dos serviços, promovendo a qualificação do capital humano da administração pública e capacitando os atores públicos e privados para o estabelecimento de

parcerias, visando tornar a administração pública mais eficaz e eficiente na produção dos bens e serviços públicos.

223. Um dos grandes desafios regionais para o próximo período de apoio comunitário deverá centrar-se na promoção da racionalização dos processos e a capacitação das instituições públicas e dos seus quadros – incluindo a modernização administrativa e tecnológica – e as competências em matéria de fundos QEC, numa lógica multinível.
224. As ações a desenvolver deverão considerar, em particular, uma planificação estratégica em torno de uma abordagem integrada que considere os estrangulamentos institucionais existentes na globalidade da estrutura administrativa pública e não na adoção de soluções desintegradas e pontuais.

3. Análise SWOT

Crescimento Inteligente	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>Sistemas Produtivos e Especialização Inteligente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Especialização produtiva regional assente num conjunto de setores diversificados e sedeação dos elementos mais dinâmicos do desenvolvimento económico. • Produtividade com uma clara superioridade face à média nacional. • Perfil de atividades de I&D muito diversificado, sendo a região do país com maior volume de despesas (2.3% no total do PIB) e de recursos humanos afetos a I&D e concentração de Parques de Ciência e Tecnologia e de Laboratórios do Estado. • Concentração de equipamentos e das principais infraestruturas logísticas do sistema de transportes e de internacionalização. • Bons indicadores de cobertura e utilização dos serviços de telecomunicações a nível nacional, com forte presença de variadas empresas do sector das telecomunicações (confluindo nesta região as redes de todos os operadores de telecomunicações). • Destino turístico consolidado e internacionalmente reconhecido cuja riqueza e diversidade de recursos e atributos satisfazem os mais diversos segmentos e nichos de procura turística. <p>Capital Humano, Emprego e Empreendedorismo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Percentagem significativa de população licenciada e concentração de recursos humanos relevantes para a economia do conhecimento. • População ativa e empregada com níveis de 	<p>Sistemas Produtivos e Especialização Inteligente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fracos níveis de colaboração entre as empresas e as universidades e reduzida eficiência na transferência de tecnologia e de conhecimento. • Deficiências nos níveis de prestação de serviços avançados às empresas por parte das infraestruturas tecnológicas. • Fraca dinâmica associativa e difícil articulação entre os sectores públicos e privados. • Baixo nível do registo europeu de patentes. • Rede ferroviária de ligação internacional obsoleta e com problemas de interoperabilidade nas ligações à Europa e problemas de conectividade e modernização nas ligações ferroviárias nacionais. • Deficiente desenvolvimento da intermodalidade nas cadeias logísticas e problemas de articulação e integração modal. <p>Capital Humano, Emprego e Empreendedorismo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desfasamento entre a oferta de ensino e formação profissional, as procuras individuais e as necessidades de mercado. • Desajuste entre as competências produzidas no sistema de ensino e as necessidades das empresas, e fraca participação das empresas em projetos de investigação com as universidades. • Crescente dificuldade de integração de recursos humanos qualificados no mercado de trabalho com efeitos colaterais negativos na valorização social do ensino e da formação. • Défice de quadros médios especializados. • Concentração de recursos humanos ativos

ensino secundário completo e superior acima da média nacional.

- Aumento dos indivíduos que participaram em políticas ativas de educação, nas modalidades de educação/formação orientadas para adultos.
- Concentração de equipamentos de ensino superior e de centros de investigação.
- Forte dinâmica de nascimento de empresas em especial nos setores de alta e média tecnologia.

Meios Criativos e Indústrias Culturais

- Forte identidade histórico-cultural e imagem atrativa da região com potencial económico.
- Multiculturalidade e cosmopolitismo com presença diversificada de população residente estrangeira.
- Oferta de equipamentos culturais e desportivos, superior à média nacional, alguns com dimensão internacional e boa experiência na organização de eventos.
- Existência de indústrias culturais e criativas relevantes no tecido empresarial e na estrutura de emprego.
- Existência de espaços emblemáticos de concentração de industriais culturais e criativas.

desqualificados, dada a incidência de população com 15 ou mais anos sem nenhum nível de escolaridade.

- Persistência de um segmento importante da população entre os 3 e os 5 anos de idade que não frequenta o ensino pré-escolar.
- Abandono escolar ainda elevado com taxas superiores à média europeia.

Meios Criativos e Indústrias Culturais

- Assimetrias intrarregionais na rede de equipamentos culturais e falhas de equidade no acesso e participação da população;
- Elevada dependência dos apoios públicos, fraca sustentabilidade dos modelos de financiamento e do funcionamento, e falta de cultura de mecenato e de incentivos que a fomentem.
- Inexistência de uma estratégia orientadora das iniciativas individuais que promova o efeito de escala.
- Inadequação do quadro legal face às especificidades da produção cultural.

Oportunidades

Sistemas Produtivos e Especialização Inteligente

- Existência de elementos e condições de base para fazer crescer e desenvolver o sistema de inovação regional, orientado para a transferência de tecnologia.
- Desenvolvimento de um polo regional de excelência internacional quer no ensino quer na investigação, aproveitando os movimentos de reforma do sistema universitário.

Ameaças

Sistemas Produtivos e Especialização Inteligente

- Deslocalização de empresas de capital estrangeiro tecnologicamente avançadas e escoamento da mão-de-obra qualificada para o exterior.
- Disfuncionalidades no sistema logístico e económico decorrentes da atual dispersão e fragmentação das atividades económicas na Região de Lisboa e dos incrementos dos custos

- Dimensão marítima e estuarina com potencial para o desenvolvimento de atividades económicas portadoras de valor.
- Capitalização do recurso mar para a afirmação da Região de Lisboa como capital Euro-Atlântica.
- Posicionamento Geoestratégico – localização privilegiada enquanto plataforma de intermediação entre a Europa e o resto do mundo.
- Potencial da Região como destino turístico de excelência, com particular destaque para o turismo cultural, desportivo, náutico e de negócios.
- Oportunidade para residência permanente de empreendedores de nível europeu e mundial, num país da UE de ameno clima e convivência muito atrativa.

Capital Humano, Emprego e Empreendedorismo

- Captação de atividades e serviços que valorizem a sua localização em regiões com ambientes culturais e criativos e com mão-de-obra qualificada.
- Desenvolvimento de projetos estruturantes ou inovadores com impacto no emprego e na economia regional e nacional.
- Criação de emprego nos domínios da Economia Azul com potencial de absorção de mão-de-obra de setores em declínio.
- Elevada mobilidade dos diversos atores sociais no espaço europeu, em especial no domínio do ensino e investigação.
- Fomento do empreendedorismo no contexto da mobilidade laboral e do incentivo a setores emergentes.

Meios Criativos e Indústrias Culturais

- Emergência e crescimento sustentado de uma

de contexto.

- Diminuição do potencial atrativo e quebra de cadeias de valor emergentes, devido ao contexto financeiro e económico desfavorável.
- Estagnação do investimento na logística e transportes, em vertentes estratégicas para a internacionalização e para organização e funcionamento do sistema urbano.
- Aeroporto da Portela com problemas de capacidade para responder aos aumentos de tráfego expectáveis.
- Dificuldades de conciliação do crescimento do Porto de Lisboa na Margem Norte com a sua inserção urbana.
- Incapacidade das empresas para investir e falta de incentivos fiscais atrativos.

Capital Humano, Emprego e Empreendedorismo

- Alteração das condições de trabalho face ao atual contexto socioeconómico de crise e procura por mão-de-obra mais “barata” e conseqüentemente menos qualificada.
- Persistência de segmentos da população com baixos níveis de educação e formação.
- Elevadas taxas de desemprego e dificuldade de (re) integração no mercado de trabalho.
- Fuga de quadros técnicos superiores.

Meios Criativos e Indústrias Culturais

- Encerramento de equipamentos culturais e degradação associada decorrente da conjuntura de estrangimentos orçamentais, particularmente dos municípios.
- Dificuldades de financiamento das redes culturais de programação e distribuição.
- Falta de conhecimento sistematizado sobre as indústrias culturais e criativas, nomeadamente distribuição geográfica e peso real na economia.

<p>economia do conhecimento, suportada na cultura, onde o segmento das indústrias culturais e criativas desempenha um papel preponderante (cluster centrado nas indústrias criativas).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existência de um ambiente cosmopolita e de massa crítica com capacidade de atração de atividades que associem valorização do património, criação artística e cultural, lazer, turismo e vivências urbanas. • Aproveitamento de elementos históricos e culturais para a criação de marcas (Fado, Pessoa, Oceanos,...). • Crescimento do turismo cultural, em especial o segmento do turismo criativo com foco no turista e nas experiências culturais genuínas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Predominância de uma visão individualizada dos projetos e falta de sensibilidade para o funcionamento em redes com maior sustentabilidade económica.
---	--

Crescimento Sustentável

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>Recursos, Serviços Ambientais e Riscos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elevados níveis de biodiversidade e presença de recursos naturais e paisagísticos de grande qualidade e diversidade, designadamente o mar, a orla costeira atlântica, os estuários do Tejo e Sado, os aquíferos e as áreas naturais protegidas das serras da Arrábida e Sintra. • Existência de vastas áreas com usos agrícolas, florestais e silvestres, fundamentais para a produção primária e para a qualificação ambiental e paisagística, bem como para o desafogo e segmentação das áreas urbanizadas. • Elevados níveis de cobertura das populações no que se refere ao abastecimento de água, drenagem de águas residuais, recolha e tratamento de resíduos urbanos, bem como boa regulação dos sistemas em alta. 	<p>Recursos, Serviços Ambientais e Riscos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elevado nível de poluentes atmosféricos, em determinados pontos de áreas urbanas, em particular associados à emissão de partículas pela circulação rodoviária. • Subsistência de passivos ambientais ainda com alguma expressão (sobretudo solos contaminados e salinizados, e áreas críticas). • Produção de resíduos ainda superiores às metas estabelecidas no PERSU II, elevada quantidade de resíduos urbanos depositados em aterro e fraca reutilização de águas residuais para usos urbanos não potáveis. • Existência de situações de risco real, decorrentes da exposição e vulnerabilidade de pessoas e bens em áreas perigosas, mormente construção em leitos de cheia e áreas de instabilidade de vertentes.

- Existência de amenidades climáticas atrativas para a fixação das atividades humanas.
- Existência de instrumentos de ordenamento promotores de uma proteção mais eficaz das zonas ecologicamente mais sensíveis.

Economia de Baixo Carbono

- Potenciais energéticos endógenos significativos para a produção de energia a partir de fontes renováveis (solar, eólica, das ondas, biomassa florestal e agrícola e biogás) e de desenvolvimento da microgeração.
- Crescente otimização dos modelos de iluminação pública e da gestão energética dos edifícios públicos, serviços, indústria e transportes.
- Boa centralidade no acesso às redes de transporte e de distribuição de gás natural e de energia elétrica.
- Crescente investimento na aquisição de transportes coletivos movidos a eletricidade e a gás natural, em redes cicláveis e na e em de parques de estacionamento com sistemas de recarga de veículos elétricos (em Lisboa)
- Rede de transportes coletivos com investimentos significativos na cobertura e prestação de serviços, nomeadamente, expansão de redes, renovação de frotas, sistemas de informação e bilhética

Qualificação Urbana

- Tendência de aumento do investimento na reabilitação urbana relativamente à construção de novas edificações.
- Elevados investimentos ao longo das últimas décadas na qualificação urbana com melhorias significativas na qualidade do ambiente urbano, na dotação de equipamentos de proximidade, no espaço público e nas infraestruturas viárias.

- Dispersão urbana e fracionamento de corredores ecológicos e ecossistemas.

Economia de Baixo Carbono

- Elevada dependência energética do exterior sustentada nos combustíveis fósseis ou na eletricidade gerada com base nestes.
- Défice de articulação entre os sistemas de transportes e uma ocupação urbana muito dispersa e fragmentada, que retira eficácia ao transporte coletivo
- Desarticulação dos meios de transporte coletivo, fraca intermodalidade e excessivo recurso ao transporte individual
- Falta de cultura energética e ambiental, em particular nos setores da construção e da indústria, com consequências na baixa eficiência energética do edificado público e privado e das atividades económicas
- Inexistência de um Plano de Mobilidade Sustentável para a AML que equacione a mobilidade metropolitana de forma integrada nos diversos modos de deslocação (incluindo os suave e pedonal) e ajustada à diversidade física e funcional dos territórios e populações (incluindo as áreas centrais topograficamente acidentadas e as áreas periféricas de baixa e muito baixa densidade de ocupação)

Qualificação Urbana

- Elevado número de fogos vagos, nomeadamente nas áreas urbanas centrais das aglomerações urbanas estruturadoras.
- Insuficiências nas abordagens urbanas integradas desenvolvidas nos últimos anos, nomeadamente na articulação das dimensões física-social-económica e na conjugação dos instrumentos financeiros comunitários.
- Existência de áreas urbanas críticas, caracterizadas pela coexistência de graves

<ul style="list-style-type: none"> • Sistema urbano regional crescentemente policêntrico, definido por uma rede de aglomerações com relevância populacional e funcional e servidas por sistemas de transporte em sítio próprio. • Existência de inúmeras áreas urbanas com notabilidade patrimonial, histórica, cultural, arquitetónica e paisagística, com grande singularidade e atratividade. 	<p>problemas sociais e urbanísticos (áreas históricas, bairros sociais, urbanizações periféricas).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Perda de vitalidade social e económica dos centros históricos e das áreas urbanas centrais das aglomerações urbanas estruturadoras da Região. • Território estruturado por um sistema urbano distendido e assimétrico com extensas áreas de desenvolvimento recente caracterizadas por povoamento fragmentado e disperso de baixa densidade.
Oportunidades	Ameaças
<p>Recursos, Serviços Ambientais e Riscos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior preocupação e consciencialização ao nível nacional e internacional para os riscos associados a fenómenos naturais potenciados pelas alterações climáticas. • Aproveitamento dos vastos recursos paisagísticos e ambientais para fomentar vivências e práticas de ar livre e atrair fluxos de lazer e turismo, afirmando a Região como um “Destino Verde”. • Potencial produtivo do solo para culturas agrícolas, associando rendimento, minimização de riscos, novas vivências urbanas e recreação e lazer. • Crescentes procura de produtos “naturais/biológicos”, matérias-primas alternativas e materiais reciclados • Incremento da libertação de linhas de água e zonas de máxima permeabilização, recuperação dos leitos de cheia, associadas à constituição de estruturas ecológicas e de aproveitamento produtivo do solo • Elaboração de instrumentos de prevenção e minimização de riscos. 	<p>Recursos, Serviços Ambientais e Riscos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conflitualidade de ocupações e usos, com forte pressão sobre áreas fundamentais para o funcionamento dos sistemas ecológicos, prestação de serviços ambientais, prevenção e minimização de riscos, e aproveitamento produtivo do solo. • Incremento das vulnerabilidades, perigosidades e riscos ambientais, como o risco sísmico, ou associados às alterações climáticas. • Agravamento das pressões urbanísticas, materializada na ocupação de áreas vitais intersticiais e na interrupção e alteração dos corredores ecológicos, na urbanização fragmentada e na edificação dispersa e na alteração do uso de zonas ambiental e paisagisticamente preservadas. • Aumento descontrolado da atividade turística e de lazer e recreio, designadamente na faixa litoral e nas áreas rurais e florestais, promovendo o aumento da construção urbana e de infraestruturas em áreas sensíveis. • Restrições orçamentais no domínio do ambiente, decorrentes da conjuntura socioeconómica, com consequente

Economia de Baixo Carbono

- Melhoria da rede de transportes coletivos, alargando a cobertura da população e promovendo a intermodalidade e a utilização de modos suaves de transporte.
- Alteração do paradigma energético, possibilitando o surgimento de soluções inovadoras, mormente no setor dos transportes, potenciadoras da eficiência energética.
- Promoção de medidas para implementação da eficiência energética no setor doméstico e dos serviços no quadro dos roteiros de baixo carbono e com vista à redução dos gases com efeito de estufa.
- Efeito dinamizador do aproveitamento do potencial endógeno e do aumento da eficiência energética na atividade económica e nos edifícios.
- Priorização política para a execução das principais medidas que compõem o ECO.AP – Programa Específico de Eficiência na Administração Pública.
- Aproveitamento do potencial solar em termos da produção de energias renováveis, nomeadamente a micro produção no setor residencial.

Qualificação Urbana

- Recente revalorização das áreas urbanas centrais e históricas, num contexto de retração do investimento em habitação própria e de aumento do arrendamento.
- Associação das políticas de dinamização económica do setor da construção civil e de dinamização do emprego com as políticas de reabilitação urbana.
- Capitalização dos investimentos realizados na regeneração urbana para dinamizar o investimento na reabilitação do edificado

subvalorização dos parâmetros de qualidade ambiental.

- Problemas crescentes de poluição / salinização dos solos e dos recursos hídricos da Região.

Economia de Baixo Carbono

- Restrições orçamentais com consequências no preço e no serviço de transporte coletivo prestado e na renovação das frotas menos eficientes.
- Incumprimento das metas de redução das emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa) e das metas relativas à penetração de fontes renováveis no setor dos transportes até 2020 (10%).
- Incapacidade financeira para promover a aplicação do Programa Específico de Eficiência na Administração Pública.
- Continuação do modelo de ocupação urbana extensivo.

Qualificação Urbana

- Incapacidade de investimento na reabilitação urbana no atual contexto económico e dificuldades de associação entre investimento público e privado.
- Crescente inoperacionalidade dos instrumentos públicos de apoio à reabilitação urbana do parque habitacional privado e não elegibilidade destas intervenções no âmbito dos fundos comunitários.
- Políticas sócio-urbanísticas inadequadas e desarticuladas, continuação da extensificação urbana e subaproveitamento dos ativos construídos.
- Perda de vitalidade demográfica na AML com implicações no aumento de áreas urbanas em perda, com um aumento de fogos vagos e degradação do edificado.

<p>privado.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relevância dos instrumentos de apoio à eficiência energética para dinamizar a reabilitação urbana do edificado privado, aumentando as condições de conforto habitacional e reduzindo o consumo energético. • Existência de áreas industriais obsoletas ou em declínio com localizações de excelência para protagonizar novas dinâmicas económicas e ancorar projetos estruturantes do novo modelo económico regional. • Desenvolvimento do conceito de estruturas ecológicas e de hortas urbanas, como elemento de gestão e de fruição do espaço público. 	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração significativa no mercado imobiliário, sem criação em alguns grupos sociais de uma "cultura de proprietários", com implicações na falta de conservação e manutenção regular do edificado. • Degradação de áreas infraestruturadas e/ou alvo de investimentos para o desenvolvimento, devido a quebras da procura e alteração de expectativas, devido à conjuntura atual. • Incremento da dificuldade de acesso ao mercado habitacional com um aumento das situações de sobreocupação de fogos ou de construção de habitações precárias, nomeadamente por parte de grupos socioeconómicos mais fragilizados. • Ausência de uma governança mais assertiva e catalisadora de atuação colaborativa e em parceria
---	--

Crescimento Inclusivo

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>Demografia e Serviços de Proximidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elevada concentração populacional e dinâmicas demográficas mais favoráveis que as médias nacionais. • Relevante atratividade de população imigrante, concentrando aproximadamente metade da população estrangeira residente em Portugal, em 2011. • Grande percentagem de população em idade escolar (entre os 6 e os 15 anos de idade) que frequenta o sistema de ensino. <p>Inclusão e Inovação Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crescente consolidação do Terceiro Setor no combate à pobreza e à exclusão social, com um 	<p>Demografia e Serviços de Proximidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inversão da taxa de crescimento migratório, na última década, com a Região a revelar uma tendência negativa. • Concentração de população envelhecida nos centros históricos e nas áreas centrais das principais aglomerações urbanas, com um expressivo aumento de idosos em situação de isolamento. • Continuação do decréscimo da taxa bruta de natalidade, embora ligeiramente superior à média nacional, e tendência de estabilização da fecundidade. • Debilidade na oferta de equipamentos de proximidade orientados para indivíduos com deficiência, para os idosos nas tipologias

<p>aumento e diversificação das instituições.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento significativo na última década de projetos de combate à pobreza centrados na capacitação dos indivíduos e das suas organizações e de trabalho em rede entre as entidades prestadoras de serviços e as organizações de base local. • Crescente valorização de projetos de mediação intercultural como forma de aproximação e integração de comunidades imigrantes e minorias étnicas. • Crescente constatação da importância de desenvolvimento de estratégias e respostas sociais de longo prazo no terreno, em detrimento de projetos temporalmente diminutos. 	<p>primordiais (centro de dia, centro de convívio e lar de idosos) e de apoio à primeira infância, designadamente, de creches.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reduzido investimento na área da saúde mental e das demências e na promoção de melhores condições de vida para este segmento da população em crescimento acelerado, bem como de apoio e formação aos cuidadores familiares. <p>Inclusão e Inovação Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concentração na Região de ¼ de população em situação de elevada vulnerabilidade, nomeadamente, de beneficiários de RSI e de pensionistas, verificando-se um acréscimo dos beneficiários de RSI. • Desenho de projetos sociais locais muito pressionado pelas necessidades de financiamento das organizações e pouco suportados em diagnósticos e orientados para as necessidades prioritárias dos indivíduos e das comunidades. • Empobrecimento generalizado das famílias com impactes negativos assinaláveis nos padrões de qualidade de vida e situações de pobreza acentuada. • Dificuldades em superar abordagens assistencialistas no combate à pobreza e à exclusão social. • Prevalência de uma baixa empregabilidade das pessoas deficientes, conferindo-lhes elevada dependência das prestações e apoios sociais.
Oportunidades	Ameaças
<p>Demografia e Serviços de Proximidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crescente consciencialização da necessidade de uma política integrada de estímulo à natalidade e renovação demográfica. • Maior preocupação e sensibilização com o 	<p>Demografia e Serviços de Proximidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elevado índice de envelhecimento e reduzida taxa bruta de natalidade com consequências no défice de renovação das gerações. • Ausência de estratégias de apoio e incentivo à natalidade e de estímulo à conciliação entre a

envelhecimento ativo.

- Célebre mudança no perfil da população sénior exigindo uma readaptação das respostas sociais proporcionadas e dos equipamentos existentes.
- Crescente valorização dos serviços de proximidade que permitam manter os idosos nos seus quotidianos em detrimento da sua institucionalização.

Inclusão e Inovação Social

- Crescente valorização da inovação social pela Comissão Europeia, nomeadamente, para o próximo ciclo de programação comunitária.
- Existência de boas práticas no acolhimento, integração e capacitação das comunidades imigrantes.
- Crescente consciencialização social e política do papel do Terceiro Setor e das organizações de base local para suprimir carências dos grupos mais vulneráveis e trabalharem na capacitação de indivíduos e comunidades.
- Mobilização crescente da sociedade para a cidadania ativa e das empresas e das suas organizações para a sua responsabilidade social e para dinamizarem iniciativas de combate à pobreza e à exclusão e de inovação social.
- Elevada heterogeneidade de novas iniciativas inovadoras no domínio do empreendedorismo social.
- Valorização do saber dos cidadãos seniores e sua transferência para gerações mais jovens.

vida profissional e a vida familiar.

- Perda de atratividade da Região relativamente aos fluxos migratórios internacionais, agravado pela recente intensificação dos fluxos emigratórios de nacionais e a saída de estrangeiros.
- Desestruturação das redes familiares tradicionais, conducente ao crescente isolamento dos idosos, ausência de convívio intergeracional e falta de proximidade entre idosos e os cuidadores familiares.
- Morosidade e complexidade na reconversão dos equipamentos e respostas sociais decorrentes de constrangimentos legais e burocráticos.

Inclusão e Inovação Social

- Manutenção do contexto económico regressivo com um crescimento ou manutenção dos elevados níveis de desemprego, empobrecimento dos indivíduos e famílias e aumento das situações de rutura social.
- Grande fragilidade financeira das entidades do Terceiro Setor e das organizações de base local.
- Mudanças emergentes no perfil da pobreza em resultado da persistência das dinâmicas de desemprego e da redução dos instrumentos de proteção social.
- Predomínio de um tecido empresarial orientado exclusivamente para fins económicos, com ausência de políticas internas de valorização da responsabilidade social e da promoção da conciliação entre a vida pessoal e profissional dos trabalhadores.
- Contexto macroeconómico extremamente adverso para o desenvolvimento de iniciativas de apoio à empregabilidade com possíveis efeitos dissuasores na mobilização futura de indivíduos em situação de vulnerabilidade

	<p>social.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento da incidência de problemas de saúde mental. • Ausência de um olhar transversal nas áreas-chave que concorrem para o desenvolvimento social (saúde, habitação, educação, emprego,...).
Capacitação Regional	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>Capacitação, Qualificação e Modernização Administrativa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concentração territorial de instituições públicas e de atores relevantes para o desenvolvimento regional. • Existência de referenciais estratégicos e de instrumentos de planeamento orientadores da decisão e ação no território da região. • Existência de mobilização para novas formas organizativas da administração pública e novos processos de gestão. • Medidas desenvolvidas ao logo do último decénio visando a modernização e a simplificação administrativa 	<p>Capacitação, Qualificação e Modernização Administrativa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Complexidade da região metropolitana, inerente à existência de uma densa malha de entidades públicas. • Dispersão de centros de decisão e de controlo públicos e disfuncionalidades administrativas e judiciárias. • Falta de instrumentos e mecanismos de promoção da sinergia de meios públicos e privados e incapacidade de convergência de iniciativas mistas visando a provisão de bens públicos. • Insuficiência de processos de decisão colaborativos e escassez de parcerias públicas e público/privadas centradas na configuração e execução de projetos com forte transversalidade. • Lacunas de informação e conhecimento sobre o território e os seus recursos e fortes ineficiências de partilha e gestão integrada da informação.
Oportunidades	Ameaças
<p>Capacitação, Qualificação e Modernização Administrativa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existência de documentos estratégicos e programas de ação vocacionados para a 	<p>Capacitação, Qualificação e Modernização Administrativa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fraca autonomia e inibição da ação das instituições públicas regionais ligada à

capacitação institucional.

- Iniciativas de reorganização e refuncionalização equipamentos e serviços numa lógica de rede, implementando novos modelos de gestão integrada de serviços, incluindo os da área dos transportes.
- Novo ciclo de programação de fundos, mobilizador dos atores públicos em torno das linhas estratégicas para a capacitação regional.
- Articulação do processo de planeamento territorial estratégico e da gestão do programa operacional, num quadro de gestão estratégica da região.
- Disponibilidade crescente das instituições públicas e do terceiro setor para estabelecerem parcerias e desenvolverem um trabalho concertado e estruturado.
- Aposta na promoção ativa e seletiva da capacitação das instituições e dos agentes regionais, focada nas debilidades estruturais e nas vantagens de especialização da região.

proximidade espacial e à sobreposição de campos de atuação com as instituições de nível nacional.

- Sobreposição e redundância institucional e indefinição de um quadro lógico e compreensível de responsabilidades públicas partilhadas.
- Falta de uma política integrada de informação geográfica do território e das suas variáveis de desenvolvimento.
- Manutenção da exclusão de parte significativa da população dos processos de decisão sobre políticas públicas e continuação da fraca cultura cívica sobre ordenamento e desenvolvimento territorial.
- Incapacidade de investir na modernização e capacitação dos serviços públicos e dos seus recursos humanos face ao contexto de austeridade orçamental.
- Falhas de cooperação institucional de base territorial em matérias transversais aos vários setores da administração e municípios.
- Desvalorização dos processos de planeamento e gestão estratégica da região e persistência de debilidades nos processos de parceria para o desenvolvimento de projetos plurifundo e multinível.
- Dificuldades de articulação de políticas sectoriais nacionais com implicações espaciais na Região.

4. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

4.1. Enquadramento Estratégico

4.1.1. Introdução

225. O diagnóstico prospetivo realizado é claro quanto à matriz de forças e de fragilidades que caracterizam a Região de Lisboa, mas também quanto ao papel estruturante que este território desempenha e deverá continuar a desempenhar na competitividade e na internacionalização da economia portuguesa.
226. Principal área urbana nacional, onde residem quase 3 milhões de habitantes, cerca de 1/4 da população portuguesa, concentra 25% da população ativa portuguesa, 30% das empresas nacionais e 33% do emprego que contribui com mais de 36% do PIB nacional.
227. Os principais trunfos da região são conhecidos: recursos naturais, ambientais, e patrimoniais singulares, distintivos no contexto das metrópoles europeias, constituindo a sua principal vantagem comparativa; uma localização geoestratégica de charneira – periférica na Europa, central em termos euro-atlânticos – que vocaciona Lisboa para um papel relevante na globalização, como plataforma de intermediação da Europa.
228. Por outro lado, a elevada concentração de recursos produtivos, de ensino, científicos e tecnológicos e de qualificação, colocam a região numa posição de partida favorável para se posicionar numa economia baseada no conhecimento e na inovação. Os níveis de qualificação do capital humano são ainda insuficientes, em termos europeus, mas registam domínios emergentes de ponta com elevado potencial.
229. No lado oposto, as debilidades apontadas à região são recorrentes: o desordenamento do território, promotor de uma mobilidade ineficiente, do fracionamento dos corredores ecológicos e dos ecossistemas, e perda de vitalidade das áreas urbanas centrais, uma intermodalidade insuficiente e precariedades sócio urbanísticas promotoras de exclusão social.
230. O reconhecimento da excelência da Área Metropolitana de Lisboa no contexto nacional leva, frequentemente, a que não se atente às dificuldades existentes em certas temáticas, existindo algumas onde se têm registado recuos no contexto europeu e internacional. Se algumas dessas perdas resultam de dinâmicas conjunturais, onde avultam a crise das dívidas soberanas e a forte redução do crescimento do produto potencial num contexto onde a Europa do Sul surge aos olhos de muitos como um espaço periférico e pouco atrativo, outras derivam de tendências estruturais, onde avultam o fecho da era colonial, a perda de relevância económica do Atlântico Norte, o forte envelhecimento da população e o grande alargamento do espaço da construção europeia, que devem merecer particular atenção.
231. O futuro da Região de Lisboa ganha-se ou perde-se nesta articulação entre o quadro nacional e o quadro europeu e internacional. Muitos dos objetivos internos só poderão ser alcançados se a região for capaz de melhorar o seu posicionamento internacional, tornando-se mais atrativa para as pessoas e para as empresas.

4.1.2. A posição de Lisboa na Globalização

232. A leitura do posicionamento de Lisboa no quadro da sua inserção nas dinâmicas da globalização deve ser feita à luz da compreensão do papel e as funções que Lisboa pode assumir no sentido de se constituir como

protagonista de algumas dinâmicas globais, assim como reconhecer os efeitos sobre o território que resultam da alteração de paradigmas vigentes.

233. O futuro de Portugal exige uma Lisboa mais forte, em termos externos, e menos pesada, em termos internos. A construção de uma Lisboa mais forte em termos internacionais exige uma afetação deliberada de recursos do setor público e do setor privado a esta projeção internacional. A participação mais ativa da região de Lisboa na globalização far-se-á como região capital de Portugal, em tudo o que corresponde a funções políticas e institucionais, e como região economicamente desenvolvida, em tudo o que corresponde à sua atratividade enquanto local para investir, viver ou visitar.
234. A intensificação da concorrência resultante da aceleração da globalização traduziu-se numa importante erosão das fronteiras económicas de base nacional gerando uma mobilidade muito mais alargada dos bens, dos serviços, dos capitais, da informação e da tecnologia, dos investimentos e dos próprios negócios e dos respetivos modelos.
235. Os territórios, sejam eles regiões, países ou grandes blocos regionais, contam, e muito, para atrair ou afastar os movimentos resultantes desta nova mobilidade económica associada à aceleração da globalização em que se assistiu a uma alteração profunda das condições de produção e distribuição da riqueza produzida, isto é, das condições de criação e retenção de valor numa economia mundial onde a dimensão financeira se reforçou de forma muito substancial e onde a produção se fragmentou, de forma não menos substancial, ao longo de múltiplas cadeias globalizadas de abastecimento, produção e distribuição. Esse novo quadro favorece a coordenação hierárquica pela globalização empresarial face à coordenação mercantil e confere ao comércio internacional uma lógica onde o comércio por divisão de trabalho e de tarefas (*trade in tasks*) vai ganhando forte expressão face ao simples comércio de bens e serviços (*trade in goods*).
236. O comércio internacional evoluiu assim do contexto dominado pelas trocas de bens de consumo e de matérias-primas para o presente contexto dominado pelo adensamento, sem precedentes, das trocas de bens e serviços intermédios, isto é, de outputs de certas tarefas realizadas numa determinada localização, que se convertem em *inputs* para outras tarefas realizadas noutra localização, dentro de cadeias de atividade económica que se vão tornando globais na medida exata em que também se vão fragmentando.
237. Neste processo, a economia mundial e o comércio internacional ganham uma acrescida complexidade que questiona a referência de um produto a uma única localização (*“made in”*) e induz uma maior interligação entre bens e serviços e entre comércio e investimento, com consequências muito relevantes para a própria configuração da concorrência. Em causa está a emergência do *“made in world”* e das trocas originadas por uma divisão fina de tarefas produtivas.
238. A fragmentação mais recente da produção tem estado associada a uma reorganização das diferentes partes e funções dos estabelecimentos convencionais da produção de bens (fábricas) e de serviços (escritórios), autonomizando e separando territorialmente as suas diferentes partes (*offshoring*).
239. A formação destas cadeias de valor globalizadas tem gerado um novo surto de separação territorial, não já entre os locais de produção e os locais de consumo, mas agora no seio dos próprios espaços de produção. Corresponde também à afirmação progressiva de uma lógica de combinação de formas e de práticas de concorrência e de cooperação em redes de relacionamento empresarial internacional, com expressão na inovação e desenvolvimento de processos e de produtos, e nas suas novas formas de diferenciação mais centradas nas dimensões imateriais, onde os elementos relativos ao património, à cultura, ao conhecimento e à criatividade se têm revelado fundamentais. Esta nova realidade constitui uma das principais razões para desenvolver estratégias e políticas que consigam combinar a competitividade das empresas com a

competitividade dos territórios, ainda que a lógica da identificação das vantagens comparativas e competitivas sofra uma recomposição. A aptidão para o desempenho competitivo (tempo, custo, qualidade) relativo a uma determinada parte de uma cadeia de produção mais vasta (tarefa) ganha agora maior expressão que a aptidão para produzir um determinado bem capaz de satisfazer uma procura final (produto).

240. A aceleração da globalização produziu, também, impactos significativos no turismo, gerando uma atividade cada vez mais global, mas ainda mais local e descentralizada ao nível da oferta de bens e serviços, isto é, marcadas pelas características da sua localização territorial. Ao longo das duas últimas décadas assistiu-se a uma forte expansão das viagens e turismo: o fluxo anual de turistas internacionais passou de cerca de 435 milhões em 1990 para cerca de 985 milhões em 2011, prevendo-se que venha a superar os 1800 milhões em 2030. Esta forte expansão associada à diversificação e internacionalização dos mercados emissores traduziu-se numa progressiva erosão da posição largamente dominante para as economias mais industrializadas e desenvolvidas da OCDE e, em particular, para as economias europeias. As economias avançadas captavam 68% das chegadas anuais de turistas (296 milhões) em 1990, mas viram essa proporção descer para 53% (523 milhões) em 2011. Esta tendência não deixará de se acentuar no futuro próximo, produzindo seguramente uma ultrapassagem consolidada das economias avançadas pelas economias emergentes enquanto destinos turísticos, com a projeção para 2030 a apontar para cerca de 43% (772 milhões). A Europa, como grande potência turística mundial, encontra-se no centro desta grande viragem que se vai fazendo, mercado a mercado, a velocidades diferenciadas. O conjunto da União Europeia viu a sua quota na captação dos fluxos mundiais de turistas reduzir-se, entre 1990 e 2011, de 53% para 39% (passando de 230 para 385 milhões de turistas). Os países da Europa do Sul e do Mediterrâneo resistiram melhor no mesmo período, registando uma quebra mais suave na quota como destino turístico (de 21% para 19%), que correspondeu a uma duplicação das chegadas de turistas (passando de 90 para 182 milhões). A especificidade do turismo, atividade transversal onde importa compreender a inseparabilidade da competitividade das empresas da competitividade dos territórios, explica como se tem vindo a manifestar de forma mais mitigada neste sector o quadro global da reorganização e redistribuição do poder económico à escala mundial entre economias ditas avançadas e economias ditas emergentes. Em causa está um jogo mais complexo entre fatores competitivos, com a dimensão do património histórico e cultural acumulado, a extensão do património natural ainda preservado da pressão industrial e urbanística, os níveis salariais e a qualidade dos serviços a se conjugarem, com muitos outros aspetos, para gerarem uma forte geometria variável.
241. A posição de Lisboa na globalização será tributária das funções específicas que a região consiga desenvolver com vantagens concorrenciais em relação a outras regiões capitais e metropolitanas, nomeadamente europeias. Identificam-se abaixo quatro grandes oportunidades de afirmação de Lisboa na globalização.
242. Uma primeira potencialidade respeita ao papel que Lisboa consiga assumir no encontro do Mediterrâneo com o Atlântico. O posicionamento nevrálgico de Lisboa no arco Atlântico recomenda que a região se assuma como território de ligação entre o Atlântico e o Mediterrâneo, reforçando a sua atratividade enquanto destino turístico e cultural pelo aproveitamento das recentes tendências globais, nomeadamente no turismo de cruzeiros, e no desenvolvimento das funções de intermediação que se mostrem adequadas às necessidades de cadeias de valor fragmentadas que exigem maior capacidade de adaptação à alteração dos fatores competitivos.
243. Outra potencialidade respeita ao papel que Lisboa consiga assumir no encontro da Europa com a África e as Américas. Lisboa, com a sua localização geográfica no cruzamento central no eixo atlântico (confluência de

três continentes) e periférica relativamente à Europa, tem um posicionamento estratégico para a assunção de funções de intermediação qualificada, através do desenvolvimento de atividades logísticas competitivas, integradas em cadeias de valor ágeis e flexíveis à escala global, que relancem a importância da região na ligação entre continentes (Europa, África e Américas).

244. Uma terceira potencialidades de afirmação de Lisboa na globalização surge no papel que possa assumir no encontro entre espaços de diferentes culturas, religiões e modelos de desenvolvimento (“Norte” e “Sul”). A multiculturalidade de Lisboa pode estabelecer-se como uma alavanca para afirmação da região na globalização, através da valorização das diferentes culturas e identidades que seja capaz de gerar benefícios numa gama alargada de domínios, e que funcione como um mecanismo de conversão do atraso da região em potencial de progresso. Com efeito, a presença de diferentes culturas e identidades na região poderá assumir-se, não só enquanto plataforma de acesso a diferentes mercados, mas também como um elemento estratégico de afirmação criativa e cultural da região. Neste domínio Lisboa deve assumir-se também como protagonista na promoção da aproximação e do diálogo entre os países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com reflexos positivos na dinamização das relações capazes de gerar benefícios mútuos para os seus membros.
245. Uma última grande área potencial de afirmação de Lisboa na globalização estará associada à sua capacidade de promover a integração entre a inovação e a diferenciação alimentada pelo cruzamento das atividades científicas e tecnológicas com as atividades culturais e criativas. Lisboa deve procurar estabelecer-se enquanto espaço de valorização de um conjunto de atividades/tarefas relevantes à escala global, mobilizando fatores avançados de competitividade como a inovação e o conhecimento que, conjugados com a criatividade e a cultura, contribuam para o desenvolvimento de produtos valorizados pelo mercado. Esta afirmação passa, essencialmente, por perceber quais os nós das cadeias de valor globais que as empresas da região podem comandar, isto é, quais as atividades geradoras de maior valor acrescentado em que o tecido económico da região apresenta vantagens competitivas à escala global.

4.1.3. Lisboa nas regiões metropolitanas europeias

246. A AML é uma região metropolitana capital relevante à escala europeia, posicionando-se como uma AM média à escala europeia (traduzida numa posição a meio da tabela dos rankings absolutos de dimensão populacional e económica) (Quadro 1 e Figura 60) mas como uma das AM com maior relevância no contexto do seu país (com uma concentração expressiva da população e da riqueza criada no País, que fazem Lisboa subir algumas posições quando se consideram os rankings de dimensão relativa no quadro dos respetivos países).
247. Em termos absolutos a AML era em 2011 a 11ª região metropolitana europeia em termos populacionais, com cerca de 2,8 milhões de residentes, a 15ª região metropolitana no ranking de criação de riqueza (PIB de 2010) das 21 regiões metropolitanas envolventes das cidades capitais europeias, com um valor que ultrapassa os 64 mil milhões de euros, num ranking liderado pela AM de Paris (590 mil milhões de euros) e com o último lugar ocupado pela AM de Bratislava (18 mil milhões de euros), a 11ª AM europeia do ponto de vista da dimensão da sua bacia de postos de trabalho – cerca de 1,5 milhões de postos de trabalho em 2010 – e a 14ª AM europeia do ponto de vista do emprego na indústria (incluindo construção) – 242 mil postos de trabalho.

248. Do ponto de vista da dimensão à escala do país, no ranking populacional das 21 regiões metropolitanas envolvidas das cidades capitais europeias, segundo dados do Eurostat para 2011, Lisboa ocupa a 8ª posição. A tendência de reforço da concentração populacional em torno da AML é semelhante à verificada noutras capitais europeias. A AML está também entre as oito AM que mais riqueza cria no contexto do país e que maior bolsa de trabalho concentra nas respetivas fronteiras (37% do PIB e 29% do emprego). Este posicionamento está distante dos extremos superior e inferior do ranking, assumidos, respetivamente, pelas AM de Dublin (82% do PIB e 76% do emprego da Irlanda) e de Berlim (6% do PIB e 7% do emprego da Alemanha).
249. A AML é ainda a 15ª região metropolitana no ranking de nível de vida atingido (medido pelo indicador PIB per capita, em paridades de poder de compra) nas 21 regiões metropolitanas envolvidas das cidades capitais europeias. Este valor atinge os 28 mil euros/habitante, num ranking liderado pela AM de Londres (46 mil euros/habitante) e com o último lugar ocupado pela AM de Liubliana (17 mil euros/habitante).
250. No que respeita ao peso de população jovem, com menos de 15 anos a AML situa-se a meio do ranking de regiões metropolitanas. Já no que respeita ao peso de população idosa, a posição de Lisboa piora substancialmente (19º lugar no ranking, com 18% de população com 65 ou mais anos), ficando apenas à frente de Roma (20%), Berlim (21%) e da própria LVT).
251. Enquanto cidade capital, Lisboa desempenha um conjunto de funções que lhe têm vindo a ser atribuídas e reconhecidas exatamente como resultado inerente ao efeito aglutinador da sua posição de cidade capital – um ciclo virtuoso que se gera a partir da centralidade de funções políticas e administrativas de nível nacional, e que arrastam outras funções motivadas pelo efeito de proximidade às primeiras, como económicas e de representação a diversos níveis, e que globalmente justificam a concentração de outras funções (instituições de ensino, científicas e tecnológicas, equipamentos culturais e desportivos de grande dimensão, etc.), criando um processo autoalimentado de concentração de pessoas residentes e de postos de trabalho, em que a massa crítica existente confere maior densidade às funções existentes e justifica a aglutinação de novas funções. O reconhecimento desse papel deve ser acompanhado, contudo, de uma perceção concreta das funções que, naturalmente, têm vindo a ser centralizadas em torno de Lisboa, cidade e região, e das funções que, por omissão ou simples debilidade de concretização, possam estar a ser assumidas de forma menos ativa do que o necessário para um desenvolvimento sustentado do país, na conjugação dos diversos efeitos de disseminação e difusão que devem ser emanados a partir da região capital.
252. O estudo “*Metropolitan areas in Europe*”, publicado em 2011 pelo BBSR alemão (*Federal Institute for Research on Building, Urban Affairs and Spatial Development*, sob tutela do Ministério alemão dos Transportes, Construção e Desenvolvimento Urbano), analisa as regiões metropolitanas europeias, do ponto de vista funcional e permite comparar as funções desempenhadas por Lisboa com as desempenhadas por outras áreas metropolitanas.
253. Os resultados globais do estudo identificam quatro tipos de áreas metropolitanas, em função da variedade e profundidade das funções de carácter metropolitano analisadas (Quadro 2 e Figura 61).
254. Lisboa ocupa a 25ª posição no ranking global de áreas metropolitanas consideradas, e enquadra-se num grupo de áreas metropolitanas com considerável variedade de funções (tipo 2), a par de áreas metropolitanas capitais como as de Atenas (Grécia), Dublin (Irlanda) e Luxemburgo. Dentre outras regiões metropolitanas que se incluem também nesta tipologia encontram-se Istambul, Oslo, Bolonha e Manchester-Liverpool. Estas áreas metropolitanas atingem uma significância funcional à escala dos respetivos países e

uma performance económica consideráveis, embora a diversidade de funções metropolitanas não seja tão expressiva quanto a atingida no tipo 1 (áreas metropolitanas com grande variedade de funções).

255. Lisboa inclui-se assim no grupo de “algumas capitais de países médios europeus, que atingem uma significância funcional acima dos valores médios dos índices funcionais temáticos, mas apenas em duas ou três dessas cinco áreas consideradas – uma delas a “política”, outra, em geral, a “cultura – em ambos os casos com boa representatividade”. Lisboa ocupa de facto, em termos parciais, o 17º lugar do ranking na temática “política” e 23º lugar no ranking da temática “cultura” no universo das 125 áreas metropolitanas consideradas. Em termos políticos, esta posição de Lisboa recebe contributo expressivo da sub-temática “governo nacional”, sendo mais modesta a posição de Lisboa na concentração de “organização supranacionais e com orientação política”, onde seria de incentivar a apetência da capital portuguesa, afirmando a sua posição estratégica no encontro de diversos mundos, como o do Mediterrâneo com o Atlântico, o da Europa com a África e as Américas, e o encontro facilitado a um País de brandos costumes, aberto e recetivo a diferentes culturas, religiões e modelos de desenvolvimento (“Norte” e “Sul”). Em termos culturais, a posição de Lisboa neste ranking é relativamente equilibrada entre as duas sub-temáticas analisadas, “artes” e “desporto”, sendo contudo de salientar que a sub-temática “artes” evidencia uma dispersão territorial muito expressiva entre as 125 regiões metropolitanas analisadas, sendo mais distintiva a sub-temática “desporto”. Globalmente, é uma temática fortemente influenciada pelas maiores concentrações populacionais metropolitanas, e com sensibilidade à atratividade turística enquanto fonte de recetividade e motor de alimentação ao aumento da produção cultural.
256. Lisboa apresenta menores desempenhos nos rankings das temáticas “economia”, “ciência” e, sobretudo, “transportes”, onde Lisboa se fica pelo 33º, 36º e 43º lugares, respetivamente. Na temática “economia”, a posição de Lisboa na segunda metade do ranking de áreas metropolitanas, é explicada pelas débeis posições que apresenta nos indicadores usados nas sub-temáticas “empresas”, “banca” e “mercados”, e compensada pela posição evidenciada em termos de “serviços avançados”. Na temática “ciência”, a posição de Lisboa recebe contributos mais significativos da sub-temática “divulgação científica”, sendo mais modesta a sua posição na sub-temática “educação e investigação” e praticamente marginal na sub-temática “empreendedorismo e inovação”. Estas duas sub-temáticas são medidas por indicadores que não favorecem a posição de Lisboa (respetivamente, pela presença de universidades integradas no TOP 500 mundial, e pelo número de patentes registadas no Gabinete Europeu de Patentes) e que, muito possivelmente, não refletem com rigor a dinâmica de Lisboa nas sub-temáticas em causa. Ainda assim, introduzem uma recomendação nítida para a valorização do posicionamento internacional dos parâmetros de educação, inovação e investigação, que remete para um quadro de concentração de recursos e de integração interdisciplinar entre o sistema de ensino, universitário e o sistema de investigação aplicada. Na temática “transportes”, a posição favorável de Lisboa na sub-temática “transporte aéreo de passageiros” não é acompanhada em termos do “transporte aéreo de mercadorias”. A utilização do transporte ferroviário (passageiros) e marítimo (mercadorias) é claramente deficitária, quando comparada com as restantes áreas metropolitanas europeias, sobretudo as capitais. Em termos da sub-temática “tráfego de dados”, a posição de Lisboa fica nos últimos lugares do ranking, e evidenciando os reflexos nas debilidades na integração em redes modernas de partilha de informação e conhecimento, de que as plataformas de tráfego de dados são instrumento.
257. O diagnóstico prospetivo realizado é claro quanto à matriz de forças e de fragilidades que caracterizam a Região de Lisboa, mas também quanto ao papel estruturante que este território desempenha e deverá continuar a desempenhar na competitividade e na internacionalização da economia portuguesa.

4.1.4. Principais Metas no Quadro da Estratégia Europa 2020

258. Os desafios da estratégia Europa 2020 colocam-se não apenas aos Estados Membros, mas também às suas regiões. Neste âmbito a estratégia definida para a Região de Lisboa para o período 2014-2020 visa contribuir para que o país e Europa alcancem em cada um dos cinco grandes objetivos definidos as metas apontadas para 2020.

Objetivos	Indicadores	Metas Europa 2020	Portugal Situação Atual	Metas Nacionais
Reforço da I&D e da Inovação	Investimento em % do PIB	3%	1,5%	2,7% - 3,3%
Mais e Melhor Educação	Taxa de abandono escolar precoce	10%	23,2%	10%
	% População com ensino superior ou equiparado entre 30-34 ano	40%	26,1%	40%
Clima / Energia	Eficiência Energética (ganho % no consumo de energia primária face a 2005)	20%	16,5%	20%
	% Energias renováveis no consumo de energia final	20%	27,3%	31%
	Emissões de Gases de Efeito de Estufa (variação % face a 2005 em emissões não CELE)	-20%	-8,0%	+1,0%
Aumentar o Emprego	Taxa de emprego (população 20-64 anos)	55%	69,1%	75%
Combate à Pobreza e à Exclusão Social	Pessoas em risco pobreza (2) / exclusão social (variação face a 2008)	-20 Milhões	-150 Mil	- 200 Mil

259. A estratégia definida visa ainda responder aos desafios estratégicos propostos pelos principais documentos comunitário de referência para o período 2014-2020, designadamente:

- A “Agenda Digital para a Europa”, para acelerar a implantação da Internet de alta velocidade e para que as famílias e as empresas possam tirar partido de um mercado único digital;
- “Uma União da Inovação”, para melhorar as condições gerais e o acesso ao financiamento para a investigação e inovação, para assegurar que as ideias inovadoras são transformadas em produtos e serviços que criam crescimento e postos de trabalho;
- “Juventude em Movimento”, para melhorar os resultados dos sistemas de ensino e facilitar a entrada dos jovens no mercado de trabalho;
- “Uma Europa Eficiente em termos de Recursos”, destinada a contribuir para dissociar o crescimento económico da utilização dos recursos, assegurar a transição para uma economia hipocarbónica,

aumentar a utilização das fontes de energia renováveis, modernizar o setor dos transportes e promover a eficiência energética;

- “Uma política Industrial para a Era de Globalização”, para melhorar o ambiente empresarial, especialmente para as PME, e para apoiar o desenvolvimento de uma base industrial forte e sustentável, suscetível de enfrentar a concorrência mundial;
- “Agenda para Novas Competências e Empregos”, para modernizar os mercados de trabalho e capacitar as pessoas, desenvolvendo as suas qualificações ao longo da vida, com vista a aumentar a participação no mercado de trabalho e a estabelecer uma melhor correspondência entre a oferta e a procura de mão-de-obra, nomeadamente através de uma maior mobilidade dos trabalhadores;
- “Plataforma Europeia contra a Pobreza”, para que a coesão social e territorial permita assegurar uma ampla distribuição dos benefícios do crescimento e do emprego e para que as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social possam viver dignamente e participar ativamente na sociedade.

260. Visa ainda contribuir para a Estratégia da UE para a Área do Atlântico, no quadro da afirmação da Região como capital Euro-Atlântica em que o Mar se assume como uma oportunidade de desenvolvimento e como um fator de afirmação diferenciação e afirmação internacional.

4.2. Estratégia Regional 2014-2020

4.2.1. Estratégia Regional Lisboa 2020

261. Entre 1986 e 2006, a Região de Lisboa percorreu com sucesso o caminho da “convergência” com a Europa. Passou então a enfrentar novos desafios na Política de Coesão com uma redução significativa de fundos estruturais e com uma nova realidade territorial em que a Região de Lisboa (NUTSII) passou a ser constituída apenas por duas NUTSIII – Grande Lisboa e Península de Setúbal.
262. Nesse âmbito, a CCDRLVT elaborou uma Estratégia Regional para o horizonte de 2020 – um plano estratégico de longo prazo para os dois períodos de programação seguintes – como forma de dar resposta aos novos objetivos de desenvolvimento regional, de acordo com a política de desenvolvimento económico e social do país, em linha com as orientações estratégicas europeias e com as novas mudanças e realidades das economias mundiais.
263. A “Estratégia Regional, Lisboa 2020”, que atualizou a estratégia definida para o período 2000-2010 no Plano Estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, definindo um conjunto de políticas, medidas e ações – coerentes, concentradas e seletivas – que visavam realizar as reformas e os ajustamentos estruturais necessários para uma renovação do modelo competitivo da economia regional, abrangendo a qualificação, a inovação e a diferenciação nas atividades tradicionais de especialização, mas também a entrada em novas atividades intensivas em tecnologias avançadas, apoiadas por novas competências em recursos humanos e I&D. Simultaneamente, assumiu-se que a consolidação qualitativa da competitividade regional tinha obrigatoriamente que passar pela coesão social, exigindo um forte investimento nas “pessoas”, focalizado nas dimensões da qualidade de vida, da qualificação profissional e na inserção dos grupos mais vulneráveis.

264. Para a implementação e gestão das políticas e medidas previstas, a Estratégia apresentou uma reestruturação, ou uma reinvenção, das formas de fazer e dos processos, através do desenvolvimento de novas formas de governabilidade e governança, assentes na capacitação institucional, na cooperação interinstitucional e na concertação de políticas.
265. Conscientes que a Região de Lisboa dispunha de condições para vencer os novos desafios de passar do ciclo da infraestrutura física para o ciclo do conhecimento, a Estratégia Regional centrou-se naquilo que é essencial e estratégico – pensar global e agir regional – apostando numa articulação entre a competitividade e a coesão, através de políticas públicas de base regional adequadamente ancoradas no território e assumidas pelos diversos atores que, no terreno, têm sido corresponsáveis pela sua implementação.
266. Assim, a “Estratégia Regional, Lisboa 2020” assumiu a ambição transformar a Região numa Euro-Região singular, ou seja, numa Região competitiva, cosmopolita, coesa e conectada, marcando a sua presença numa economia globalizada. Era afirmado como meta transformar Lisboa numa metrópole cosmopolita, de dimensão e capitalidade europeias relevantes, plenamente inserida na sociedade do conhecimento e na economia global, muito atrativa pelas suas singularidade e qualidade territoriais, natureza e posicionamento euro-atlânticos. A sustentabilidade social e ambiental, o reforço da coesão sócio territorial, a valorização da diversidade étnica e cultural e a eficiência da governação são, nesse horizonte, condições e metas do desenvolvimento económico e social da Região.
267. Esta Visão para Lisboa, mais do que buscar novos investimentos materiais e rotineiros, apostou num outro horizonte cultural e institucional, assente no reforço da interatividade e da conectividade entre atores e instituições com vista à construção de uma Região moderna, competitiva e claramente ancorada nas capacidades das Pessoas, do Território e das Organizações.
268. Entre as prioridades da “Estratégia Regional, Lisboa 2020” reconhecia-se que a Inovação e o Conhecimento são alavancas fundamentais para o desenvolvimento regional e constituem fatores essenciais para a promoção da competitividade territorial e para a afirmação da Região no contexto europeu e mundial. Por isso, assumiu-se como fundamental criar redes de inovação e conhecimento, institucionalizadas de forma flexível mas efetivamente ativas, numa perspetiva de articulação entre os diversos agentes e unidades que operam no território, nomeadamente, as Universidades, os Centros de Investigação, os Parques empresariais, os Parques de Ciência e Tecnologia e organismos da Administração Central, as empresas, com vista a intensificar a utilização da ciência, das tecnologias, da informação e do conhecimento nas atividades económicas e empresariais e nos serviços públicos.
269. A “Estratégia Regional, Lisboa 2020” reconhecia ainda que a Região tem necessariamente que valorizar as suas potencialidades ao nível da Mobilidade e em especial, do desenvolvimento do sistema logístico, de forma a marcar posição no contexto mundial, numa altura em que o crescimento do comércio internacional e o alongamento geográfico de cadeias de valor, crescentemente modulares, têm vindo a aumentar. A estratégia de mobilidade definida visa a criação das bases da logística moderna na Região, favorecendo a conquista de novas e mais enriquecidas funções de intermediação no contexto das relações da Europa alargada com as Américas e África.
270. Não menos importante nesta Estratégia era a prioridade dada à mobilidade interna da Região, de forma a ultrapassar constrangimentos inibidores da melhor qualidade de vida e redutores da produtividade do trabalho, das organizações e das empresas, prevendo-se uma profunda alteração dos equipamentos, processos e gestão da mobilidade, tornando-a mais eficiente, inteligente, amiga do ambiente e das pessoas.

271. Os Recursos Humanos, entendidos não apenas pela qualificação de mão-de-obra mas por um conjunto de capacidades culturais, técnicas e organizacionais transversais a todas as atividades da vida coletiva, são fundamentais para o aumento da produtividade e competitividade, e para a plena e desejável inserção da Região na Sociedade do Conhecimento e da Informação. A “Estratégia Regional, Lisboa 2020” defendeu a garantia da Educação como um direito, assegurando o acesso ao ensino obrigatório e ao longo da vida, combatendo o abandono e o insucesso escolar através de políticas ativas e inovadoras que promovam uma nova cultura educativa e de ensino tendo em conta a diversidade da sua procura. Além disso, propunha a aposta na qualificação e no reforço das instituições e organizações de ensino, de forma a garantir qualidade na formação e na adequação do perfil da formação às necessidades do tecido produtivo, assentes num maior investimento tecnológico e no reforço do ensino científico e profissionalizante. Não menos importante é o destaque que a “Estratégia Regional, Lisboa 2020” deu ao combate à discriminação e à inclusão social da população com dificuldades de inserção no mercado de trabalho.
272. Ao nível do Ambiente, e tendo presente a qualidade e a quantidade dos recursos naturais e ambientais que constituem o fator distintivo da Região no quadro das regiões capitais europeias – e que são, eles próprios, fator de atratividade e de competitividade – a Estratégia defendeu a salvaguarda e a valorização dos seus recursos naturais, para que estes contribuam para a criação de riqueza económica e de qualidade de vida para as populações. O Oceano e a água, enquanto extraordinários recursos, são patrimónios para o futuro que importa cuidar, valorizar e promover, dando-se um enfoque particular à valorização dos estuários do Sado e do Tejo, às zonas costeiras e às atividades associadas ao mar.
273. A energia desempenha um fator chave no desenvolvimento do território, mas os impactos ambientais que daí resultam são também um obstáculo à sustentabilidade ambiental, comprometendo os equilíbrios ecológicos e os próprios recursos naturais existentes. A “Estratégia Regional, Lisboa 2020” apostou em processos que promovam a eficiência energética, em especial através do desenvolvimento de energias renováveis, não só na produção de eletricidade, como também na vertente térmica e dos transportes.
274. A atratividade e a competitividade do território regional passam necessariamente pela sua Qualificação Urbana, entendida nas suas vertentes física, social e económica. Neste sentido, a “Estratégia Regional, Lisboa 2020” reconhecia a necessidade de intervir na reabilitação e revitalização das áreas que apresentam bolsas deficitárias em infraestruturas e equipamentos sociais básicos, das áreas de construção degradadas e de habitação precária, das zonas de origem “clandestina”, e das áreas centrais em desertificação e desvitalização. Defendeu-se a necessidade de projetar um modelo urbano revalorizado que constitua um instrumento específico de internacionalização da Região, revitalizando os espaços “em crise” nas duas margens do Tejo, capaz de atrair novas atividades produtivas e de lazer. A par das intervenções “mais físicas”, a Estratégia insistiu numa aposta significativa na promoção de práticas que conduzam à inclusão de comunidades com dificuldades especiais, particularmente centradas nos grupos mais vulneráveis, designadamente imigrantes.
275. Por último, o Turismo. Reconhecido como uma das atividades económicas que mais contribui, e pode contribuir, para o reforço da internacionalização da Região de Lisboa e que permite reforçar duradouramente a sua posição competitiva, a “Estratégia Regional, Lisboa 2020” apostou na valorização de um “Turismo alargado”, diversificado e enriquecido nos seus produtos e nas suas formas de comunicação e relacionamento com os mercados. Foi também apontado como prioridade o alargamento do leque da oferta turística, através do desenvolvimento de produtos inovadores destinados a diferentes segmentos de mercado num contexto marcado pela forte competição à escala continental e global. Associando ao turismo a cultura e o património da Região, é também necessário suscitar, organizar e apoiar parcerias nos domínios da

programação de eventos regulares e de promoção culturais, turísticas e empresariais que possam ser marcantes à escala internacional.

276. A prossecução destas prioridades estratégicas depende da capacidade de construir novos fatores de competitividade, baseados na qualidade das pessoas, das organizações e do território, assentes em quatro eixos estratégicos:
- **Competitividade** – A internacionalização como objetivo estratégico para o desenvolvimento competitivo da Região de Lisboa
 - **Dinâmica Territorial** – Articular e conectar Lisboa, interna e externamente, através de um desenvolvimento territorial sustentado e qualificado
 - **Dinâmica Social** – Uma Região centrada nas “pessoas” e na oferta de oportunidades que permitam processos de mobilidade social, de aumento de qualidade de vida e da equidade social
 - **Governabilidade** – A governabilidade e a governança como uma nova cultura de governo e de administração da Região
277. Apesar das profundas alterações sociais e económicas ocorridas no país e na Região após 2008, que levaram a um profundo questionamento da trajetória percorrida desde o acesso do Portugal à CEE, constata-se que a Estratégia Lisboa 2020 permanece pertinente. Constitui por isso o guião de enquadramento ao processo de planeamento e desenvolvimento regional de Lisboa para um novo ciclo de programação de fundos estruturais, sem prejuízo dos novos desafios e exigências que a Estratégia Europa 2020 coloca às Regiões.

4.2.2. Primeira Etapa da Estratégia Regional Lisboa 2020 (2007-2013)

278. O Programa Operacional Regional de Lisboa 2007-2013 (POR Lisboa) teve como referencial de partida as grandes recomendações da Política de Coesão e os desígnios estratégicos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e procurou concretizar a Estratégia Regional Lisboa 2020.
279. O POR Lisboa dispôs de uma dotação programada inicialmente do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) de €306,7 milhões, a que se associou uma comparticipação pública nacional de cerca de €165,8 milhões e privada nacional de €208,9 milhões, o que se traduz, num investimento total de €681,4 milhões nos sete anos de realização do Programa.
280. Neste contexto, o POR Lisboa assumiu quatro grandes objetivos gerais para o período de programação, designadamente:
- Reforçar e afirmar a competitividade apostando na posição de charneira da Região como agente valorizador do País e agente mediador face ao exterior;
 - Qualificar os recursos humanos e incentivar a coesão social por via do encontro harmonioso de culturas e da valorização dos espaços urbanos e suburbanos;
 - Promover o ordenamento do território numa perspetiva policêntrica e num quadro de sustentabilidade;
 - Garantir uma Governança mais eficaz e participada.

281. Estes objetivos gerais resultaram de 10 orientações estratégicas do Programa Operacional e que estabeleceram a articulação entre as prioridades do QREN, as diretivas da “Estratégia Regional, Lisboa 2020” e o diagnóstico da Região.

- **I. Afirmar Lisboa internacionalmente como espaço de intermediação**

As vantagens da metrópole relativamente às acessibilidades rodoviárias, ferroviárias, marítimas e aéreas, efetivas ou projetadas, colocam a Região numa posição de intermediação euro-atlântica muito favorável – especialmente se for associada ao desenvolvimento de atividades logísticas qualificadas – assegurando-lhe um papel chave no contexto internacional.

- **II. Reforçar a responsabilidade de Lisboa como motor de desenvolvimento do País**

O sucesso do processo de desenvolvimento da Região de Lisboa não garante, por si só, que o restante território nacional seja igualmente beneficiado. Enquanto capital do país e também na qualidade de espaço mais dinâmico e internacionalizado, a Região de Lisboa tem responsabilidades perante o país na disseminação dos processos e dos fatores de progresso económico e social.

- **III. Capacitar Lisboa como meio acolhedor e lugar de encontro multicultural**

A capacidade da cidade e da Região para acolherem quem vem de fora – quer na qualidade de turista, quer na condição de imigrante – é um trunfo importante para a afirmação da metrópole. Por outro lado, a conjugação dos fluxos turístico e migratório afigura-se uma oportunidade relevante para o reforço do atração turística.

- **IV. Qualificar um sistema de I&D dinâmico mas ainda vulnerável**

Apesar da tendência que se vem desenhando no sentido do reforço de I&D de base empresarial, a debilidade do investimento empresarial neste sector é ainda muito vincada. Por outro lado, a cooperação entre as diversas entidades envolvidas no sistema de I&D é bastante fraca, nomeadamente ao nível das parcerias empresas-universidades.

- **V. Combater défices acentuados na qualificação dos recursos humanos**

Apesar da Região de Lisboa sobressair positivamente no panorama nacional de desqualificação escolar e profissional, a situação regional não é, de todo, satisfatória, especialmente no que diz respeito ao ensino secundário, em geral, e ao ensino profissional, em particular. As elevadas taxas de abandono e insucesso escolar continuam a ser também um problema persistente no sistema escolar. É igualmente problemática a situação relativa à formação profissional. O esforço efetuado a partir da década de 80 centrou muito a formação nos grupos mais vulneráveis à exclusão social, nomeadamente os desempregados, e incidiu pouco na requalificação do emprego.

- **VI. Valorizar recursos paisagísticos e patrimoniais singulares**

A afirmação de Lisboa como um dos principais, ou mesmo o primeiro, destinos turísticos nacionais é claramente um forte fator de competitividade. A variedade e qualidade dos recursos naturais e culturais são um trunfo especialmente relevante na ótica de um desenvolvimento turístico qualificado, designadamente nos segmentos do turismo cultural ou do turismo de eventos (congressos, exposições, festivais ...).

- **VII. Esbater a fragmentação do espaço metropolitano**

As disparidades sociais que permanecem no espaço metropolitano são um dos maiores obstáculos à coesão sócio territorial e ao desenvolvimento sustentável da Região. Estas disparidades correspondem sobretudo a processos de exclusão social e territorial, bem ilustrada pelas deploráveis condições de habitação de alguns subúrbios ou de certos bairros históricos. A insipiência e fragilidade dos processos de participação e gestão democrática das comunidades urbanas/suburbanas tornam ainda mais problemático o quadro de fragmentação sócio territorial. Com esta orientação estratégica privilegia-se o desenvolvimento de estratégias participativas e integradas, capazes de combater a elevada concentração de problemas ambientais, económicos e sociais que afetam as aglomerações urbanas.

- **VIII. (Re)qualificar o tecido urbano**

O problema da requalificação do tecido urbano coloca-se a três níveis: (i) défice de reabilitação do parque habitacional; (ii) persistência de diversas zonas urbanas degradadas e, sobretudo, (iii) degradação de vastas áreas industriais dentro da cidade e, sobretudo, nas primeiras coroas suburbanas correspondente ao processo de desinvestimento industrial – Arcos Ribeirinhos Sul e Norte – devendo, assim, ser reabilitados estes espaços urbanos desindustrializados que apresentam grandes potencialidades de reaproveitamento para fins culturais e/ou turísticos (processo com grande expressão nas principais cidades europeias), suportando novas funções urbanas e contribuindo para criar as infraestruturas necessárias para um desenvolvimento económico sustentável.

- **IX. Vencer obstáculos à mobilidade e tornar mais eficiente a gestão do espaço público**

A pressão exercida pelo sobre-uso do transporte individual privado, quer em termos de circulação, quer ao nível do estacionamento, as deficiências e insuficiências da rede de transporte público são problemas graves na ótica do ordenamento do território, especialmente nos espaços suburbanos socialmente mais desfavorecidos, com reflexos negativos na produtividade total dos fatores na Região. A este problema associa-se diretamente o défice de qualidade urbanística dos espaços urbanos de uso público.

- **X. Fortalecer a cooperação institucional e territorial**

O défice de cultura de confiança e cooperação é um obstáculo forte à qualificação da gestão urbana e regional travando, por essa via, o desenvolvimento sustentável da metrópole. Este problema assume particular acuidade ao nível da cooperação intermunicipal sem a qual dificilmente se constituirá um espaço metropolitano dinâmico e coeso. Por outro lado, a cooperação inter-regional, no espaço nacional e europeu, constitui igualmente fator a considerar nesta orientação estratégica.

4.2.3 Estratégia Regional de Lisboa 2014-2020

282. A concretização da visão global de desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo para a região de Lisboa, no horizonte de 2020, deverá ser alcançada tendo como ponto de partida as prioridades da estratégia “Europa 2020” - crescimento inteligente, crescimento sustentável e crescimento inclusivo -, e os seus objetivos estratégicos que mobilizam todas as regiões europeias a responder às fragilidades estruturais da Europa e à concretização de uma economia social de mercado para o século XXI.
283. A partir deste referencial central das políticas públicas comunitárias na próxima década, dos objetivos temáticos e das condicionalidades “ex ante” estabelecidas para o QEC 2014-2020, a Região de Lisboa

deverá procurar concretizar em cada prioridade da estratégia Europa 2020 a Visão de referência proposta pela Estratégia Regional Lisboa 2020, elaborada em 2007 e que constitui o referencial de longo prazo. Mas mais do que isso, deve procurar ser reconhecida dentro e fora do território por uma governança mobilizadora e partilhada por todos de compromisso com o crescimento, com a sustentabilidade e com a inclusão. Neste contexto é tão relevante a visão de onde a Região pretende chegar como a visão de território dinâmico, empreendedor e inovador que pretende projetar nos próximos anos, para que possa reter os seus recursos e captar talento e investimento.

Lisboa 2020 Crescimento Inteligente	Lisboa 2020 Crescimento Sustentável
<p>Região cosmopolita e competitiva no sistema das regiões europeias, suportada na criatividade, no conhecimento e na inovação e no reforço da intermediação nacional e internacional apoiada num sistema logístico competitivo e em atividades de perfil tecnológico avançado</p>	<p>Região de elevada qualidade ambiental e patrimonial, com um sistema urbano policêntrico apoiado numa mobilidade ecoeficiente e harmoniosamente interligado com espaços naturais, criando um ecossistema urbano equilibrado e resiliente às alterações climáticas e aos diversos riscos naturais</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Uma Região que dinamiza os sistemas produtivos locais, aposta no SCT, e reforça a competitividade internacional a partir da sua especialização inteligente • Uma Região que investe na qualificação do capital humano, na promoção do emprego e na dinamização do empreendedorismo • Uma Região que valoriza os meios criativos e as indústrias culturais, utilizando a cultura e a criatividade como catalisadores da internacionalização da economia regional 	<ul style="list-style-type: none"> • Uma Região que protege os seus recursos, que promove a qualidade ambiental e que promove a resiliência • Uma Região que aposta na transição para uma economia de baixo carbono suportada na eficiência energética e na mobilidade inteligente e inclusiva • Uma Região que promove a qualificação dos espaços urbanos, que valoriza o património comum e promove a coesão territorial
Lisboa 2020 Crescimento Inclusivo	Lisboa 2020 Capacitação Institucional
<p>Região coesa e solidária, assegurando condições de igualdade de oportunidades, de equidade social e territorial e de diálogo intercultural, de controlo e prevenção dos fatores de exclusão e de procura incessante de novas respostas de inclusão social, promovidas por comunidades capacitadas, resilientes e participativas, apoiadas por redes de parceria concertadas na ação coletiva</p>	<p>Região com forte aposta na modernização da administração para a facilitação da interação com os cidadãos e as empresas; na criação de ganhos de eficiência com o funcionamento em rede; na inovação dos processos de gestão; na participação dos cidadãos; na melhoria e ampliação dos processos de planeamento e avaliação</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Uma Região que promove a solidariedade entre gerações, a conciliação da vida familiar e profissional, a igualdade de oportunidades para todos, e a qualidade de vida das pessoas • Uma Região aberta à participação e à 	<ul style="list-style-type: none"> • Uma Região que valoriza a administração pública, que promove a capacitação institucional e a modernização administrativa

inovação social, comprometida com a inclusão, que dinamiza os diálogos

284. Para a concretização da Estratégia Regional 2020 nesta segunda etapa de operacionalização foram definidos pela CCDR LVT, após consulta do Conselho Regional, os domínios chave da Estratégia Regional que constituem as temáticas prioritárias que melhor respondem aos desafios que a Região de Lisboa enfrenta atualmente – detalhadamente exposta no diagnóstico prospetivo – na sua trajetória de aproximação à Visão 2020 e tendo como referência o quadro de desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo definido pela estratégia Europa 2020.
285. Estes domínios estruturam a matriz estratégica e operacional do Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020. Assim, para as quatro prioridades estratégicas foram definidos nove domínios-chave que focalizam a ação a desenvolver, de forma a obter uma concentração de recursos conducente a uma obtenção mais eficaz, eficiente e impactante de resultados.
286. Em matéria de **crecimento inteligente** deve ser atribuída particular relevância à promoção da competitividade e da internacionalização da economia garantindo a eficácia em matéria de recuperação e crescimento económico, disseminando efeitos de forma alargada pelo tecido empresarial, através de uma adequada utilização dos recursos financeiros e de uma valorização quer dos efeitos de arrastamento para montante (pull) e a jusante (push) entre projetos de investimento e entre relações empresariais, quer dos efeitos de demonstração das iniciativas e soluções apoiadas, através da respetiva articulação com o SCTN.
287. A concretização destas prioridades estará suportada em três domínios-chave / objetivos estratégicos:
- **Uma Região que dinamiza os sistemas produtivos locais, aposta no SCT, e reforça a sua competitividade internacional a partir da sua especialização inteligente**

Tirando partido do seu potencial científico e tecnológico, a Região de Lisboa reúne recursos e competências para afirmar a sua competitividade em áreas em que revela maior especialização inteligente, como as Tecnologias de Informação, Tecnologias e Serviços de Saúde, Transportes e Mobilidade, Exploração e Utilização dos Recursos Marinhos, e o Turismo e Hospitalidade. A aposta prioritária nestes setores, que envolvem empresas e SCT, obriga a considerar uma vasta área de domínios do Conhecimento, dos Produtos Farmacêuticos, Biotecnologia, Bioquímica e Biologia Molecular, Tecnologias Médicas, Energias Renováveis, Gestão do Ambiente, Engenharia elétrica e eletrónica ou a ciência dos materiais, que devem assumir preponderância em termos de estratégia de desenvolvimento do setor científico e tecnológico.
 - **Uma Região que investe na qualificação do capital humano, na promoção do emprego e na dinamização do empreendedorismo**

Embora o capital humano regional se distinga no contexto nacional por apresentar níveis de qualificação mais elevados que a média, a situação atual do mercado de trabalho e os desafios de competitividade global em que a Região de Lisboa participa exigem um esforço acrescido de qualificação da população ativa, para que possam participar no processo de crescimento inteligente e dispor de condições de empregabilidade. A superação deste desafio é decisiva para que a Região alcance os objetivos estratégicos de um crescimento inteligente e inclusivo até 2020.

- **Uma Região que valoriza os meios criativos e as indústrias culturais, utilizando a cultura e a criatividade como catalisadores da internacionalização da economia regional**

A Região de Lisboa tem perseguido um esforço consistente para se posicionar como uma Região criativa e um espaço onde existem condições competitivas para o desenvolvimento de atividades inovadoras. O desafio dos próximos dez anos está agora em criar as condições para que a cultura e a criatividade possam contribuir e protagonizar o reforço da internacionalização e da competitividade da região, seja pelo aumento da internacionalização do setor cultural e criativo, seja pelo seu contributo para a inovação e diferenciação da economia regional. Um grande esforço deve ser desenvolvido em ordem a fortalecer as articulações e sinergias entre arte/tecnologia/indústria.

288. No horizonte de 2020 as prioridades regionais para a prossecução de um processo de **crecimento sustentável** deverão passar, por seu turno, por promover a resiliência territorial aos diversos tipos de riscos naturais, tendo também em atenção a necessidade de desenvolver ações adaptativas que permitam responder antecipadamente às alterações climáticas.

289. O aumento da resiliência territorial deverá ser prosseguido através da valorização da rede ecológica regional e da criação de infraestruturas verdes. A Região deverá também procurar resolver os passivos ambientais existentes, especialmente a existência de solos contaminados, resultantes de atividades industriais desativadas, solos salinizados e áreas críticas de indústria extrativa. Ao nível da mobilidade, a Região deverá promover uma transição efetiva para uma economia de baixo carbono, apostando de forma decisiva nos modos suaves, na intermodalidade e na renovação as frotas de transporte público no sentido de um menor teor carbónico. O aumento da eficiência energética deverá ainda ser prosseguido ao nível do edificado e dos processos produtivos.

290. A concretização destas prioridades estará suportada em três domínios-chave:

- **Uma Região que protege os seus recursos, que promove a qualidade ambiental e que promove a resiliência**

A afirmação da Região de Lisboa como principal destino turístico nacional está suportada nos seus múltiplos valores e recursos, com relevo para a sua qualidade ambiental e para a singularidade geográfica e biofísica da Região, dos seus estuários e da sua orla costeira. No entanto a singularidade deste território constitui também um desafio exigente a longo prazo em resultado das suas vulnerabilidades às alterações climáticas, exigindo respostas adaptativas que fortaleçam a resiliência territorial.

- **Uma Região que aposta na transição para uma economia de baixo carbono suportada na eficiência energética e na mobilidade inteligente e inclusiva**

A Região de Lisboa deve afirmar-se na próxima década como uma metrópole pós-Quito, suportada por uma economia com reduzida intensidade carbónica em que existe um aproveitamento efetivo do potencial energético renovável, uma mobilidade inteligente, ecológica e inclusiva, um setor público eco eficiente e uma atividade produtiva com elevados níveis de eficiência energética.

- **Uma Região que promove a qualificação dos espaços urbanos, que valoriza o património comum e promove a coesão territorial**

A requalificação do tecido urbano é um dos mais persistentes objetivos da Região ao longo das últimas duas décadas. A reabilitação do parque habitacional, a valorização das zonas urbanas degradadas e excluídas e a revitalização das áreas industriais obsoletas, no quadro de um processo

de redesenvolvimento urbano, são vetores decisivos para o reforço de um modelo urbano compacto e sustentável, que proteja os recursos ambientais e gere oportunidades.

291. A resposta aos desafios do **crescimento inclusivo** constitui um dos vetores centrais da estratégia regional, em virtude da evolução recente e da expressão social resultante do processo de ajustamento económico que o país tem vindo a enfrentar. A abordagem a seguir deverá responder às principais prioridades que o diagnóstico prospetivo permitiu identificar, concorrendo de forma concertada com o Crescimento Inteligente para o aumento da taxa de emprego na Região, para a redução do abandono e insucesso escolar e para a redução da expressão da pobreza e da exclusão social.
292. Entre as prioridades regionais apontadas pelo diagnóstico prospetivo, em termos de crescimento inclusivo, destaca-se a necessidade de melhorar a resposta aos desafios demográficos, criando condições para um envelhecimento ativo e de qualidade e para uma melhor conciliação entre a vida familiar e profissional, que promova um aumento das taxas de fecundidade. Urge também responder aos desafios emergentes na área da saúde mental e das demências, apoiando e dando formação aos cuidadores familiares.
293. No que concerne ao combate à pobreza e à exclusão, a estratégia regional deverá ser capaz de promover novas soluções que permitam criar condições sustentáveis para que os indivíduos e as comunidades possam aceder aos recursos, potenciar as suas capacidades e conduzir os seus processos de desenvolvimento, adquirindo uma plena participação na sociedade.
294. Considerando que na Região a pobreza e a exclusão assumem uma natureza eminentemente espacializada, será prioritário qualificar física e socialmente as áreas urbanas críticas, caracterizadas pela coexistência de graves problemas sociais e urbanísticos, contribuindo ativamente para a inclusão social e para a coesão socio-territorial.
295. A concretização destas prioridades estará suportada em dois domínios-chave:

- **Uma Região que promove a solidariedade entre gerações, a conciliação da vida profissional e familiar, a igualdade de oportunidades para todos e a qualidade vida das pessoas**

O célere envelhecimento populacional que a Região está a enfrentar a par de um decréscimo acentuado da natalidade constituem dois desafios demográficos exigentes e decisivos para a sustentabilidade do crescimento da Região a longo prazo, que comportam respostas imediatas que permitam assegurar um envelhecimento ativo e saudável e assegurar condições às famílias para que a estrutura etária possa voltar a rejuvenescer, num quadro de maior participação da mulher na economia regional. Importa ao mesmo tempo combater as desigualdades de género, promover a integração das minorias, assim como o diálogo intercultural.

- **Uma Região aberta à participação e inovação social, comprometida com a inclusão, que cria oportunidades e que dinamiza os diálogos**

A crise social e económica que a Região tem atravessado nos últimos anos não só excluiu inúmeros indivíduos do mercado de trabalho fragilizando e ampliando ainda mais a expressão dos grupos vulneráveis como as crianças e jovens, os idosos, os desempregados, os imigrantes, as pessoas com deficiência e as pessoas sem-abrigo. A resposta a este quadro de agravamento da pobreza e da exclusão, para além de intenso e ambicioso, deverá conceder um protagonismo redobrado à economia social, às organizações e às comunidades locais, na busca de soluções inovadoras mais eficazes, mais eficientes, mais sustentáveis e melhor ajustadas às necessidades das pessoas e dos territórios.

296. A sustentabilidade e eficácia da estratégia desenhada em termos de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo está dependente de um processo de **capacitação institucional** que permita à Região dispor de uma administração mais eficaz e eficiente e mais amiga do cidadão e do investidor e de estruturas que promovam a adequada articulação entre os agentes.
297. A obtenção deste objetivo está assente na prossecução de diversas prioridades de atuação, como: o reforço da base tecnológica institucional, orientada para o relacionamento digital entre setores da administração pública e entre estes, os atores regionais e os cidadãos; a promoção de projetos multinível na administração pública, fomentando sinergias entre os agentes públicos e privados; a capacitação das instituições regionais, designadamente criando um modelo de governação da estratégia de especialização inteligente, articulado com a gestão do Programa Operacional Regional, que fomente a transformação do conhecimento e torne a economia da Região mais inovadora e competitiva, e dinamizando uma rede que promova o território regional e potencie a sua internacionalização.
298. Considerando o quadro de prioridades estratégicas que foram estabelecidas para cada domínio chave do Plano de Ação Regional de Lisboa em resultado do processo de reflexão e participação alargada que mobilizou os atores regionais dos setores privado, público e associativo, foram definidos os Instrumentos de Política Pública que deverão permitir operacionalizar a ação conducente à realização dos objetivos e das metas regionais.

Prioridade Estratégica	Domínio Chave	Linhas Estratégicas
Crescimento Inteligente	Sistemas Produtivos e Especialização Inteligente	L1.1. Fomento das infraestruturas e das capacidades de investigação e inovação (I&I)
		L1.2. Promoção da investigação e inovação nas PME
		L1.3. Promoção do espírito empresarial
		L1.4. Internacionalização das PME
		L1.5. Criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços
		L1.6. Capacitação das PME para o crescimento e inovação
	Educação, Emprego e Empreendedorismo	L2.1. Promoção do acesso ao emprego
		L2.2. Integração sustentável dos jovens no mercado laboral
		L2.3. Promoção do empreendedorismo
		L2.4. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança
		L2.5. Prevenção e redução do abandono escolar
		L2.6. Melhoria da qualidade, da eficiência e da abertura do ensino superior
		L2.7. Melhoria do acesso à aprendizagem ao longo da vida
		L2.8. Desenvolvimento das infraestruturas de ensino e formação
	Meios Criativos e Indústrias Culturais	L3.1. Iniciativa nas indústrias criativas e culturais
L3.2. Promoção das condições de suporte aos meios criativos e culturais		
L3.3. Proteção e promoção do património cultural		
Crescimento Sustentável	Recursos, Serviços Ambientais e Riscos	L4.1. Superação das necessidades no setor dos resíduos
		L4.2. Superação das necessidades no setor da água
		L4.3. Proteção da biodiversidade, dos solos e dos ecossistemas
		L4.4. Adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos

		L4.5 Promoção da capacidade de resistência e gestão de catástrofes
	Economia de Baixo Carbono	L5.1 Produção e distribuição de energia renovável
		L5.2 Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas
		L5.3 Eficiência energética nos edifícios públicos
		L5.4 Eficiência energética no setor da habitação
		L5.5 Promoção de sistemas de distribuição inteligentes a níveis de baixa e média tensão;
		L5.6 Promoção de mobilidade urbana sustentável e inclusiva
	Qualificação Urbana	L6.1 Regeneração de instalações industriais abandonadas
		L6.2 Regeneração de zonas urbanas deprimidas
Crescimento Inclusivo	Demografia e Serviços de Proximidade	L7.1 Envelhecimento ativo e saudável
		L7.2 Igualdade entre homens e mulheres e conciliação da vida profissional e privada
		L7.3 Superação de necessidades de equipamentos de saúde e sociais
	Inclusão e Inovação Social	L8.1 Inclusão ativa para a empregabilidade
		L8.2 Promoção da economia social e das empresas sociais
		L8.3 Desenvolvimento local liderado pelas comunidades locais
Capacitação Regional	Capacitação, e Modernização Administrativa	L9.1 Capacitação institucional e eficiência das administrações e dos serviços públicos

5. QUADRO DE AÇÃO REGIONAL

5.1. CRESCIMENTO INTELIGENTE

5.1.1. Sistemas Produtivos e Especialização Inteligente

299. Tendo como referência os objetivos fixados para 2020, as ações fundamentais previstas no Quadro Estratégico Comum e o diagnóstico prospetivo regional, o PAR Lisboa deverá mobilizar os recursos financeiros adequados para promover as seguintes prioridades estratégicas, no âmbito do domínio-chave Sistemas Produtivos e Especialização Inteligente:

- **Potenciar os recursos do sistema científico e tecnológico já presentes na região e afirmar Lisboa como território de produção de conhecimento e de investigação de excelência, em particular em domínios de grande potencial de crescimento, atraindo investigadores, instituições científicas e estudantes para a região.**

O diagnóstico efetuado ao potencial científico e tecnológico regional identificou diversos domínios científicos em que existe uma especialização da região, materializada em indicadores elevados de output como publicações e patentes, as seguintes áreas: Tecnologias de Informação, Produtos Farmacêuticos, Biotecnologia, Bioquímica e Biologia Molecular, Tecnologias Médicas, Energia e Ambiente, Engenharia Elétrica e Eletrónica ou Ciência dos Materiais. Estas áreas devem assim assumir preponderância em termos de estratégia de desenvolvimento do setor científico e tecnológico.

- **Afirmção e qualificação do turismo enquanto base económica da região com: a) o reforço da promoção turística no contexto internacional, com hierarquização de “produtos” (*city break*, negócios, golfe, cruzeiros, turismo náutico) e de mercados de origem, como forma de evidenciar as potencialidades da região (diversidade, “*uniqueness*”) e com a preocupação de criar novo consumo como forma de diminuir o “gap” existente entre capacidade hoteleira instalada e utilizada; b) a colocação de Lisboa num novo patamar da “*Meetings Industry*”, com o reforço da sua posição competitiva mundial no segmento das reuniões, congressos e conferências internacionais; e c) a melhoria/gestão da oferta existente para o turista de lazer e dos *short breaks*, melhorando a experiência do visitante.**

O diagnóstico identificou claramente o turismo e a hospitalidade como setor de especialização regional sendo fundamental, para explorar todo o seu potencial, um esforço de promoção turística visando a captação de fluxos turísticos crescentes e cada vez mais qualificados, quer para dinamizar a oferta turística que tem aumentado, quer para se afirmar num contexto internacional competitivo onde cada vez há maior e mais sofisticada concorrência. Revela-se especialmente importante melhorar as atuais infraestruturas de apoio à “*Meetings Industry*”, que pelas limitações que possuem, designadamente a nível da sua dimensão e condicionantes de gestão, não permitem um crescimento adequado, designadamente a nível dos grandes congressos que enfrentam dificuldades em encontrar locais para a sua realização a custos competitivos. Por outro lado, Lisboa tem assistido a um aumento da oferta hoteleira superior ao aumento da procura, importando encontrar formas de dinamizar a oferta instalada.

- **Consolidação dos cachos de atividades emergentes e/ou consolidados nos sectores de média e média alta tecnologia ou serviços intensivos em conhecimento.**

O diagnóstico identificou como setores em que a região é especializada os “serviços empresariais”, “transporte, logística e distribuição” e “energia e ambiente” e ainda as “indústrias alimentares”, as “mecânicas e eletrónicas” e “químicas”. Algumas destas áreas revelam, à escala europeia e mundial, um elevado potencial de crescimento, sendo centrais na resposta a alguns dos desafios globais, nomeadamente do envelhecimento ou da sustentabilidade. Neste quadro, a modernização, através da adoção e disseminação de novas tecnologias ou da diversificação tecnológica, devem assumir-se como prioridades.

- **Promover o aproveitamento do potencial da “economia azul” beneficiando da localização privilegiada da região, das oportunidades criadas pela extensão da plataforma continental e das fortes tradições de ligação às temáticas da água e do mar.**

O diagnóstico identificou o setor da “economia azul” como um pilar importante do aumento da competitividade regional, associado à exploração dos recursos marinhos, ao incremento e maximização do uso sustentável dos oceanos e zonas costeiras e à promoção da diversificação económica e aposta na investigação, inovação e tecnologia marinha, promovendo o desenvolvimento de setores com grande potencial de crescimento, como a aquacultura, a biotecnologia marinha, a engenharia e a robótica, a construção e reparação naval, a produção de energia, a indústria farmacêutica ou o turismo costeiro, sempre em associação com os recursos do sistema científico e tecnológico já presentes na região.

- **Afirmar Lisboa enquanto espaço de localização de investimento direto estrangeiro.**

O diagnóstico revela que, no território nacional, Lisboa apresenta um nível acima da média nacional de empregados em empresas de capital estrangeiro traduzindo uma capacidade de atração de investimento estrangeiro que é determinante potenciar para promover a modernização da economia portuguesa.

- **Reforçar a colaboração entre as empresas e as universidades e aumentar a eficiência na transferência de tecnologia e transformação de conhecimento.**

Apesar da evolução muito positiva ao longo dos últimos dez anos, o diagnóstico identificou constrangimentos, em especial no que toca à existência de fracos níveis de colaboração entre as empresas e as universidades no domínio das atividades de I&D, e aos fracos níveis de prestação de serviços e das infraestruturas às empresas que geram uma reduzida eficiência na transferência de tecnologia resultando num défice de “transformação de conhecimento” gerados pela I&D em produtos ou serviços inovadores e com mais-valia económica e social que importa eliminar.

300. A concretização das prioridades estratégicas apontadas para Região de Lisboa neste domínio chave deverá ser alcançada através de linhas de intervenção estratégica que incidam na promoção da inovação e qualificação do tecido empresarial, designadamente:

- L1.1. Fomento das infraestruturas e das capacidades de investigação e inovação (I&I)
- L1.2 Promoção da investigação e inovação nas PME
- L1.3. Promoção do espírito empresarial
- L1.4 Internacionalização das PME
- L1.5 Criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços

- L1.6 Capacitação das PME para o crescimento e inovação

L1.1

Fomento das infraestruturas e das capacidades de investigação e inovação (I&I)

Objetivos específicos:

- Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, orientada para a especialização inteligente regional e visando estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a excelência, a cooperação e a internacionalização.
- Racionalizar e modernizar as infraestruturas regionais de I&D&I.
- Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor económico, promovendo maior eficácia no Sistema de Inovação Regional e a criação de valor económico"

Abordagem Estratégica:

Capitalizando a significativa concentração espacial e a massa crítica de recursos produtivos, científicos, humanos e institucionais de nível superior já existente na Região de Lisboa, as ações a desenvolver no quadro desta linha estratégica visam majorar o investimento em I&D&I, os índices de emprego de recursos humanos altamente qualificados, nomeadamente de investigadores e doutorados, a inserção do sistema científico regional em redes de conhecimento internacional e reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor económico.

Para tal será reforçado o apoio a projetos de I&D&I, contemplando a formação avançada e promovendo o desenvolvimento de projetos em parceria com empresas. Serão consideradas as áreas já consolidadas mas também setores emergentes, como é o caso do mar, onde existe grande potencial de investigação associado ao conhecimento e aproveitamento dos recursos marinhos, ou da saúde e envelhecimento, que constituem um dos mais relevantes desafios sociais.

Para maximizar a eficácia dos apoios e promover a excelência da investigação, será apoiada a reorganização e consolidação das infraestruturas de I&D&I com vista a assegurar a massa crítica e escala que permita a estes centros desempenhar o seu papel estratégico na especialização e competitividade da região e do país.

A valorização económica do conhecimento por via da inovação será igualmente privilegiada promovendo-se ações de incentivo à transformação e conhecimento, seja por via da promoção de parcerias entre o SCT e as empresas seja apoiando o empreendedorismo de base tecnológica associado à exploração dos resultados dos projetos de I&D&I.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Apoio a projetos de I&D em domínios e prioridades de especialização inteligente da região, incluindo os realizados em co promoção com empresas e em domínios relacionados com a capacitação institucional para responder aos desafios sociais;
- Apoio à integração de doutorados e pós-doutorados em entidades do SCT, incluindo a atração de investigadores estrangeiros ou nacionais a trabalhar em instituições de I&D internacionais;
- Reorganização e consolidação das infraestruturas de I&D&I (incluindo a melhoria de indicadores de rentabilidade e competitividade), em particular nas áreas de especialização inteligente regional,

apoiando a criação do Centro de Competências do Mar e de uma co localização no âmbito da KIC em envelhecimento ativo e vida saudável do EIT;

- Atividades de interação e de transferência de conhecimento, inserção em redes internacionais e nacionais de clusterização e de excelência científica e tecnológica, etc.;
- Apoio a atividades de disseminação e difusão de novos conhecimentos e tecnologias gerados nos projetos de I&D (projetos demonstradores);
- Apoio ao patenteamento e ao licenciamento de propriedade industrial (incluindo formação específica);
- Apoio a projetos "semente" (apoio a jovens em fase de conclusão da sua pós graduação para que possam desenvolver protótipos e/ou processos orientados para determinado mercado e/ou sector industrial);
- Estimulo a projetos especializados e integrados nas áreas da saúde (cluster da saúde).

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
- 8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 1.1. O fomento da infraestrutura e das capacidades de investigação e inovação (I&I) a fim de desenvolver a excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu
- 8.1. Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa, Horizon 2020, OE, Fundos Privados

L1.2

Promoção da investigação e inovação nas PME

Objetivos específicos:

- Aumentar o investimento empresarial em I&D&I, reforçando a ligação das empresas às entidades do SCT e promovendo o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseado na inovação
- Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação que visem o reforço da inovação e da internacionalização de empresas e cadeias de valor, promovendo a especialização inteligente (Clusterização)
- Reforçar as competências de I&D&I e a valorização internacional das empresas, através da contratação de recursos altamente qualificados
- Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras, promovendo o aumento da produção transacionável e internacionalizável e a progressão na cadeia de valor

Abordagem Estratégica:

Os fracos níveis de colaboração entre as empresas e entidades do SCT no domínio das atividades de I&D e os fracos níveis de prestação de serviços e de utilização das infraestruturas científicas pelas empresas geram uma reduzida eficiência na transferência de tecnologia resultando num défice de “transformação de conhecimento” gerado pela I&D em produtos ou serviços inovadores e com mais-valia económica e social.

O enfoque das ações a desenvolver no âmbito desta linha estratégica estará na valorização económica do conhecimento. Serão privilegiadas ações que assegurem o reforço das parcerias entre as empresas e as entidades do SCT, promovendo um aumento do número de empresas que desenvolvem atividades de I&D, melhorando o acesso das empresas aos novos conhecimentos, fomentando a contratação de recursos humanos qualificados (nomeadamente doutorados) por parte das empresas, para que o conhecimento seja internalizado, e o recurso ao sistema de proteção da inovação. Também a inserção em redes internacionais será apoiada.

Serão consideradas iniciativas individuais mas também estratégias coletivas que se enquadrem nos objetivos de fomentar a disseminação e internalização do conhecimento por parte das empresas.

Serão ainda contempladas nesta linha estratégica as ações de apoio a projetos de investimento de natureza estruturante e de maior dimensão, de interesse estratégico.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Apoio a projetos de I&DT por parte de empresas, de forma individual, ou em co-promoção, visando o reforço da produtividade, competitividade e inserção das empresas no mercado global através da realização de atividades de investigação industrial e desenvolvimento pré-concorrencial;
- Apoio à criação e dinamização de núcleos de investigação e inovação nas empresas (criação e reforço das competências internas das empresas em matéria de produção de conhecimento com potencial efeito na competitividade e inovação empresarial);
- Apoio a ações coletivas de promoção da participação de empresas da região em programas de cooperação
- Apoio à participação em programas europeus de I&DT e estímulo à clusterização;
- Apoio a atividades de demonstração do potencial económico dos resultados da I&DT (divulgação de resultados e boas práticas em termos de I&D&I empresarial, propriedade industrial, ações de validação pré-comercial de novos produtos ou processos, etc.);
- Apoio à coordenação e gestão de parceria de estratégias de eficiência coletiva (ações de clusterização, ações visando a eficiência coletiva e o aumento de escala das empresas, ações de disseminação de conhecimento e transferência de tecnologia, atividades de colaboração internacional com outros *clusters* e inserção em plataformas internacionais de conhecimento e inovação);
- Apoio à emergência de redes de colaboração regionais e de reforço dos sistemas regionais de inovação;
- Apoio à difusão das inovações no tecido económico.
- Bolsas de doutoramento e pós-doutoramento no âmbito de projetos de I&D nas entidades do SCT
- Apoio à integração de doutorados nas empresas (no âmbito dos projetos de I&D e no âmbito das estratégias empresariais);
- Apoio a programas de mobilidade de doutorados (investigadores) entre empresas e empresas e entidades do SCT;

- Apoio a projetos de investimento industrial de natureza inovadora e qualificada, que se traduza na produção de bens e serviços diferenciadores e de qualidade e com elevado nível de incorporação nacional, criando oportunidades de internacionalização ou reforçando a presença nos mercados internacionais;
- Apoio a projetos de investimento de natureza estruturante e de maior dimensão e com mobilidade internacional ou de interesse estratégico, com claro efeito de arrastamento e envolvimento das PME e do tecido económico nacional.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
- 8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 1.2. A promoção do investimento [...] das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior, em especial no domínio do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social e aplicações de interesse público, estimulação da procura, redes, clusters e inovação aberta através de especialização inteligente [...], apoio tecnológico e investigação aplicada, linhas piloto, recursos humanos, ações precoces de validação de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção de tecnologias seminais essenciais, bem como difusão de tecnologias de interesse geral
- 8.1 Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa, Horizon 2020, COSME, OE, Fundos Privados

L1.3

Promoção do espírito empresarial

Objetivos específicos:

- Promover o empreendedorismo qualificado e criativo.

Abordagem Estratégica:

O empreendedorismo é o meio privilegiado de introdução de inovações significativas na economia e de instigar processos de reestruturação dos mercados pelo que assume uma particular importância na geração de crescimento económico e emprego, ao potenciar o aproveitamento económico de oportunidades de negócio.

A Região apresenta um elevado nível de empreendedorismo, traduzido num significativo número de empresas criadas, no entanto apresenta debilidades ao nível da capacidade de gestão e organização empresarial, que se devem ao insuficiente quadro de apoio técnico e financeiro de estímulo às iniciativas inovadoras, ao quadro de apoio financeiro desajustado à emergência de negócios em domínios criativos e

inovadores e ao quadro de apoio desajustado aos primeiros anos de vida das empresas intensivas em conhecimento e tecnologia, fazem com se registre uma fraca taxa de sobrevivência das muitas iniciativas empresariais que surgem na Região.

Assim, as ações a desenvolver no quadro desta linha estratégica visarão melhorar o desempenho da região em termos de empreendedorismo, seja por via do reforço e qualificação das iniciativas seja pelo aumento da sua sobrevivência. Para tal serão privilegiados quer o apoio aos nascimentos quer o apoio às iniciativas nos seus primeiros anos de vida, com programas de capacitação dos empreendedores e de qualificação da rede de unidades de incubação que atualmente se encontram dispersas, sem articulação em rede e sem massa crítica, para que os apoios que estas prestam, nomeadamente serviços de aconselhamento empresarial, sejam mais eficazes e contribuam para a maior sobrevivência e maior crescimento. Para além do reforço do empreendedorismo endógeno será também estimulada a atração de talentos.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Detecção, estímulo e apoio à concretização de novas empresas e novos negócios;
- Ações coletivas de estímulo ao espírito empresarial e à criação de empresas;
- Apoio à capacitação e dinamização das infraestruturas de incubação;
- Apoio direto aos empreendedores/empresas nascentes em domínios de especialização inteligente, contemplando a atração de talentos;
- Apoio à criação de serviços de aconselhamento empresarial;
- Criação de plataformas de serviços de apoio aos negócios criativos que ajudem a estabelecer redes de parceria.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP)

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 3.1. Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa, COSME, Europa Criativa, Fundos Privados

L1.4

Internacionalização das PME

Objetivo específico:

- Reforçar a capacitação empresarial para a Internacionalização, promovendo o aumento das exportações e a visibilidade internacional de Portugal.

Abordagem Estratégica:

As PME da região apresentam ainda uma elevada orientação para o mercado interno e para a produção não transacionável e os produtos de especialização da região enfrentam uma procura internacional pouco dinâmica, bem como um aumento das pressões concorrenciais. Globalmente, com exceção dos anos mais recentes, o valor das exportações em percentagem do PIB tem-se mantido praticamente inalterado desde meados da década de noventa (sendo significativamente inferior ao de economias comparáveis), verificando-se também uma perda de quotas de mercado mundiais e nos principais destinos de exportação. Somente o caso do turismo surge como um setor económico de especialização consolidado e internacionalizado, respondendo às procuras mais atuais, importando reforçar o posicionamento competitivo da região, nomeadamente através da aposta na vocação marítima e cosmopolita. Adicionalmente a deficiente capacidade financeira das PME constitui uma limitação à internacionalização e sua penetração em mercados externos. Também a deficiente capacidade técnica e de gestão ao nível da organização, inovação e marketing internacional constituem estrangulamentos a uma maior presença internacional.

As ações a desenvolver nesta área estarão focadas no setor transacionável, visando promover uma maior presença internacional das PME e a capacidade de concorrer no mercado interno com as produções oriundas doutros países. Privilegiarão, complementarmente às ações desenvolvidas no quadro de outras linhas estratégicas com foco na inovação e na melhoria dos processos, as ações que promovam modelos de negócio orientados para os mercados internacionais, as ações de promoção e marketing e ações que visem o acesso aos mercados, nomeadamente através da presença efetiva na economia digital, privilegiando mercados / segmentos não tradicionais.

Serão contempladas quer ações de apoio a estratégias individuais de aprofundamento da presença externa quer ações coletivas, mecanismo frequentemente mais eficaz e eficiente para apoiar os primeiros estádios de internacionalização.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Apoio a projetos conjuntos que promovam a presença internacional das PME (promoção de modelos de negócio orientados para os mercados internacionais e estímulo ao investimento em bens e serviços transacionáveis), nomeadamente, ações de promoção e marketing internacional e ações que visem o acesso aos mercados, nomeadamente através da presença efetiva na economia digital, e privilegiando mercados / segmentos não tradicionais;
- Apoio à participação das empresas em redes internacionais, em processos colaborativos de internacionalização, de partilha de conhecimento e ao desenvolvimento e promoção internacional de marcas, prospeção e presença nos mercados internacionais;
- Apoio a ações de conhecimento e prospeção com vista ao conhecimento efetivo dos mercados, visando as especificidades concretas da oferta da empresa;
- Apoio à realização de projetos que visem a cooperação interempresarial, ou a aplicação de novos modelos de negócio, com vista o aumento de dimensão e/ou do valor acrescentado dentro da fileira e a sua maior capacitação para a internacionalização.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (para o

FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP)

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 3.2. Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, tendo especialmente em vista a sua internacionalização

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa, COSME, OE, Fundos Privados

L1.5

Criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços

Objetivo específico:

- Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de produtos e serviços.

Abordagem Estratégica:

Não obstante importantes progressos, o tecido produtivo da Região tem ainda uma forte presença de pequenas empresas, em atividades de reduzido valor acrescentado e baixa intensidade tecnológica e de conhecimento, apresentando insuficiente desenvolvimento de atividades produtivas mais intensivas em conhecimento e criatividade e com forte incorporação de valor acrescentado nacional.

Tendo em conta a especialização já verificada ou potencial em setores com elevado potencial de crescimento e relevantes à escala internacional, nomeadamente na área da sustentabilidade, do turismo, e dos serviços às empresas e às pessoas, as ações a desenvolver nesta linha estratégica visam apoiar cachos de atividade emergentes e/ou consolidados nos setores de média e média alta tecnologia ou serviços intensivos em conhecimento, em setores em que a região tem especialidade produtiva, em que possui competências no SCT ou em setores de forte potencial no panorama nacional e internacional.

Para isso serão apoiados projetos de natureza inovadora, que se traduzam na produção de bens e serviços diferenciadores e de qualidade, que reforcem os fatores dinâmicos de competitividade, nomeadamente a moda e *design*, desenvolvimento e engenharia de produtos, TIC, economia digital, eficiência energética e serviços e processos. Serão também apoiadas ações visando corrigir as deficiências organizativas e de gestão e a insuficiente inserção em redes de cooperação e de conhecimento.

Para além dos apoios a projetos individuais serão privilegiadas lógicas de promoção de eficiência coletiva por forma a potenciar os efeitos das intervenções e aumentar o potencial de disseminação de boas práticas

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Apoio a projetos de investimento produtivo de natureza inovadora, que se traduzam na produção de bens e serviços diferenciadores e de qualidade e com elevado nível de incorporação nacional, criando oportunidades de internacionalização ou reforçando a presença nos mercados internacionais;
- Apoio a projetos de reforço das capacidades de moda e *design*, desenvolvimento e engenharia de produtos, TIC, economia digital, eficiência energética, serviços e processos incluindo a criação ou reforço das capacidades laboratoriais, consultoria e de apoio à inovação, criação e registo de marcas,

bem como à certificação de produtos, serviços ou sistemas de gestão, relevantes para a competitividade e inovação da empresa;

- Apoio a projetos de reforço das capacidades de organização e gestão, incluindo o investimento em tecnologias de informação e comunicação (acesso aos mercados através da presença efetiva na economia digital);
- Apoio a ações coletivas de assistência empresarial, incluindo serviços públicos de aconselhamento de PME;
- Apoio à procura de serviços tecnológicos por parte de PME;
- Sensibilização, divulgação, prestação de aconselhamento técnico qualificado e intermediação em processos de aquisição, fusão e sucessão de PME, envolvendo entidades da envolvente empresarial e competências técnicas adequadas.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP)

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa, COSME, Europa Criativa, OE, Fundos Privados

L1.6

Capacitação das PME para o crescimento e inovação

Objetivo específico:

- Melhorar as condições de financiamento das empresas para a inovação e internacionalização (capital e dívida), promovendo o aumento do investimento e do emprego.

Abordagem Estratégica:

As empresas portuguesas e as PME em particular enfrentam hoje condições de acesso a capital próprio e alheio claramente desvantajosas face às das congéneres europeias, o que constituiu um estrangulamento e um obstáculo à sua competitividade sendo os constrangimentos em matéria de fundo de maneio e tesouraria das PME importantes condicionantes dos seus processos de crescimento, inovação e internacionalização.

As ações a desenvolver no quadro desta linha estratégica visam contribuir para o acesso ao financiamento em quantidades e custos adequados, mitigando os efeitos que a fragmentação existente nos mercados financeiros tem tido em termos de competitividade e capacidade concorrencial.

Serão valorizadas formas inovadoras de financiamento que combinem capital de risco, *business angels* e

garantias, alargando o espectro de intervenção do mecanismo de concessão de garantias, bem como instrumentos simplificados de apoio ao financiamento de PME, promovendo em particular o acesso das PME aos mercados de capitais reduzindo a sua dependência do financiamento bancário.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Apoio a instrumentos de financiamento da gestão de tesouraria e investimentos de médio e longo prazo das empresas;
- Apoio ao financiamento da inovação e projetos em domínio de risco numa perspetiva integrada (capital e dívida);
- Apoio à consolidação e reforço dos mecanismos de garantia mútua e alargar o espectro de intervenção do mecanismo de concessão de garantias;
- Dinamização de instrumentos simplificados de apoio ao financiamento de PME.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP)

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 3.4. Apoio à capacidade das PME para participarem nos processos de crescimento e inovação

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa, OE, Fundos Privados

5.1.2. Educação, Emprego e Empreendedorismo

301. Tendo como referência os objetivos fixados para 2020, as ações fundamentais previstas no Quadro Estratégico Comum e o diagnóstico prospetivo regional, o PAR Lisboa deverá mobilizar os recursos financeiros adequados para promover as seguintes prioridades estratégicas, no âmbito do domínio-chave Capital Humano, Emprego e Empreendedorismo:

- **Reforçar o combate ao desemprego intensificando as medidas de apoio à inserção no mercado de trabalho**

O agravamento do desemprego na Região de Lisboa ao longo dos últimos anos e das dificuldades de acesso ao mercado de trabalho refletiram-se também no aumento do tempo de permanência na situação de desemprego por parte de muitos ativos com piores níveis de qualificação. Sem prejuízo da importância que as medidas de crescimento económico a implementar no ciclo 2014-2020 terão na redução do desemprego, importa assegurar que aqueles dispõem de piores condições de empregabilidade se possam adaptar ao novo quadro de competitividade da economia regional internacionalizada.

- **Promover a empregabilidade dos jovens facilitando a sua inserção no mercado de trabalho e combatendo o abandono e o insucesso escolar**

Embora revele um desempenho menos gravoso que as restantes regiões do país, Lisboa deverá conferir grande prioridade à inserção dos jovens no mercado de trabalho, em virtude das crescentes dificuldades com que estes se confrontam devido ao desajustamento entre as suas qualificações e as necessidades de uma base económica regional em reestruturação. A resposta a este desafio deverá incluir o reforço das respostas do sistema educativo no combate ao abandono e ao insucesso escolar.

- **Promover a qualificação do capital humano e o reforço do acesso à aprendizagem ao longo da vida**

As transformações geradas pela crescente internacionalização da economia regional colocam um novo quadro de exigências de qualificação do capital humano essencial para o sucesso da afirmação da Região como motor de desenvolvimento do país. Este quadro de crescente competitividade terá obrigatoriamente de ser acompanhado da intensificação e ampliação dos instrumentos de formação e qualificação dos trabalhadores.

302. A concretização das prioridades estratégicas apontadas para Região de Lisboa neste domínio chave deverá ser alcançada através de oito linhas estratégicas que incidam sobre:

- L2.1 Promoção do acesso ao emprego
- L2.2 Integração sustentável dos jovens no mercado laboral
- L2.3 Promoção do empreendedorismo
- L2.4 Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança
- L2.5 Prevenção e redução do abandono escolar
- L2.6 Melhoria da qualidade, da eficiência e da abertura do ensino superior
- L2.7 Melhoria do acesso à aprendizagem ao longo da vida
- L2.8 Desenvolvimento das infraestruturas de ensino e formação

L2.1

Promoção do acesso ao emprego

Objetivo específico:

- Integrar de forma sustentada os desempregados adultos no mercado de trabalho

Abordagem Estratégica:

A atual crise económica tem revelado impactos muito importantes na redução da capacidade empregadora da Região. Este facto é especialmente evidente no crescimento verificado na taxa de desemprego na Região de Lisboa entre 2011 e 2013. Embora o desemprego esteja a crescer na Região de Lisboa desde o quarto trimestre de 2000, o final do 2º trimestre de 2013 a Região registou a mais elevada taxa de desemprego (19,3%) desde que existem registos, sendo que mais de 89% dos desempregados eram adultos com 25 e mais anos, destacando-se entre estes os desempregados com 55 e mais anos, que

representavam 18% do total de desempregados.

O agravamento da situação de desemprego e das dificuldades de acesso ao mercado de trabalho refletiram-se, ainda, no aumento do tempo de permanência no desemprego, sendo que, no final do terceiro trimestre de 2013, cerca de 43,8% dos desempregados procuravam emprego há 12 ou mais meses. Face a esta situação o combate ao desemprego constitui uma das grandes prioridades da política regional para o período 2014-2020, em linha com a estratégia Europa 2020 que assume como meta para a UE que 75% da população entre os 20 e os 64 anos esteja empregada em 2020, por via da criação líquida de emprego.

O estímulo à criação de emprego na Região até 2020 deverá estar suportado uma abordagem integrada que, por um lado, resulte da dinamização e qualificação do tecido produtivo com vista à sua adaptação ao novo quadro de competitividade da economia global e, por outro lado, de medidas de estímulo ao mercado de emprego. Neste segundo domínio importa intensificar na Região os incentivos à inserção de ativos no mercado de trabalho promovendo a integração profissional de desempregados em situação mais desprotegida, apoiando a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho, promovendo a criação de emprego em novas áreas e apoiando a melhoria das qualificações e a reconversão da estrutura produtiva

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Apoio à transição para a vida ativa e à reconversão profissional, designadamente com estágios, que visem criar condições adequadas à promoção da empregabilidade de desempregados
- Apoio à contratação de desempregados entre os 20 e os 64 anos que encontram maiores dificuldades de inserção socio profissional, designadamente as pessoas com situação de desvantagem social e desempregados de longa duração.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 8.1 Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa, OE, EaSI

L2.2

Integração sustentável dos jovens no mercado laboral

Objetivos específicos:

- Promover a inserção de jovens no mercado de trabalho e a empregabilidade

Abordagem Estratégica:

A reduzida dinâmica do mercado de trabalho, em resultado da atual crise económica, tem sido especialmente penalizadora para a inserção dos jovens na vida ativa. Esta situação verifica-se na globalidade do espaço europeu. Na Região de Lisboa no final do 3º trimestre o número de desempregados inscritos nos serviços de emprego com menos de 25 anos era de 16.969 mil, o que correspondia a cerca de 10% do total de inscritos.

Considerando a elevada taxa de desemprego dos jovens na Região e o número significativo de jovens inativos que estão fora do sistema educativo e formativo, o que os afasta progressivamente do mercado de trabalho, potencia os riscos de exclusão social desta geração e compromete a sua participação ativa na sociedade, a integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho e promoção da sua empregabilidade constitui uma das prioridades da estratégia regional para 2020.

Esta prioridade é reforçada pelo compromisso europeu no âmbito da Garantia Jovem e será decisiva para que a meta da UE para 2020 de 75% da população empregada entre os 20 e os 64 anos, por via da criação líquida de emprego seja atingida.

A intensificação na Região das medidas atualmente a ser implementadas no quadro do Programa Impulso Jovem constitui uma prioridade decisiva da estratégia regional de aumento da empregabilidade dos jovens. A sua concretização passa pelo apoio a duas linhas de intervenção (i) estágios profissionais e apoios à contratação, formação profissional e empreendedorismo.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Apoio à transição para a vida ativa, designadamente estágios profissionais, que visem criar condições adequadas à promoção da empregabilidade de jovens
- Apoio à contratação de jovens

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 8.2. Integração sustentável dos jovens no mercado laboral, em especial dos que não estão em situação de emprego, ensino ou formação

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa, Iniciativa Emprego Jovem, OE, EaSI

L2.3

Promoção do empreendedorismo

Objetivos específicos:

- Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados;
- Dinamizar o empreendedorismo, a criação de empresas e a criação de empregos por conta própria de forma sustentável

Abordagem Estratégica:

Considerando o elevado nível de desemprego que atualmente se regista na Região, o apoio ao empreendedorismo e à criação de emprego por conta própria constitui uma das medidas de atuação a privilegiar. A promoção do empreendedorismo é não só importante no quadro das políticas ativas de emprego como se assume como um instrumento relevante para dinamizar o investimento privado, reforçar a competitividade da Região, e contribuir para a diversificação do tecido produtivo.

Pese embora a crescente relevância regional do empreendedorismo, através do desenvolvimento de diversos projetos como a criação de incubadoras e de *start-ups*, de programas de aceleração de microempresas, esta é uma área de estímulo com ampla margem de progressão e que potencia a inovação e a emergência de novas atividades económicas, muitas vezes associadas ao desenvolvimento de novas qualificações no mercado de trabalho. Com efeito, em 2011 o peso dos trabalhadores não assalariados (incluindo empregador) no total da população empregada era de apenas 13,8%.

O perfil crescentemente qualificado dos jovens que acedem ao mercado de emprego, com um aumento dos indivíduos com formação de nível superior, o papel da rede de instituições de ensino e investigação instaladas na Região e o crescente protagonismo da Administração Local na geração de ecossistemas de empreendedorismo, exigem a dinamização do empreendedorismo e do autoemprego na Região através da disponibilização de incentivos à criação do próprio emprego, no apoio à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego e da dinamização dos sistemas de microcrédito.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Incentivo à criação do próprio emprego, com enfoque nos jovens qualificados e desempregados com mais de 45 anos;
- Apoio à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego, através do pagamento, total ou parcial, destas prestações;
- Apoio à criação de emprego através do sistema de microcrédito;
- Ações de formação, orientação e acompanhamento de empreendedores.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 8.3. O emprego por conta própria, o empreendedorismo e a criação de empresas

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa, COSME, EaSI, OE, Fundos privados

L2.4

Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança

Objetivos específicos:

- Aumentar a empregabilidade dos ativos através do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho
- Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e melhoria das capacidades de gestão assim como dos ativos das empresas apoiadas em temáticas associadas à inovação e à mudança

Abordagem Estratégica:

Em 2011 25,9% dos empregados na Região não possuíam sequer o 3º ciclo do ensino básico (9 anos de escolaridade), 22% dispunham daquele nível habilitacional, 29,1% tinham completado o ensino secundário ou pós-secundário e apenas 19,9% dispunham de um diploma do ensino superior.

Este quadro de qualificações dos ativos constitui uma fragilidade face ao processo de transformação produtiva que a Região atravessa. A forte relação entre a falta de qualificação dos ativos e as dificuldades de empregabilidade no atual contexto económico são particularmente evidentes no perfil de qualificações dos inscritos nos centros de emprego da Região no final do 3º trimestre de 2013, com 71% destes a revelarem níveis de qualificação iguais ou inferiores ao 3º ciclo do básico.

O modelo de desenvolvimento económico proposto para a Região e assente na inovação e na criatividade, exige um alargamento da base de ativos qualificados e também uma adequada qualificação dos empresários.

Neste âmbito é decisivo que a Região aposte, no quadro de uma nova geração de políticas ativas de emprego, no alargamento das medidas de qualificação dos trabalhadores, aumentando a sua empregabilidade, ampliando os níveis de qualificação e adaptação aos desafios de internacionalização e do aumento da competitividade das empresas e da capacitação da administração pública..

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Apoio a formações modulares
- Incentivo de fórmulas inovadoras de dinamização da formação nas empresas - Cheque Formação
- Apoio a ações de qualificação de ativos - Medida Vida Ativa
- Formação para a gestão e inovação empresarial
- Formação de empresários
- Capacitação dos diferentes níveis da administração pública, incluindo em matéria de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 8.5. A adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa, OE, EaSI

L2.5**Prevenção e redução do abandono escolar - sucesso educativo****Objetivos específicos:**

- Aumentar as intervenções que, de forma integrada e articulada, favoreçam as condições para a melhoria do sucesso educativo dos alunos;
- Reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário

Abordagem Estratégica:

Apesar da melhoria registada na taxa de abandono escolar nos últimos quatro anos, com uma diminuição de cerca de 10 pontos percentuais, persiste ainda na Região de Lisboa uma taxa de abandono precoce de educação e formação muito elevada, (22,7% em 2011), acompanhando a média nacional, mas claramente superior à média europeia.

Complementarmente, os níveis de insucesso escolar (taxas de retenção e de desistência) são igualmente significativos (8,9% em 2011), superiores ao valor médio nacional (7,5% no mesmo ano), observando-se fragilidades relevantes ao nível do desempenho escolar (competências adquiridas).

Existindo a necessidade de promover a prevenção e a redução do abandono escolar e, também, melhorar o desempenho escolar em Portugal, de modo a alcançar uma redução da taxa de abandono escolar de 20,8% (12,8% na EU 27) em 2012, para 10% em 2020, meta inscrita no PNR, a Região de Lisboa deverá ser alvo de medidas que permitam contribuir decisivamente para essa meta, de modo a melhorar designadamente os indicadores de insucesso escolar, onde apresenta valores superiores à média nacional.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Investimentos que favoreçam a redução do abandono e a melhoria do sucesso educativo;;
- Investimentos que promovam a realização de programas de ensino vocacional (nível básico e secundário), incluindo o Ensino Artístico nível básico, bem como o encerramento dos CEF nível básico;
- Investimentos que promovam a qualificação da intervenção precoce na infância e educação especial;
- Apoio à disponibilização de bolsas de ação social escolar;
- Investimentos que promovam a concretização de planos de transição para a vida pós-escolar dos alunos com necessidades educativas especiais;
- Investimentos que promovam a realização de programas de apoio às necessidades educativas especiais;
- Investimentos que promovam a realização de programas de reforço pré-escolar.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 10.1. Intervenções específicas dirigidas à prevenção e redução do abandono escolar

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa, OE, OM

L2.6**Melhoria da qualidade, da eficiência e da abertura do ensino superior e equivalente****Objetivos específicos:**

- Aumentar o número de diplomados do ensino superior;
- Aumentar o número de doutoramentos visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação

Abordagem Estratégica:

A estrutura da qualificação da população residente, em 2011, apresentava um peso relativamente elevado de população com ensino superior (16,8%), quando comparado com a média nacional (11,8%), a par de uma forte concentração de equipamentos de ensino superior e de centros de investigação, revelando assim uma concentração de recursos humanos e de ensino relevantes para a economia do conhecimento.

Ao considerar-se a população entre os 30 e 34 anos com diploma de ensino superior, a Região de Lisboa apresenta um valor 33,9%, superior à média nacional, que é de 24,8% (face a 35,8% da UE 27). Por outro lado, tinha, em 2010, um rácio de 1,95 doutorados do ensino superior por 1.000 habitantes que, sendo superior ao valor médio nacional (1,16), era manifestamente inferior ao valor médio europeu (2,92 UE 27).

Considerando a meta definida para Portugal, inscrita no PNR, em que se pretende o aumento da percentagem da população entre os 30 e 34 anos com diploma de ensino superior para 40% em 2020, importa dar continuidade ao processo de reforço das qualificações de ensino superior da população da Região de Lisboa, de modo a dar um contributo importante para alcançar esta meta.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Apoio a estudantes do ensino superior, nomeadamente através de Bolsas de Ensino Superior para Alunos Carenciados;
- Investimentos que promovam a formação de ensino superior de curta duração, incluindo estágios;
- Investimentos que promovam a realização de Programas de Doutoramento e pós-doutoramento.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 10.2. Melhoria da qualidade, da eficiência e da abertura do ensino superior e equivalente, com vista a

aumentar os níveis de participação e de habilitações.

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa e OE

L2.7

Melhoria do acesso à aprendizagem ao longo da vida

Objetivos específicos:

- Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de ensino e formação profissional, com reforço da formação em contexto de trabalho;
- Elevar o nível de qualificação da população adulta ativa, empregada ou desempregada, através de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências ou da conclusão de percursos de formação escolar e/ou de dupla certificação;
- Melhorar a qualidade e eficiência do sistema de educação/formação e das condições de aprendizagem

Abordagem Estratégica:

A Região de Lisboa apresenta atualmente algumas debilidades no que se refere à qualificação da sua população comparativamente aos valores médios comunitários.

Por um lado, releve-se o baixo nível médio de qualificações da população, o qual constitui um constrangimento fundamental ao desenvolvimento social, económico e territorial da Região. Ainda que claramente superior ao valor médio nacional (de 37,6%), o nível de escolaridade de nível secundário da população entre os 25 e 64 anos era, em 2011, de 59,5%, face a 74,2% da UE 27.

Por outro lado, observam-se igualmente debilidades no ajustamento entre a procura e oferta de qualificações de jovens, materializando-se, nomeadamente, no reduzido peso das vias profissionalizantes no total dos alunos do secundário (31,8%, em 2011) abaixo da média da UE 27 (51,5%) e na carência de mecanismos robustos de estruturação da oferta formativa, que garantam uma oferta de educação/formação adequada às necessidades do mercado.

Assinale-se ainda, numa terceira dimensão, as fragilidades no desempenho do sistema de educação/formação, que advêm de debilidades verificadas nos principais dispositivos de ensino/aprendizagem, nomeadamente: a gestão da oferta formativa (ao nível da sua racionalização, rentabilização dos recursos e articulação/parcerias entre os diferentes agentes); a orientação e encaminhamento dos jovens e adultos para as ofertas formativas; a certificação de competências; o sistema de informação, monitorização e avaliação do sistema de educação/formação.

Neste contexto, importa dar continuidade às medidas implementadas visando a obtenção de mais e melhores competências e qualificações, num quadro de valorização da aprendizagem ao longo da vida.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Apoio à implementação do sistema de aprendizagem dual
- Apoio ao ensino profissional com reforço da formação dual, incluindo o Ensino Artístico nível

secundário;

- Investimentos que promovam a realização de programas de cursos de educação e formação de adultos;
- Investimentos que promovam a realização de programas de cursos para ensino recorrente;
- Investimentos que promovam a realização de programas dos serviços de psicologia e orientação;
- Investimentos que promovam a capacitação dos CQEP e desenvolvimento dos processos de RVCC;
- Investimentos que promovam a realização de programas de formação contínua de professores, formadores e outros agentes de formação;
- Investimentos que promovam a realização de programas de promoção da autonomia das escolas;
- Investimentos que promovam a realização de intervenções específicas e inovadoras dirigidas à melhoria da qualidade e da eficiência do sistema de educação/formação de jovens e adultos.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 10.3. Melhoria do acesso à aprendizagem ao longo da vida, a atualização das aptidões e das competências dos trabalhadores e o aumento da pertinência do ensino e da formação para o mercado de trabalho, incluindo a melhoria da qualidade do ensino e formação profissionais e a criação e desenvolvimento de regimes de ensino e aprendizagem profissional, tais como os sistemas de ensino duais

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa, OE

L2.8

Desenvolvimento das infraestruturas de ensino e formação

Objetivos específicos:

- Reforçar a capacidade de oferta da educação pré-escolar, colmatando situações deficitárias nos territórios;
- Requalificar as infraestruturas do ensino secundário
- Reforçar as capacidades da rede de ensino superior.

Abordagem Estratégica:

Nas últimas duas décadas, a Região de Lisboa registou uma profunda ampliação e qualificação na oferta de equipamentos, serviços e respostas de proximidade no domínio social que contribuiram para incrementar os níveis de qualidade de vida. Todavia, prevalecem domínios e territórios com deficiências, com especial relevância para a oferta de respostas dirigidas às crianças, designadamente em idade-pré-escolar, bem como na qualidade da oferta de infraestruturas do ensino superior.

A população residente com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos de idade a frequentar o ensino

pré-escolar era, em 2011, de apenas 69,2%. Este valor é indicativo de que mais de ¼ deste segmento da população permanecia fora do sistema educativo, ingressando apenas aquando da entrada no 1.º Ciclo do Ensino Básico.

A Região de Lisboa apresenta a mais forte concentração de instituições de ensino superior do país, dispondo em 2013 de uma rede de 108 estabelecimentos públicos e privados. A maioria dos equipamentos foi construída há mais de 20 anos, apresentando necessidades de reabilitação e requalificação das suas infraestruturas.

Neste contexto, importa, por um lado, reforçar a capacidade de oferta da educação pré-escolar, colmatando situações deficitárias em alguns territórios no contexto da Região, de modo a melhorar a taxa de cobertura regional, permitindo o acesso a um número mais elevado de crianças a este nível de ensino e, por outro lado importa, ainda, colmatar necessidades funcionais das infraestruturas de ensino secundário, para fazer face ao reforço do ensino profissional e tecnológico e, implementar medidas que permitam a melhoria da oferta das infraestruturas do ensino superior.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Criação e ampliação rede de equipamentos do ensino pré-escolar;
- Eliminação das situações de deficitárias de oferta de equipamentos de ensino básico;
- Apetrechamento dos laboratórios das escolas secundárias com ensino tecnológico e profissional
- Ampliação, requalificação e conservação de infraestruturas do Ensino Superior.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 10.4. Desenvolvimento das infraestruturas de ensino e formação

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa, OE, OM

5.1.3. Meios Criativos e Indústrias Culturais

303. Tendo como referência os objetivos fixados para 2020, as ações fundamentais previstas no Quadro Estratégico Comum e o diagnóstico prospetivo regional, o PAR Lisboa deverá mobilizar os recursos financeiros adequados para promover as seguintes prioridades estratégicas, no âmbito do domínio-chave Meios Criativos e Indústrias Culturais:

- **Potenciar os impactos económicos em termos de crescimento, criação de emprego e exportações da forte criatividade já existente em Lisboa, por via do apoio à profissionalização e qualificação das iniciativas dos criadores, promovendo a passagem da lógica de meios criativos e indústrias culturais à da economia criativa com capacitação dos agentes do setor.**

O diagnóstico revela Lisboa como uma das regiões com melhor “ambiente criativo”, que se traduz numa maior capacidade para potenciar ações que visem o aprofundamento da sociedade da

informação, a dinamização das indústrias ligadas à I&D e à cultura, que concorrem para a renovação do tecido industrial e dos fatores de competitividade. Havendo um potencial já instalado e níveis de iniciativa elevados é importante promover a capacitação e maximização dos impactos económicos desde setor, promovendo a progressiva modernização tecnológica e internacionalização do setor cultural e criativo e a emergência e crescimento sustentado de uma economia do conhecimento suportada na cultura.

304. A concretização das prioridades estratégicas identificadas para a Região de Lisboa deverá ser alcançada através de três linhas estratégicas de política pública, designadamente:

- L3.1 Iniciativa nas indústrias criativas e culturais
- L3.2 Promoção das condições de suporte aos meios criativos e culturais
- L3.3. Proteção e promoção do património cultural

L3.1

Iniciativa nos meios criativos e indústrias culturais

Objetivo específico:

- Promover o empreendedorismo qualificado nos meios criativos e indústrias culturais

Abordagem Estratégica:

Face ao potencial dos meios criativos e indústrias culturais em termos de geração de valor e criação de emprego, para além das ações transversais de apoio ao empreendedorismo considera-se fundamental contemplar uma linha estratégica focada no empreendedorismo nesta área, reforçando o “ambiente criativo” já existente em Lisboa e, por via do apoio à profissionalização e qualificação das iniciativas dos criadores, promover a passagem da lógica de meios criativos e indústrias culturais à da economia criativa com capacitação dos agentes do setor.

As ações a desenvolver no quadro desta linha estratégica serão assim focadas na valorização económica da criatividade promovendo a capacitação e maximização dos impactos económicos desde setor, pela progressiva modernização tecnológica e internacionalização do setor cultural e criativo e a emergência e crescimento sustentado de uma economia do conhecimento suportada na cultura que concorre para a renovação do tecido industrial e dos fatores de competitividade.

O apoio às iniciativas, à qualificação das infraestruturas de incubação específicas para este setor e à prestação de serviços de aconselhamento às iniciativas para promover a sua qualificação constituirão as abordagens fundamentais.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Detecção, estímulo e apoio à concretização de novas empresas e novos negócios;
- Apoio a ações coletivas de estímulo ao espírito empresarial e à criação de empresas;
- Apoio à capacitação e dinamização das infraestruturas de incubação;
- Apoio direto aos empreendedores/ empresas nascentes nos meios criativos e indústrias culturais,

contemplando a atração internacional de talentos;

- Apoio à criação de serviços de aconselhamento empresarial.
- Apoio à criação de plataformas de serviços de apoio aos negócios criativos que ajudem a estabelecer redes de parceria.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 3.1. Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas.

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa, Europa Criativa, COSME, OE, OM, Fundos Privados

L3.2

Promoção das condições de suporte aos meios criativos e indústrias culturais

Objetivos específicos:

- Reforçar a capacitação empresarial para a Internacionalização das empresas de indústrias culturais, promovendo o aumento das exportações e a visibilidade internacional de Portugal.
- Reforçar a capacitação empresarial das PME de indústrias culturais para o desenvolvimento de produtos e serviços.
- Melhorar as condições de financiamento das empresas de indústrias culturais para a inovação e internacionalização (capital e dívida), promovendo o aumento do investimento e do emprego.

Abordagem Estratégica:

Para além da promoção do empreendedorismo nos meios criativos e indústrias culturais importa qualificar as iniciativas, promovendo a inovação, a internacionalização das empresas e condições de financiamento adequadas.

Esta linha estratégica contemplará assim todas as ações de apoio à qualificação da atividade das empresas dos meios criativos e indústrias culturais por forma a potenciar o seu impacto económico.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Apoio a projetos conjuntos que promovam a presença internacional das PME dos meios criativos e indústrias culturais (promoção de modelos de negócio orientados para os mercados internacionais e estímulo ao investimento em bens e serviços transacionáveis), nomeadamente, ações de promoção e marketing internacional e ações que visem o acesso aos mercados, nomeadamente através da presença efetiva na economia digital, e privilegiando mercados / segmentos não tradicionais;
- Apoio à participação das empresas em redes internacionais, em processos colaborativos de internacionalização, de partilha de conhecimento e ao desenvolvimento e promoção internacional de

marcas, prospeção e presença nos mercados internacionais;

- Apoio a ações de conhecimento e prospeção com vista ao conhecimento efetivo dos mercados, visando as especificidades concretas da oferta da empresa;
- Apoio à realização de projetos que visem a cooperação interempresarial, ou a aplicação de novos modelos de negócio, com vista ao aumento de dimensão e/ou do valor acrescentado dentro da fileira e a sua maior capacitação para a internacionalização;
- Apoio a projetos de investimento produtivo de natureza inovadora, que se traduzam na produção de bens e serviços diferenciadores e de qualidade e com elevado nível de incorporação nacional, criando oportunidades de internacionalização ou reforçando a presença nos mercados internacionais;
- Apoio a projetos de reforço das capacidades de organização e gestão, incluindo o investimento em tecnologias de informação e comunicação (acesso aos mercados através da presença efetiva na economia digital);
- Apoio a ações coletivas de assistência empresarial, incluindo serviços públicos de aconselhamento de PME de indústrias criativas;
- Apoio a instrumentos de financiamento da gestão de tesouraria e investimentos de médio e longo prazo, da inovação e projetos em domínio de risco e consolidação e reforço dos mecanismos de garantia mútua destinados às empresas dos meios culturais e indústrias criativas.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP)

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 3.2. Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, tendo especialmente em vista a sua internacionalização
- 3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços
- 3.4. Apoio à capacidade das PME para participarem nos processos de crescimento e inovação.

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa, Europa Criativa, COSME, OE, OM, Fundos Privados

L3.3

Proteção e promoção do património cultural

Objetivo específico:

- Promover a proteção e valorização do património cultural distintivo da identidade e singularidade regional
- Promover a ampliação e diversificação de atrativos culturais regionais valorizando a atratividade turística internacional da Região

Abordagem Estratégica:

O território é um fator de competitividade do modelo regional de desenvolvimento económico. Os recursos patrimoniais, materiais e imateriais, são a base da experiência e da cadeia de valor, pelo que a sua desvalorização, degradação e abandono põem em causa a capacidade de afirmação regional. A Região de Lisboa contabiliza 101 monumentos nacionais, 342 de interesse público e 68 imóveis de interesse municipal, que importa valorizar e potenciar de modo a reforçar o seu posicionamento competitivo ao nível internacional. É ainda o espaço de projeção do Fado, reconhecido como Património Imaterial da Humanidade.

Os elementos patrimoniais e culturais regionais apresentam um valor que se expande muito além do identitário e simbólico. Constituem um recurso de elevado valor e potencial para a economia regional, pelos efeitos diretos, em virtude da sua capacidade de criar riqueza e emprego, mas também efeitos multiplicadores indiretos que gera, particularmente significativos pela capitalidade de Lisboa. Com um importante contributo para enformar diversos produtos turísticos, permitindo projetar e notabilizar Lisboa à escala internacional, existem inúmeros elementos histórico-culturais com elevado interesse turístico (ex. monumentos, museus, eventos, etc.) que importa animar, valorizar e promover de modo a captar importantes fluxos turísticos para a Região.

Nos últimos anos, realizaram-se diversas intervenções de preservação e reabilitação do património edificado classificado e procedeu-se à refuncionalização de espaços para novos usos culturais, com impacto significativo no aumento do fluxo turístico e nos proveitos para a economia regional (gastos dos turistas). Importa continuar este processo, reforçando o papel e relevância do património cultural no modelo regional de desenvolvimento económico.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Ações de valorização e promoção de bens histórico-culturais com elevado interesse turístico (ex. monumentos, museus, etc.);
- Ações de reabilitação de edifícios classificadas e de estruturas museológicas;
- Ações de promoção turística de territórios de elevado valor cultural;
- Projetos de animação e programação cultural com potencial de captação de fluxos turísticos;
- Criação e requalificação de centros interpretativos de património cultural e criação, remodelação e instalação de serviços de apoio ao visitante;
- Edição de publicações e outros suportes documentais e digitais com conteúdos relativos ao património cultural e atividades de inventariação e apoio à investigação científica sobre o património cultural

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos.

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 6.3 A proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural.

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa; Europa Criativa; Horizon 2020, OE, OM, Fundos Privados

5.2. CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

5.2.1. Recursos, Serviços Ambientais e Riscos

305. Tendo como referência os objetivos fixados para 2020, as ações fundamentais previstas no Quadro Estratégico Comum e o diagnóstico prospetivo regional, o PAR Lisboa deverá mobilizar os recursos financeiros adequados para promover as seguintes prioridades estratégicas, no âmbito do Eixo Estratégico Recursos, Serviços Ambientais e Riscos:

- **Promover o conhecimento, proteção, valorização e uso e gestão sustentáveis dos recursos naturais, das águas e fundos da plataforma continental, faixa costeira e ambientes de transição, nas suas múltiplas perspetivas: biodiversidade e conservação da Natureza, educação ambiental, lazer, aproveitamento económico, qualificação do territorial e ambiental.**

O diagnóstico efetuado permitiu destacar a singularidade ecológica da Região de Lisboa, na qual se localizam extensas áreas com relevante interesse para a conservação da natureza e biodiversidade, como as Reservas Naturais dos Estuários do Tejo e do Sado, os Parques Naturais da Sintra e Arrábida e a fachada atlântica. Estes espaços constituem não só um recurso de grande importância ecológica, como económica - com aproveitamento potencial diverso. A melhoria da eficácia dos mecanismos de proteção deverá passar pela sua valorização, pelo seu estudo e pelo desenvolvimento de novos mecanismos de gestão.

- **Valorizar as áreas com potencial agrícola, florestal e silvestre como elementos fundamentais para a produção primária, qualificação ambiental e paisagística e incremento do lazer.**

O diagnóstico permitiu verificar que os espaços agroflorestais ocupam cerca de 57% da área total da Região de Lisboa. Embora a atividade agrícola na Região ocupe apenas 2,5% da SAU de Portugal Continental e a superfície florestal regional somente corresponda a 2% do total do Continente, o respetivo valor acrescentado bruto a custo de fatores da produção vegetal e animal atingiu, em 2006, cerca de 10% do total do Continente, enquanto no caso da floresta atingiu os 15% do valor acrescentado bruto a preços paritários. Embora a urbanização dispersa e fragmentada tenha minorado as condições de produção, importa criar condições para que a elevada produtividade primária da Região possa manter-se, ao mesmo tempo que se deverão ampliar as produções locais e reforçar a importância dos espaços agro-florestais na qualificação ambiental e paisagística das áreas urbanas. Esta valorização das áreas com potencial agrícola, florestal e silvestre é também importante na ótica do desenvolvimento metropolitano, onde esta se afigura como uma estratégia de potenciação dos espaços periurbanos e dos serviços que estes prestam às populações urbanas.

- **Promover a proteção e valorização das linhas e zonas de máxima infiltração, e o uso eficiente da água, prevenindo a degradação e sobre-exploração dos aquíferos e a reutilização de águas para usos urbanos não potáveis.**

O estuário do Tejo e do Sado e o aquífero Tejo-Sado assumem particular relevância para a Região, assim como o vasto conjunto de ribeiras, valas e linhas de drenagem natural. A proteção e valorização destes espaços assume uma importância decisiva na prossecução de uma gestão global dos recursos hídricos que permita uma utilização sustentável dos recursos hídricos em linha

com a Diretiva Quadro da Água (Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2000).

- **Promover a resolução dos passivos ambientais, a redução da deposição em aterro, bem como a prevenção, reciclagem dos resíduos urbanos.**

O diagnóstico efetuado permitiu verificar a subsistência de passivos ambientais importantes na Região, sobretudo a existência de solos contaminados e salinizados. Por outro lado, embora tenham ocorridos avanços importantes, uma percentagem significativa de RSU continua a ser encaminhada para aterros e a quantidade de resíduos alvo de recolha seletiva regista fortes assimetrias internas.

- **Promover o aumento da resiliência territorial aos diferentes tipos de riscos naturais, gerando respostas adaptativas às alterações climáticas e desenvolvendo sistemas de gestão de catástrofes.**

A Região de Lisboa encontra-se exposta a um leque variado de perigos, que inclui os perigos naturais, que correspondem a ocorrências associadas ao funcionamento dos sistemas naturais (e.g., sismos, movimentos de massa, erosão do litoral, cheias e inundações), perigos tecnológicos, decorrentes da atividade humana (e.g., potencial de acidentes industriais, potencial de acidentes no transporte de substâncias perigosas) e perigos ambientais, em que se combinam os resultados de ações continuadas da atividade humana com o funcionamento dos sistemas naturais (e.g., incêndios florestais, contaminação de cursos de água, de aquíferos e de solos). Alguns dos perigos que afetam a AML apresentam um elevado potencial destruidor (e.g., sismos, cheias rápidas, movimentos de massa, fenómenos de erosão costeira, acidentes industriais), potenciado pelos efeitos gerados pelas alterações climáticas. Esta debilidade territorial exige, a um tempo, o desenvolvimento de respostas adaptativas, e, a um segundo tempo, o desenvolvimento de sistemas de gestão de catástrofe que permitam aumentar a rapidez e eficácia das respostas de emergência.

306. A concretização das prioridades estratégicas apontadas para a Região de Lisboa neste domínio chave deverá ser alcançada através de cinco linhas estratégicas que incidam sobre os vetores críticos da proteção do ambiente e da promoção de uma utilização sustentável dos recursos, e da promoção da adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos, designadamente:

- L4.1 Superação das necessidades no setor dos resíduos
- L4.2 Superação das necessidades no setor da água
- L4.3 Proteção da biodiversidade, dos solos e dos ecossistemas
- L4.4 Adaptação às alterações climáticas
- L4.5 Promoção da capacidade de resistência e gestão de catástrofes

L4.1

Superação das necessidades no setor dos resíduos

Objetivo específico:

- Valorização dos resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha

seletiva e a reciclagem

Abordagem Estratégica:

Pela sua dimensão demográfica (2,8 milhões de habitantes) e efeito de capitalidade, a Região de Lisboa produziu em 2011 cerca de 1,530 milhões de toneladas de resíduos urbanos, ou seja, aproximadamente 542 kg/hab/ano. O PERSU 2020 aponta para uma redução de 7,6% de da produção de RU em 2016 em relação a 2012, e uma redução de 10% em 2020 em relação a 2012. Nos últimos anos, as despesas municipais com recolha e tratamento de RU aumentaram significativamente, revelando uma maior preocupação com esta problemática. Embora se continue a verificar uma % significativa de RU a ser encaminhada para aterro, de ano para ano denota-se uma diminuição na quantidade de resíduos depositados em aterro e o aumento na quantidade de resíduos alvo de recolha seletiva (evolução que importa intensificar).

Existindo a necessidade de complementar os investimentos que permitam a Portugal melhorar os níveis de reciclagem e de valorização de resíduos e a necessidade de garantir o cumprimento das metas comunitárias até 2020, a Região de Lisboa deverá ser alvo de uma atenção especial: Meta de reciclagem - Aumento mínimo global para 50 % em peso relativamente à preparação para a reutilização e a reciclagem de resíduos urbanos, incluindo o papel, o cartão, o plástico, o vidro, o metal, a madeira e os resíduos urbanos biodegradáveis; Meta de desvio de RUB de aterro - Redução para 35% da quantidade total, em peso, dos resíduos urbanos biodegradáveis produzidos em 1995 para deposição em aterro. A implementação das medidas preconizadas no Programa de Prevenção de Resíduos Urbanos integrado no PERSU 2020 e no Programa de Prevenção de Resíduos integrado no PNGR, assume uma importância acrescida na concretização desta estratégia.

Nos últimos anos, as despesas municipais com recolha e tratamento de RSU aumentaram significativamente, revelando uma maior preocupação com esta problemática. Embora a produção de resíduos continue a aumentar e continue a verificar-se uma % significativa de RSU a ser encaminhada para aterros sanitários, de ano para ano denota-se uma diminuição na quantidade de resíduos depositados em aterro e o aumento na quantidade de resíduos alvo de recolha seletiva (evolução que importa intensificar).

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Apoio a medidas preconizadas no Programa de prevenção de RU integrado no PERSU 2020 e no Programa de prevenção de resíduos, integrado no PNGR;
- Implementação de programas e equipamentos com vista ao aumento da quantidade e qualidade da reciclagem multimaterial, nomeadamente através de: reforço das redes de recolha seletiva existentes;
- Apoio à introdução de soluções alternativas e inovadoras que permitam aumentar significativamente a participação dos cidadãos e a eficiência dos sistemas de recolha e reciclagem multimaterial (recolha porta-a-porta, sistemas *pay-as-you-throw* – *PAYT*, novas soluções);
- Apoio a investimentos que visem o aumento da valorização orgânica de resíduos, através do reforço, otimização e reconversão do tratamento mecânico e biológico atualmente instalado, e do apoio a sistemas e iniciativas de recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB), de compostagem doméstica de RUB e de valorização do composto;
- Apoio a investimentos que visem a erradicação progressiva da deposição direta em aterro, através do reforço e otimização da recolha seletiva e do tratamento mecânico e biológico instalado, e da selagem

dos aterros, com recuperação ambiental e valorização energética do biogás;

- Apoio a investimentos que visem o desvio de aterro dos refugos e rejeitados das unidades de tratamento mecânico e biológico de RU, passíveis de valorização material energética, nomeadamente através do seu processamento e transformação em Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR);
- Ações de educação e sensibilização com o enfoque nos primeiros patamares da pirâmide da gestão de resíduos (prevenção, reutilização e reciclagem).

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos.

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 6.1 A superação das importantes necessidades de investimento no setor dos resíduos, de modo a satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União.

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO SEUR, OE, TGR

L4.2

Superação das necessidades no setor da água

Objetivos específicos:

- Otimizar e aumentar a eficiência de gestão dos recursos hídricos e das infraestruturas existentes;
- Assegurar a melhoria da qualidade das massas de águas e do funcionamento do sistema hidrográfico;
- Promover a melhoria da qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade dos sistemas, no âmbito do ciclo urbano da água.

Abordagem Estratégica:

A Região de Lisboa é particularmente rica em recursos hídricos subterrâneos (10% do valor total de água captada no país). Apesar da forte dimensão demográfica e habitacional (2,8 milhões de habitantes; 1.427 mil alojamentos), subsistem situações que carecem de resolução, sobretudo associadas ao saneamento de águas. A população servida por sistemas de drenagem de águas residuais é de 96% (alguns concelhos permanecem com valores abaixo dos 80%). Cerca de 81% da população residente na Região é servida por estações de tratamento de águas residuais, 9% abaixo da meta preconizada no PEAASAR II.

A proteção e requalificação dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, constituem uma prioridade para a Região, pelo que a manutenção dos sistemas regionais permanentes de planeamento e de gestão dos recursos hídricos deve ser acautelada, promovendo a otimização do uso da água e a racionalização dos investimentos. Por outro lado, apesar de a Região ter prosseguido nos últimos anos a consolidação do ciclo de cobertura universal de abastecimento domiciliário de água e de tratamento dos caudais captados para esse efeito, cerca de 19% da população residente na Região de Lisboa ainda não se encontra servida por estações de tratamento de águas residuais. Neste quadro, assumem especial relevância os investimentos que concorram para melhorar a qualidade do serviço e a sustentabilidade dos sistemas, bem

como para a otimização e gestão eficiente dos recursos e das infraestruturas.

Apesar dos esforços e investimentos realizados no passado, subsistem problemas na gestão dos recursos e das infraestruturas que reduzem a qualidade dos serviços, aumentam as perdas e consumos e fragilizam uma maior eficiência dos sistemas. Sem prejuízo dos benefícios resultantes desses investimentos, será dada agora uma maior amplitude e solidez ao objetivo de superar as necessidades no setor.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Apoio a investimentos que visem a melhoria da qualidade das massas de água e a proteção do ambiente, nomeadamente através de estudos e redes de monitorização e modelação, e outros investimentos de elevada prioridade e dimensão, incluindo os investimentos previstos nos Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica;
- Apoio a medidas para a monitorização do uso da água (que permita uma gestão eficiente dos serviços);
- Apoio a investimentos que visem a melhoria da qualidade das massas de água e a proteção do ambiente, nomeadamente através da recolha e tratamento de águas residuais, com especial enfoque para as zonas sensíveis e outras situações com vista ao cumprimento de legislação nacional e comunitária, intervenções com vista ao “fecho de ciclo”, implementação de sistemas adequados de gestão de lamas de ETAR e ETA;
- Apoio a investimentos que visem a reabilitação dos sistemas públicos de distribuição e transporte de água e de saneamento, minimização de perdas de água, redução e controle de infiltrações e afluência de águas pluviais aos sistemas públicos de drenagens de águas residuais, reutilização de águas residuais tratadas, e sistemas tecnológicos com vista à gestão patrimonial e otimização dos sistemas e infraestruturas existentes;
- Apoio a investimentos que visem a melhoria da qualidade e sustentabilidade dos serviços prestados aos utentes, nomeadamente através do aumento da eficiência operacional e ambiental do abastecimento de água e saneamento (por exemplo, redução de falhas de abastecimento e de avarias em condutas, aumento da capacidade de resposta a reclamações (AA), redução da ocorrência de colapsos e de inundações (SAR), água não faturada), que garantam serviços de qualidade com uma recuperação sustentável dos custos, assegurando que os preços não impeçam o seu acesso pelas populações.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos.

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 6.2 A superação das importantes necessidades de investimento no setor da água, de modo a satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União.

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO SEUR, OM

L4.3

Proteção da biodiversidade, dos solos e dos ecossistemas

Objetivo específico:

- Promover o conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas
- Promover a proteção e valorização ambiental e social da estrutura ecológica regional

Abordagem Estratégica:

A Região apresenta um elevado interesse do ponto de vista da conservação e elevados níveis de biodiversidade tanto ao nível metropolitano, como ao nível nacional e europeu (86.000 ha classificados como Sítios e Zonas de Proteção Especial - Rede Natura 2000 - e 45.000 ha de Áreas Protegidas). A base ecológica da Região de Lisboa constitui um pilar fundamental do modelo de desenvolvimento regional,

A região apresenta condições climáticas e ambientais de grande amenidade e contém valores e recursos naturais, patrimoniais e culturais, identitários e diferenciadores, destacando-se a orla costeira e as frentes ribeirinhas, os estuários do Tejo e do Sado (diferenciadores pela sua dimensão e importância económica e ambiental e ambos coincidindo com áreas protegidas com o estatuto de Reserva Natural), os Parques Naturais de Sintra – Cascais e da Arrábida e outros territórios que integram as estruturas ecológicas e os espaços rurais, nomeadamente a área da Companhia das Lezírias, fundamentais pela dimensão espacial e atividades que comportam e pelos valores paisagísticos e naturais associados.

Estes espaços constituem territórios de importância estratégica para a conservação da natureza, associando a produção agrícola, florestal e silvestre à qualificação ambiental e paisagística e ao lazer e turismo. No caso do Estuário do Tejo a sua posição no centro da Área Metropolitana de Lisboa confere-lhe potencialidades de protagonizar um projeto integrado de valorização ambiental e competitividade económica, associado aos sistemas urbanos que o envolvem.

Melhorar o uso e a gestão sustentáveis dos recursos naturais; valorizar as estruturas ecológicas metropolitanas e os serviços dos ecossistemas; resolver fenómenos de poluição e desqualificação ambiental e mitigar a degradação da rede hidrográfica e de áreas fundamentais para o funcionamento do ciclo hidrológico, assumem-se como focos da estratégia a prosseguir.

No quadro dos diversos instrumentos de ordenamento que foram criados, os parques naturais e as áreas protegidas com o estatuto de Reserva Natural, possuem mecanismos de salvaguarda e proteção eficazes. Importa concretizar o previsto e evoluir no sentido da sua valorização e valoração económica, de forma sustentada, através de um melhor uso e gestão pública e potenciando a sua dimensão turística.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Criação, proteção, valorização e dinamização das áreas ambientais mais relevantes, incluindo as integradas na Rede Fundamental da Conservação da Natureza (RFCN);
- Ações de apoio à visitação como a criação de caminhos, trilhos e rotas temáticas; sinalização e painéis, informativos e interpretativos; observatórios; infraestruturas de informação e interpretação; suportes de comunicação e divulgação; centros de serviço ao visitante; centros de interpretação e informação; equipamentos de suporte a atividades de relação com a natureza;
- Ações que promovam o conhecimento, a proteção, valorização, uso e gestão sustentáveis dos

recursos naturais;

- Ações de mitigação da degradação da rede hidrográfica e de áreas fundamentais para o funcionamento do ciclo hidrológico;
- Ações de valorização da estrutura ecológica metropolitana e da sua multifuncionalidade em contexto urbano (infraestruturas verdes);
- Ações de resolução de fenómenos de poluição e desqualificação ambiental;
- Ações de valorização e valoração económica dos serviços associados aos ecossistemas.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos.

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 6.4 A proteção e reposição da biodiversidade, a proteção e reabilitação dos solos e a promoção de serviços ligados a ecossistemas, incluindo a rede NATURA 2000 e infraestruturas verdes.

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa, PO SEUR, FEADER, Fundos de Conservação da Natureza, Proteção de Recursos Hídricos e de Intervenção Ambiental, OE, OM

L4.4

Adaptação às alterações climáticas e prevenção do risco sísmico

Objetivo Específico:

- Reforçar as capacidades de adaptação às alterações climáticas pela adoção e articulação de medidas transversais e setoriais

Abordagem Estratégica:

A Região de Lisboa encontra-se exposta a um leque variado de perigos, alguns com elevado potencial destruidor, potenciados pelos efeitos gerados pelas alterações climáticas (cheias rápidas, fenómenos de erosão costeira, deslizamento de vertentes). Concentrando a Região 2,8 milhões de habitantes e um parque habitacional significativo, deverá ser alvo de uma especial atenção e apoio para desenvolver respostas e medidas adaptativas.

Face à exposição da Região a alguns perigos potenciados pelos efeitos gerados pelas alterações climáticas, assume-se decisiva a aposta em intervenções que concorram para um maior conhecimento e apoio à decisão e para uma maior capacidade de resposta e adaptação à ocorrência de fenómenos extremos.

A vulnerabilidade regional deverá acentuar-se em resultado das potenciais implicações resultantes das alterações climáticas, designadamente ocorrência mais regular e gravosa de cheias rápidas, a subida do nível das águas do mar e o aumento dos fenómenos climáticos extremos com implicações na erosão costeira. Neste quadro, importa intensificar a aposta na execução de intervenções, integradas e coerentes,

que reforcem a capacidade adaptativa às alterações climáticas.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Planos de ação e gestão para a adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos;
- Realização de análises custo-benefício e custo-eficácia relacionados com adaptação às alterações climáticas;
- Desenvolvimento de ferramentas de apoio à decisão, incluindo sistemas de informação e modelação em alterações climáticas;
- Criação de redes de monitorização, previsão, alerta e resposta, incluindo vetores de pragas e doenças, a rede monitorização hidrometeorológica e a rede de monitorização poluentes atmosféricos;
- Criação de sistemas de aviso às populações em áreas de risco;
- Ações de sensibilização direcionadas para a população sobre alterações climáticas;
- Elaboração de cartografia de riscos e cenarizações de alterações climáticas;
- Implementação de planos de contingência para garantir abastecimento de matérias-primas em casos de eventos extremos;
- Implementação de programas de formação e divulgação sobre alterações climáticas para diferentes sectores de atividade;
- Desenvolvimento de projetos que visem a adaptação às alterações climáticas e aumentar a resiliência dos sistemas hidrológicos, face a fenómenos extremos;
- Intervenções de aumento da resiliência ao risco sísmico incluindo o edificado;
- Ações de adaptação e mitigação efetiva face a riscos decorrentes das alterações climáticas, para áreas especialmente vulneráveis (leitos de cheia rápida, erosão costeira e deslizamento de vertentes);
- Realojamento de populações em áreas de risco elevado.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 5. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos.

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 5.1 O apoio ao investimento [...] para a adaptação às alterações climáticas.

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO SEUR, FEADER, FEAMP, OE, OM

L4.5

Promoção da capacidade de resistência e gestão de catástrofes

Objetivos específicos:

- Reforçar o nível de conhecimento e planeamento sobre os riscos que afetam o território regional e as capacidades em termos de sistemas de informação e monitorização;
- Robustecer a capacidade de gestão face aos riscos, numa perspetiva de resiliência, capacitando as instituições regionais envolvidas

Abordagem Estratégica:

Atendendo à elevada vulnerabilidade regional, deverão ser desenvolvidos, por um lado, os instrumentos e aplicações que permitam reforçar o conhecimento e o planeamento dos riscos, por outro lado, os mecanismos e os sistemas de informação, monitorização e gestão de catástrofe que permitam aumentar a rapidez e eficácia das respostas de emergência e, finalmente, as condições de apetrechamento e preparação das entidades com responsabilidade na resposta à sua ocorrência (a disponibilização de mais e melhores meios, a melhoria da rede de infraestruturas e equipamentos existentes, a realização de simulacros e exercícios de preparação são dimensões-chave para uma maior eficácia na resposta aos riscos).

Embora no passado, pontual e casuisticamente, tenham sido desenvolvidos alguns instrumentos de planeamento focados nestes domínios e executadas ações que contribuíram para uma maior resiliência territorial e reforço da gestão, importa intensificar a aposta no desenvolvimento de estudos e planos, na aplicação de novos sistemas e tecnologias, que permitam melhorar o conhecimento e a qualidade e adequabilidade das respostas, de forma coerente e integrada, e intensificar a aposta nas dimensões que promovam a qualidade das respostas, tornando mais efetiva e objetiva a capacidade de resistência e gestão de catástrofes.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Desenvolver planos de avaliação de resistência das infraestruturas críticas;
- Desenvolver planos dos riscos naturais e tecnológicos regionais;
- Desenvolver novas tecnologias ao nível do apoio ao planeamento e gestão de riscos, incluindo aplicação informáticas (apps), redes de monitorização, uso de sensores, uso de dispositivos de controlo remoto (drones), etc.
- Desenvolver sistemas de monitorização, alerta e aviso rápido (*early warning*) que potenciem a capacidade de avaliação e previsão de riscos, apoiem a tomada de decisão e permitam o aviso à população;
- Ações de informação, comunicação e sensibilização;
- Elaboração de planos de segurança e proteção exterior das infraestruturas críticas e de planos de segurança energética à escala regional e local;
- Elaboração de planos de emergência de proteção civil;
- Planos e ações de resiliência urbana, resiliência das comunidades locais, resiliência de setores;
- Reforço seletivo da rede de infraestruturas e equipamentos de proteção civil;
- Implementação de redes de proteção florestal;
- Ações de proteção de infraestruturas críticas
- Equipamentos no âmbito das operações de proteção e socorro
- Simulacros e exercícios.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 5. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos.

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 5.2 A promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de

resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes.

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO SEUR, OE, OM

5.2.2. Economia de Baixo Carbono

307. Tendo como referência os objetivos fixados na estratégia Europa 2020 relativos à transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores e o ponto de partida da Região neste domínio, o PAR Lisboa identifica e elege as seguintes prioridades estratégicas, no âmbito do Eixo Estratégico Economia de Baixo Carbono:

- **Promover a produção de energia a partir de fontes de energia renováveis, explorando o elevado potencial energético endógeno (solar, eólica, das ondas, biomassa florestal e agrícola, e gás) e o recurso a tecnologias e investimentos inovadores.**

O diagnóstico efetuado permitiu verificar que a Região de Lisboa, a par da tendência registada no país, caracteriza-se por uma elevada dependência energética do exterior, principalmente no que concerne aos combustíveis fósseis, possuindo também um saldo importador de energia elétrica. Embora na última década a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis tenha aumentado na Região, importa dar continuidade a este processo maximizando a produção local de energia, a partir de fontes renováveis, aproveitando o potencial de I&D para diversificar o aproveitamento das diversas fontes.

- **Promover o desenvolvimento de modelos e sistemas de acessibilidades, de transportes ecológicos e com baixo teor carbónico, fomentando a transferência modal do transporte individual motorizado para modos de transporte mais eficientes, a mobilidade urbana sustentável e inclusiva e a qualidade do ambiente urbano.**

O setor dos transportes é responsável por cerca de 1/3 da energia consumida ao nível nacional. Embora nos últimos anos o ritmo de crescimento do consumo energético neste setor tenha abrandado, constitui um dos domínios críticos para promover a eficiência energética, assumindo por isso uma posição destacada no Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE). No contexto da Região, o aumento da eficiência energética exige a transferência modal do transporte individual motorizado para modos de transporte público mais eficientes (que façam o uso de tração elétrica). Por outro lado, deverá reforçar-se a mobilidade urbana sustentável, nomeadamente através da criação de condições bem estruturadas e centradas nos utilizadores que favoreçam um uso mais intensivo da bicicleta. Igualmente importante é atuar na modernização das frotas, promovendo a introdução de inovações tecnológicas que fomentem menor dependência dos combustíveis fósseis e maior eficiência energética.

- **Promover uma cultura energética e ambiental, em particular no setor da construção, fomentadora de uma maior eficiência energética do edificado público e privado.**

O diagnóstico efetuado permitiu verificar que em 2011, cerca de 56% do parque habitacional da região tinha mais de 30 anos de idade. A vetustez do edificado, associada aos elevados níveis de degradação que uma percentagem importante edifícios apresenta, fazem com que a eficiência

energética do edificado seja globalmente baixa, assumindo-se a sua melhoria como uma prioridade de atuação, conforme aponta o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética.

- **Aumentar a competitividade económica do tecido industrial, mediante novos padrões de consumo de energia suportados numa crescente aposta na eficiência energética e na utilização de energias renováveis.**

A utilização eficiente da base energética é essencial para a competitividade económica da Região. A economia regional caracteriza-se por possuir uma intensidade energética e uma intensidade carbónica elevada e uma dependência muito elevada de energia primária. Este fator concorre para uma baixa eficiência energética e uma forte dependência da importação de energia primária, nomeadamente do petróleo e do gás natural. Considerando este contexto é imperativo não só promover novos padrões de consumo no processo produtivo, bem como aumentar a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, contribuindo para uma menor intensidade carbónica e uma maior competitividade industrial e regional.

- **Criar as condições para uma efetiva política de eficiência energética no Estado, suportada em estratégias integradas de baixo teor de carbono.**

A eficiência energética no Estado constitui uma das prioridades Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética prevendo-se um conjunto de medidas dirigidas aos edifícios e frotas de transporte do Estado, à iluminação pública e à negociação centralizada de energia na administração central e local. Fruto da sua dimensão demográfica e do efeito de capitalidade, a Região de Lisboa concentra um importante volume de equipamentos e serviços públicos, motivando que seja conferida grande prioridade à eficiência energética do Estado, aos mais diversos níveis de atuação.

- **Assumir uma perspetiva multissetorial na implementação da estratégia de baixo carbono, relevando a sua inclusão em estratégias integradas de desenvolvimento urbano, de modo a reduzir a intensidade energética e carbónica nas cidades.**

As cidades devem desempenhar um papel central na redução das emissões de CO₂ e na luta contra as alterações climáticas. A transição para uma economia de baixo carbono atribui por isso um papel central às áreas urbanas europeias, seja através da melhoria da eficiência energética dos edifícios como da promoção de modos de transporte suaves. Por esse facto, a promoção da eficiência energética deverá ter um papel central nas abordagens de desenvolvimento urbano sustentável integrado a protagonizar na Região, valorizando-se o seu potencial para a reabilitação urbana, para a dinamização económica e criação de emprego e para aumentar a inclusão social, melhorando as condições habitacionais das populações com menores rendimentos.

308. A concretização das prioridades estratégicas no âmbito da transição para uma Economia de Baixo Carbono na Região de Lisboa deverá ser alcançada através de cinco Linhas Estratégicas que incidam sobre os vetores chave do aumento da eficiência energética e de promoção da produção de energias renováveis, nomeadamente:

- L5.1. Produção e distribuição de energia renovável;
- L5.2. Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas;
- L5.3. Eficiência energética nos edifícios públicos;
- L5.4 Eficiência energética no setor da habitação;

- L5.5. Promoção de sistemas de distribuição inteligentes a níveis de baixa e média tensão;
- L5.6. Promoção de mobilidade urbana sustentável.

L5.1**Produção e distribuição de energia renovável****Objetivo Específico:**

- Diversificar as fontes de abastecimento energético de origem renovável, aproveitando o potencial energético endógeno e garantindo a ligação das instalações produtoras à rede, reduzindo a dependência energética.

Abordagem Estratégica:

Assumindo a necessidade de reduzir os custos de transporte e distribuição, importa garantir uma maior proximidade entre os locais de produção e de consumo. Sendo a Região de Lisboa, pela sua dimensão demográfica, habitacional e económica, o principal mercado consumidor de energia (representando 27% do consumo de energia elétrica do Continente), deverá ser o espaço prioritário para desenvolver estes projetos.

Para atingir, no horizonte de 2020, 31% do consumo final bruto de energia associado a fontes de energias renováveis (FER), é fundamental assegurar uma maior integração na rede elétrica dos projetos de produção de energia renovável, assim como o desenvolvimento de projetos de armazenagem de energia renovável. Deverá por isso apoiar-se o seu enorme potencial energético endógeno (solar, eólica, das ondas, biomassa florestal e agrícola, e biogás). Neste quadro, a estratégia passa por promover a produção de energia a partir de fontes de energia renováveis, explorando o elevado potencial energético endógeno e o recurso a tecnologias e investimentos inovadores. Dessa forma a Região contribuirá de forma decisiva para os macro objetivos nacionais de reduzir em 2.000 milhões de euros as importações anuais de combustíveis fósseis e produzir 31% da energia primária consumida com base em fontes de energia renováveis endógenas.

Embora na última década a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis tenha aumentado na Região, importa dar continuidade a este processo maximizando a produção local de energia, a partir de fontes renováveis, aproveitando o potencial de I&D para diversificar o aproveitamento das diversas fontes.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Projetos que visem a produção de energia renovável;
- Instalação de equipamentos e sistemas de armazenamento de energia que visem aumentar a sustentabilidade do mercado de renováveis (sazonalidade diária na produção);
- Prospeção e estudo das condições necessárias ao desenvolvimento de tecnologias emergentes;
- Apoio a projetos-piloto de tecnologias emergentes;
- Ações que visem a promoção do uso de tecnologias renováveis inovadoras identificadas no Plano Estratégico para as Tecnologias Energéticas e ao Roteiro para a Energia 2050;
- Ações que visem a valorização energética dos sobrantes da exploração florestal.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores.

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 4.1 A promoção da produção e distribuição de fontes de energia renováveis.

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO SEUR

L5.2

Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas**Objetivo Específico:**

- Aumentar a eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalização de consumos

Abordagem Estratégica:

Pela dimensão do tecido empresarial e pela natureza das indústrias localizadas na Região de Lisboa (indústrias químicas, de cerâmica e vidro, e dos cimentos - com maior expressão na Península de Setúbal), o consumo de energia elétrica na indústria representa cerca de 22,2% do total consumido pela indústria nacional (4.143 milhões de Kwh). Por essa razão, Lisboa deverá ser o território prioritário de aumento da eficiência energética, enquanto fator de competitividade empresarial nacional.

A energia é um fator crítico para a competitividade das empresas, pelo que importa reduzir a intensidade energética do setor empresarial (a utilização eficiente da base energética é essencial para a competitividade económica da Região). Pretende-se por isso aumentar a eficiência energética, contribuindo para a redução de despesa, para o uso eficiente de recursos, e para a redução de emissões e alteração comportamental dos agentes envolvidos, por via de intervenções nos edifícios, nos processos produtivos e nas frotas.

É imperativo não só promover novos padrões de consumo no processo produtivo, bem como aumentar a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, contribuindo para uma menor intensidade carbónica e uma maior competitividade industrial e regional.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Apoio à implementação de tecnologias eficientes e adoção de sistemas de gestão de energia (e de frotas) que visem um maior conhecimento da estrutura energética das empresas (gestão otimizada da sua utilização);
- Apoio a tecnologias de produção de energia de base renovável;
- Ações que contribuam para a eficiência energética nos processos produtivos de PME;

- Projetos de investimento que visem aquisição de equipamentos industriais mais eficientes como motores elétricos, equipamentos de produção de calor e frio e outros equipamentos utilizados no processo industrial;
- Projetos de investimento de empresas do setor dos serviços que visem a aquisição de equipamentos eficientes instalação de iluminação eficiente e melhoria da eficiência energética de instalações;
- Projetos de investimento em isolamento eficiente, calor verde, sistema de eficiência energética em edifícios de serviços e solar térmico;
- Auditorias energéticas e elaboração de Planos de Racionalização dos Consumos de Energia;
- Iniciativas inovadoras de produção (através de fontes renováveis) e de utilização racional de energia, envolvendo, nomeadamente, o apoio no desenvolvimento de programas de ação e de projetos piloto.
- Ações que contribuam para a eficiência energética no setor agrícola.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores.

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 4.2 A promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas.

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa, PO SEUR, FEADER

L5.3

Eficiência energética nos edifícios públicos

Objetivo Específico:

- Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de racionalização de consumos

Abordagem Estratégica:

De modo a alterar os padrões de consumo energético na Região, sobretudo no setor público, assim como reduzir os custos associados, pretende-se aumentar a eficiência energética, contribuindo para a redução de despesa, para o uso eficiente de recursos, e para a redução de emissões e alteração comportamental dos agentes públicos envolvidos. Em 2011, o peso da iluminação interior de edifícios da Administração Pública no total do consumo de energia elétrica regional, atingia os 6,8%.

Eficiência Energética no Estado constitui uma das prioridades Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética prevendo-se um conjunto de medidas dirigidas aos edifícios e frotas de transporte do Estado, à iluminação pública e à negociação centralizada de energia na administração local. Fruto da sua dimensão demográfica e do efeito de capitalidade, a Região de Lisboa concentra um importante volume de equipamentos e serviços públicos motivando que seja conferida grande prioridade à eficiência energética do Estado, aos mais diversos níveis de atuação. Neste contexto, importa criar as condições para uma efetiva política de eficiência energética na Administração Local e Regional, focadas em estratégias integradas de

baixo teor de carbono, que comportem auditorias energéticas, Planos de Racionalização dos Consumos de Energia e programas específicos de apoio à reabilitação do edificado público.

As entidades públicas têm desenvolvido inúmeros e diversificados projetos para diminuir a energia consumida na sua esfera de atuação. Contudo, persiste um défice estrutural muito acentuado. As intervenções executadas associam-se à instalação de sistemas solares térmicos, em piscinas e recintos desportivos, à instalação de reguladores de fluxo como garante da melhoria de eficiência energética na iluminação pública e à substituição das fontes luminosas nos sistemas de controlo de tráfego e peões.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Realização de auditorias energéticas e elaboração de Planos de Racionalização dos Consumos de Energia (PREN);
- Implementação de medidas ativas (integração de água quente solar, incorporação de microgeração), e de medidas passivas (intervenções na envolvente dos edifícios);
- Criação de redes urbanas de energia térmica (RUTE) dirigidas aos edifícios de serviços maiores consumidores de calor e de frio (hospitais, universidades,...);
- Apoio à ações de difusão de boas práticas quanto ao desempenho energético-ambiental dos edifícios (guias de termos de referência,...);
- Investimentos na melhoria de eficiência da iluminação pública.
- Investimentos na melhoria da eficiência energética de edifícios públicos.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores.

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 4.3 O apoio à utilização da eficiência energética e das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação.

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa; OE; OM

L5.4

Eficiência energética no setor da habitação

Objetivo Específico:

- Aumentar a eficiência energética no setor habitacional

Abordagem Estratégica:

A melhoria do nível de desempenho energético dos edifícios no segmento residencial, associando o conforto térmico das habitações à economia dos consumos, assume, por isso, um importante significado

para se atingirem as metas de eficiência energética na região.

A Região concentra cerca de 12,7% do parque habitacional nacional e cerca de 56% deste parque tem mais de 30 anos de idade. A vetustez do edificado, associada aos elevados níveis de degradação que uma percentagem importante dos edifícios apresenta, fazem com que a eficiência energética do edificado seja globalmente baixa.

A melhoria do nível de desempenho energético dos edifícios no segmento residencial, associando o conforto térmico das habitações à economia dos consumos, assume, por isso, um importante significado para se atingirem as metas de eficiência energética na região.

A microgeração (solar, eólica, AQS) pode ter um papel fundamental na redução do consumo de energia nos edifícios e no aumento da eficiência energética. Este potencial pode dinamizar a redução da dependência energética externa, bem como repercutir-se positivamente na economia, na investigação e desenvolvimento e no emprego. Neste sentido impõe-se um aumento da eficiência na utilização dos recursos e um esforço contínuo de fomento da investigação no domínio das tecnologias.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Projetos de investimento em medidas ativas de eficiência energética de edifícios de habitação, nomeadamente integração de água quente solar e incorporação de microgeração.
- Projetos de investimento em sistemas passivos, que visem aumentar a eficiência energética dos edifícios, nomeadamente iluminação eficiente, janelas eficientes, isolamento eficiente, calor verde e solar térmico residencial;
- Projetos de investimento na aquisição e instalação de sistemas de produção renovável descentralizada para autoconsumo;
- Definição e dinamização de Planos de Informação e de Comunicação para a promoção da melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios.
- Investimentos na melhoria da eficiência energética do parque habitacional municipal.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores.

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 4.3 O apoio à utilização da eficiência energética e das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação.

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa, OE, OM, Fundos privados

L5.5

Promoção de sistemas de distribuição inteligentes a níveis de baixa e média tensão

Objetivo Específico:

- Aumentar a eficiência energética através de uma promoção da melhor utilização de equipamentos apoiada pela instalação de sistemas de monitorização e gestão dos consumos por parte dos consumidores finais

Abordagem Estratégica:

Necessidade de garantir a coerência das medidas associadas à eficiência energética, promovendo comportamentos mais racionais no consumo de energia. Sabendo-se que a Região concentra cerca de 12,7% do parque habitacional nacional (habitações familiares clássicas) e que cerca de 56% deste parque habitacional tem mais de 30 anos de idade, importa promover medidas que contribuam para reduzir a fatura energética das famílias.

A implementação e operacionalização de Redes Inteligentes permitirão uma maior eficiência energética (melhor gestão dos consumos energéticos, por exemplo através do cálculo do consumo e da produção global de energia elétrica das cidades da Região), um consumo de energia mais verde e limpa e onde o consumidor pode conhecer e controlar os seus consumos ao longo do dia e incorporar soluções de domótica, minimizando consumos e custos associados. A realização de estudos e a, conseqüente instalação de sistemas de monitorização e gestão dos consumos (contadores inteligentes) emerge com enorme significado para a concretização desta estratégia.

Apesar do seu enquadramento nos Sistemas de Incentivo QREN, são muito poucas as experiências desenvolvidas neste domínio. Pelos ganhos efetivos na redução dos consumos que pode propiciar, sobre-relevantes num contexto de crise financeira das famílias, importa continuar a desenvolver esta dimensão, intensificando esforços para a execução de intervenções integradas, de maior escala.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Ações de disseminação de contadores inteligentes e de redes de suporte.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores.

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 4.4 O desenvolvimento e aplicação de sistemas de distribuição inteligentes a níveis de baixa e média tensão.

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO SEUR

L5.6

Promoção de mobilidade urbana sustentável e inclusiva

Objetivo Específico:

- Estimular iniciativas direcionadas para a redução de emissões CO2 desenvolvendo modelos e sistemas de transportes ecológicos com baixo teor de carbono

Abordagem Estratégica:

Dada a situação regional quanto à utilização de recursos energéticos com maiores emissões de carbono, deverá ser promovida a transição para tecnologias e recursos energéticos mais sustentáveis e para uma economia de baixo carbono. Os transportes possuem um peso importante no consumo de energia primária regional (consumo de combustível - 0,5 TEP/hab.; 20% do consumo nacional de gasolina 95), utilizando recursos com elevadas emissões de carbono e menos eficientes na sua utilização.

No contexto da Região de Lisboa o aumento da eficiência energética neste setor exige, por um lado, a transferência modal do transporte individual motorizado para modos de transporte mais eficientes e, por outro, o reforço da mobilidade urbana sustentável através da criação de condições favoráveis para um uso mais intensivo da bicicleta. A elaboração de planos de mobilidade intermunicipais e o apoio a intervenções que concorram para o incremento do transporte público e de modos suaves, emerge com um especial significado para a concretização desta estratégia.

Os projetos apoiados no âmbito do QREN contribuíram, de forma acentuada, para a redução do consumo energético e das emissões de CO₂, neste caso pela transferência modal do transporte individual para transportes coletivos energeticamente mais eficientes ou modos suaves. Embora nos últimos anos o ritmo de crescimento do consumo energético neste setor tenha abrandado, continua a constituir um dos domínios críticos para promover a eficiência energética, pelo que importa intensificar esta aposta.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Planos intermunicipais de mobilidade sustentável; (articulados com planos de nível municipal e local);
- Ações que promovam o uso dos transportes públicos e dos modos suaves (redes de ecopistas, ciclovias, pedonal, acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, etc.), incluindo, por exemplo, a criação de corredores próprios uni ou multimodais;
- Melhoria da acessibilidade e mobilidade, promovendo os modos de transporte favoráveis ao ambiente, a circulação ciclável e pedonal, a reestruturação da rede viária e a criação de estacionamento;
- Estruturação de corredores de procura elevada;
- Implementação de Sistemas de controlo de tráfego rodoviário e de passageiros, sistemas inteligentes de apoio à exploração e de informação aos condutores e passageiros;
- Promoção do reordenamento das atividades em termos de logística e de transportes em especial na proximidade dos grandes polos geradores de tráfego;
- Reforço da eficiência logística, em contexto urbano, atraindo atividades de maior valor acrescentado.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores.

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 4.5 A promoção de estratégias de baixa emissão de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, as zonas urbanas, incluindo a promoção de mobilidade urbana sustentável e medidas de adaptação relevantes para a redução das emissões de CO₂.

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa; OE, OM

5.2.3. Qualificação Urbana

309. Tendo como referência os objetivos fixados para 2020, as ações fundamentais previstas no Quadro Estratégico Comum e o diagnóstico prospetivo regional, o PAR Lisboa deverá mobilizar os recursos financeiros adequados para promover as seguintes prioridades estratégicas, no âmbito do Eixo Estratégico Qualificação Urbana:

- **Fortalecer o sistema urbano regional, nomeadamente a rede de aglomerações estruturantes da AML, promovendo um desenvolvimento urbano sustentável que privilegie a reabilitação urbana e a revitalização económica das áreas centrais, contrariando a extensificação urbana e o subaproveitamento dos ativos construídos.**

Na última década, a dinâmica urbana verificada na Região, embora ainda estruturada pela cidade de Lisboa, pelos eixos radiais tradicionais, pelo subsistema de centralidades do Arco Ribeirinho e pela aglomeração Setúbal-Palmela, evidenciou uma perda de vitalidade dos centros urbanos consolidados, com o alastramento das áreas edificadas para espaços naturais contíguos, e a intensificação da edificação dispersa nas áreas rurais. Para além do comprometimento dos solos agrícolas e florestais, a edificação de áreas residenciais em localizações progressivamente mais periféricas originou um recuo na utilização do transporte coletivo e a extensificação dos movimentos pendulares, gerando consumos energéticos incompatíveis com os atuais objetivos de eficiência energética e redução da intensidade carbónica. A concretização de uma forma urbana compacta, promotora de uma mobilidade mais racional, deverá ser alcançada através do reforço do policentrismo a partir da regeneração dos tecidos urbanos consolidados e da revitalização das suas funções comerciais, nomeadamente daqueles que apresentem maiores densidades populacionais e funcionais e melhores níveis de serviço de transporte público coletivo.

- **Qualificar as áreas urbanas críticas caracterizadas pela coexistência de graves problemas sociais e urbanísticos, contribuindo para a inclusão social, combate à pobreza e para a coesão socio-territorial da Área Metropolitana de Lisboa.**

O diagnóstico permitiu identificar a prevalência na Região de Lisboa de inúmeras áreas onde se conjugam diversos problemas de natureza urbanística, social e económica e, usualmente, a presença de importantes comunidades estrangeiras e de diferentes grupos étnicos. Estes territórios, embora assumindo diferentes morfologias e naturezas – centros históricos, bairros de barracas, bairros sociais e urbanizações periféricas -, destacam-se no contexto regional pelas elevadas taxas de desemprego, abandono e insucesso escolar, e de pobreza, constituindo, por isso, áreas de intervenção prioritária à luz dos objetivos e das metas definidas pela estratégia Europa 2020.

- **Qualificar as áreas industriais obsoletas e em declínio, eliminando os passivos ambientais existentes e criando condições para o acolhimento de novas atividades produtivas estruturantes da Área Metropolitana.**

Fruto do processo de desindustrialização verificado ao longo das últimas duas décadas, verifica-se a existência de grandes áreas industriais obsoletas ou em declínio com localizações de excelência para protagonizar novas dinâmicas económicas e ancorar projetos estruturantes do novo modelo

económico regional, nomeadamente no Arco Ribeirinho Sul, onde a requalificação da área da Margueira (Almada), Siderurgia Nacional (Seixal) e Quimigal (Barreiro), assume um papel estruturante para a estratégia de competitividade e emprego da Península de Setúbal.

- **Assegurar uma qualificação integrada dos espaços urbanos, que contemple as várias dimensões da vida urbana – ambientais, económicas, sociais e culturais – suportada em parcerias sólidas entre residentes, organizações da sociedade civil, economia local e os vários níveis de governação.**

A dimensão urbana tem assumido evidente centralidade na Política de Coesão. Após duas gerações de programas de Iniciativas Comunitárias URBAN, esta prioridade transitou com carácter obrigatório para os programas operacionais apoiados pelo FEDER no período 2007-2013. No período 2014-2020, esta dimensão viu a sua importância reforçada, propondo a CE o fomento de políticas urbanas integradas que melhorem o desenvolvimento urbano sustentável, tendo em vista fortalecer o papel das cidades no contexto da política de coesão. Tendo por base as recentes experiências regionais bem-sucedidas, no âmbito da Iniciativa Bairros Críticos e dos Instrumento de Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana, deverá ser aprofundada a lógica integrada de intervenção urbana, respondendo-se com mais eficácia e eficiência aos desafios da qualificação ambiental, da criação de emprego e da coesão social.

310. A concretização das prioridades estratégicas no âmbito da Qualificação Urbana na Região de Lisboa deverá ser alcançada através de duas Linhas Estratégicas que apoiem o desenvolvimento de intervenções que incidam sobre a:

- L6.1. Regeneração de instalações industriais abandonadas;
- L6.2. Regeneração de zonas urbanas deprimidas.

L6.1

Regeneração de instalações industriais abandonadas

Objetivo específico:

- Promover a qualidade ambiental e a regeneração das grandes áreas industriais obsoletas;
- Eliminar grandes passivos ambientais.

Abordagem Estratégica:

Dada a sua importância estratégica para a coesão territorial e para a competitividade regional, impõe-se prosseguir políticas públicas de qualificação urbana. A aposta na reconversão de espaços industriais desativados e na criação de novas dinâmicas de desenvolvimento que valorizem os principais ativos existentes assumem um especial significado.

A Região de Lisboa caracteriza-se atualmente por grandes espaços com funções urbanas com diferentes morfologias, formas e intensidades de ocupação e edificação, mas também pela existência de espaços com área significativa com uso industrial. Contudo, fruto do processo de desindustrialização verificado na Região

ao longo das últimas duas décadas, verifica-se a existência de grandes áreas industriais obsoletas ou em declínio com localizações de excelência para protagonizar novas dinâmicas económicas e ancorar projetos estruturantes do novo modelo económico regional, nomeadamente no Arco Ribeirinho Sul, que assumem um papel estruturante para a estratégia de competitividade e emprego da Região de Lisboa (Quimiparque: 234 ha; Siderurgia: 372 ha).

Nos últimos anos, no âmbito do QREN, desenvolveram-se diversos processos de remediação e recuperação de passivos de origem industrial. Pela sua natureza, dimensão e posição estratégica, foi concedida prioridade a alguns dos existentes na Península de Setúbal. Nesta fase, importa concluir esse processo de resolução de passivos ambientais e evoluir para processos de desenvolvimento urbano sustentável focados na recuperação de edifícios e espaços degradados e na sua revitalização económica.

Áreas de Intervenção Prioritária:

-
- Ações de recuperação de áreas com passivos ambientais
- Ações de reconversão de espaços industriais desativados no âmbito de operações integradas de regeneração e competitividade urbana;
- Ações em operações integradas de regeneração urbana que visem a qualificação do espaço público e do ambiente urbano
- Ações de diagnóstico da qualidade do ar e de redução da poluição

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos.

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 6.5 Ações para melhorar a qualidade do ambiente urbano, [...] a regeneração de instalações industriais abandonadas e a redução da poluição do ar.

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa, PO SEUR, OE, OM, Fundos Privados

L6.2

Regeneração de áreas urbanas deprimidas

Objetivo Específico:

- Regeneração socioeconómica e física das áreas urbanas desfavorecidas
- Promoção da coesão socio-territorial

Abordagem Estratégica:

O crescimento urbano verificado na Região de Lisboa e a inexistência de uma gestão urbanística eficaz geraram assimetrias e desequilíbrios sócio urbanísticos e funcionais. Para além de áreas de construção

tradicional degradada, áreas urbanas de origem clandestina e bairros de realojamento guetizados, ressurgiram nos últimos anos fenómenos de habitação precária devido à crise económica. Subsistem assim áreas críticas especialmente desqualificadas - social e urbanisticamente - caracterizadas pela pobreza, exclusão social e desqualificação urbanística.

Para além da perda de vitalidade dos centros urbanos consolidados, nomeadamente de Lisboa (decréscimo populacional de 3,4%, entre 2001-2011; aumento do número de alojamentos familiares clássicos localizados em edifícios com necessidades de grandes reparações ou muito degradados), emergem como fenómenos preocupantes a existência de áreas urbanas fragmentadas resultantes do alastramento não programado, espacialmente descontínuo e fortemente desarticulado da habitação (1200 aglomerados habitacionais integrados em Áreas Urbanas de Génese Ilegal), bem como a degradação do parque habitacional construído entre as décadas de 1950 e de 1970. A Região de Lisboa possui um número significativo de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados (11.118 edifícios).

A dimensão urbana tem merecido uma especial atenção nas últimas décadas, num primeiro momento através dos programas de Iniciativas Comunitárias URBAN, recentemente através dos programas operacionais apoiados pelo FEDER (2007-2013) e de alguns instrumentos de engenharia financeira como o RECRIA, JESSICA e outros. As intervenções desenvolvidas no âmbito da Iniciativa Bairros Críticos e das Parcerias para a Regeneração Urbana, consideradas como experiências positivas e de sucesso, permitem concluir da importância de aprofundar a lógica de qualificação integrada dos espaços urbanos, alicerçada em diversas dimensões urbanas (ambientais, económicas, sociais e culturais).

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Ações de qualificação ambiental e paisagística, requalificação dos espaços verdes urbanos e dos espaços públicos;
- Ações de modernização das infraestruturas urbanas, promoção dos modos de transporte favoráveis ao ambiente como a circulação ciclável, pedonal e o transporte público;
- Apoio à criação de serviços de proximidade diferenciados para a valorização do capital cultural e social, promoção da igualdade e do combate ao abandono e insucesso escolar;
- Ações de dinamização económica local e de apoio à empregabilidade de grupos vulneráveis;
- Ações de capacitação de indivíduos, grupos e organizações locais.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 9. Promover a inclusão social e combater a pobreza.

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 9.8 O apoio à regeneração física, económica e social das comunidades e zonas urbanas e rurais desfavorecidas.

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa, OE, OM, Fundos Privados

5.3. CRESCIMENTO INCLUSIVO

5.3.1. Demografia e Serviços de Proximidade

311. Tendo como referência os objetivos fixados para 2020, as ações fundamentais previstas no Quadro Estratégico Comum e o diagnóstico prospetivo regional, o PAR Lisboa deverá procurar concretizar as seguintes prioridades estratégicas, no âmbito do domínio-chave Demografia e Serviços de Proximidade:

- **Aumentar a eficácia e a eficiência das redes de equipamentos e de serviços sociais instaladas na Região, respondendo mais adequadamente às necessidades das crianças, dos idosos, das famílias e comunidades e da população com deficiência.**

Como evidenciou o diagnóstico, ao longo das últimas duas décadas a Região de Lisboa viveu uma profunda ampliação e qualificação na oferta de equipamentos, serviços e respostas de proximidade no domínio social que contribuíram para incrementar os níveis de qualidade de vida. Todavia, prevalecem domínios e territórios com deficiências, ao mesmo tempo que fruto das dinâmicas sociais se verifica a existência de desfasamentos na oferta. Importa por isso requalificar e adaptar estruturas desajustadas, afetando-as a novas utilizações que respondam às necessidades atuais e emergentes de grupos alvos que carecem de atenção particular, como sejam as crianças, os idosos e a população com deficiência.

- **Responder aos desafios demográficos da Região, criando condições para um envelhecimento ativo e de qualidade e para uma melhor conciliação entre a vida familiar e profissional.**

O diagnóstico realizado permitiu destacar o célere envelhecimento populacional que a Região de Lisboa está a enfrentar, com especial incidência nas áreas históricas e centrais das principais aglomerações urbanas, a par de um decréscimo acentuado da natalidade. Estes desafios demográficos exigem que a estratégia regional os considere como prioritários. Por um lado, criando condições para que os idosos possam envelhecer com saúde e autonomia, continuando a participar plenamente na sociedade enquanto cidadãos ativos. Por outro lado, importa melhorar a conciliação entre a vida familiar e profissional, criando condições de estímulo à natalidade e ao reforço da entajuda familiar no apoio aos idosos dependentes e necessitados de cuidados.

- **Responder aos desafios emergentes na área da saúde mental e das demências e na promoção de melhores condições de vida para este segmento da população, bem como de apoio e formação aos cuidadores familiares.**

O crescente envelhecimento demográfico da Região, a par do aumento da esperança média de vida, fazem com que a problemática da e das demências esteja a assumir uma crescente importância, tornando evidência a existência de debilidades regionais a este nível e a necessidade de a considerar uma prioridade, conforme aponta a Organização Mundial de Saúde (2012). Por sua vez, no âmbito da saúde mental, o diagnóstico permitiu evidenciar a necessidade de melhorar a adequação da oferta de equipamentos e respostas às necessidades sentidas, apesar de recentemente se terem verificado importantes avanços na prestação de serviços de proximidade, com a criação dos cuidados continuados integrados de saúde mental.

312. A concretização das prioridades estratégicas no âmbito da Demografia e Serviços de Proximidade na Região de Lisboa deverá ser alcançada através de três linhas de política prioritárias, destinadas à criação de novas

respostas sociais para os problemas demográficos mais prementes e fortemente sustentadas na economia social, nomeadamente:

- L7.1 Envelhecimento ativo e saudável
- L7.2 Igualdade entre homens e mulheres e conciliação da vida profissional e privada
- L7.3 Superação de necessidades de equipamentos de saúde e sociais

L7.1

Envelhecimento ativo e saudável

Objetivo específico:

- Promover o envelhecimento ativo e saudável na Região de Lisboa valorizando a participação dos idosos na sociedade

Abordagem Estratégica:

A atual estrutura etária da Região de Lisboa é bem representativa do forte envelhecimento demográfico registado nos últimos anos (índice de 111 em 2010). Esta situação é particularmente acentuada em algumas áreas urbanas, designadamente no concelho de Lisboa, onde a população com 65 ou mais anos (23,9%) assume maior expressão.

Por outro lado, o envelhecimento tem ocorrido a par de alterações nas estruturas familiares com um aumento significativo dos idosos a residirem sozinhos (famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos aumentaram de 8,64% para 10,27%), o que constitui uma das dimensões sociais mais críticas com que a Região se confronta. Este isolamento cria situações de especial vulnerabilidade. Por outro lado, há hoje uma população sénior autónoma e mais capacitada, para a qual as respostas convencionais de centro de dia e centro de convívio não representam opção, encontrando-se disponíveis para uma cidadania ativa, seja como voluntários seja com outro tipo de prestação em ações que emergem da sociedade civil, merecendo por isso adequada resposta.

Neste contexto, uma das prioridades estratégicas da Região no período 2014-2020 passa por dar às pessoas idosas a possibilidade de participarem plenamente na sociedade, fomentando as oportunidades de participarem social, económica e culturalmente nas suas comunidades. Passa também por permitir que as pessoas idosas vivam autonomamente graças à adaptação das habitações, das infraestruturas, dos espaços públicos, dos equipamentos, das tecnologias da informação e dos transportes. Passa também por promover a aprendizagem ao longo da vida e o acesso ao conhecimento. Passa finalmente por promover um envelhecimento saudável, promovendo a prevenção das doenças crónicas e degenerativas e a mortalidade prematura.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Ações de qualificação de espaços, equipamentos públicos e transportes com o objetivo de facilitar a mobilidade dos idosos;
- Ações de promoção do voluntariado idoso;

- Ações de promoção de atividades desportivas, culturais e de lazer;
- Ações de promoção das relações intergeracionais;
- Ações de valorização do papel da pessoa idosa na sociedade;
- Ações de promoção do voluntariado social;
- Ações de promoção do envelhecimento saudável e de prevenção de doenças crónicas e degenerativas

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 8.6. Envelhecimento ativo e saudável

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- OE, OM, Fundos Privados

L7.2

Igualdade entre homens e mulheres e conciliação da vida profissional e privada

Objetivos específicos:

- Aumentar o número de mulheres com independência económica através da criação do próprio negócio;
- Integrar a igualdade de género na organização, funcionamento e atividade das entidades dos sectores público, privado e cooperativo;
- Melhorar as condições de conciliação da vida familiar e profissional, promovendo a natalidade e novas formas de integração no mercado de trabalho.

Abordagem Estratégica:

Apesar dos esforços regionais para a promoção de uma maior igualdade entre homens e mulheres e das mulheres representarem, em 2011, 54,1% da população regional com qualificação académica de nível superior, tendem a persistir diferenças assinaláveis entre os géneros na participação no mercado de trabalho. Em 2011, a taxa de atividade feminina na Região era de 55,5%, (abaixo da masculina que era de 62,9%), o ganho médio mensal das mulheres era 22,7% inferior ao dos homens e a percentagem de mulheres empregadoras ou a trabalhar por conta própria era de 11,5% (inferior aos 12,9% nos homens).

A progressiva eliminação destas desigualdades constitui uma das prioridades da política de emprego da Região até 2020. Nesse sentido deverão ser seguidas duas linhas de atuação que potenciem a empregabilidade das mulheres.

A primeira diz respeito à promoção do empreendedorismo feminino como ferramenta de inserção no mercado de trabalho, através da criação do próprio emprego. A segunda linha contempla o apoio técnico à elaboração e monitorização de planos para a igualdade nas entidades dos sectores público, privado e

cooperativo.

A promoção da independência económica das mulheres é uma das áreas prioritárias do ainda vigente Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação e da Estratégia para a Igualdade entre Mulheres e Homens (2010-2015) da União Europeia.

O estímulo à participação das mulheres no mercado de trabalho deverá ser acompanhado de incentivos à natalidade e empregabilidade parcial que permitam contrariar a acentuada quebra da taxa de natalidade verificada nos últimos anos.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Incentivos à natalidade e à empregabilidade a tempo parcial
- Apoio à formação e apoio técnico à constituição de empresas tendo em vista dar um primeiro impulso à criação de novos negócios por mulheres
- Formação e apoio técnico à elaboração e monitorização de planos para a igualdade nas entidades dos sectores público, privado e cooperativo.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 8.4. Igualdade entre homens e mulheres e a conciliação da vida profissional e privada

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa, OE, OM, EaSI

L7.3

Superação de necessidades de equipamentos de saúde e sociais

Objetivo específico:

- Suprimir as necessidades prevalentes na oferta de equipamentos de apoio à infância e aos idosos;
- Qualificar os equipamentos e diversificar as respostas sociais e de saúde

Abordagem Estratégica:

Nas últimas décadas a Região de Lisboa, à semelhança do país, viveu uma profunda transformação na oferta de equipamentos, serviços e respostas de proximidade no domínio social, com uma profunda ampliação e qualificação da rede existente. Todavia, prevalecem ainda domínios e territórios com deficiências, ao mesmo tempo que fruto das recentes dinâmicas sociais e demográficas existem desfasamentos na oferta, nomeadamente na oferta de equipamentos de saúde.

O aumento da participação da mulher no mercado de emprego abriu novas necessidades de apoio às famílias no que concerne às respostas sociais de apoio às crianças. Tendo em conta apenas as creches -

resposta social de âmbito socioeducativo destinada a crianças até aos 3 anos de idade - verifica-se que as taxas de cobertura na Região eram, em 2011, ainda muito baixas. A capacidade das creches da Região era de 32.262 lugares, a que correspondia uma taxa de cobertura na ordem dos 28%. Este deverá ser um dos domínios de prioridade de investimento regional no período 2014-2020.

Por sua vez, o crescente envelhecimento populacional da Região comporta novas necessidades de resposta de proximidade. A célere transformação do perfil dos idosos coloca atualmente novas exigências em termos de respostas sociais. Concomitantemente, aumenta o segmento de idosos que devido à idade avançada, doenças ou demência, registam uma dependência funcional elevada ou total, carecendo de cuidados especializados prestados em equipamentos com condições adequadas.

A ampliação da rede de cuidados continuados integrados assume grande importância para responder a este desafio, mas também no contexto da implementação da Estratégia para o Desenvolvimento do Programa Nacional de Cuidados Paliativos. Com efeito, verifica-se uma crescente necessidade de ampliação da oferta de serviços de saúde destinados essencialmente a doentes que tenham prognóstico de vida limitado, intenso sofrimento, problemas e necessidades de difícil resolução que exigem apoio específico, organizado e interdisciplinar.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Criação de infraestruturas e equipamentos de cuidados continuados integrados;
- Criação de creches;
- Apoio à modernização e reconversão de equipamentos sociais e de saúde.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 9. Promover a inclusão social e combater a pobreza

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 9.7. Investir na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde e para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa, OE

5.3.2. Inclusão e Inovação Social

313. Tendo como referência os objetivos fixados para 2020, as ações fundamentais previstas no Quadro Estratégico Comum e o diagnóstico prospetivo regional, o PAR Lisboa aponta como principais prioridades estratégicas, no domínio-chave inclusão e inovação social:

- **Promover a inclusão social dos principais grupos vulneráveis como as crianças e jovens, idosos e desempregados em situação de pobreza, os imigrantes, pessoas com deficiência, pessoas sem-abrigo, toxicodependentes e ex-reclusos.**

A crise social e económica que o país e a Região têm atravessado nos últimos anos tiveram impactos especiais sobre o aumento do desemprego dos ativos com menores níveis de qualificação e no agravamento do número de famílias e de indivíduos em situação de vulnerabilidade e privação material. A resposta ao aumento da fratura social na Região de Lisboa deverá considerar os diversos grupos mais vulneráveis, as suas especificidades e fragilidades. No que concerne aos ativos, importa assegurar um rápido retorno ao mercado de trabalho contrariando a perpetuação das situações de desemprego. No que concerne às crianças e jovens, é fundamental assegurar a sua manutenção no sistema educativo e o incremento dos níveis de sucesso. A abordagem à inclusão deverá ainda privilegiar as soluções integradas de base territorial, potenciando os recursos comunitários e a valorização do capital social e cultural, e o desenvolvimento de soluções inovadoras que se revelem mais eficazes, eficientes e sustentáveis.

- **Reforçar as iniciativas de mediação intercultural como forma de aproximar e integrar as comunidades imigrantes e as minorias étnicas.**

O diagnóstico permitiu verificar que a crescente valorização de projetos de mediação intercultural como forma de aproximação e integração de comunidades imigrantes e minorias étnicas, está a permitir obter resultados extremamente positivos na promoção de novas relações de convivência intercultural construtivas e transformadoras e contribuição para a coesão social. Importa por isso disseminar as boas práticas realizadas até ao momento, intensificando o aconselhamento e a promoção da comunicação intercultural com o objetivo de acompanhar, aconselhar, prevenir e mediar situações de conflito inerentes às comunidades, promovendo a comunicação entre os diferentes grupos culturais e/ou étnicos e as diversas entidades públicas e privadas.

- **Reforçar o papel e a sustentabilidade da Economia Social no combate à pobreza e à exclusão social.**

Em 2010, a Economia Social representava 2,8% do VAB nacional, 4,7% do emprego total e 5,5% do emprego remunerado. Neste setor integravam-se cerca de 55 mil unidades, que se distribuíam por um conjunto diversificado de atividades, entre as quais se destacavam os serviços de ação e solidariedade social, com um peso relativo no VAB da Economia Social ligeiramente superior a 40%. Embora não existam números exatos para Região, é atribuído à Economia Social um papel decisivo, ao longo das últimas décadas, no combate à pobreza e à exclusão social e no apoio às crianças, idosos, famílias e comunidades. O reconhecimento deste desempenho e do grande potencial que a Economia Social tem na geração de emprego, na ativação do desenvolvimento endógeno, na regeneração de áreas socialmente deprimidas e na correção dos desequilíbrios territoriais exige que lhe seja conferido um papel central na estratégia regional de crescimento inclusivo.

- **Densificar, diversificar e qualificar o tecido associativo local conferindo-lhe um papel central no combate à pobreza e à exclusão social, no reforço da participação das populações nos processos de desenvolvimento local e no aumento da resiliência suportada em redes de solidariedade local.**

O diagnóstico permitiu verificar que nos territórios e comunidades onde o tecido associativo local está mais robustecido e qualificado, conferindo-lhe um papel central nos processos de desenvolvimento local, as populações dispõem de condições de acesso a recursos decisivas para romper os ciclos de pobreza e de exclusão social. Embora a resiliência comunitária envolva um amplo leque de vetores, o robustecimento do tecido associativo local assume uma importância

decisiva, dado que para além dos recursos – serviços e equipamentos - que as organizações locais oferecem às populações em situação de privação, permite incrementar as redes de solidariedade local e reforçar as relações de convivência entre os cidadãos. Acresce, que experiências implementadas na região ao abrigo dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social e da Iniciativa Bairros Críticos permitem antever que a qualificação das organizações locais permite aumentar a eficácia e a sustentabilidade das políticas públicas.

- **Dinamizar abordagens inovadoras que promovam o combate ao desemprego e à vulnerabilidade económica de indivíduos e famílias, a qualificação dos recursos humanos ativos desqualificados, o envelhecimento ativo e o aumento do voluntariado.**

A inovação social constitui um importante instrumento para a criação de respostas regionais no combate à pobreza e à exclusão social e na promoção do emprego, mais bem adaptadas às necessidades dos cidadãos e oferecendo uma melhor relação custo-eficácia. Neste âmbito, e tendo como base as experiências inovadoras que o diagnóstico permitiu identificar na Região, é decisivo estimular o microfinanciamento e o empreendedorismo social, reforçando a Economia Social de soluções inovadoras que respondam aos problemas sociais prioritários da região. Importa também, captar o envolvimento de novos atores para os processos de desenvolvimento comunitário, nomeadamente as empresas, através do voluntariado corporativo, tendo como objetivo gerar novas abordagens e soluções que permitam aumentar a eficácia e a eficiência das respostas públicas.

314. A concretização das prioridades estratégicas no âmbito da Inclusão e Inovação Social na Região de Lisboa deverá ser alcançada através de dois instrumentos de política orientados, por um lado para robustecer uma governação multinível e, por outro lado, para a promoção da inovação social, designadamente:

- L8.1 Inclusão ativa para a empregabilidade
- L8.2 Promoção da economia social e das empresas sociais
- L8.3 Desenvolvimento local liderado pelas comunidades locais

L8.1

Inclusão ativa para a empregabilidade

Objetivo específico:

- Facilitar o acesso de grupos vulneráveis ao mercado de trabalho;
- Promover Iniciativas para a Inovação e Experimentação social;
- Promover a inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas

Abordagem Estratégica:

A atual crise económica e social que afeta o país tem registado um forte impacto no mercado de emprego regional, tendo a Região de Lisboa alcançado, no 1º trimestre de 2013, uma taxa de desemprego de 19,5%, superior à média do país (17,7%).

O forte impacto social do aumento do desemprego é testemunhado pelo crescimento, em cerca de 66%, do

número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), no período de 2007 a 2011. Este aumento revela-se bastante acima do ritmo registado à escala nacional (acréscimo de 21%), alcançando 3,9% da população residente na Região.

Não obstante o desemprego registar um crescimento generalizado em toda a Região, bem como um acréscimo significativo de famílias em situação de privação material, verifica-se que a sua incidência é mais acentuada em determinadas áreas urbanas problemáticas e junto de determinados grupos mais vulneráveis.

A resposta a este quadro de agravamento da pobreza e da exclusão dos grupos vulneráveis é uma das prioridades da Região de Lisboa no período 2014-2020, pelo que importa, através da mobilização de diversos instrumentos de política, atuar na integração no mercado de trabalho dos grupos desfavorecidos, na promoção da inserção social de desempregados, na capacitação e inclusão socioprofissional de grupos vulneráveis, no apoio e dinamização do voluntariado, na promoção da inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas e a na experimentação de novas abordagens de inclusão social que promovam o emprego e a empregabilidade.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Ações de formação e apoio à integração no mercado de trabalho de grupos desfavorecidos (pessoas com deficiência; baixos rendimentos, ex-reclusos e desempregados de longa duração (DLD));
- Ações de promoção da inserção social de desempregados;
- Ações de capacitação e inclusão socioprofissional de grupos vulneráveis
- Apoio ao Voluntariado;
- Abordagens integradas para a Inclusão Ativa;
- Ações de promoção da inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas;
- Ações inovadoras e experimentais de inclusão ativa.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 9. Promover a inclusão social e combater a pobreza

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 9.1. A inclusão ativa, em especial com vista a melhorar a empregabilidade;

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa, OE, EaSI

L8.2

Promoção da economia social e das empresas sociais

Objetivo específico:

- Promover a qualificação e diversificação da economia social;
- Promover o desenvolvimento do empreendedorismo social e o surgimento de soluções inovadoras e

sustentáveis para responder aos desafios da exclusão e da pobreza

Abordagem Estratégica:

A Economia Social desempenha um papel decisivo, no combate à pobreza e à exclusão social e no apoio às crianças, idosos, famílias e comunidades. O reconhecimento deste desempenho e do grande potencial que este setor tem na geração de emprego, na ativação do desenvolvimento endógeno, na regeneração de áreas socialmente deprimidas e na correção dos desequilíbrios territoriais exige que lhe seja conferido um papel central na estratégia de crescimento inclusivo regional.

Desde 1994, com a Resolução sobre a economia alternativa e solidária, que a EU vem reconhecendo a crescente importância da Economia Social como um instrumento essencial na concretização da política social no espaço europeu, tanto como setor gerador de emprego, como de respostas promotoras da inclusão nos mais diversos contextos.

A estratégia regional até 2020 deverá conceder um papel decisivo à Economia Social no quadro da prioridade de crescimento inclusivo. Neste contexto deverão ser reforçados os instrumentos de promoção da qualificação e modernização das organizações sociais de forma a criar condições para que a economia social se desenvolva com maior eficácia, eficiência e sustentabilidade e possam ser agentes de dinamização da inovação social

O apoio às organizações sociais deverá ter como fim criar condições para que possam ampliar, diversificar e melhorar a qualidade da sua ação, criando novos produtos e serviços que permitam reforçar a qualidade das respostas regionais no combate à pobreza e à exclusão social e na promoção do emprego, criando soluções mais bem adaptadas às necessidades dos cidadãos e oferecendo uma melhor relação custo-benefício.

O apoio ao empreendedorismo socialmente inovador, economicamente sustentável e que apresente soluções com elevado impacto social é também decisivo para reforçar a Economia Social e estimular a sua capacidade de resposta. A disseminação de modelos de negócio social emblemáticos, a dinamização de novos negócios sociais e o apoio à sua criação e sustentabilidade de novos serviços e respostas, serão linhas de prioridade regional no período 2014-2020.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Apoio à dinamização do empreendedorismo social;
- Incentivo a novos negócios sociais que visem suprimir as debilidades prioritárias da Região;
- Implementação e desenvolvimento de uma rede de tutores de negócio (Microcrédito);
- Incentivo ao empreendedorismo social;
- Apoio à modernização e adaptação organizacional e funcional das organizações da Economia Social;
- Apoio à promoção de novas redes de economia social, geração, qualificação e dinamização da Economia Social;
- Apoio à capacitação técnica e profissional de quadros e de recursos humanos das organizações da Economia Social

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 9. Promover a inclusão social e combater a pobreza

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 9.5. A promoção da economia social e das empresas sociais

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO Lisboa, OE, Fundos Privados, EaSI

L8.3**Desenvolvimento local liderado pelas comunidades locais****Objetivo específico:**

- Dinamizar a criação de estratégias desenvolvimento socioeconómico de base local

Abordagem Estratégica:

O modelo de crescimento urbano decorrente da urbanização da metrópole de Lisboa nos anos 70 e 80 e a inexistência de uma gestão urbanística eficaz, geraram assimetrias e desequilíbrios sócio urbanísticos, ainda bem presentes na AML. Esta evolução originou áreas urbanas desqualificadas e desintegradas do restante tecido. Esta fratura socio-territorial presente na realidade socioeconómica regional tem persistido, apesar dos vários ciclos de intervenção constituindo uma prioridade metropolitana.

As intervenções de base territorial para inclusão socio-urbanística desenvolvidas na Região de Lisboa (URBAN II, PROQUAL, K'CIDADE, CLDS, Iniciativa Bairros Críticos e Parcerias Regeneração Urbana) permitiram comprovar que nos territórios e comunidades onde o tecido associativo local está a ser robustecido e qualificado, conferindo-lhe um papel central nos processos de desenvolvimento local, as comunidades dispõem de condições de acesso a recursos decisivas para romper os ciclos de pobreza e de exclusão social. No entanto verifica-se uma insuficiência de intervenções direcionadas para problemáticas territoriais suportadas em diagnósticos participados e em estratégias lideradas pelas comunidades. É neste contexto que Desenvolvimento Local Liderado pela Comunidade (DLBC) constitui uma oportunidade.

Por outro lado, a região tem desenvolvido experiências de sucesso nos domínios do desenvolvimento local promovido pelas comunidades rurais e pelas comunidades pesqueiras e costeiras que importa dar continuidade no sentido de promover a valorização dos recursos endógenos, dinamizar as atividades económicas do setor primário e promover a inclusão social.

O Desenvolvimento Local Liderado pela Comunidade (DLBC) é, no contexto da UE, uma nova abordagem ao desenvolvimento local que a CE põe ao dispor dos Estados-Membros e das Regiões para o período de programação 2014-2020 e que visa promover, em territórios específicos, a concertação estratégica entre parceiros focalizada no empreendedorismo. Este instrumento que envolve parceiros locais (dos sectores público, privado e comunitário) trabalhando em conjunto para desenvolver e implementar uma estratégia de desenvolvimento local que responda às necessidades e oportunidades locais constitui uma ferramenta de

grande utilidade que em articulação com outros instrumentos e projetos a mobilizar até 2020 possam criar condições para gerar mudanças mais eficazes, eficientes e sustentáveis na superação dos problemas locais.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Apoio à dinamização do tecido associativo local e do associativismo jovem;
- Ações de mobilização das comunidades para a qualificação do capital humano, o envelhecimento ativo, o combate ao insucesso e o abandono escolar, à obesidade infantil e às discriminações;
- Ações de estímulo à cidadania ativa e da dinamização de relações de convivência e de solidariedade local;
- Ações de apoio ao empreendedorismo e à criação de empresas;
- Apoio à elaboração e animação de estratégias locais suportadas em parcerias entre organizações da sociedade civil;
- Apoio a ações de promoção da inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis;
- Ações de avaliação, monitorização e investigação-ação de iniciativas locais.
- Ações de apoio à promoção da inovação local;
- Ações de preservação, conservação e valorização de elementos patrimoniais, espaços naturais e paisagísticos;
- Ações de dinamização e consolidação do tecido económico local;
- Ações de apoio às atividades na exploração agrícola;
- Ações de apoio produção de produto de qualidade e de produtos locais;
- Ações de apoio à criação de circuitos curtos agroalimentares e mercados locais;
- Ações de animação territorial e capacitação institucional.

Contributo para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 3. Reforçar a competitividade das PME, do setor agrícola (FEADER), das pescas e da aquicultura (FEAMP)
- 6. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente de recursos;
- 8. Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade de trabalhadores
- 9. Promover a inclusão social e combater a pobreza

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 3.2. Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, tendo especialmente em vista a sua internacionalização
- 3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços
- 6.4. A proteção e reposição da biodiversidade, a proteção e reabilitação dos solos e a promoção de serviços ligados a ecossistemas, incluindo a rede NATURA 2000 e infraestruturas verdes;
- 3.4. Apoio à capacidade das PME para participarem nos processos de crescimento e inovação.
- 8.3. O emprego por conta própria, o empreendedorismo e a criação de empresa;
- 9.1. A inclusão ativa, em especial com vista a melhorar a empregabilidade;
- 9.6. As estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais.

Contributo para as Prioridades da União em matéria de Desenvolvimento Rural (2014-2020):

- 1. Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais
- 3. Promover a organização das cadeias alimentares, nomeadamente no que diz respeito à transformação e à comercialização de produtos agrícolas, o bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura
- 4. Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas ligados à agricultura e à silvicultura
- 5. Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal
- 6. Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

-

5.4. CAPACITAÇÃO REGIONAL

5.4.1. Capacitação, Qualificação e Modernização Administrativa

315. Tendo como referência os objetivos fixados para 2020, as ações fundamentais previstas no Quadro Estratégico Comum e o diagnóstico prospetivo regional, o PAR Lisboa deverá mobilizar os recursos financeiros adequados para promover as seguintes prioridades estratégicas, no âmbito do domínio-chave Capacitação, Qualificação e Modernização Administrativa no quadro da Capacitação Regional:

- **Reforçar a base tecnológica institucional, orientada para o relacionamento digital entre setores da administração pública e entre estes, os atores regionais, os cidadãos ou as empresas.**

As tecnologias digitais têm um enorme potencial para beneficiar e facilitar a vida das organizações e dos cidadãos. As TIC constituem por isso um instrumento poderoso para melhorar os níveis de governança local e regional permitindo facilitar o relacionamento entre os diversos setores da administração e entre estes e os cidadãos e as empresas, melhorando a qualidade dos serviços públicos. Neste contexto o processo de modernização administrativa do setor público a prosseguir pela região deve conferir grande prioridade à modernização tecnológica e digital dos serviços.

- **Apoiar o desenvolvimento de plataformas de trabalho colaborativo, tendo em vista a concertação estratégica de base territorial, promovendo a valorização de novos modelos organizativos na administração pública que possibilitem ganhos de eficácia e de eficiência (serviços partilhados, designadamente em funções de suporte com as áreas financeiras e de TIC), a reengenharia de processos, o reforço da capacidade técnica e de gestão das instituições públicas e a (re)definição e (re)organização dos equipamentos e dos serviços públicos no território.**

O diagnóstico permitiu identificar que a região de Lisboa defronta vários obstáculos à adoção plena de um modelo de boa governança. Existem presentemente mais de uma centena de entidades

públicas com atuação no território regional e o cruzamento de múltiplas tutelas cria dificuldades de articulação e zonas de incerteza que só podem ser ultrapassadas por uma coordenação de base territorial, participada pelas entidades que tutelam os diferentes sectores de intervenção pública, que atualmente não existe. Urge, por isso, desenvolver soluções que permitam aumentar a eficácia e a eficiência da Administração Pública criando instrumentos e mecanismos que promovam processos colaborativos e de convergência, visando a provisão de bens públicos.

- **Promover a qualificação do capital humano da administração pública local, designadamente no apoio à formação e qualificação dos trabalhadores em funções públicas para atuação em contextos de trabalho crescentemente exigentes.**

Conforme o diagnóstico identificou, com o apoio dos últimos dois quadros comunitários, a administração pública local tem vindo a seguir um processo consistente de qualificação do capital humano a que importa dar continuidade, assegurando uma melhor capacidade de resposta dos trabalhadores com funções públicas aos contextos cada vez mais exigentes de exercício das suas funções.

316. A concretização das prioridades estratégicas apontadas para Região de Lisboa neste domínio chave deverá ser alcançada através da linha estratégica Capacitação Institucional e Eficiência das Administrações e dos Serviços Públicos.

L9.1

Capacitação institucional e eficiência das administrações e dos serviços públicos

Objetivo específico:

Promoção da modernização administrativa e qualificação do capital humano da administração pública

Abordagem Estratégica:

Majorar a força competitiva da Região de Lisboa no quadro de um modelo de desenvolvimento orientado para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo implica promover instituições públicas cada vez mais capacitadas, mais eficazes e mais eficientes, bem como novas formas colaborativas de atuação com o setor privado.

As tecnologias digitais têm um enorme potencial para beneficiar e facilitar a vida das organizações e dos cidadãos. As tecnologias de informação e de comunicação (TIC) constituem, por essa razão, um instrumento poderoso para melhorar os níveis de governança local e regional, permitindo facilitar o relacionamento entre os diversos setores da administração e entre estes e os cidadãos e as empresas, melhorando a qualidade dos serviços públicos. Neste contexto, o processo de modernização administrativa do setor público a prosseguir pela Região de Lisboa deve conferir grande prioridade à modernização tecnológica e digital dos serviços, orientada para o relacionamento digital entre setores da administração pública e entre estes, os atores regionais, os cidadãos ou as empresas. Esta dimensão é particularmente relevante para a concretização das medidas propostas no “Plano Global Estratégico de Racionalização e Redução de custos nas TIC” (PGERRTIC) - RCM n.º 12/2012, de 7 de fevereiro e para desenvolvimento de uma administração pública em rede, com recurso ao uso intensivo das TIC enquanto infraestrutura de

suporte ao processo de modernização institucional e administrativa.

Por outro lado, com o apoio dos últimos dois quadros comunitários, a administração pública local tem vindo a seguir um processo consistente de qualificação do capital humano a que importa dar continuidade, promovendo o desenvolvimento de competências técnicas, científicas e comportamentais de modo a assegurar uma melhor capacidade de resposta dos trabalhadores com funções públicas aos contextos cada vez mais exigentes de exercício das suas funções.

Áreas de Intervenção Prioritária:

- Ações de promoção do relacionamento digital entre setores da administração pública e entre a administração pública e os atores regionais e os cidadãos;
- Criação de serviços partilhados em funções de suporte com as áreas financeiras e de TIC;
- Ações de promoção da ampliação das formas de disponibilização de informação produzida pelos serviços públicos;
- Ações promotoras do estudo e diagnóstico atualizado da rede de serviços e de equipamentos públicos no território regional e de redefinição e reorganização no território;
- Ações de formação e qualificação dos trabalhadores em funções públicas.

Contributo Para Objetivo Temático (QEC 2014-2020):

- 11. Reforçar a Capacidade Institucional e uma Administração Pública Eficiente

Contributo para as Prioridades de Investimento (QEC 2014-2020):

- 11.1. O investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem

Instrumentos de financiamento a mobilizar:

- PO CI, OE, OM

6. MODELO DE GOVERNAÇÃO REGIONAL

6.1. CONTEXTO DE GOVERNAÇÃO 2014-2020

317. A proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece disposições comuns relativas ao FEDER, ao FSE e ao FC, ao FEADER e ao FEAMP, abrangidos pelo Quadro Estratégico Comum (QEC), e que estabelece disposições gerais relativas ao FEDER, ao FSE e ao FC, determina que os Estados-Membros adotem no seu processo de programação e execução dos fundos QEC um conjunto de princípios destinados a reforçar a coerência e a consistência das abordagens nacionais e regionais com as políticas económicas dos Estados-Membros e da União, dos mecanismos de coordenação entre os Fundos QEC e outras políticas e instrumentos relevantes da União, e para abordar os desafios territoriais.
318. Neste sentido, os Estados-Membros devem procurar assegurar, nas fases de programação e de execução das intervenções apoiadas pelos Fundos QEC, os seguintes princípios:
- **Coordenação e complementaridade** - identificar e explorar as complementaridades entre os diferentes instrumentos da União, nacionais e regionais, para que possam ser combinados de modo complementar para alcançar os objetivos temáticos estabelecidos;
 - **Incentivar as abordagens integradas** - quando adequado, os Fundos QEC devem ser reunidos em pacotes integrados locais, regionais ou nacionais, adaptados para dar respostas a necessidades específicas, de modo a oferecer aos beneficiários as oportunidades de financiamento mais coerentes e racionais;
 - **Parceria e governação a vários níveis** - em conformidade com o artigo 5.º da Proposta de Regulamento, o princípio da parceria e da governação a vários níveis deve ser respeitado pelos Estados-Membros, a fim de facilitar a realização da coesão social, económica e territorial, e a realização das prioridades da União Europeia no que diz respeito ao crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.
319. Complementarmente os Estados Membros e as Regiões deverão procurar reduzir os encargos administrativos suportados pelos beneficiários no acesso aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), recorrendo a processo de simplificação que contribuam para aumentar a equidade de oportunidades no acesso aos financiamentos estruturais, sem prejuízo do cumprimento da regularidade procedimental e da segurança dos sistemas de gestão e controlo.

6.2. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA GOVERNAÇÃO REGIONAL 2014-2020

6.2.1. Reforço da Coordenação e Complementaridade

320. O modelo de governação regional 2014-2020, deverá contribuir para, entre outras, a:
- Definição do modo e forma mais eficaz de garantir a participação das entidades públicas e privadas na governação dos fundos disponibilizados para a Região;
 - Configuração de um mecanismo de articulação eficaz entre potenciais fontes de financiamento;

- Definição das entidades/parceiros mais adequados para a execução e dinamização de intervenções-chave para a Região, de maior escala e abrangência;
 - Criação de mecanismos e procedimentos de relacionamento e mobilização do setor privado, enquanto atores estratégicos para a execução de uma matriz de competitividade, catalisadora de um novo modelo de desenvolvimento económico regional.
321. O cumprimento destes objetivos e abordagens multidimensionais implica um eficaz e sólido processo de coordenação, centrado numa entidade com competências, recursos e experiência reconhecida no desenvolvimento de processos similares. Num contexto de capitalização das aprendizagens e experiências anteriores, em que a CCDR LVT assumiu um papel ativo e liderante na gestão dos fundos comunitários, importa no próximo período de programação garantir o aprofundamento das experiências anteriores de governação regional de fundos liderada pela CCDR LVT e aberta aos diversos atores das políticas públicas. Este papel liderante e de coordenação a atribuir à CCDR LVT emerge com especial significado num contexto em que a Comissão Europeia prioriza e incentiva a constituição de parcerias e atribui uma enorme importância à mobilização de múltiplos atores na territorialização de algumas políticas públicas.
322. Por outro lado, esta territorialização das políticas públicas, implica a necessidade de reforçar a concertação territorial de atores, nomeadamente dos municípios, com vista à operacionalização dos instrumentos que as corporizem, nomeadamente no caso das estratégias de intervenção integradas previstas pelos instrumentos disponibilizados pela Comissão (Intervenções Territoriais Integradas e AIDUS).
323. O reforço da concertação de atores releva ainda com especial significado para alavancar projetos de maior escala, capazes de potenciar a afirmação internacional da Região e assegurar o seu protagonismo como principal motor de crescimento e competitividade nacional. A mobilização e participação de atores estratégicos no desenvolvimento de intervenções de maior amplitude e alcance, permitirão melhorar e aumentar os resultados em domínios-chave para a afirmação regional e, conseqüentemente, melhorar o seu posicionamento no mercado global.
324. Os Fundos QEC assumirão um papel fundamental no apoio e alavancagem do investimento privado com, conseqüente, multiplicação de efeitos nas finanças públicas. Neste sentido, deverá reforçar-se a participação dos atores líderes do setor privado, em coerência com a maior focalização do ciclo de fundos 2014-2020 nas empresas e na competitividade económica. Com o fim do período de assistência financeira internacional ao Estado Português, a correção do desequilíbrio macroeconómico será um processo prolongado, exigindo persistência e focalização das políticas públicas e um papel determinante do setor privado, na criação de emprego e geração de riqueza. A apropriação de uma ambição regional, e nacional, de promover o crescimento económico passa pela melhoria da competitividade da economia regional e pelo desempenho das atividades produtoras de bens e serviços com capacidade de competir internacionalmente (aumento das exportações). Neste quadro, é decisiva a mobilização e intervenção proactiva dos atores líderes do setor privado na execução de projetos estruturantes, estratégicos e com escala, com impactes diretos, indiretos e induzidos significativos na economia nacional.
325. No período 2014-2020, o planeamento e a execução dos fundos comunitários têm de desenvolver uma forte abordagem integrada para mobilizar as sinergias e otimizar os efeitos desejados. Neste quadro, emerge como prioritário o aprofundamento das lógicas de parceria nas atuações de base territorial, para que as abordagens integradas de base territorial possam alcançar os resultados programados, melhorem a utilização e eficiência de aplicação dos dinheiros públicos e respondam aos objetivos que nortearam a sua proposta de criação.

6.2.2. Incentivo às Abordagens Integradas

326. As principais alterações do novo período de programação prendem-se, entre outras, com a desejada concentração no alcance das metas da Europa 2020, seja por via do fomento de estratégias de desenvolvimento urbano sustentável integrado, seja pelo apoio a estratégias de programação integrada com combinação de investimentos. Assim, o novo quadro regulamentar comunitário determina e incentiva o aparecimento de abordagens territoriais integradas, desejavelmente com elevado grau de maturidade e enquadradas por instrumentos de planeamento, de modo a que possam ser obtidos melhores resultados.
327. O desenvolvimento de programas plurifundos procura responder a esta nova abordagem, integrando algumas inovações relativamente ao passado, inclusive num quadro de resposta às debilidades apontadas para uma efetiva e plena prossecução das estratégias integradas de base territorial e/ou temática que se procuraram implementar (AIBT, PRU, RUCI,...). Assim, poderão ser desenvolvidas operações integradas de natureza temática e/ou territorial, financiadas por vários fundos e planos de ação conjuntos, correspondentes a abordagens integradas orientadas para realizações e resultados, visando responder a diversas dimensões e objetivos específicos.
328. A lógica integrada de intervenção é promotora de uma maior articulação e conjugação dos diversos FEEI permitindo responder de forma mais eficaz e eficiente aos desafios territoriais do desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo.
329. Tendo por base estes princípios e orientações, importa:
- Reforçar as abordagens integradas multissetoriais na alavancagem de projetos que visem responder aos desafios da competitividade, seja na valorização dos ativos territoriais como na articulação entre a aposta na investigação e inovação e na internacionalização. A afirmação da Região e o seu posicionamento em determinados mercados, passa por um melhor e maior aproveitamento das diversas fases da cadeia de valor. O desenvolvimento de processos e produtos, sequenciais e complementares, desde a fase de I&D até à integração no mercado emerge com importância acrescida. Para a afirmação, consolidação e reforço da competitividade de alguns setores estruturantes da base económica regional, como o turismo, deverão priorizar-se este tipo de abordagens, potenciando o melhor aproveitamento dos diversos instrumentos financeiros disponíveis;
 - Reforçar as abordagens locais integradas de resposta aos desafios da regeneração urbana, reforçando meios em domínios insuficientemente valorizados no passado como a dinamização económica local, a reabilitação do edificado e a eficiência energética do parque habitacional. As anteriores experiências desenvolvidas no âmbito da regeneração urbana, apesar de importantes a diversos níveis (qualificação do espaço público, valorização ambiental, reabilitação patrimonial, valorização paisagística e maior atratividade dos espaços centrais das cidades,...), não tiveram o sucesso global desejado. A indisponibilidade e/ou incapacidade financeira da iniciativa privada responder, com a mesma ambição, aos desafios em causa, como atesta a ausência ou reduzida expressão de intervenções de reabilitação do edificado e/ou a incapacidade de modernização do comércio local ou de atracção e fixação de novas atividades para os espaços intervencionados, são exemplos paradigmáticos das insuficiências de abordagem adotadas, que importa corrigir.
 - Reforçar a integração de instrumentos e de escalas de atuação na resposta aos problemas da exclusão social e da pobreza. As áreas de exclusão caracterizam-se pela diversidade de

problemáticas socio-urbanísticas e a resposta a este desafio multidimensional exige a mobilização articulada dos diversos instrumentos de política pública. O aprofundamento da lógica integrada de intervenção urbana nestas áreas, respondendo com mais eficácia e eficiência aos desafios e problemas em presença, deverá contemplar as várias dimensões da vida urbana.

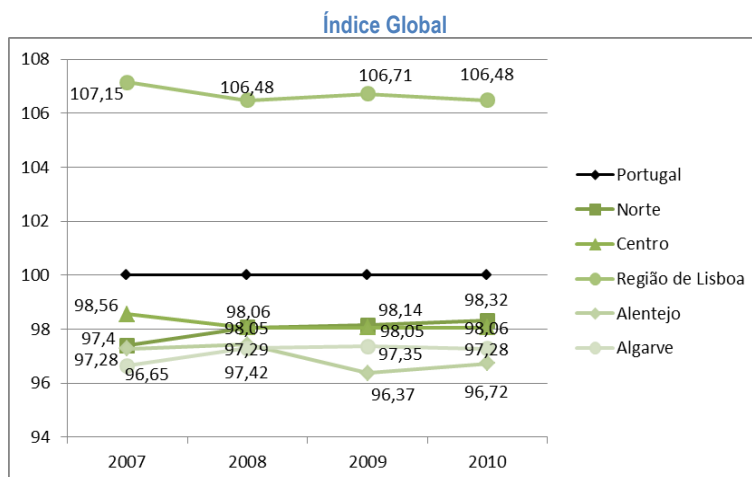
6.2.3. Parceria e Governação a Vários Níveis

330. A operacionalização da Política de Coesão passa, em parte, por uma aposta na conceção de abordagens territoriais integradas e multidimensionais, desenvolvidas e implementadas num contexto de estratégias regionais partilhadas e tidas como mais eficazes na resposta aos desafios conjunturais e estruturais. Neste contexto, é fundamental desenvolver uma nova cultura de parcerias para os resultados, suportada no planeamento cuidado e em mecanismos robustos de governação, que assegurem uma assunção plena de responsabilidades, seja no âmbito de intervenções de cariz temático, seja de cariz territorial.
331. Assim, o elemento basilar da estratégia regional reside na constituição de parcerias que impliquem, mobilizem e envolvam os vários atores/parceiros presentes no território, em torno de uma visão de futuro para a Região de Lisboa. Acresce que, segundo as orientações comunitárias e nacionais, as intervenções devem privilegiar uma abordagem de complementaridade e de não sobreposição territorial, o que desde logo reforça a necessidade de estabelecer sinergias entre os diversos agentes que atuam no território. Por outro lado, a concretização de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial potencia novas soluções de governação (envolvendo parceiros públicos, privados e associativos) e assume a prossecução de uma estratégia territorial supraconcelhia, suportada no pressuposto de criação de uma parceria alargada de coordenação, cooperação e concertação.
332. O envolvimento e responsabilidades dos parceiros deverá estar suportado num modelo de governação multinível, pelo que a articulação entre a Administração Central, Regional e Local e a iniciativa privada deverá ser incentivada, encontrando-se formas e mecanismos que possibilitem essa ligação institucional e que sejam facilitadoras do aparecimento de projetos em parceria.
333. Num quadro em que as intervenções devem privilegiar uma abordagem de complementaridade, é decisiva a criação de sinergias entre os diversos atores e níveis de governação. Neste sentido, emerge com maior significado o reforço:
- Da articulação intersectorial concentrando num único Programa Operacional os diversos domínios de política pública de forma a favorecer a adequação dos programas e projetos às necessidades e especificidades territoriais e a potenciar as abordagens integradas;
 - Do papel dos municípios, nomeadamente da Área Metropolitana de Lisboa no processo de execução de fundos dando-lhe um papel liderante na coordenação de AIDUS. O Acordo de Parceria prevê a existência de uma AIDUS na Área Metropolitana de Lisboa, referindo que face aos desafios da Região e ao seu papel na estruturação do sistema urbano nacional, justifica-se uma “significativa concentração dos investimentos na promoção da coesão social e da atratividade das áreas urbanas de incidência, bem como na promoção de estratégias de baixa emissão de carbono, incluindo a promoção da mobilidade urbana sustentável e inclusiva, e medidas para melhorar a qualidade do ambiente urbano”. Assim, deverá promover-se um Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da AML que corporize uma Ação Integrada de Desenvolvimento Urbano Sustentado (AIDUS);

- Da participação das comunidades locais na preparação e execução dos fundos, através da exigência de um maior envolvimento na discussão dos diagnósticos e na conceção das estratégias. Enquadradas pelos instrumentos colocados à disposição neste período de programação, como o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), serão incentivadas a continuação das boas experiências empreendidas nos períodos de programação anteriores em contexto rural (LEADER) e costeiro (GAC). Serão também incentivadas experiências inovadoras de desenvolvimento local em contexto urbano, que beneficiem das experiências ensaiadas de forma *top-down* no passado (Iniciativa Bairros Críticos) e de outros ensaios *bottom-up* (Programa Bip-Zip Lisboa). Ou seja, de modo a potenciar a experiência de ciclos de programação anteriores na promoção de abordagens integradas de cariz *bottom-up*, promovidas pelas comunidades locais, e dos ensinamentos positivos de algumas abordagens *top-down*, será mobilizado o instrumento regulamentar DLBC, com o objetivo de promover, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacional entre parceiros, e a concretização integrada de investimentos que assegurem a obtenção de resultados significativos a diversos níveis: na promoção do empreendedorismo, na valorização dos produtos e dos recursos locais, a promoção do desenvolvimento local e da inovação social, na resposta com eficácia aos problemas de pobreza e de exclusão social, nomeadamente em territórios fragilizados.

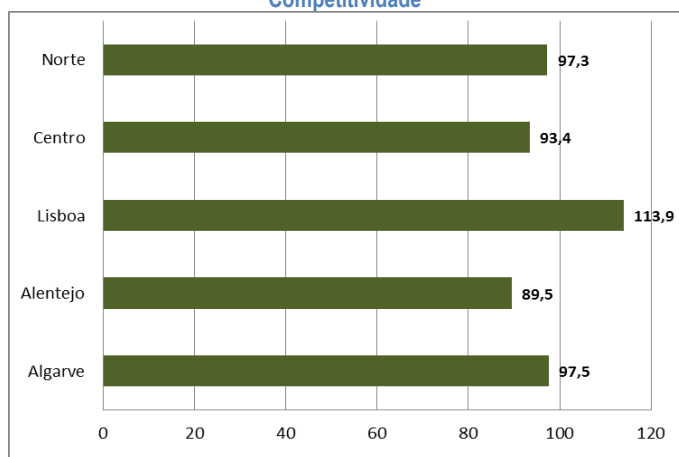
ANEXO I – INFORMAÇÃO DE SUPORTE AO DIAGNÓSTICO PROSPETIVO

Figura 1 - Índice Desenvolvimento Regional - Portugal = 100

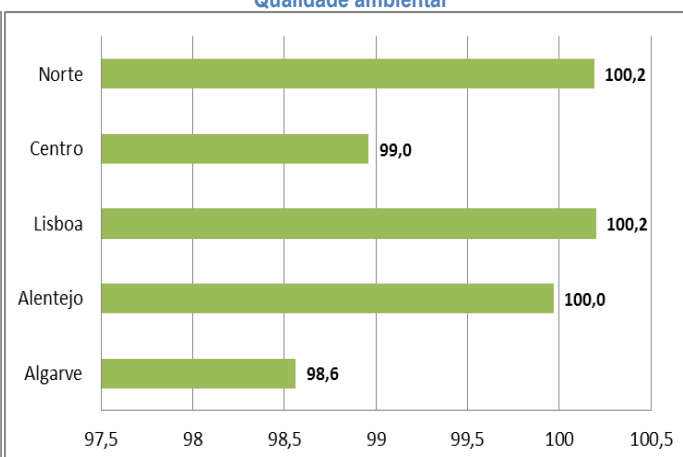


Índice desagregado (2010) - Portugal = 100

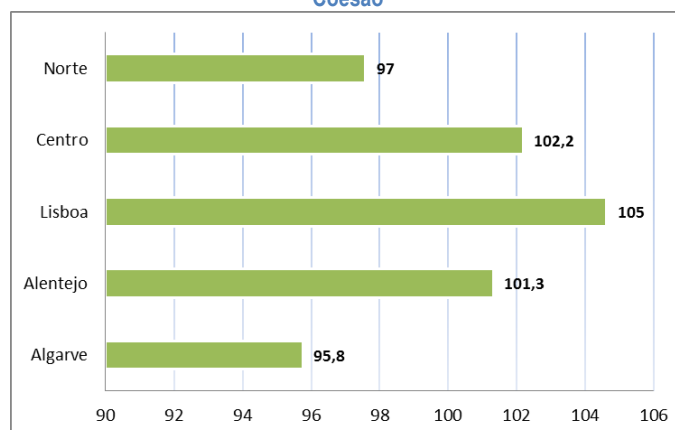
Competitividade



Qualidade ambiental

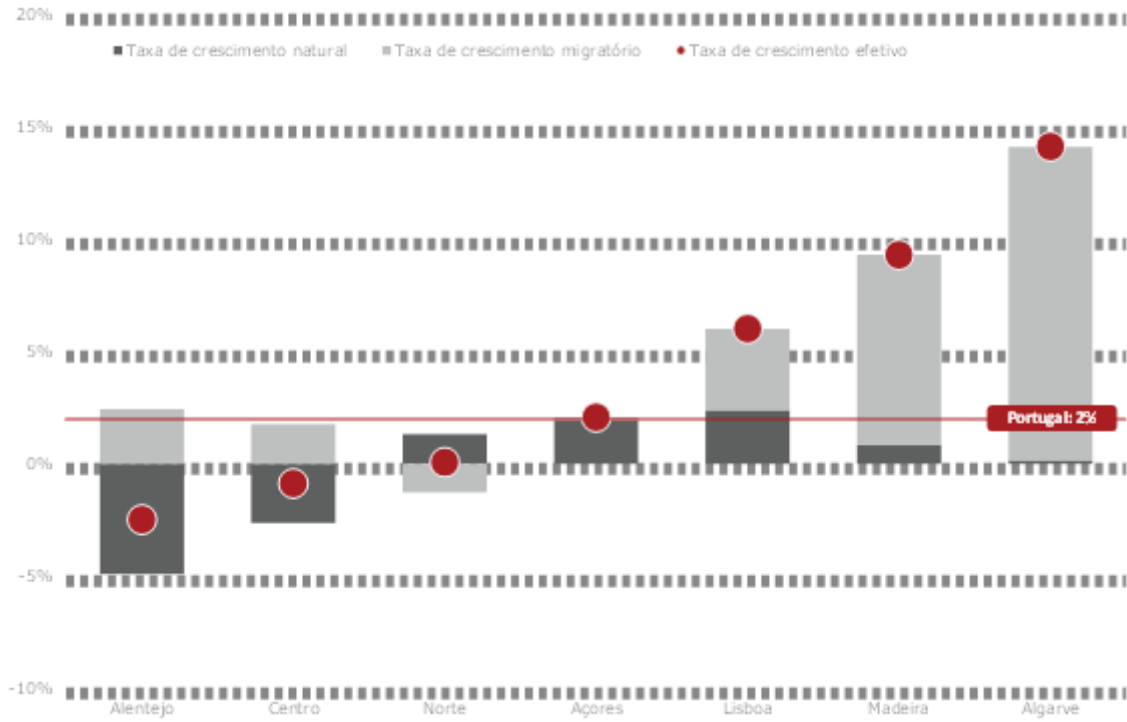


Coesão



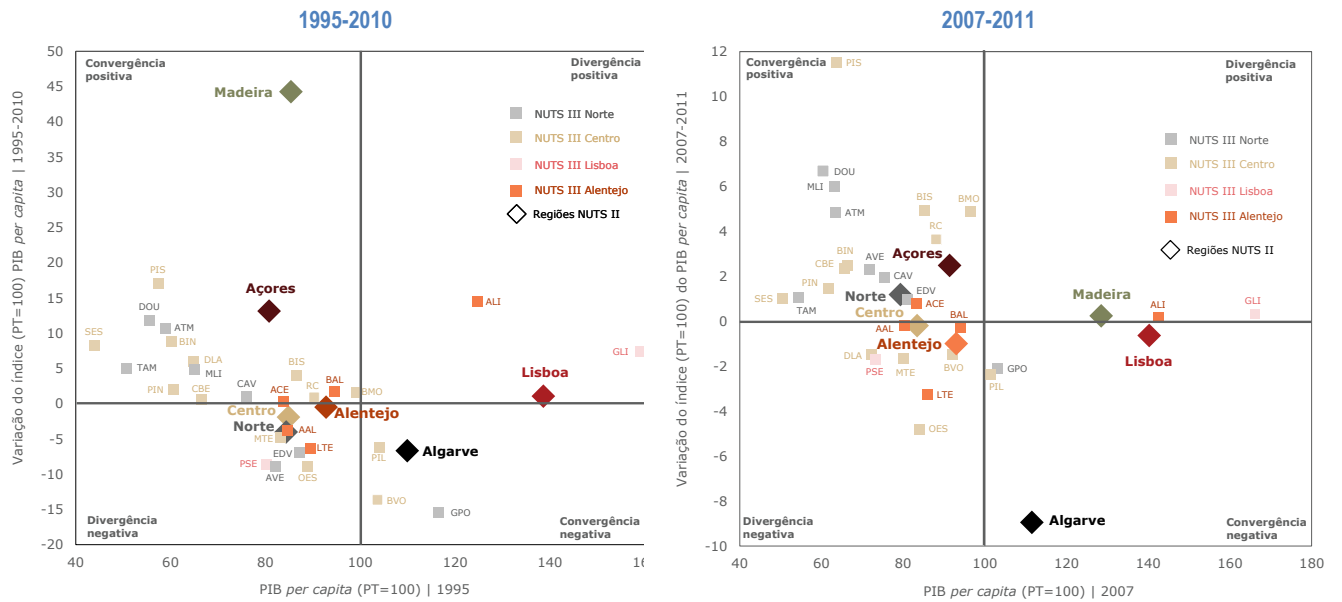
Fonte: INE, Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

Figura 2 – Taxa de crescimento natural, migratório e efetivo | 2001-2011 Regiões NUTS II



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

Figura 3 – Crescimento Económico – PIB per capita



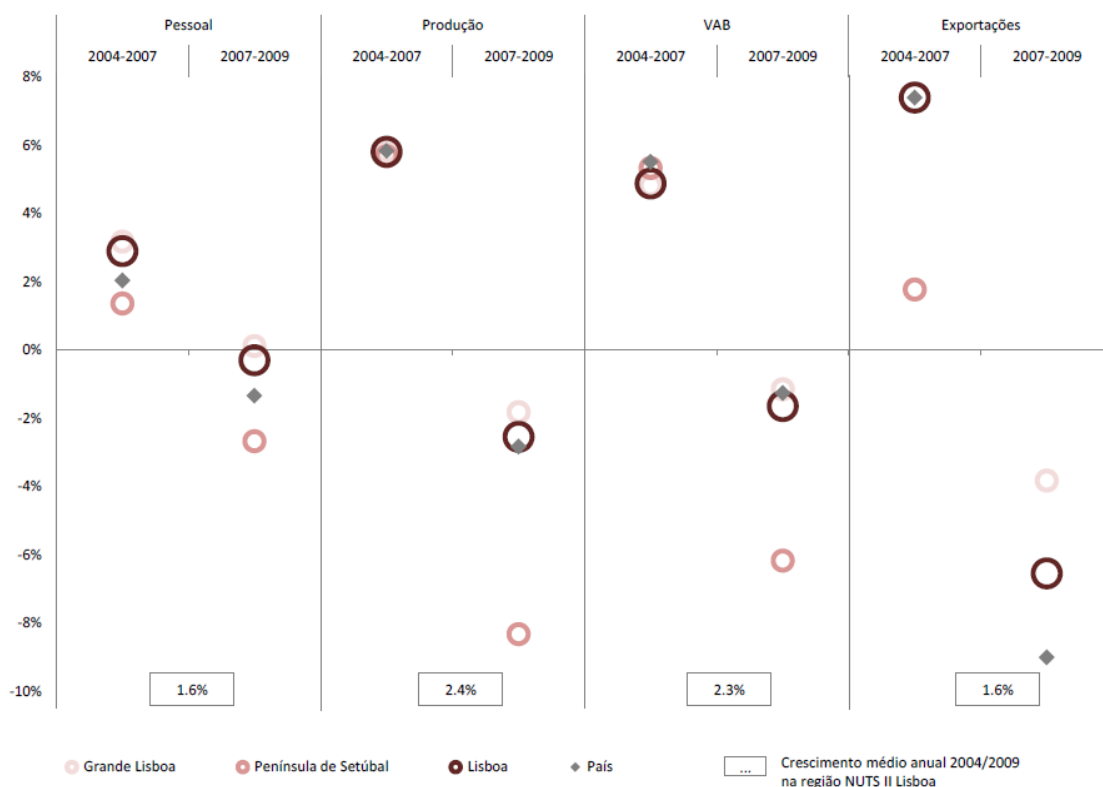
Fonte: INE, Contas Económicas Regionais

Figura 4 - Grandes números da Região de Lisboa na economia nacional

	Portugal	Região Lisboa
População residente (milhares de pessoas em 2011)	10.562	2.821
Produção empresarial (milhões de euros em 2010 dados provisórios)	243.590	115.672
VAB (milhões euros em 2011)	149.268	55.483
Pessoal ao serviço (milhares em 2010)	3.843	1.369
Exportações (milhões de euros em 2011)	42.870	14.168
PIB pc (PT = 100) em 2011 (dados provisórios)	100	139,6
Produtividade (VAB/População empregada, milhares de euros em 2010)	30,7	38,7
Grau de transformação (VAB/Produção, % em 2009)	47,8	45,9
Orientação exportadora (Exportações/PIB (Base 2006), % em 2011)	25,1	22,3

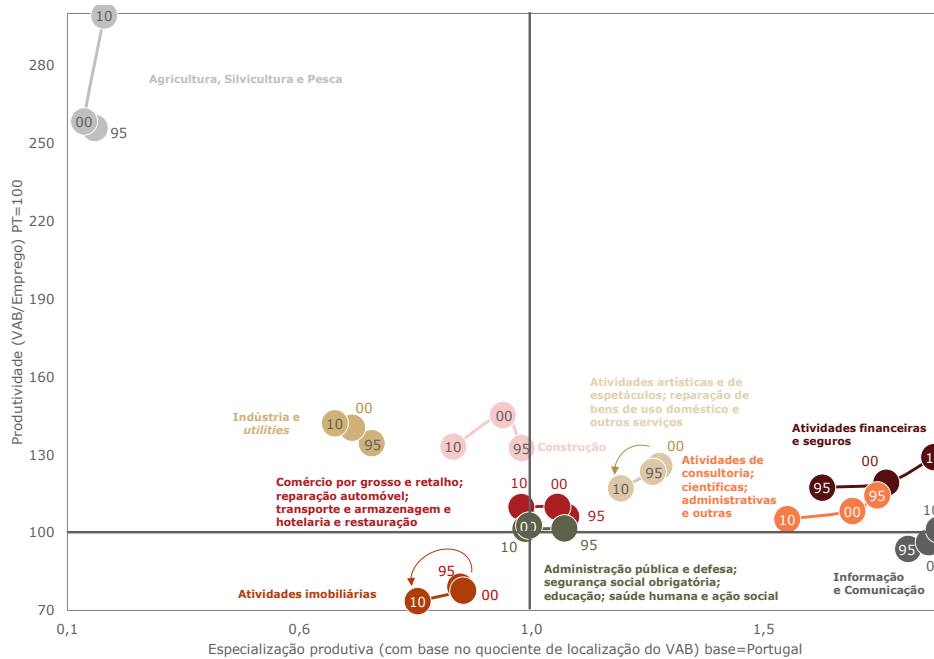
Fonte: INE, Censos (dados provisórios 2011), Sistema de Contas Integradas das Empresas, Contas Económicas Regionais (Base 2006), Estatísticas do Comércio Internacional de Bens, Contas Regionais e Estimativas Anuais da População Residente, DCN - Contas Regionais, Observatório da Região de Lisboa e Vale do Tejo

Figura 5 - Dinâmica da Região de Lisboa - variação média anual



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas, Contas Económicas Regionais (Base 2006)

Figura 6 - Especialização da Região de Lisboa VAB, 1995-2010



Fonte: INE, Contas Regionais

Figura 7 - Especialização da Região de Lisboa em termos de VAB e pessoal ao serviço (2009)

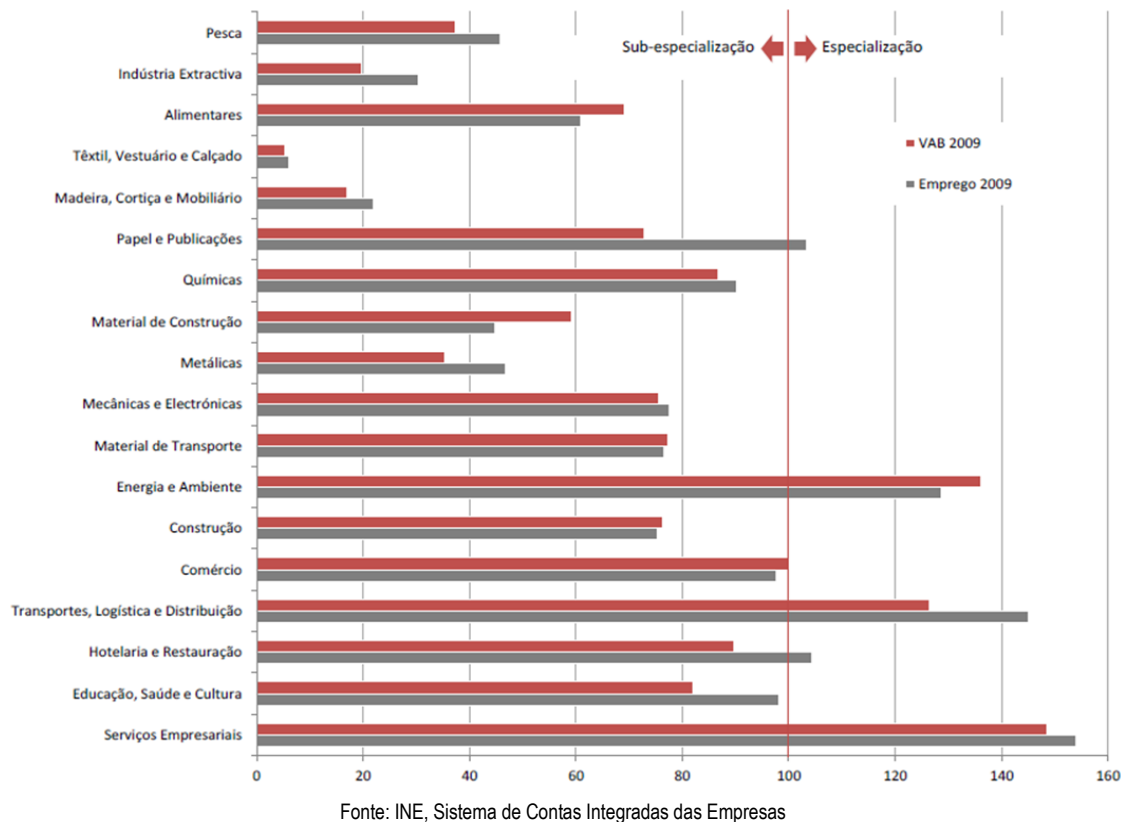
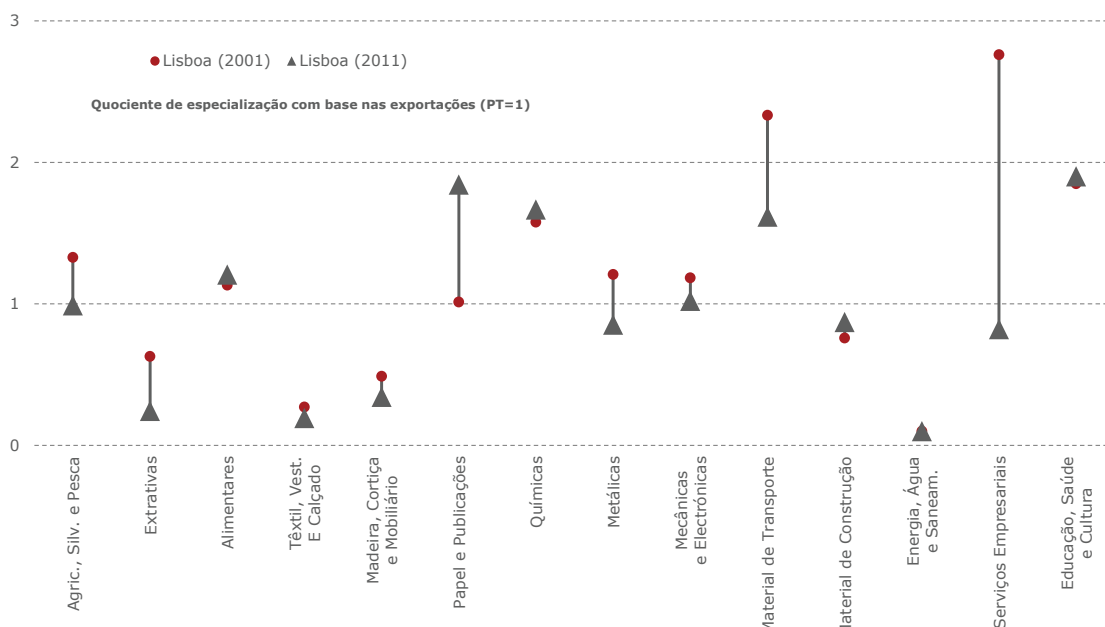


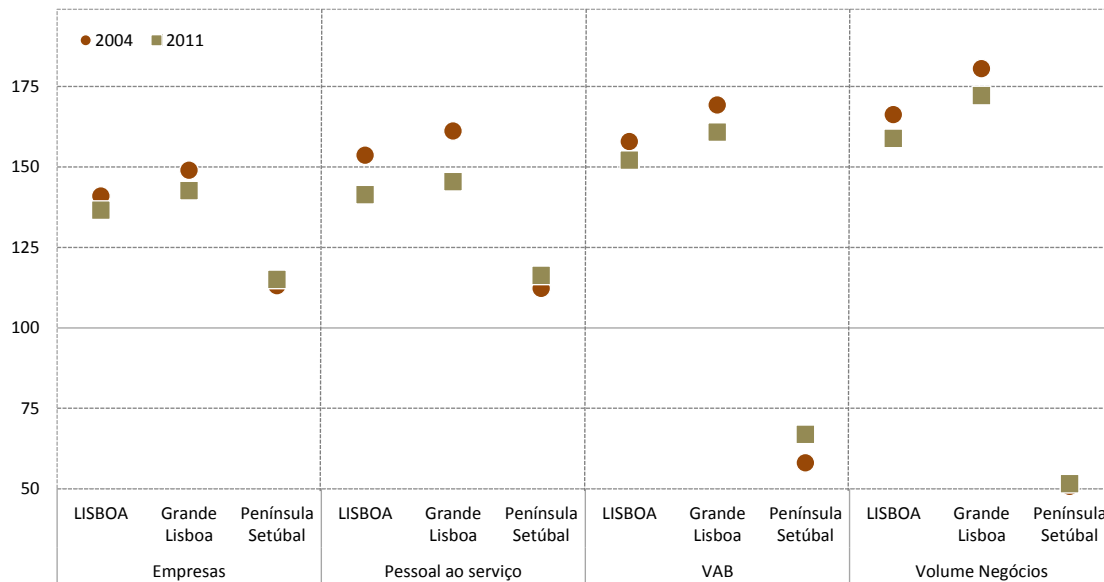
Figura 8 - Especialização regional das exportações de produtos 2001 e 2011



Nota: com base no valor das exportações, por produtos, com correspondência para a CAE (Código das Atividades Económicas)

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional

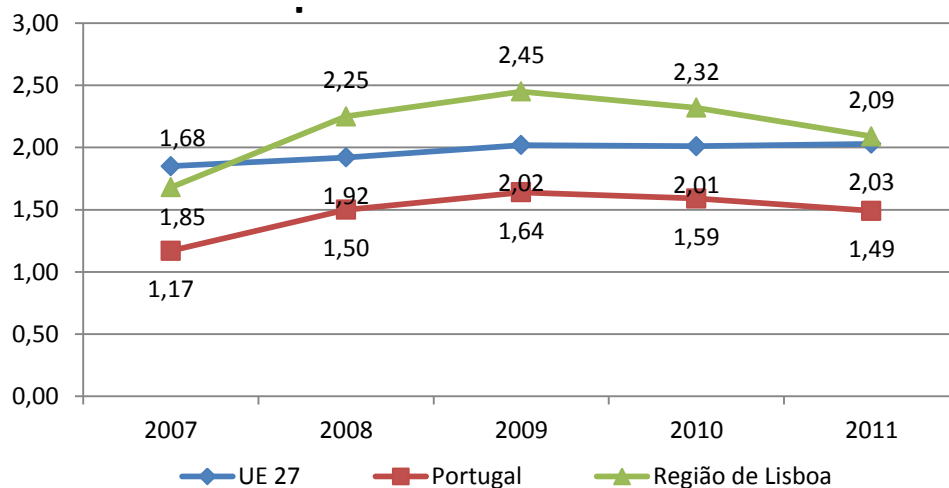
Figura 9 - Aprofundamento da especialização produtiva da Região de Lisboa nos serviços empresariais: segmento serviços avançados às empresas (2004 e 2011)



Nota: Serviços avançados às empresas abrangem as seguintes atividades (CAE Rev.3): 61: Telecomunicações; 62: Consultoria e programação informática e atividades relacionadas; 63: Atividades dos serviços de informação; 69: Atividades jurídicas e de contabilidade; 70: Atividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão; 71: Atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins; atividades de ensaios e de análises técnicas; 73: Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião; 749: Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, n.e.; 773: Aluguer de outras máquinas e equipamentos; 774: Locação de propriedade intelectual e produtos similares, exceto direitos de autor; 82: Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas; 951: Reparação de computadores e de equipamento de comunicação

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Figura 10 - Despesas em I&D em % do PIB



Fonte: Eurostat

Figura 11 – Perfil do Desempenho Regional em Inovação

	Grupo de classificação		
	2007	2009	2011
País Inovador			
Portugal	MODERADO	MODERADO	MODERADO
Regiões Inovadoras			
Norte	Modesto - alto	Moderado – baixo	Moderado - alto
Centro	Moderado – baixo	Moderado - médio	Seguidor - baixo
Lisboa	Seguidor - médio	Seguidor – alto	Líder - baixo
Alentejo	Moderado – baixo	Moderado - médio	Moderado - médio
Algarve	Modesto - médio	Moderado – baixo	Moderado - alto
Região Autónoma dos Açores	Modesto - médio	Modesto - médio	Modesto - alto
Região Autónoma da Madeira	Modesto - baixo	Modesto - baixo	Modesto - médio

Fonte: *Regional Innovation Scoreboard*, 2012

Figura 12 – Financiamento 7ºPQ (>1M€), N° de Lideranças de Consórcios e Participações das Universidades e Instituições Associadas

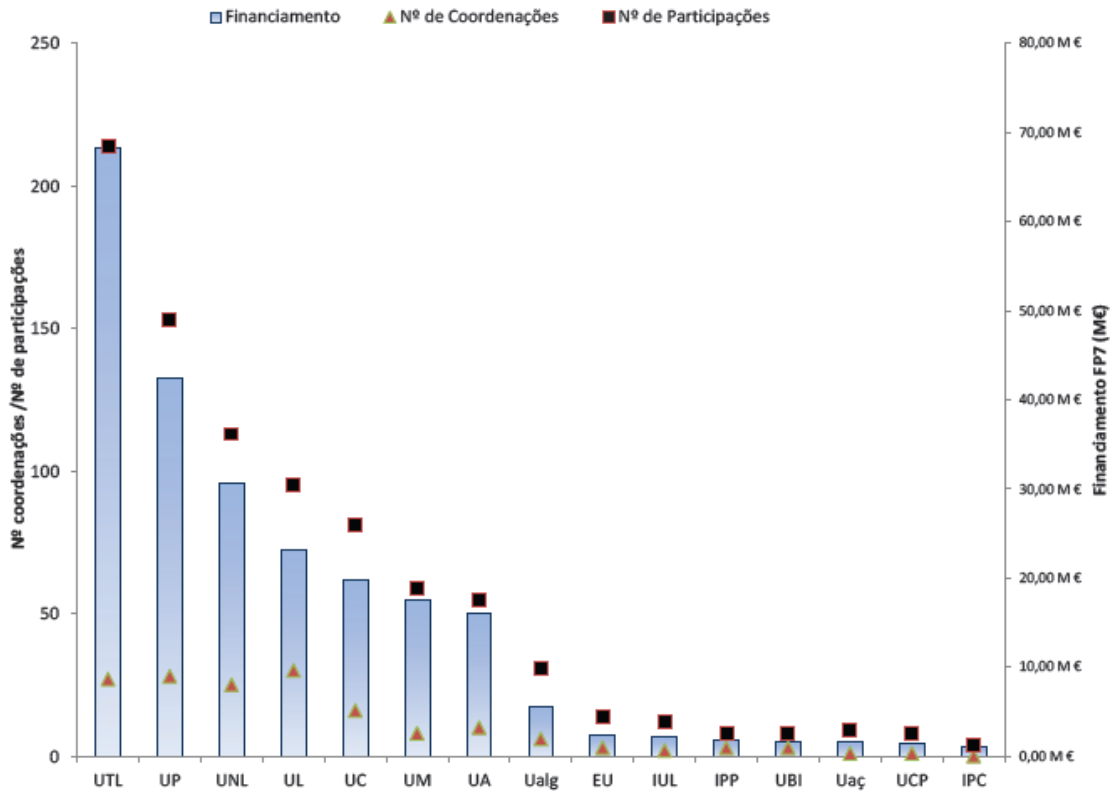


Figura 13 – Financiamento 7ºPQ e Nº Contratos de Laboratórios Associados

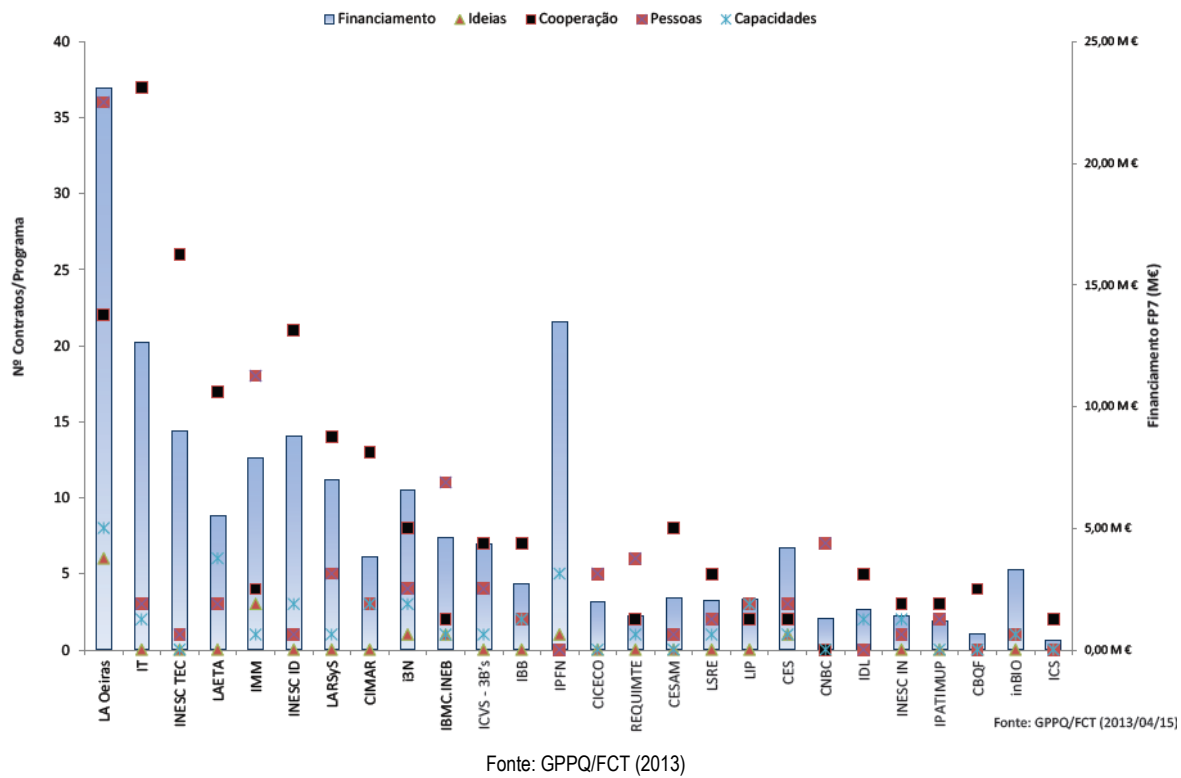


Figura 14 – Posição das Universidades Portuguesas no Academic Ranking World Universities – 2012

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Universidades Portuguesas										
Universidade do Porto					403-510	402-503	402-501	401-500	301-400	301-400
Universidade Técnica de Lisboa										401-500
Universidade de Lisboa	301-400	404-502	401-500		403-510	402-503	402-501	401-500	401-500	401-500

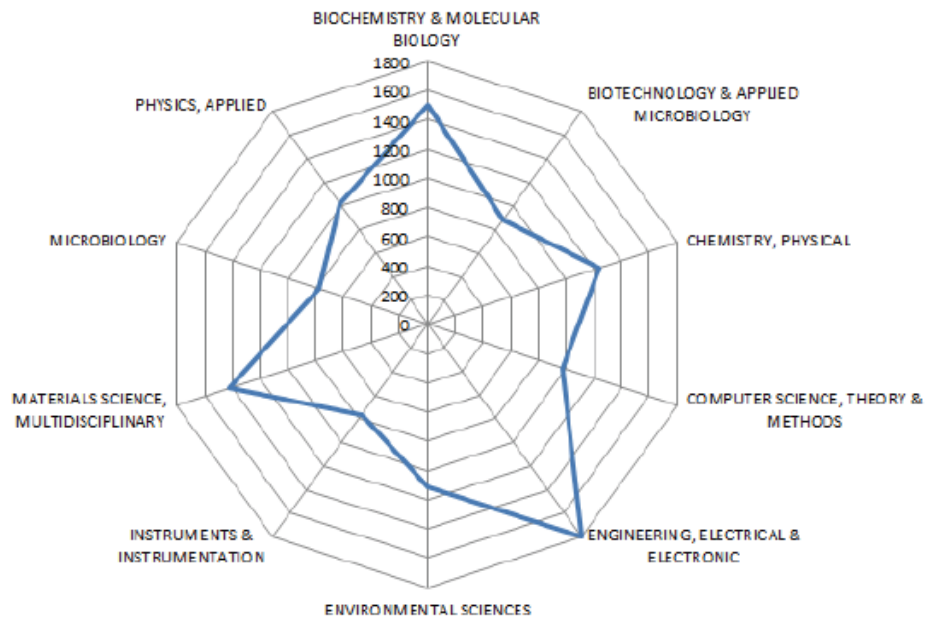
Fonte: FCT (2013)

Figura 15 – Posição das Sete Primeiras Instituições Portuguesas em Contexto Mundial (por ordem decrescente de nº de publicações referenciadas internacionalmente)

Posição no Scimago Institutions Ranking 2012 (total 3290 instituições)	Instituições portuguesas hierarquizadas segundo o volume de produção	Posição no Leiden Ranking 2011/2012 (total 500 universidades)
270 ^a	Universidade do Porto	259 ^a
294 ^a	Universidade Técnica de Lisboa	318 ^a
511 ^a	Universidade Lisboa	413 ^a
531 ^a	Universidade Coimbra	412 ^a
550 ^a	Universidade Aveiro	425 ^a
663 ^a	Universidade Nova de Lisboa	489 ^a
684 ^a	Universidade do Minho	

Fonte: FCT (2013)

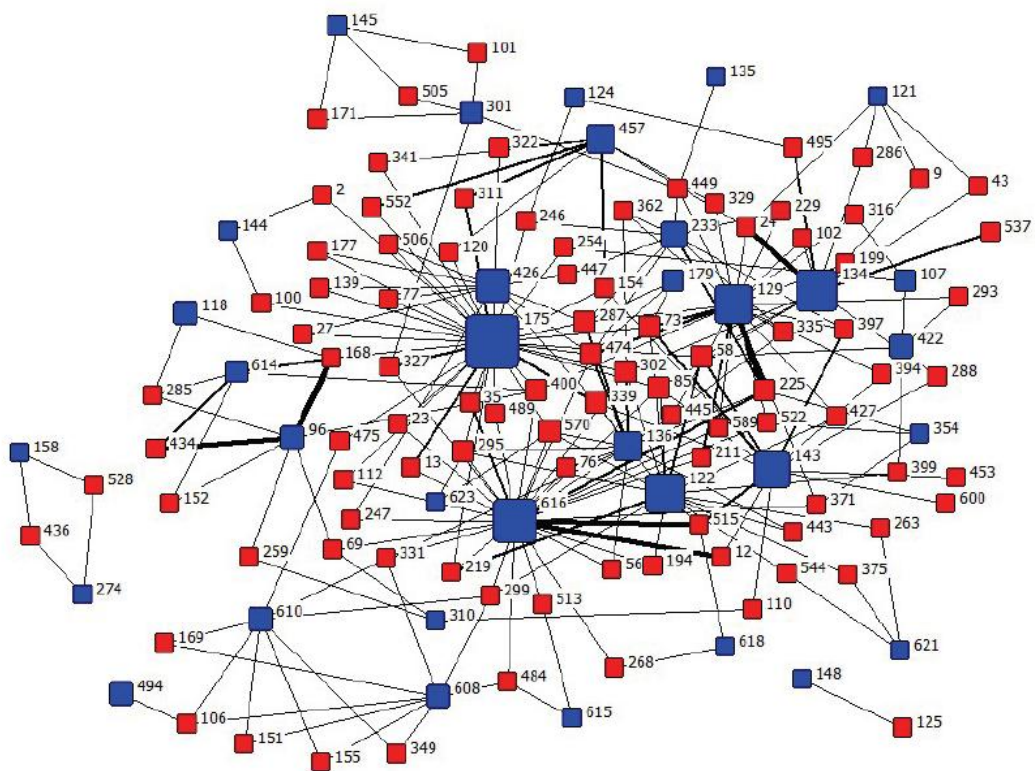
Figura 16 – Distribuição da produção científica por regiões: LISBOA
 Número de publicações nos dez domínios com mais publicações em 2005---2010



Fonte: Web ofScience (dados cedidos em Abril de 2013 pela DGEEC/MEC)

Fonte: FCT (2013)

Figura 17 – Rede de relações entre produtores de conhecimento e as empresas

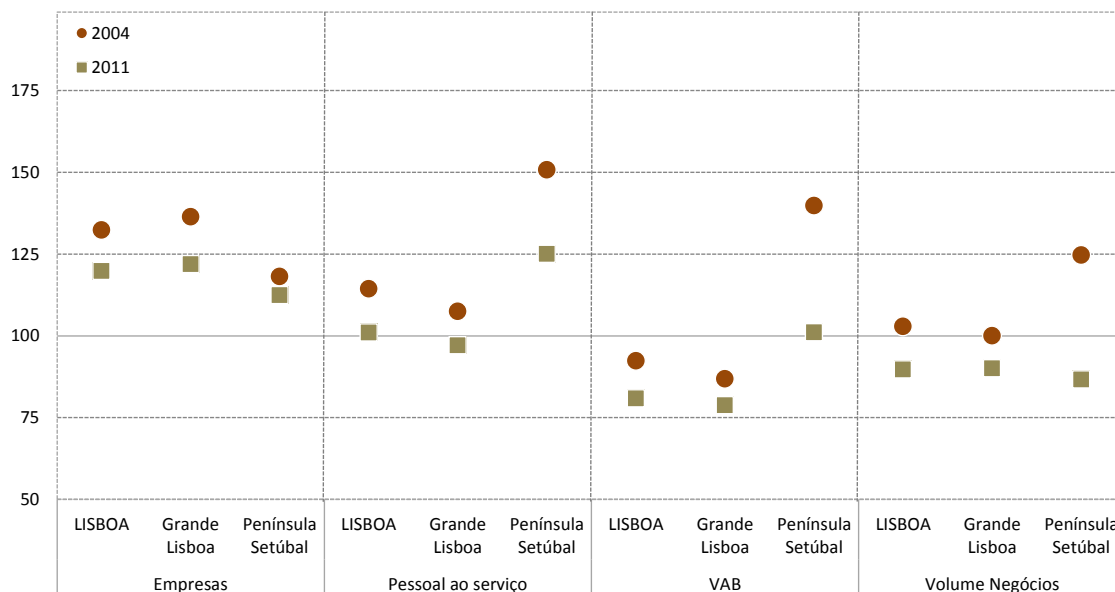


Fonte: FCT (2013)

Instituto Superior Técnico (134) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (426). Uma rede específica: Laboratório de

Instrumentação de Partículas (158), Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (274) com a Petsys – Medical Pet Imaging Systems (528) e o Hospital Garcia de Orta EPE (436)

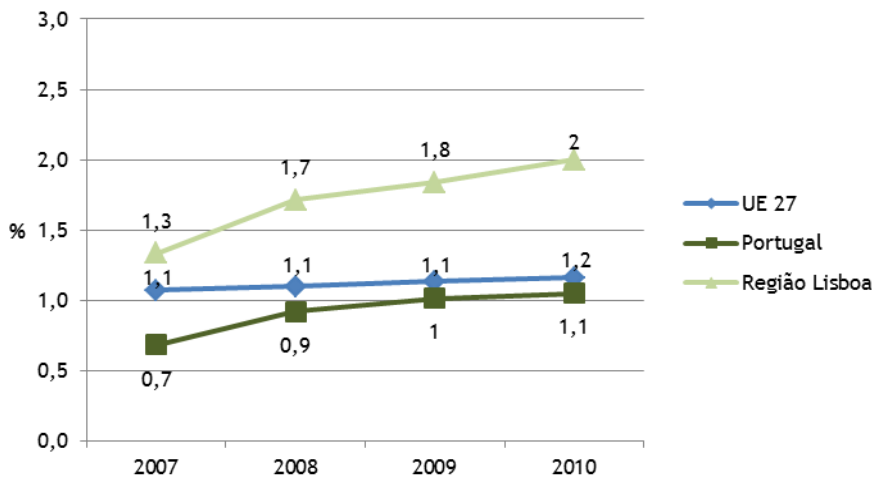
Figura 18 - Aprofundamento da especialização produtiva da Região de Lisboa nas indústrias químicas: segmento investigação, tecnologias e serviços de saúde (2004-2011)



Nota: Investigação, tecnologias e serviços de saúde abrange as seguintes atividades (CAE Rev.3): 21: Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas; 266: Fabricação de equipamentos de radiação, electromedicina e eletroterapêutico; 7211: Investigação e desenvolvimento em biotecnologia; 86: Atividades de saúde humana

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Figura 19 – Rácio entre empregados em atividades de I&D das instituições e empresas face ao emprego total



Fonte: Eurostat

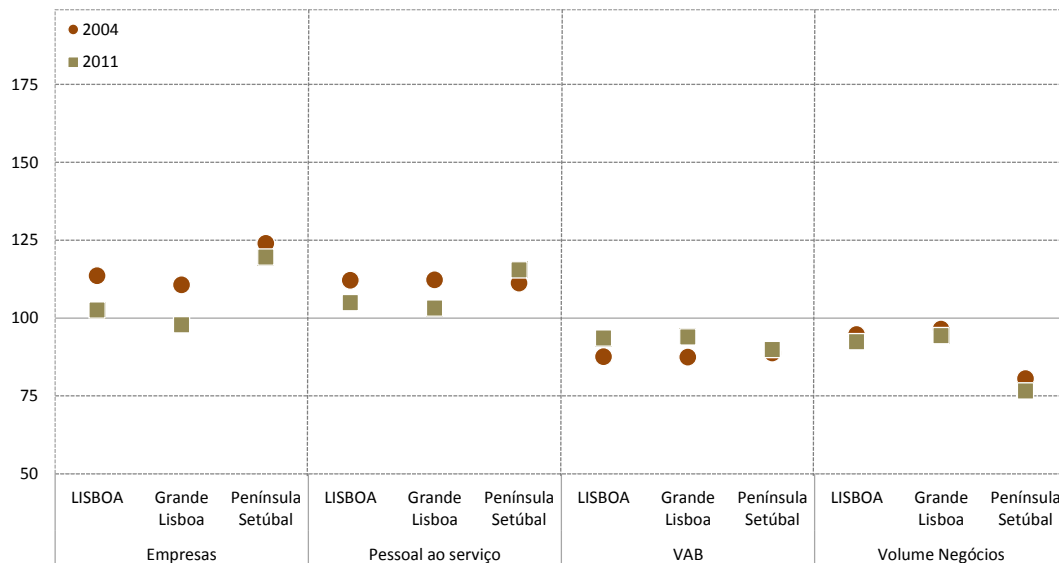
Figura 20 - Alojamento e dormidas

	Portugal			Região de Lisboa		
	2009	2011	Variação (%)	2009	2011	Variação (%)
Capacidade de alojamentos turísticos (Nº de camas)	273.804	289.107	5,6	52.041	54.912	5,5
Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros (Nº)	36.457.069	39.440.315	8,2	7.905.937	9.027.432	14,2

Proporção de hóspedes estrangeiros (%)	50,1	53	2,9	61,8	64	2,2
--	------	----	-----	------	----	-----

Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria

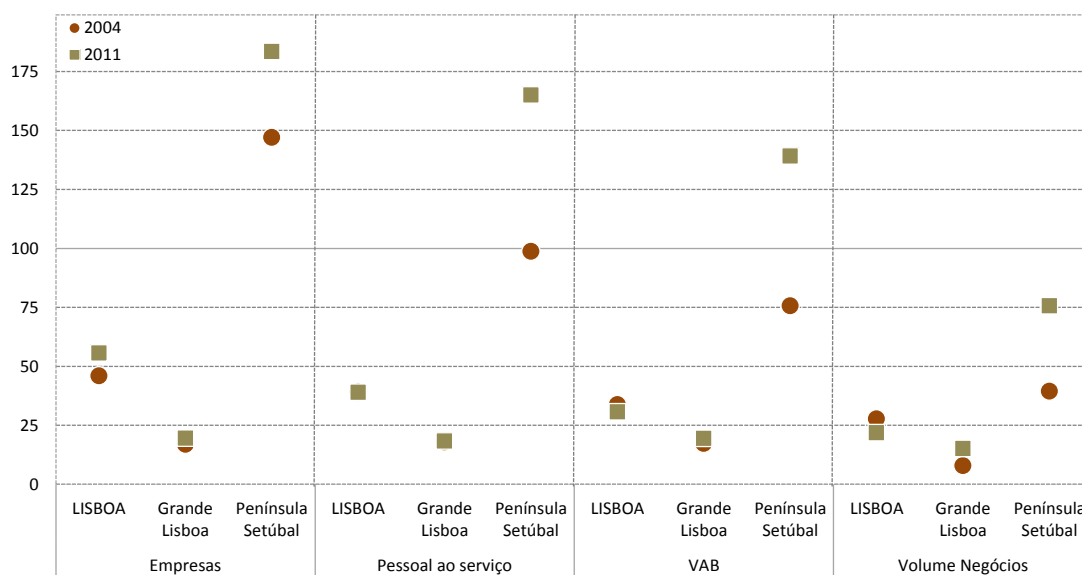
Figura 21 - Aprofundamento da especialização produtiva da Região de Lisboa no turismo: segmento viagens e turismo (2004-2011)



Nota: Viagens e turismo abrange as seguintes atividades (CAE Rev.3): 55: Alojamento; 56: Restauração e similares; 771: Aluguer de veículos automóveis; 7721: Aluguer de bens recreativos e desportivos; 79: Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e atividades relacionadas; 869: Outras atividades de saúde humana; 932: Atividades de diversão e recreativas; 960: Outras atividades de serviços pessoais

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Figura 22 - Aprofundamento da especialização produtiva da Região de Lisboa na economia azul: segmento prospeção e valorização de recursos marinhos (2004-2011)



Nota: Prospeção e valorização de recursos marinhos abrange as seguintes atividades (CAE Rev.3): 03: Pesca e aquicultura; 102: Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos

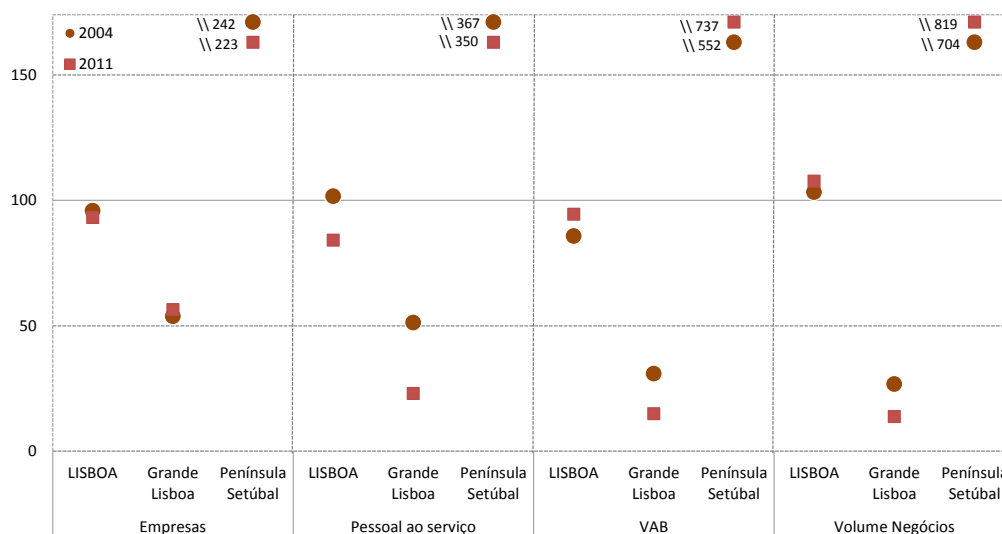
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Figura 23 - Transporte de mercadorias e passageiros nos portos, aeroportos e ferrovia

	2007						2011					
	Portos		Aeroportos		Ferrovia		Portos		Aeroportos		Ferrovia	
	Mercadorias - t	Passageiros - N°	Carga e correio - t	Passageiros - N°	Mercadorias - t	Passageiros - N°	Mercadorias - t	Passageiros - N°	Carga e correio - t	Passageiros - N°	Mercadorias - t	Passageiros - N°
Continente	63.936.894	31.963	127.766	22.557.883	9.653.530	130.092	63.649.548	49.841	131.926	26.304.144	9.031.547	148.942
Região de Lisboa	18.762.319	31.710	94.489	13.239.312	3.380.508	100.136	17.930.630	49.364	104.779	14.787.393	2.407.680	114.450
	Varição 2007/2011%											
	Portos		Aeroportos		Ferrovia		Portos		Aeroportos		Ferrovia	
	Mercadorias	Passageiros	Carga e correio	Passageiros	Mercadorias	Passageiros	Mercadorias	Passageiros	Mercadorias	Passageiros	Mercadorias	Passageiros
Continente	-0,4	55,9	3,3	16,6	-6,4	14,5						
Região de Lisboa	-4,4	55,7	10,9	11,7	-28,8	14,3						

Fonte: INE, Inquérito ao Transporte Marítimo de Passageiros e Mercadorias, Inquérito aos Aeroportos e Aeródromos, Anuário Estatístico da Região Lisboa

Figura 24 - Aprofundamento da especialização produtiva da Região de Lisboa nos transportes, logística e distribuição: segmento mobilidade e transportes (2004-2011)



Nota: Mobilidade e transportes abrange as seguintes atividades (CAE Rev.3): 29: Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis; 301: Construção naval; 302: Fabricação de material circulante para caminhos-de-ferro; 303: Fabricação de aeronaves, de veículos espaciais e equipamento relacionado; 3315: Reparação e manutenção de embarcações; 3316: Reparação e manutenção de aeronaves e de veículos espaciais

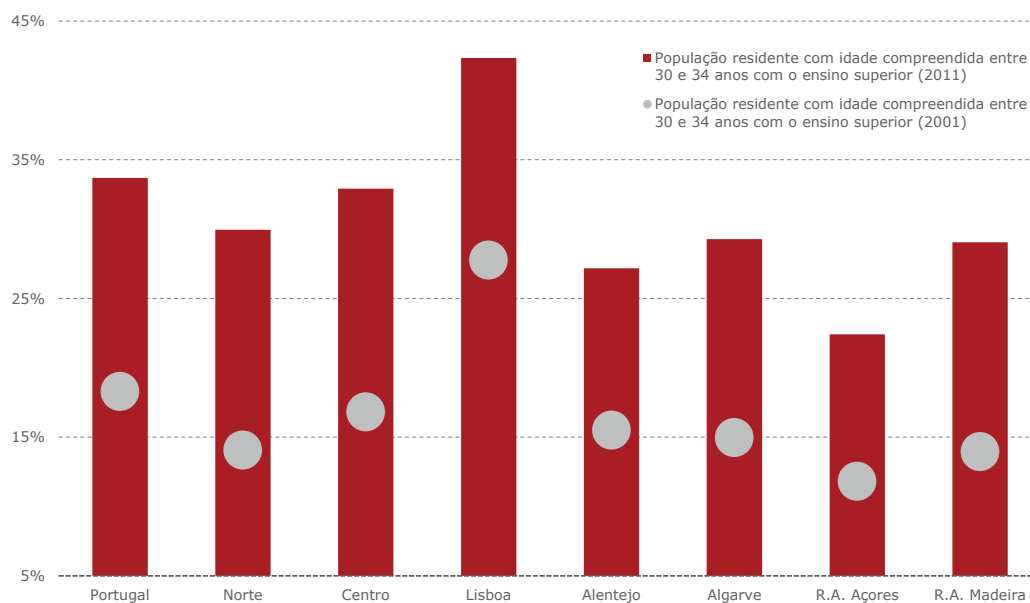
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Figura 25 - População por nível de escolaridade completo

	Região de Lisboa						Portugal					
	Nenhum	Básico 1ºCiclo	Básico 2ºCiclo	Básico 3ºCiclo	Secundário	Superior	Nenhum	Básico 1ºCiclo	Básico 2ºCiclo	Básico 3ºCiclo	Secundário	Superior
População residente por nível mais elevado completo - %	16,8	20,8	11,3	17,3	16,3	16,5	18,9	25,5	13,4	16,3	13,4	11,8
População ativa por nível mais elevado completo - %	2,1	13,4	12,1	23,0	23,9	25,3	3,7	19,7	15,5	22,8	20,2	18,1
População empregada por nível de escolaridade mais elevado completo - %	1,3	10,6	5,9	12,3	19,5	25,6	1,1	15,4	10,6	14,1	17,4	19,2

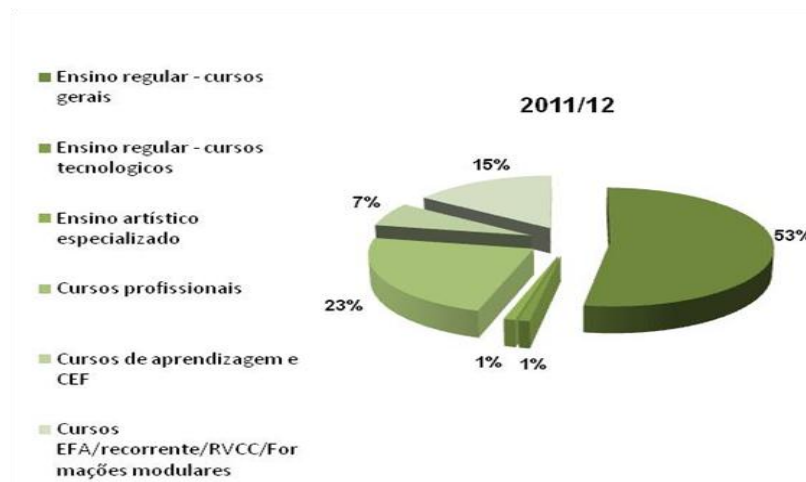
Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, Inquérito ao emprego

Figura 26 - Proporção da população com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos, 2001 e 2011



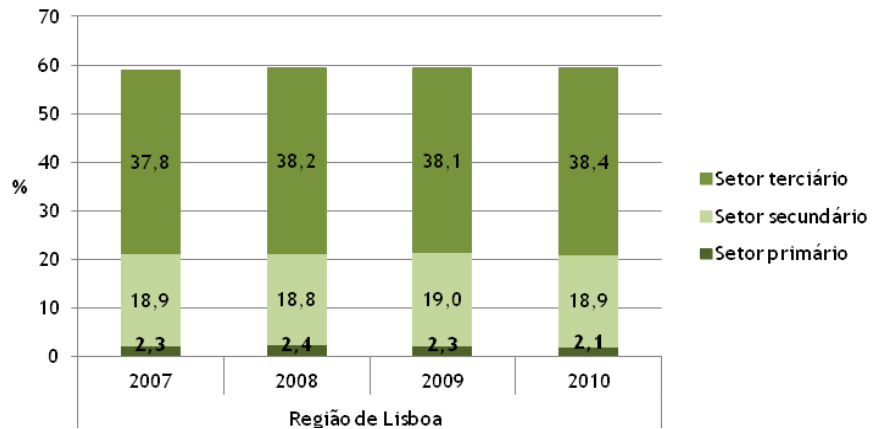
Fonte: INE

Figura 27 - Taxa de participação em cursos profissionais no ensino secundário regular (%)



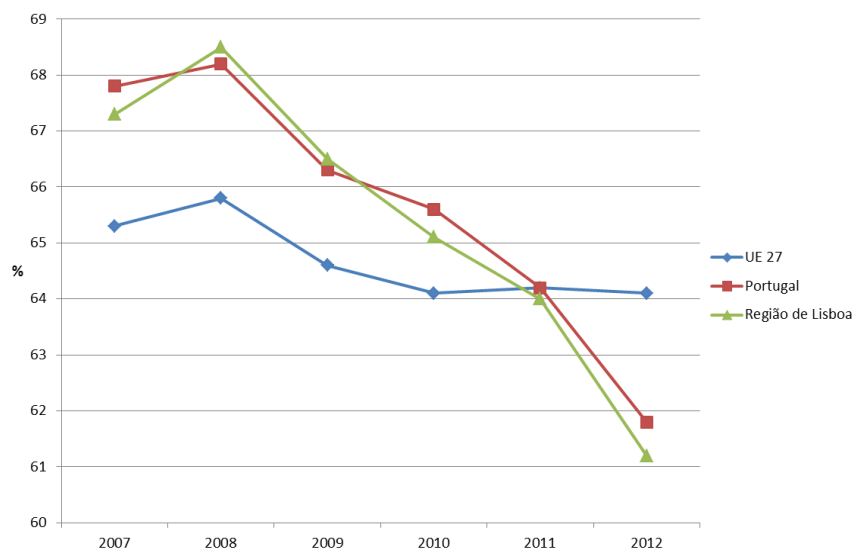
Fonte: DGEEC – DSEE/Ministério da Educação

Figura 28 - População empregada por setor de atividade (em % do total nacional)



Fonte: Fonte: INE, Contas Regionais

Figura 29 – Taxa de Emprego



Fonte: EUROSTAT

Figura 30 - População empregada segundo a profissão principal, 2011

Profissão	Portugal		Região de Lisboa		
	(milhares)	%	(milhares)	%	% face ao total nacional
População empregada (total)	4 837,0	100	1.233,4	100	25
Quadros superiores (Administração pública e empresas)	299,8	6,2	82,8	6,7	27,6
Especialistas/Profissões científicas e intelectuais	689,0	14,2	256,8	20,8	37,3
Quadros médios (profissionais de nível intermédio)	423,4	8,8	120,4	9,8	28,4
Pessoal administrativo e similares	400,1	8,3	153,3	12,4	38,3
Pessoal dos serviços e vendedores	785,7	16,2	225,6	18,3	28,7
Restantes trabalhadores qualificados e forças armadas	1671,4	34,6	228,8	18,6	13,7
Trabalhadores não qualificados	567,6	11,7	165,5	13,4	29,2

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 4º trimestre de 2011

Figura 31 - Taxa de abandono precoce de educação e formação (%)

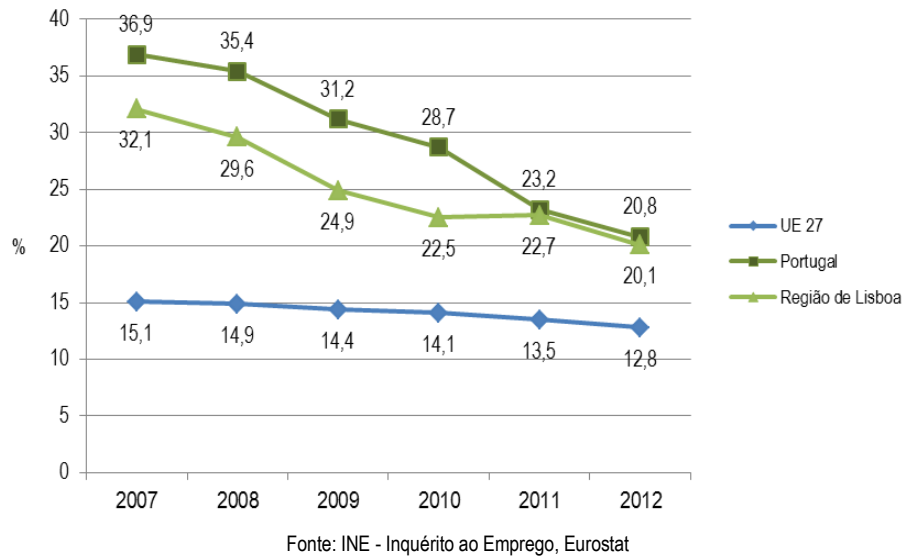


Figura 32 - Proporção dos nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia

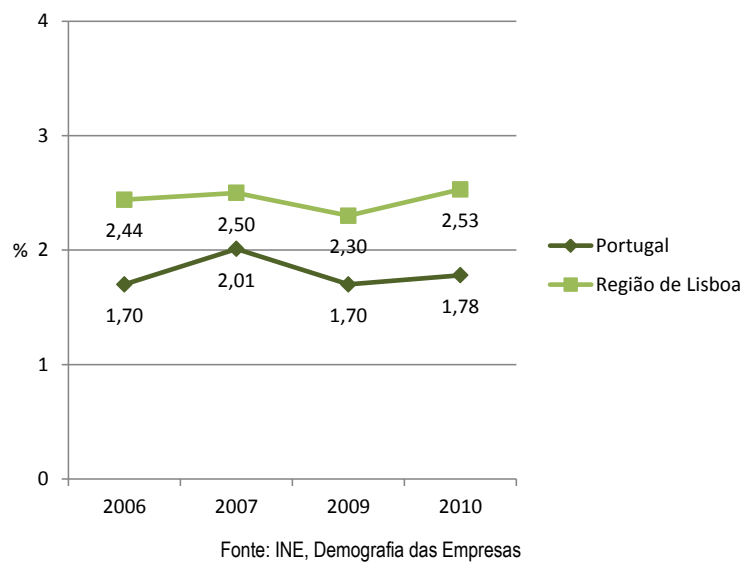


Figura 33 - Nascimento e mortes das empresas

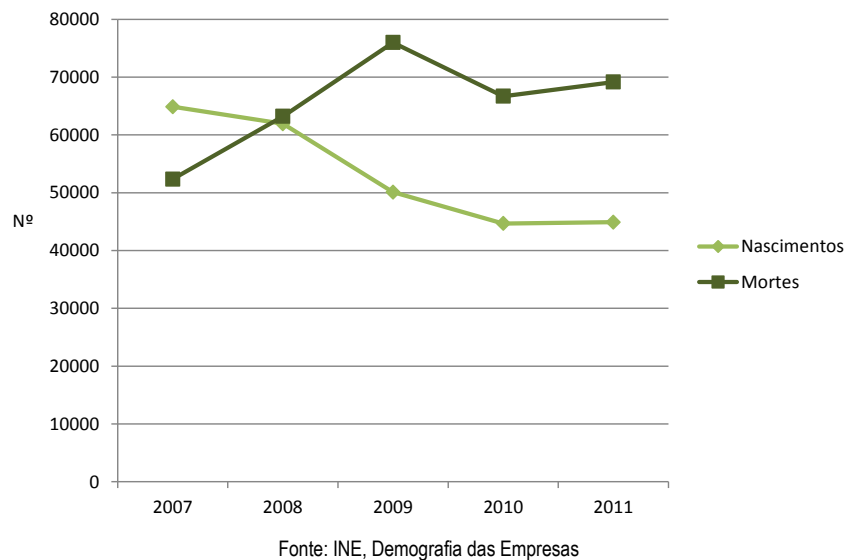


Figura 34 - Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes

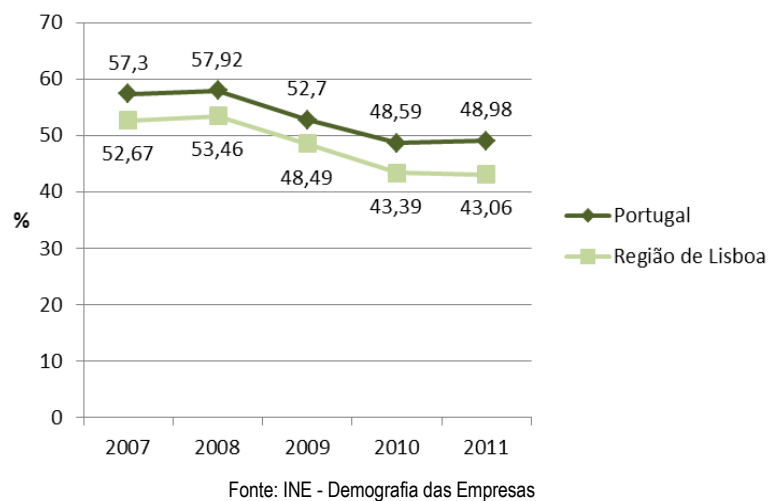
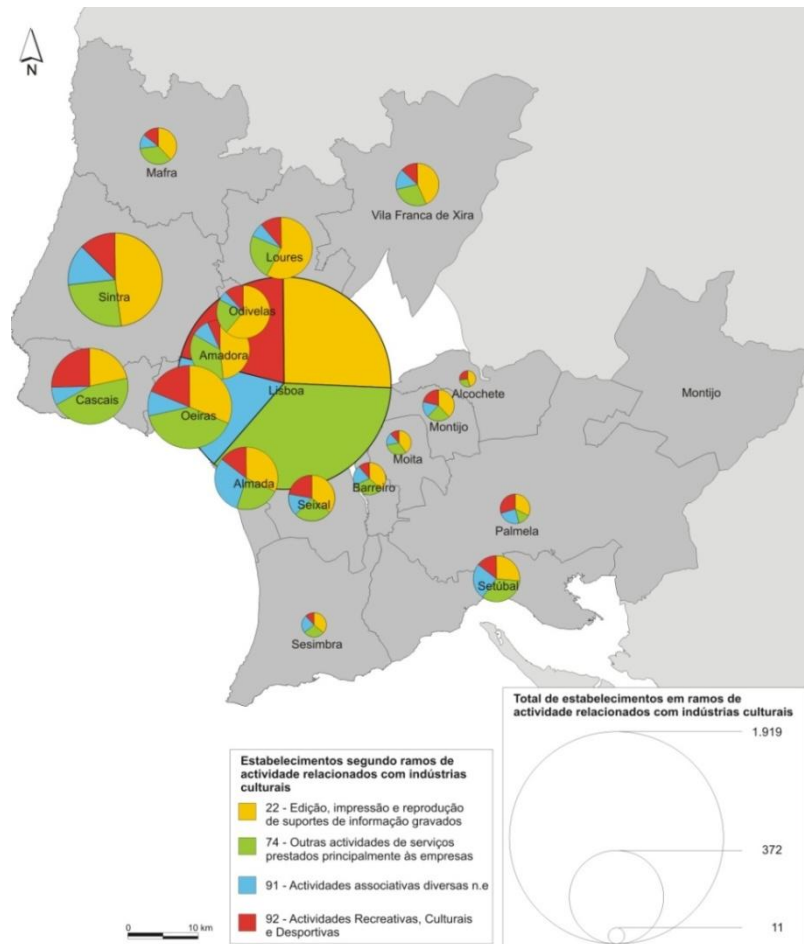


Figura 35 - População residente com nacionalidade estrangeira, 2011

	Total (Nº)	Estrangeira (Nº)
Portugal	10.562.178	359.969
Região de Lisboa	2.821.876	188.391

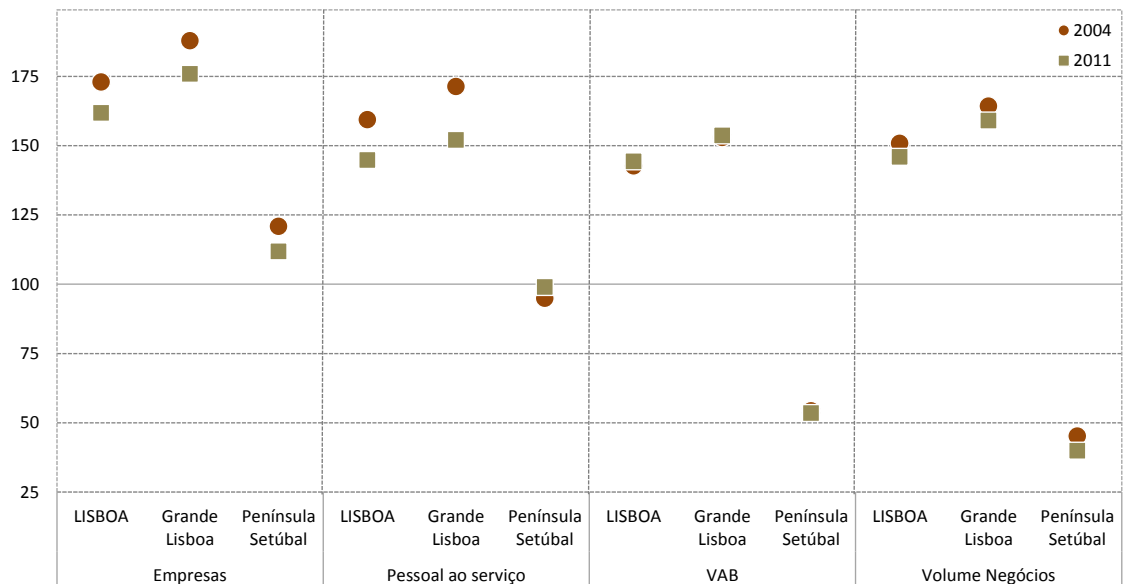
Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Figura 36 - Estabelecimentos, em ramos de atividades relacionados com “indústrias culturais”



Fonte: MTSS, CAE rev2 (2006). Estudos elaborados para a AML, 2009

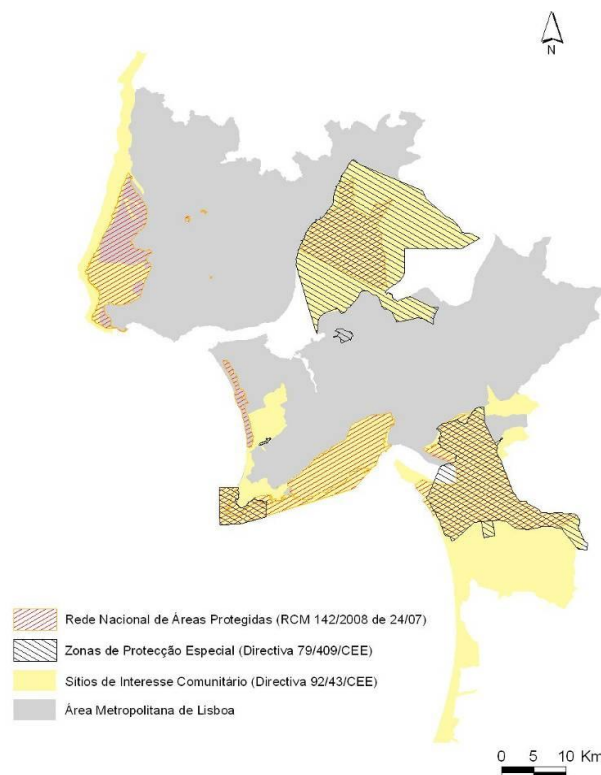
Figura 37 - Aprofundamento da especialização produtiva da Região de Lisboa nas indústrias culturais: segmento meios criativos e indústrias culturais (2004-2011)



Nota: Meios criativos e indústrias culturais abrange as seguintes atividades (CAE Rev.3): 18: Impressão e reprodução de suportes gravados; 58: Atividades de edição; 59: Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música; 60: Atividades de rádio e de televisão; 741: Atividades de design; 742: Atividades fotográficas; 7722: Aluguer de videocassetes e discos; 90: Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias; 91: Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais

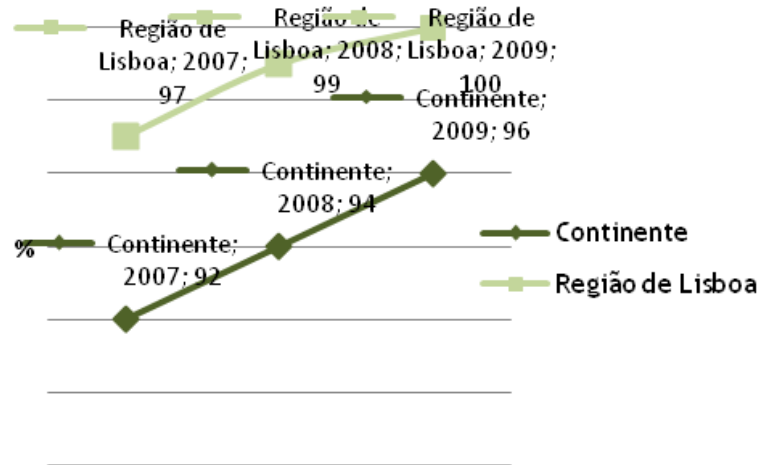
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Figura 38 - Áreas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas, Zonas de Proteção Especial e Sítios de Importância Comunitária



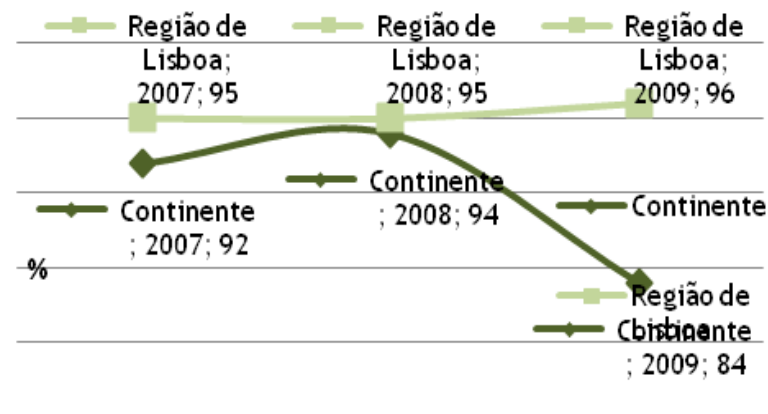
Fonte: ICNF / tratado CCDR.LVT

Figura 39 - População servida por sistemas de abastecimento de água



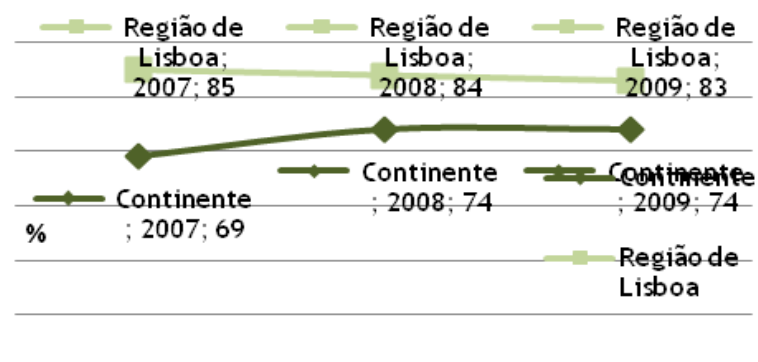
Fonte: INE, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais | Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR|VFF)

Figura 40 - População servida por sistemas de drenagem de águas residuais



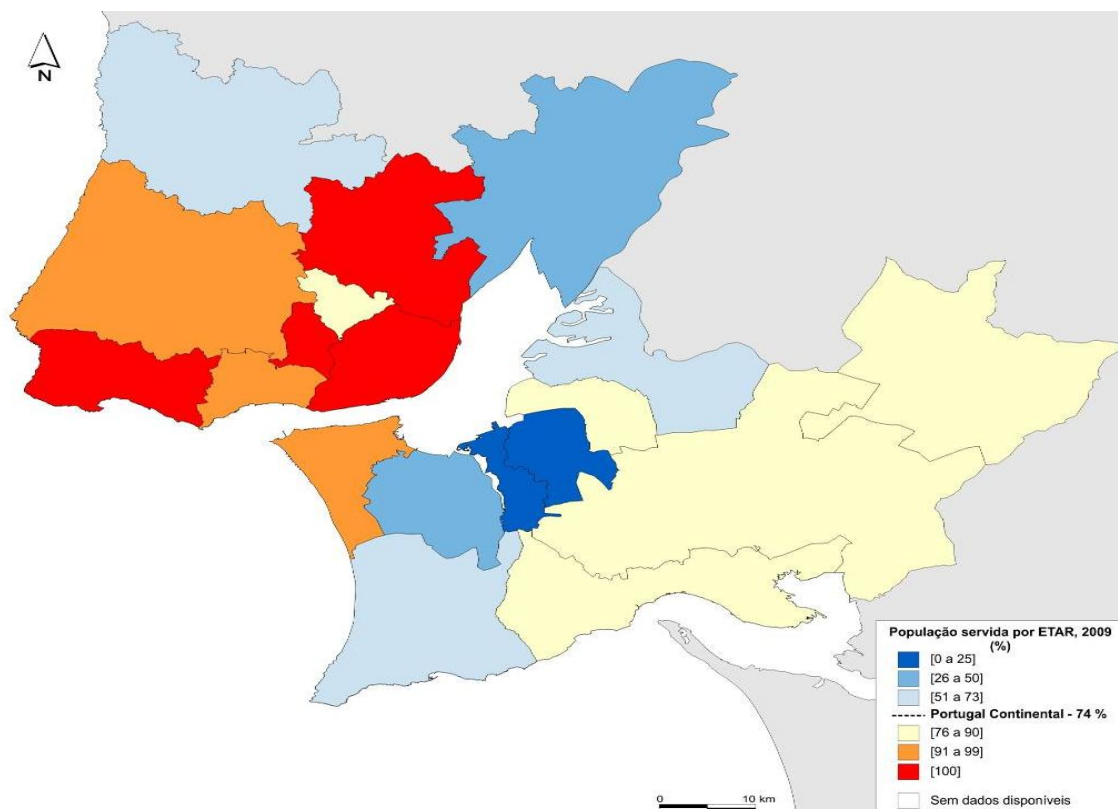
Fonte: INE, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais | Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR|VFF)

Figura 41 - População servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR)



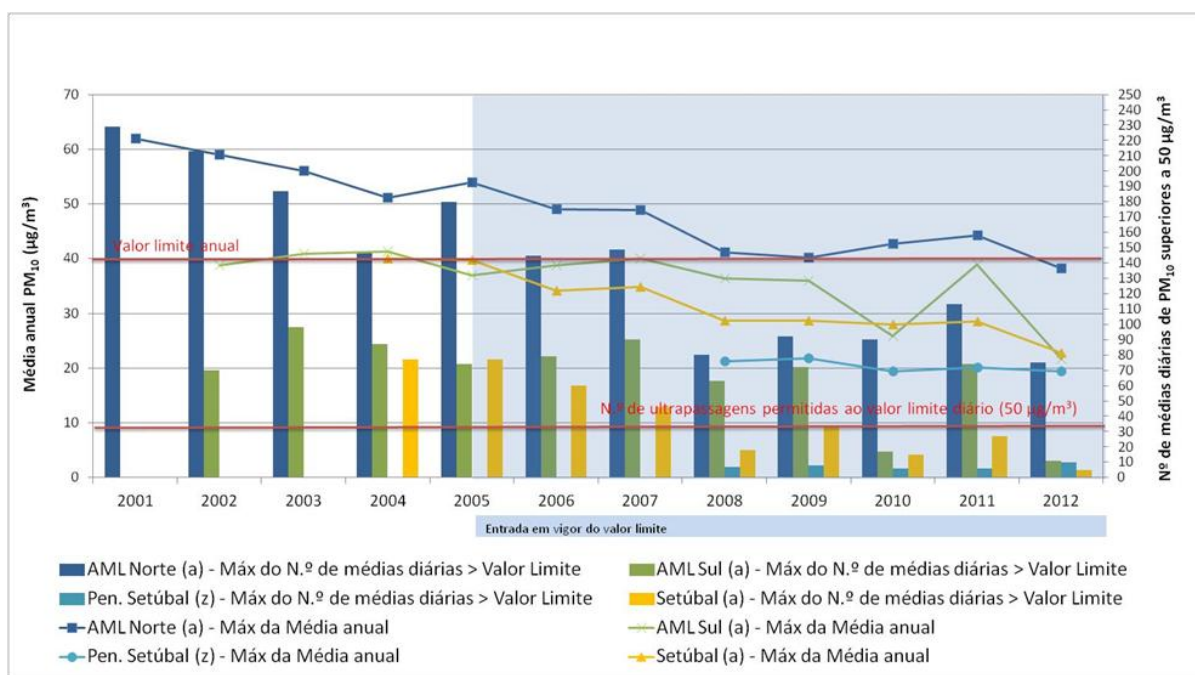
Fonte: INE, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais | Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR|VFF)

Figura 42 População Servida por ETAR, 2011 (%)



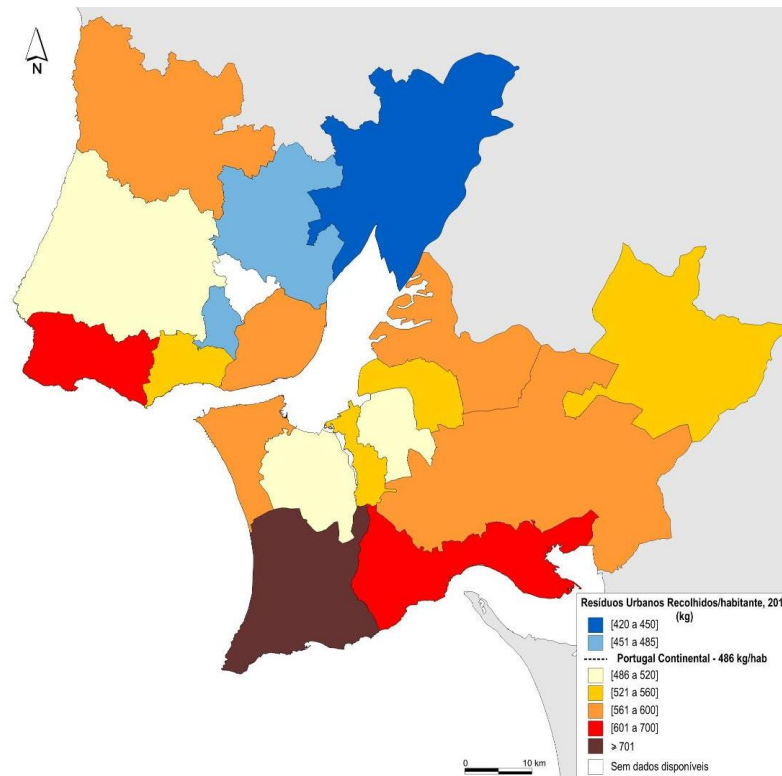
Fonte: INE

Figura 43 – Evolução da média anual de partículas PM10 (máximo das diversas estações de monitorização) e do n.º de médias diárias superiores ao valor limite (máximo das diversas estações) nas aglomerações (a) e na zona (z) da Região de Lisboa, no período de 2001-2012



Fonte: CCDR LVT

Figura 44 – Resíduos urbanos recolhidos/habitante, 2011 (kg)



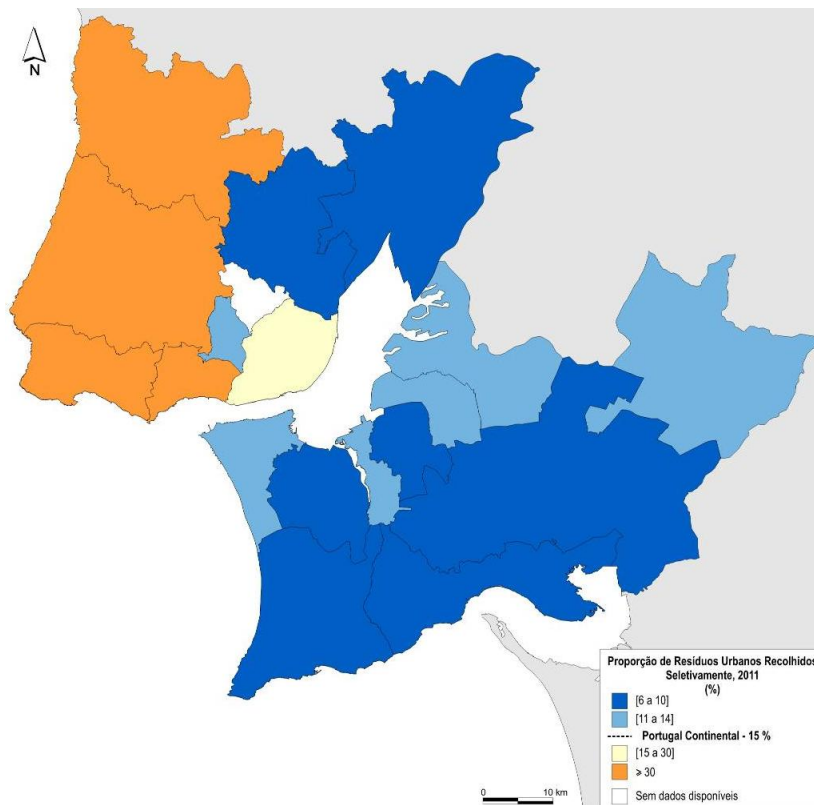
Fonte: INE

Figura 45 – Recolha Seletiva, 2011 (toneladas)



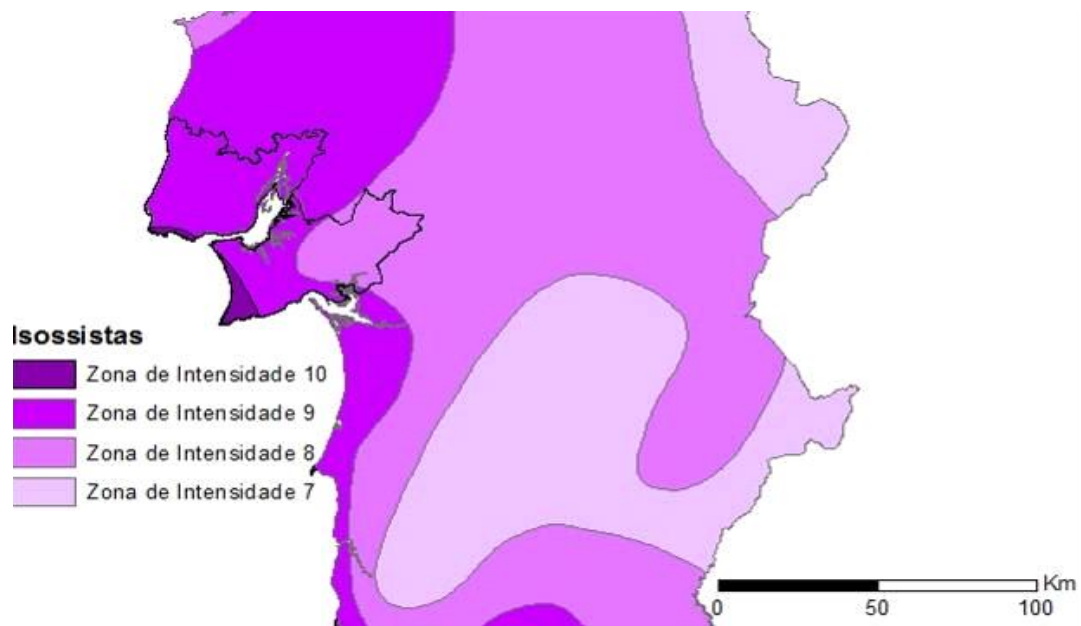
Fonte: INE

Figura 46 – Proporção de Resíduos urbanos recolhidos seletivamente, 2011 (%)



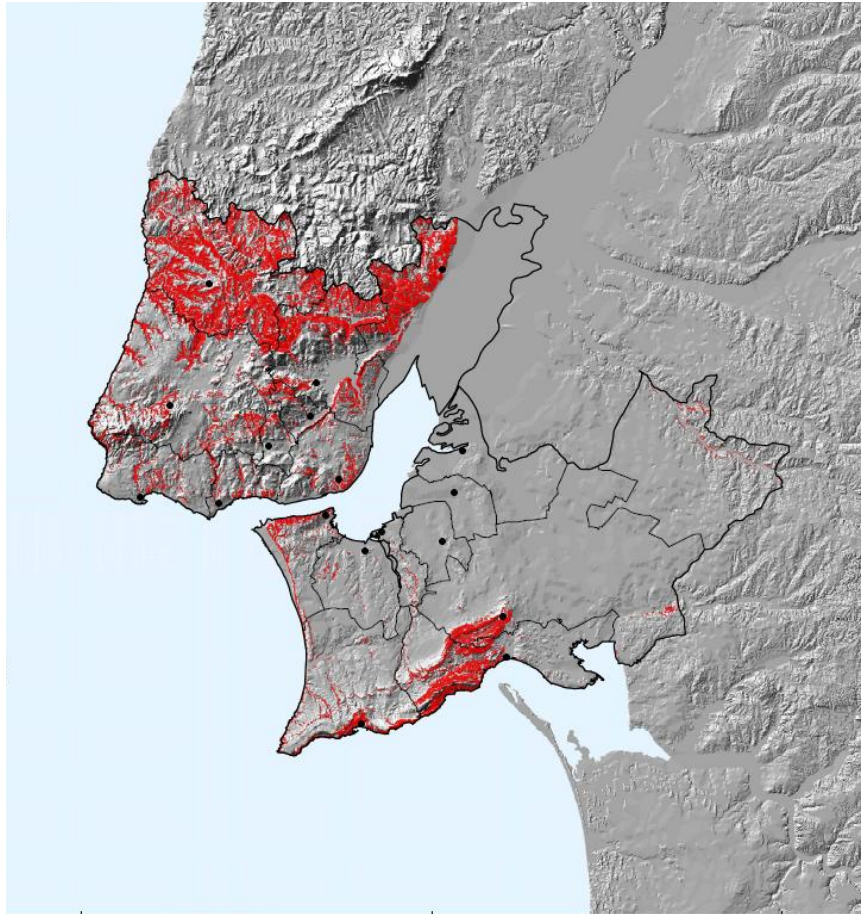
Fonte: INE

Figura 47 - Intensidade Sísmica máxima na Região de Lisboa



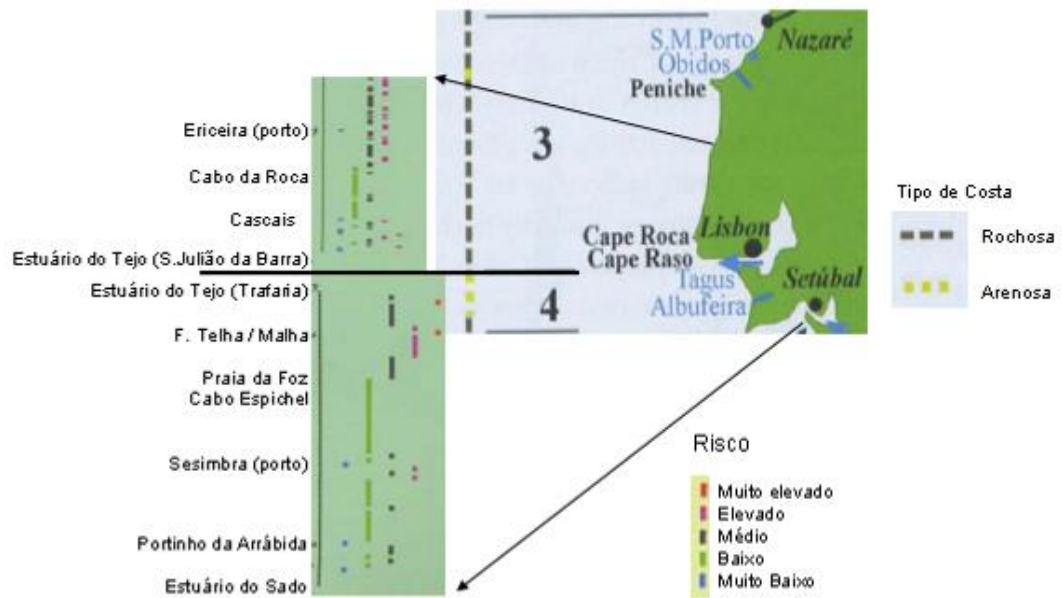
Fonte: CCDR LVT, Estudos elaborados para a AML, 2009

Figura 48 – Áreas de instabilidade de vertentes na Região de Lisboa



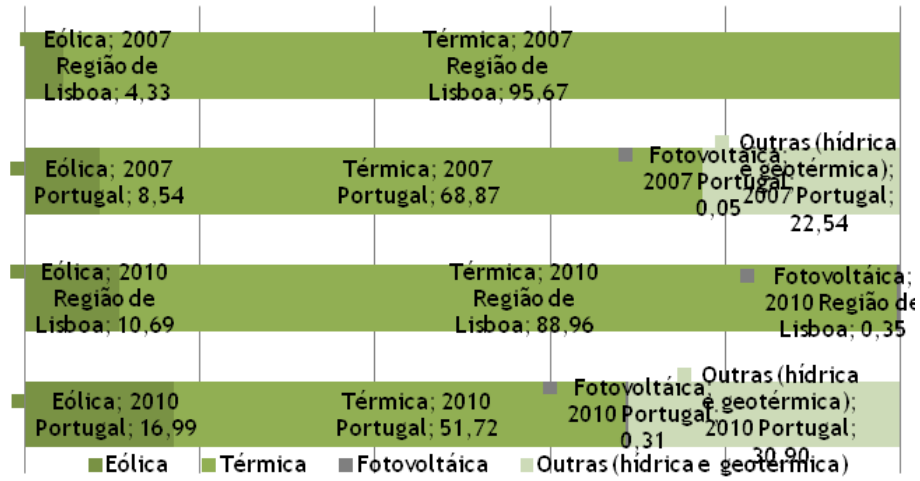
Fonte: CCDR LVT, Estudos elaborados para a AML, 2009

Figura 49 - Risco de erosão costeira na Região de Lisboa



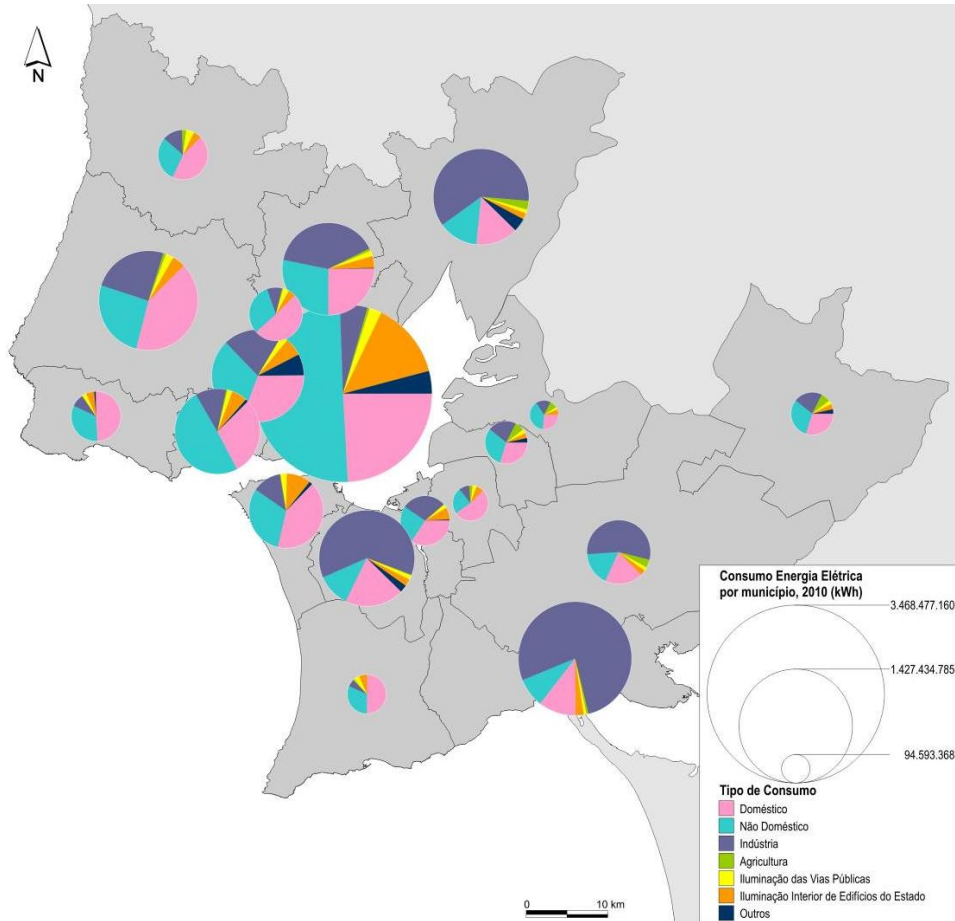
Fonte: CCDR LVT, Estudos elaborados para a AML, 2009

Figura 50 - Quota de Produção Bruta de Eletricidade (%)



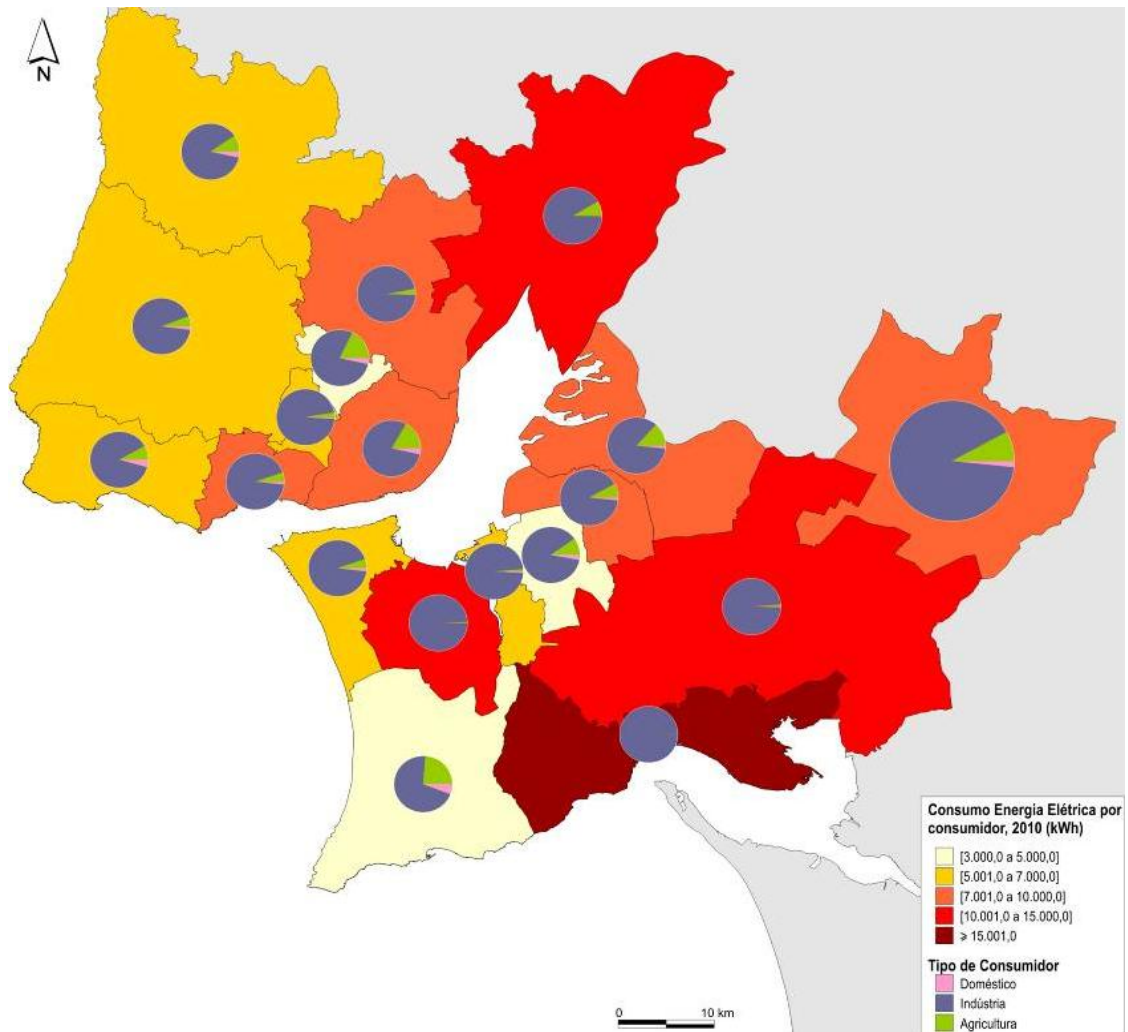
Fonte: ORLVT/Direção-Geral de Energia e Geologia

Figura 51 - Consumo de Energia Elétrica por município, segundo o tipo de consumo, 2010 (Kwh)



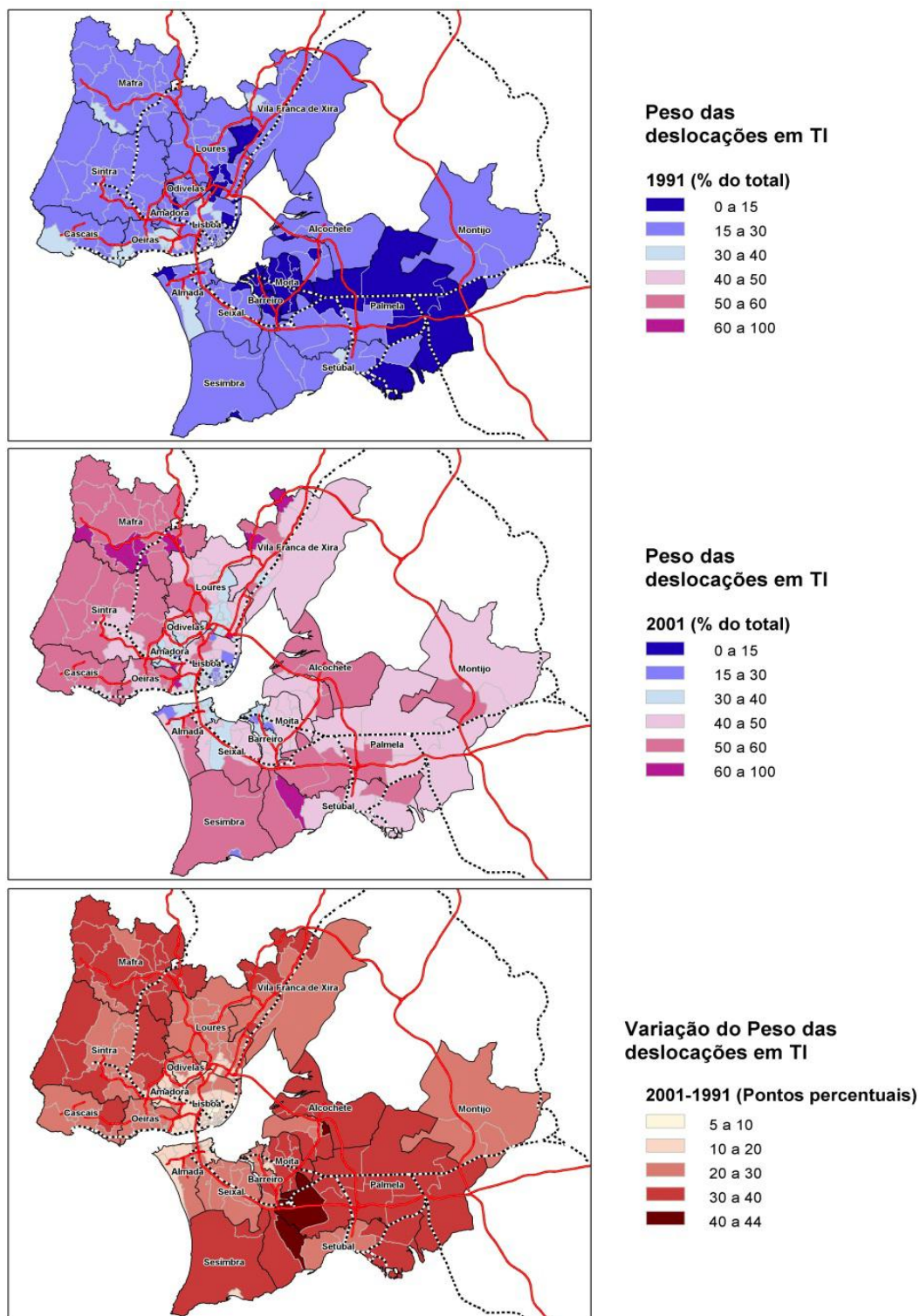
Fonte: INE

Figura 52 - Consumo de Energia Elétrica por Consumidor, 2010 (Kwh)



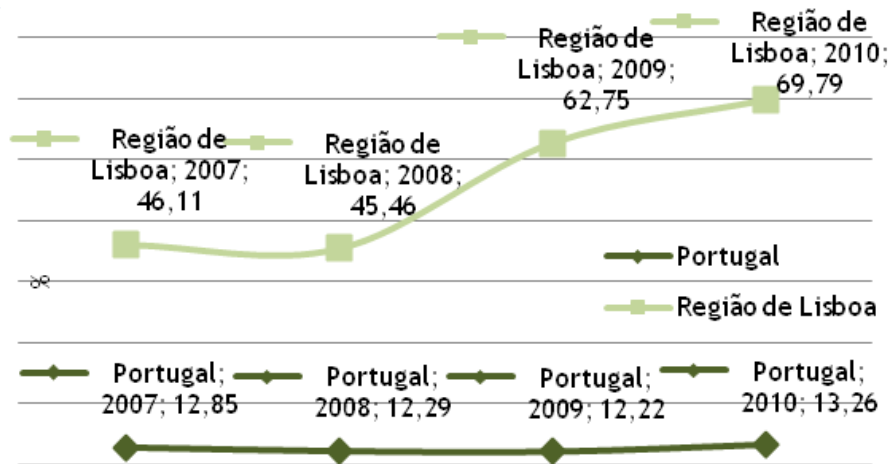
Fonte: INE

Figura 53 - Evolução do peso das deslocações pendulares em Transporte Individual



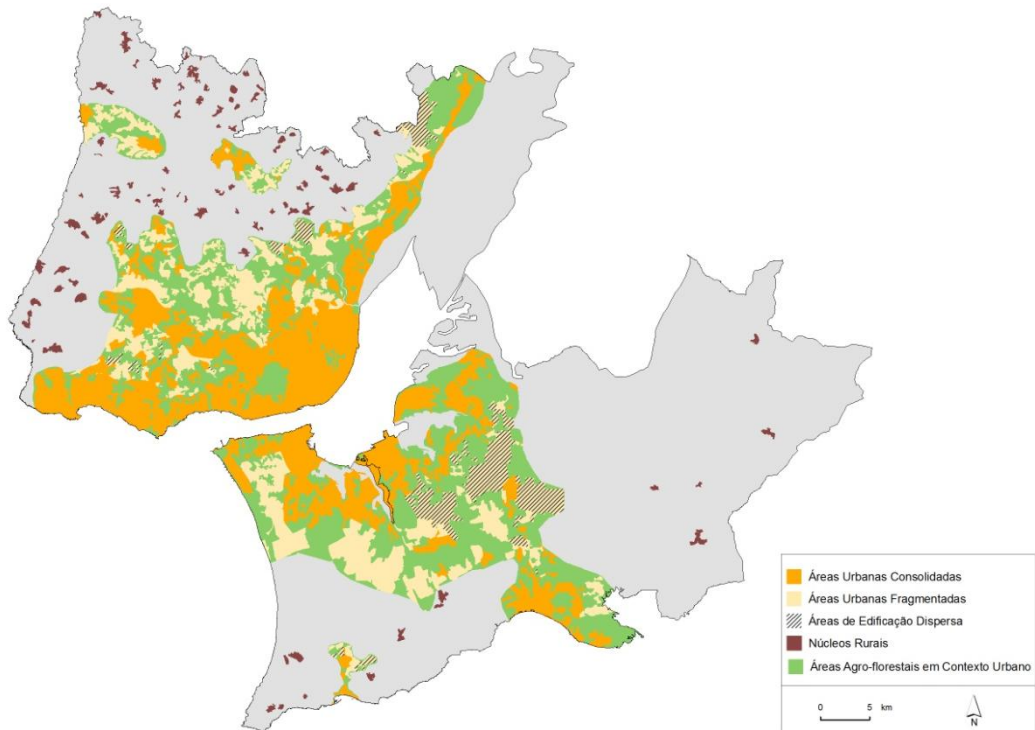
Fonte: INE, Censos de 2001

Figura 54 - Quota de Produção de Eletricidade em Centrais de Cogeração



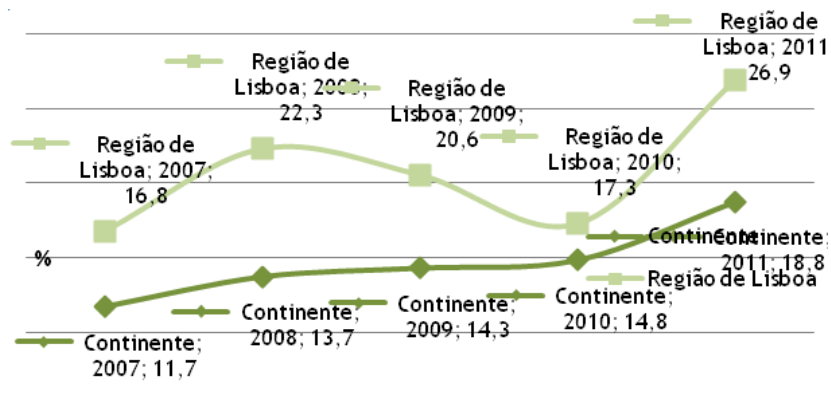
Fonte: ORLVT/Direção-Geral de Energia e Geologia

Figura 55 - Agregação de Padrões de Ocupação do Solo - 2009



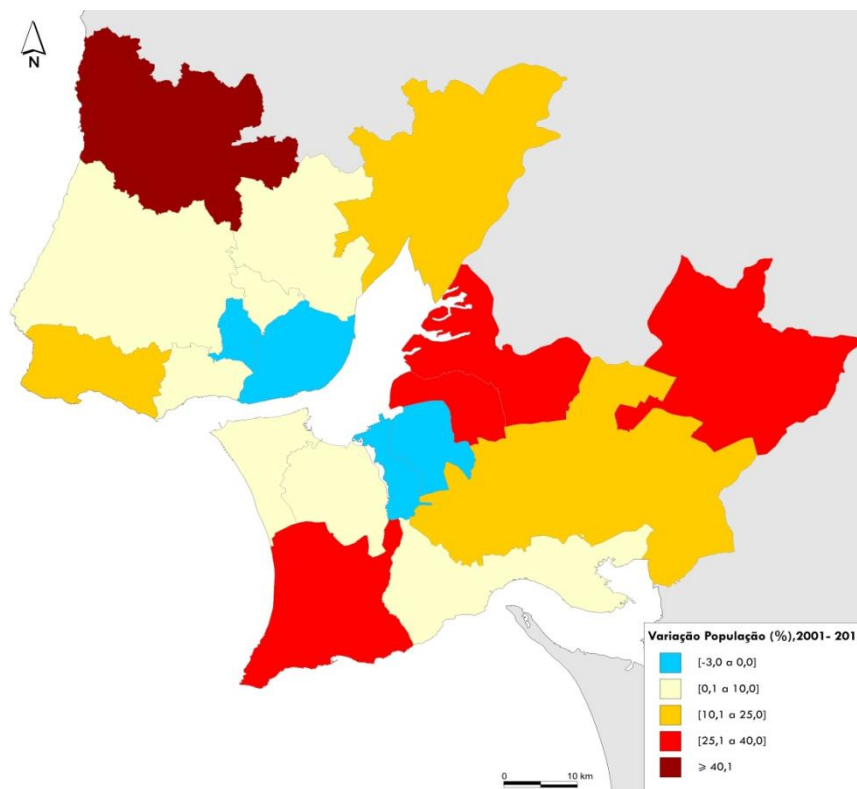
Fonte: PROT AML, 2002

Figura 56 - Proporção de fogos reabilitados



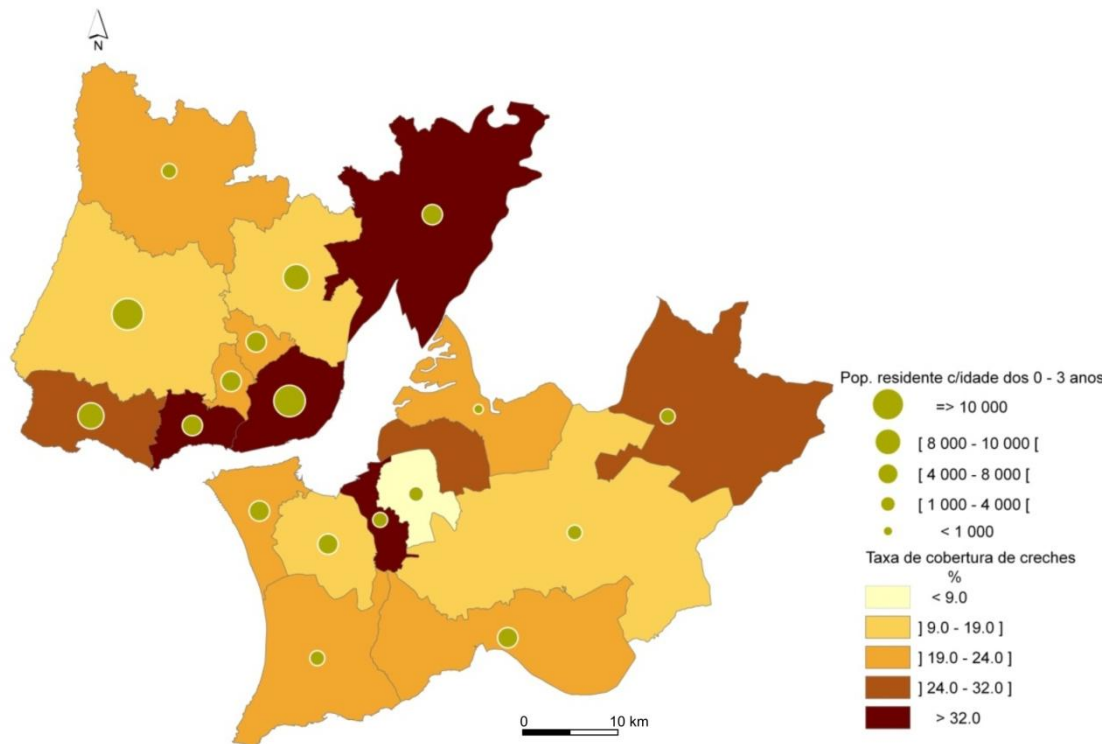
Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas/ORLVT

Figura 57 - Variação Populacional (2001/2011), por Concelho na Região de Lisboa



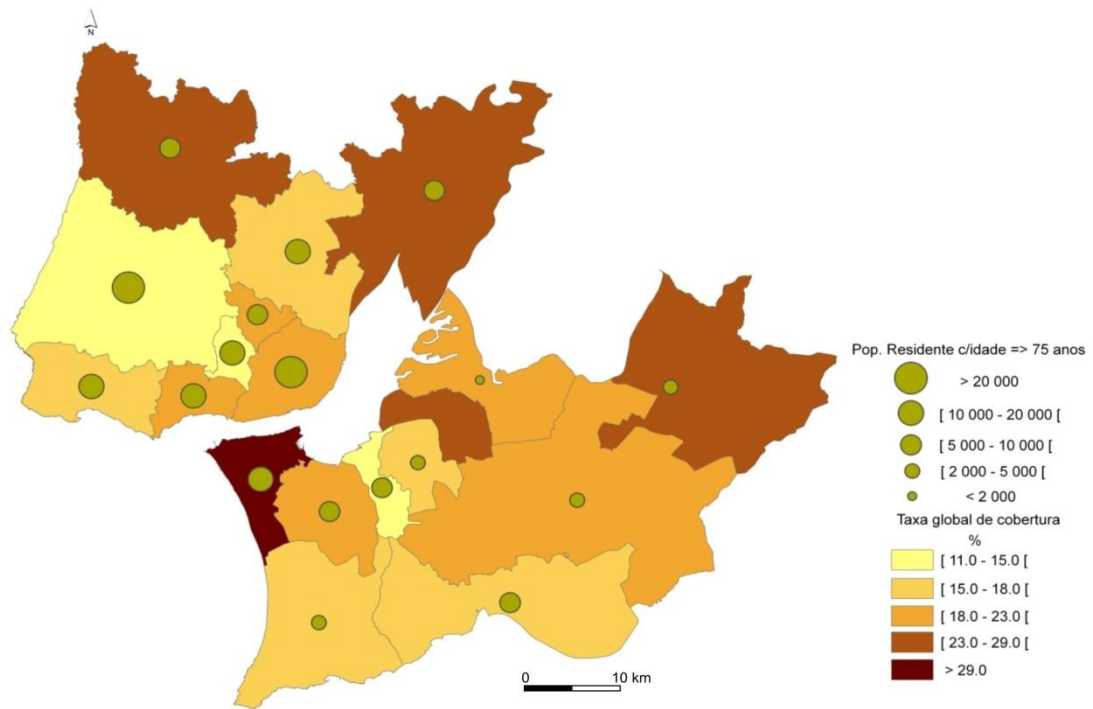
Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Censos 2001 e 2011.

Figura 58 - Taxa de cobertura das creches (%) 2011



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, Carta Social, GEP-Gabinete de Estratégia e Planeamento, MTSS

Figura 59 - Taxa de cobertura de Equipamentos para idosos (%) 2011



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, Carta Social, GEP-Gabinete de Estratégia e Planeamento, MTSS

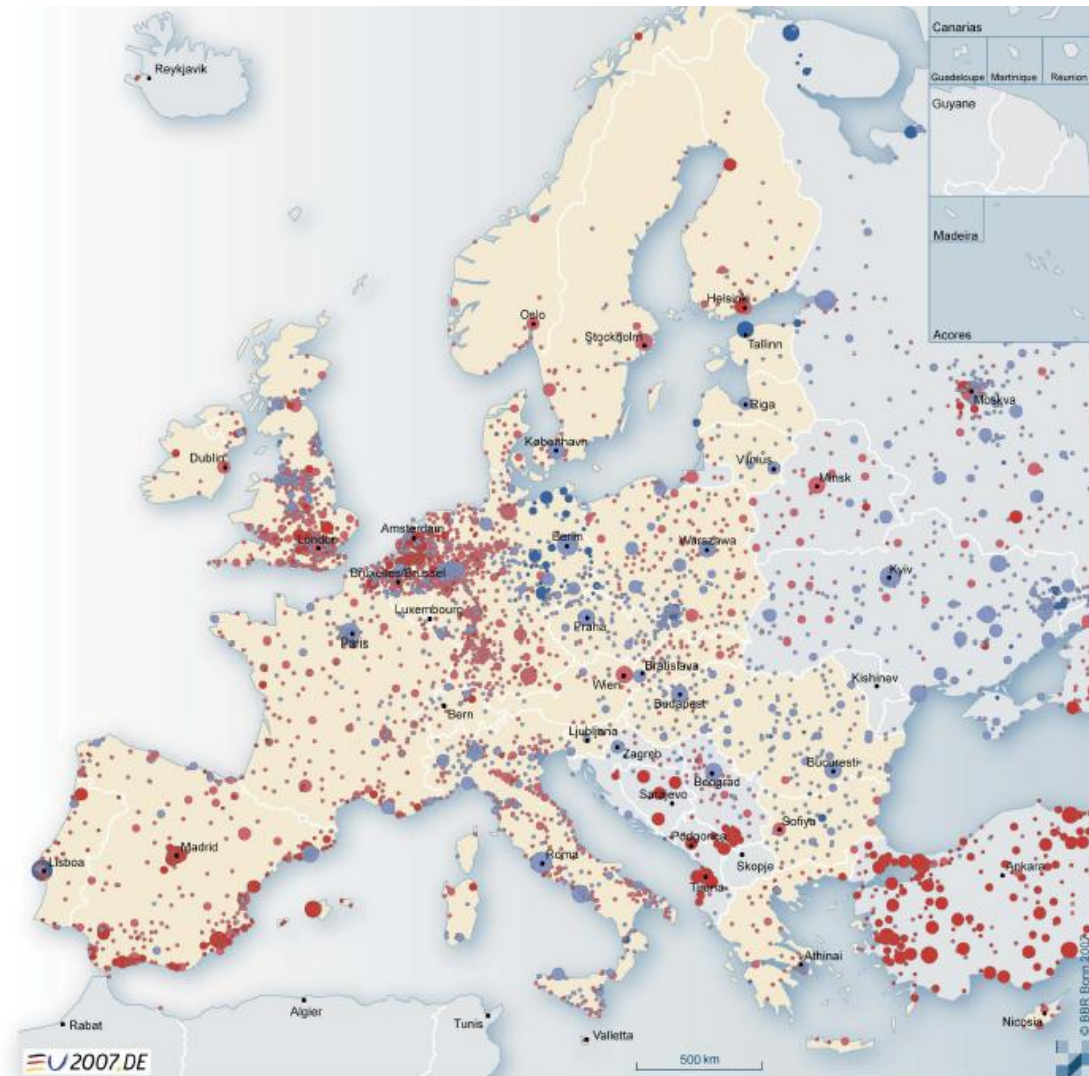
Quadro 1. Enquadramento europeu da dimensão populacional e económica da AML (posição no ranking)

Área Metropolitana	País	Ranking em dimensão absoluta da Área Metropolitana					Ranking em dimensão relativa da Área Metropolitana face ao País (% da área metropolitana no respetivo País)				
		População	PIB	Emprego	Emprego na indústria	Nº de Unidades empresariais	População	PIB	Emprego	Emprego na indústria	Nº de Unidades empresariais
		2011	2010	2010	2010	2010	2011	2010	2010	2010	2010
Paris	FR	1	1	1	1	1	14	10	14	11	11
Londres	UK	2	2	2	6	4	17	18	18	19	17
Madrid	ES	3	3	3	3	2	15	19	16	15	18
Berlim	DE	4	6	4	4	15	21	21	21	21	19
Roma	IT	5	5	5	5	--	20	20	20	20	--
Varsóvia	PL	6	12	6	2	5	16	17	17	16	16
Amesterdão	NL	7	4	7	13	7	9	13	10	8	9
Atenas	EL	8	8	8	9	--	3	4	4	3	--
Dublin	IE	9	7	12	12	10	1	1	1	1	1
Budapeste	HU	10	17	9	7	8	5	2	3	4	3
Lisboa	PT	11	15	11	14	6	8	8	8	10	8
LVT *	PT	9	14	8	9	--	4	6	5	6	--
Praga	CZ	12	16	10	8	3	10	9	9	9	6
Bucareste	RO	13	18	16	11	12	19	16	19	17	12
Bruxelas	BE	14	9	15	19	11	13	12	12	14	14
Sofia	BG	15	20	13	10	13	6	3	5	5	4
Estocolmo	SE	16	10	14	16	9	11	11	11	12	10
Viena	AT	17	13	17	18	16	12	15	13	13	13
Copenhaga	DK	18	11	18	20	17	4	7	6	7	5
Helsínquia	FI	19	14	19	17	14	7	6	7	6	7
Liubiana	SI	20	21	20	15	19	2	5	2	2	2
Bratislava	SK	21	19	21	21	18	18	14	15	18	15

* LVT (Lisboa e Vale do Tejo) traduz uma Região Metropolitana Alargada de Lisboa calculada para efetuar uma comparação equiparável à abrangência funcional da generalidade das regiões metropolitanas europeias. Agrega a região NUTS II de Lisboa e as regiões NUTS III do Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo.

AT – Áustria; BE – Bélgica; BG – Bulgária; CZ – República Checa; DE – Alemanha; DK – Dinamarca; EL – Grécia; ES – Espanha; FI – Finlândia; FR – França; HU – Hungria; IE – Irlanda; IT – Itália; NL – Holanda; PL – Polónia; PT – Portugal; RO – Roménia; SE – Suécia; SI – Eslovénia; SK – Eslováquia; UK - Reino Unido Fonte: Eurostat Database, Regional statistics by NUTS classification

Figura 60: Evolução e dimensão populacional das regiões metropolitanas europeias



Average yearly change of number of inhabitants 1990* to 2005

- up to - 1.5
- - 1.5 - 0
- 0 - 1.5
- 1.5 and more
- no data

Size of city by number of inhabitants 2005**

- up to 50,000
- 50,000 - 100,000
- 100,000 - 250,000
- 250,000 - 500,000
- 500,000 and more

Fonte: "Maps on European Territorial Development", Federal Office for Building and Regional Planning, Alemanha, 2007

Quadro 2. As áreas metropolitanas capitais europeias no Índice de Áreas Metropolitanas

Tipo de Área Metropolitana	Área Metropolitana	Posição no ranking de áreas metropolitanas *	Notação no índice total	Notação nos índices parciais				
				Política	Economia	Ciência	Transporte	Cultura
1 - Áreas metropolitanas com grande variedade de funções	Londres	1	100	92,6	71,1	75,7	95	100
	Paris	2	97,9	98,4	100	100	65,4	61,7
	Amesterdão	3	74,1	40,4	65,5	68,9	100	49,2
	Bruxelas	4	66,8	100	39,1	48,7	56,4	46,3
	Viena/Bratislava	7	45,1	69,6	24,5	30,2	21,4	50,4
	Roma	9	40,8	75,0	19,1	12,3	11,6	59,5
	Berlim	10	38,7	83,2	15,1	16,2	8,5	44,9
	Madrid	11	34,6	49,5	32,9	12,4	17,5	38,0
	Estocolmo	15	25,3	22,9	24,8	32,2	10,6	19,6
	Copenhaga	17	24,7	19,1	19,2	26,8	17,3	25,1
	Helsínquia	21	20,1	13,8	11,6	18,6	7,8	35,6
2 - Áreas metropolitanas com considerável variedade de funções	Budapeste	23	17,3	17,0	11,6	7,9	11,8	27,1
	Praga	28	15,2	18,2	11,2	7,5	9,0	20,2
	Luxemburgo	18	22,8	49,7	11,0	7,3	18,4	12,7
	Atenas	20	20,8	19,3	12,6	6,1	5,4	46,9
	Lisboa	25	15,7	22,6	10,4	8,7	5,6	20,9
3 - Áreas metropolitanas com variedade limitada de funções	Dublin	34	12,4	13,9	11,1	8,3	5,8	14,6
	Varsóvia	24	16,4	35,9	9,5	5,4	8,6	11,9
	Bucareste	39	11,3	23,8	7,6	1,4	5,5	10,9
	Sófia	53	7,7	12,6	6,5	1,2	1,1	12
	Edimburgo	55	7,5	0,6	12,1	6,2	3,7	9,8
	Liubiana	78	5,3	6,4	4,5	4,1	1,7	5,3
	Vilnius	82	4,7	8,1	4,5	1,4	0,7	5,6
	Malta	85	4,5	5,4	2,1	0,6	6,2	5,2
	Tallinn	90	4,0	5,7	4,6	0,8	1,9	4,5
Riga	92	4,0	6,0	5,3	1,0	1,5	3,7	

Legenda: ■ Notação acima da notação de Lisboa ■ Notação abaixo da notação de Lisboa





Nota: este ranking inclui não só as áreas metropolitanas envolventes das cidades capitais, como também outras áreas metropolitanas. Por facilidade de leitura, apenas se representam no quadro as áreas metropolitanas envolventes das cidades capitais dos 27 Estados-membros da UE27 (Viena e Bratislava são apresentadas como uma única área metropolitana Áustria/Eslováquia). Esta seleção foi efetuada para facilitar a comparação de Lisboa face a outras cidades capitais europeias. A posição no ranking global não está linearmente indexada à tipologia de classificação da área metropolitana, sendo influenciada pela combinação e diversidade de funções metropolitanas. Note-se que a posição neste ranking global não está linearmente indexada à tipologia de classificação da área metropolitana, sendo influenciada pela combinação e diversidade de funções metropolitanas. A classificação foi efetuada a partir dos valores médios de 125 áreas metropolitanas consideradas, considerando-se que: uma área metropolitana é de tipo 1, isto é, tem uma grande variedade de funções, se em pelo menos quatro ou cinco áreas funcionais ultrapassar o valor médio do índice; uma área metropolitana é de tipo 2, isto é, tem uma considerável variedade de funções, se ultrapassa o valor médio do índice em duas ou três áreas funcionais, e releva, neste caso, também um enfoque funcional; uma área metropolitana é de tipo 3, isto é, tem uma variedade limitada de funções, se ultrapassa o valor médio do índice em duas uma área funcional; uma área metropolitana é de tipo 4, isto é, tem uma variedade limitada de funções e elevado grau de especialização, se ultrapassa o valor médio do índice em apenas uma área funcional.

Fonte: "Metropolitan areas in Europe", BBSR - Federal Institute for Research on Building, Urban Affairs and Spatial Development, sob tutela do Ministério alemão dos Transportes, Construção e Desenvolvimento Urbano, 2011

Figura 61: Tipos de áreas metropolitanas na Europa, segundo metodologia de análise em cinco funções - política, económica, científica, transportes e cultura



Types of metropolitan areas

-  Type 1: metropolitan areas with a great variety of functions
-  Type 2: metropolitan areas with a considerable variety of functions
-  Type 3: metropolitan areas with a limited variety of functions
-  Type 4: metropolitan areas with a limited variety of functions and large degree of specialisation

Index value of metropolitan areas
(standardised, maximum = 100)

-  100
-  50
-  10
-  metropolitan areas with a surplus of importance of the population

Database: own BBSR survey
Geometrical basis: GfK GeoMarketing,
BBSR LAU 2

Fonte: "Metropolitan areas in Europe", BBSR - Federal Institute for Research on Building, Urban Affairs and Spatial Development, sob tutela do Ministério alemão dos Transportes, Construção e Desenvolvimento Urbano, 2011

ANEXO II – PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PAR LISBOA 2014-2020

Domínio	Grupo de Trabalho	Data	Entidades Participantes
Crescimento Sustentável	Regeneração Urbana	5 de Abril 2013	ISS, IP - Centro Distrital de Setúbal
			FPCUB - Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta
			CM Mafra
			CM Barreiro
			CM Lisboa
			AML
			CM Odivelas
			DGT - Direção-Geral do Território
			InCI, IP - Instituto da Construção e do Imobiliário
			QUERCUS
			GEOTA
			DGPC - Direção Geral do Património Cultural
			LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil
			OA - Ordem dos Arquitetos Portugueses
			IST / CESUR
			IHRU, IP
			AUP - Associação dos Urbanistas Portugueses
			APAP – Associação Portuguesa de Arquitetos Paisagistas
			Comité de Investimento do Jessica Holding Fund Portugal
			CPCI - Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário
		Baía do Tejo	
		IGOT - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território	
		CIP - Confederação Empresarial de Portugal	
		23 de Abril 2013	ISS, IP - Centro Distrital de Setúbal
			FPCUB - Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta
			GEOTA
			LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil
			DGPC - Direção Geral do Património Cultural
			OA - Ordem dos Arquitetos Portugueses
			IST / CESUR
			Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I.P.
			AUP - Associação dos Urbanistas Portugueses
			APAP – Associação Portuguesa de Arquitetos Paisagistas
			Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
CM Lisboa			
CM Odivelas			
CM Sintra			

Domínio	Grupo de Trabalho	Data	Entidades Participantes
			AML
			Comité de Investimento do Jessica Holding Fund Portugal
			CPCI - Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário
			CM Loures
			Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
			Baía do Tejo
			QUERCUS
			CIP - Confederação Empresarial de Portugal
Crescimento Sustentável	Economia do Baixo Carbono	5 de Abril 2013	QUERCUS
			CM Setúbal
			CM Lisboa
			AML
			ANTRAL – Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros
			Instituto da Mobilidade e Transportes
			Ordem dos Engenheiros
			APA, IP
			Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI, IP)
			Autoridade Metropolitana de Transporte de Lisboa
			Direção-Geral de Energia e Geologia
			Associação Portuguesa do Veículo Elétrico
			FPCUB - Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta
			ADENE - Agência para a Energia
		GEOTA	
		AIP	
		Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE)	
		AERLIS-Associação Empresarial da Região de Lisboa	
		22 de Abril 2013	Instituto da Mobilidade e Transportes
			ANTRAM
			CM Setúbal
			CM Lisboa
			AML
			APA, IP
			Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI, IP)
			Autoridade Metropolitana de Transporte de Lisboa
Direção-Geral de Energia e Geologia			
FPCUB - Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta			

Domínio	Grupo de Trabalho	Data	Entidades Participantes
			Turismo de Portugal, IP
			ADENE-Agência para a Energia
			GEOTA
			Ordem dos Engenheiros
			Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE)
			QUERCUS
Crescimento Sustentável	Recursos, Serviços Ambientais e Riscos	3 de Abril 2013	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S. A.
			ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil
			Empresa Geral do Fomento, SA (EGF)
			APEA - Associação Portuguesa de Engenharia do Ambiente
			Departamento de Geologia (FC/UL)
			Direção-Geral do Território
			GEOTA
			Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT)
			QUERCUS
			Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
			APA, IP
			CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal
			CM Loures
			CM Alcochete
		AML	
		Associação Portuguesa de Geógrafos	
		Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)	
		22 de Abril 2013	Tapada Nacional de Mafra
			AdP - Águas de Portugal, SGPS, S. A.
			ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil
			APA, IP
			APEA - Associação Portuguesa de Engenharia do Ambiente
			Departamento de Geologia (FC/UL)
			Instituto de Investigação Científica e Tropical, IICT
			GEOTA
			Tratolixo
ANPC			
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT)			
QUERCUS			
Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)			
CM Loures			
CM Sintra			

Domínio	Grupo de Trabalho	Data	Entidades Participantes
Crescimento Inclusivo	Demografia e Serviços de Proximidade Inclusão e Inovação Social		CM Vila Franca de Xira
			AML
			ESGRA – Associação de Empresas Gestoras de Sistemas de resíduos
			Associação Portuguesa de Geógrafos (APG)
			Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)
		8 de Abril 2013	Cáritas Diocesana de Lisboa
			CDSS Setúbal - Centro Distrital de Setúbal
			Instituto Nacional para a Reabilitação
			ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.
			CDSS Lisboa – Centro Distrital de Lisboa
			UDIPSS - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal
			Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos
			IGOT-Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
			CM Moita
			CM Loures
			CM Montijo
			Confederação Portuguesa do Voluntariado
			AEEASG - Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações
			Fundação Aga Khan Portugal
			CVP - Cruz Vermelha Portuguesa
ANDC - Associação Nacional do Direito ao Crédito			
EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza			
APD - Associação Portuguesa de Deficientes			
IES - Centro de Formação e Investigação em Empreendedorismo Social			
GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial			
Programa Escolhas			
SCML - Santa Casa de Misericórdia de Lisboa			
Área Metropolitana de Lisboa			
23 de Abril 2013	Cáritas Diocesana de Lisboa		
	CDSS Setúbal - Centro Distrital de Setúbal		
	Instituto Nacional para a Reabilitação		
	ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.		
	CDSS Lisboa – Centro Distrital de Lisboa		
	Fundação EDP		
	UDIPSS - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal		
	Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos		
	Confederação Portuguesa do Voluntariado		
	AEEASG - Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações		
Fundação Aga Khan Portugal			

Domínio	Grupo de Trabalho	Data	Entidades Participantes
			CVP - Cruz Vermelha Portuguesa
			ANDC - Associação Nacional do Direito ao Crédito
			Instituto do Envelhecimento / Universidade Lisboa
			CM Montijo
			CM Moita
			EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza
			APD - Associação Portuguesa de Deficientes
			IES - Centro de Formação e Investigação em Empreendedorismo Social
			GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial
			Programa Escolhas
			SCML - Santa Casa de Misericórdia de Lisboa
			Área Metropolitana de Lisboa
			Crescimento Inteligente
LISPOLIS - Associação para o Pólo Tecnológico de Lisboa			
ACIDI			
Universidade Católica Portuguesa			
INA – Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas			
Madam Parque – Parque Ciência e Tecnologia Almada-Setúbal			
Espírito Santo Ventures			
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril			
CM Odiveelas			
CM Loures			
CM Odiveelas			
CM Mafra			
ANDC - Associação Nacional do Direito ao Crédito			
ANESPO-Associação Nacional de Escolas Profissionais			
ANJE – Associação Nacional Jovens Empresários			
Startup Lisboa - Incubadora de Empresas			
IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I. P.			
DRELVT - Direção Regional de Economia			
Santa Casa de Misericórdia de Lisboa			
ANESPO-Associação Nacional de Escolas Profissionais			
INA – Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas			
AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I.P.			
AML			
Direção Geral da Educação			
IEFP			

Domínio	Grupo de Trabalho	Data	Entidades Participantes
Crescimento Inteligente	Meios Criativos e Indústrias Culturais	15 de Abril 2013	IADE-U Instituto de Arte, Design e Empresa
			Live content
			Just Like You
			Fábrica Braço de Prata
			CM Almada
			Fórum Empresarial da Economia do Mar
			ExperimentaDesign
			Hei Communication lisboa
			Direção Geral do Património Cultural
			Madame Management
			Artemrede
			iMatch PORTUGAL
			Zero em Comportamento
			APAP - Associação Portuguesa das Agências de Publicidade, Comunicação e Marketing
		AML	
		16 de Outubro 2013	Produções Fictícias
			Ydreams
			Metropolitana
			IADE – U
			CCB
			Live Content
			Lx Factory
			Experimenta Design
			Ler Devagar
			Restart – Instituto de Criatividade, Artes e Novas Tecnologias
			Trienal de Arquitectura de Lisboa
			Empresa Música no Coração
			Fundação Gulbenkian Programa Próximo Futuro
			TVI
			Artemrede
			BAR – Agência de Marketing e Publicidade
			UAU – Produtora de Espectáculos
			Manifesto Moda
Dinheiro Vivo			
Sociedade Portuguesa de Autores			
Dinamia'CET - ICTE			
SIC			
Fundação EDP			
Associação de Produtores Independentes de TV			

Domínio	Grupo de Trabalho	Data	Entidades Participantes
		23 de Outubro 2013	Produções Fictícias
			IADE – U
			Ydreams
			AICA – Associação Internacional de Críticos de Arte
			Live Content
			Lx Factory
			Experimenta Design
			Revista Time Out
			Trienal de Arquitectura de Lisboa
			Fundação Gulbenkian Programa Próximo Futuro
			TVI
			Galerista
			Som e Fúria
			Artemrede
			EGEAC – Cultura em Lisboa
			BAR – Agência de Marketing e Publicidade
			Zero em Comportamento
			UAU – Produtora de Espectáculos
			Dinheiro Vivo
			Sociedade Portuguesa de Autores
		Dinamia'CET - ICTE	
		Festival Indie Lisboa	
		SIC	
		Associação de Produtores Independentes de TV	
Crescimento Inteligente	Sistemas Produtivos e Especialização Inteligente	18 de Abril 2013	SIEMENS, SA
			CM Sintra
			CM Loures
			Associação de Turismo de Lisboa
			Administração do Porto de Lisboa (APL, SA)
			Instituto de Medicina Molecular
			Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA
			Volkswagen Autoeuropa, Lda
			APSS, SA
			FILKEMP - Indústria de Filamentos, SA
			Fundação para a Ciência e a Tecnologia
			Grupo Soporcel
			IAPMEI
			Taguspark - Parque de Ciência e Tecnologia
			Fundação Champalimaud

Domínio	Grupo de Trabalho	Data	Entidades Participantes
			Oceano XXI - Associação para o Conhecimento e Economia do Mar
			AML
			CM Sintra
			Turismo de Portugal, I.P.
			TEKEVER – Tecnologias de Informação, S.A.
Crescimento Inteligente (RIS3)	Viagens e Turismo	29 de Outubro 2013	AHP – Associação de Hotelaria de Portugal
			Fátima Hotels
			Grupo Tivoli Hotels & Resorts
			Grupo Pestana
			Heritage, Gestão e Marketing, SA
			Aequitare
			TAP
			ANA Aeroportos de Portugal, SA – Aeroporto de Lisboa
			Bensaúde Turismo
			Hotel Ritz, SA
			André Jordan
			18 de Novembro 2013
		Fátima Hotels	
		Autoridade para as Condições de Trabalho	
		Grupo Pestana	
		Heritage, Gestão e Marketing, SA	
		Aequitare	
		TAP	
		Hoti Hotéis	
		Ibercruises	
		ANA Aeroportos de Portugal, SA – Aeroporto de Lisboa	
		Bensaúde Turismo	
		Ritz Four Seasons Lisboa	
André Jordan			
Crescimento Inteligente (RIS3)	Mobilidade e Transportes	31 de Outubro 2013	LISNAVE
			APVE – Associação Portuguesa de Veículos Eléctricos
			Brisa Inovação
			LAUAK – Aerospace Structures and Components Manufacturing
			APL – Administração do Porto de Lisboa
			DANOTEC
			Almadesign
			QLS Automotive, lda
			Novabase
			Galp Energia

Domínio	Grupo de Trabalho	Data	Entidades Participantes			
			Proespaço – Associação Portuguesa das Indústrias do Espaço			
			Inteli			
			EDP Inovação			
			ISQ			
			PEMAS – Portuguese Association for the Aerospace Industry			
		14 de Novembro 2013	LISNAVE			
			APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA			
			Brisa Inovação			
			APL – Administração do Porto de Lisboa			
			DANOTEC			
			Almadesign			
			Novabase			
			Galp Energia			
			Proespaço – Associação Portuguesa das Indústrias do Espaço			
			Inteli			
			EDP Inovação			
			ISQ			
			PEMAS – Portuguese Association for the Aerospace Industry			
			Crescimento Inteligente (RIS3)	Conhecimento, Prospecção e Valorização dos Recursos Marinhos	22 de Outubro 2013	Ocean Vision
						Fórum Empresarial do Mar
		GLINTT				
		DGRM – Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marinhos				
Instituto de Sistemas de Robótica, IST						
Centro de Energia das Ondas, IST						
Artesanalpesca – Organização de Produtores de Pesca						
IPMA, IP – Departamento do Mar e Recursos Marinhos						
LARSYS						
Faculdade de Ciência e Tecnologia (UNL)						
Iniciativa Gulbenkian Oceanos						
Centro de Oceanografia (FCUL)						
Bioalvo, SA						
Associação dos Comerciantes do Pescado e Fileira do Pescado						
EDP Inovação						
Docapesca						
CERAMED – Equipa Guitosano						
Partex- Companhia Portuguesa de Serviços, SA						
Galp Energia						
Hydra, IT – Tecnologias de Informação e Conteúdos						
A4F – AlgaFuel, SA						

Domínio	Grupo de Trabalho	Data	Entidades Participantes
			APA, IP
			EDISOFT
			GMV – Innovating Solutions
			TEKEVER – Tecnologias de Informação, SA
			Siemens
			EurOcean – Centro Europeu de Informação em Ciências e Tecnologias do Mar
		7 de Novembro 2013	Ocean Vision
			Fórum Empresarial do Mar
			ADP
			GLINTT
			Ciência Viva
			DGRM – Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marinhos
			Artesanalpesca – Organização de Produtores de Pesca
			APA, IP
			FCT, UNL
			Bioalvo, SA
			EDP Inovação
			Docapesca
			Galp Energia
			EDISOFT
TEKEVER – Tecnologias de Informação, SA			
DEM/IST			
EurOcean – Centro Europeu de Informação em Ciências e Tecnologias do Mar			
Centro de Oceanografia (FCUL)			
Crescimento Inteligente (RIS3)	Investigação, Tecnologias e Serviços de Saúde	17 de Outubro 2013	Instituto de Medicina Molecular
			Hovione
			Tecnifar
			Eurotrials
			Universidade de Lisboa, Pelouro da Investigação
			José de Mello Saúde
		7 de Novembro 2013	Instituto de Medicina Molecular
			Hovione
			Tecnifar
			Apifarma
			ITQB/IBET
			Universidade de Lisboa, Pelouro da Investigação